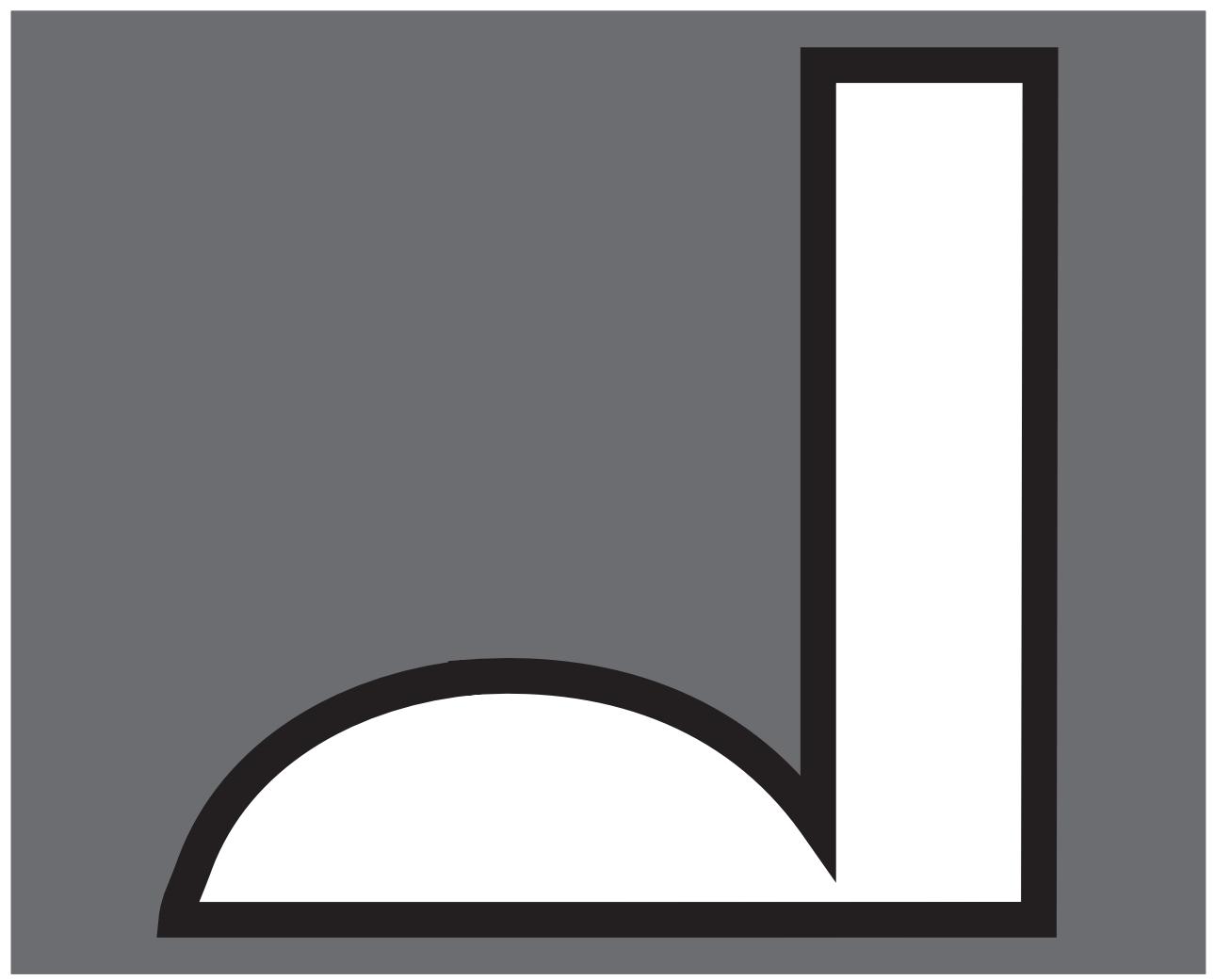




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVIII – SUP. “C” AO Nº 126 – SÁBADO, 17 DE AGOSTO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p>""Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORGANISMOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2012.....	004
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 e 20 de dezembro de 2012.....	027
Termo de Reunião nº 1, em 5 de março de 2013.....	062
Termo de Reunião nº 2, em 12 de março de 2013.....	063
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 e 20 de março de 2013.....	064
Ata da Instalação e Eleição da Mesa Diretora, realizada em 26 de março de 2013	066
Ata da Reunião de Eleição da Mesa Diretora, realizada em 2 e 3 de abril de 2013	070
Termo de Reunião nº 3, em 9 de abril de 2013.....	075
Ata da Reunião de Eleição da Mesa Diretora, realizada em 10 de abril de 2013	077
Ata da Reunião de Eleição da Mesa Diretora, realizada em 16 e 17 de abril de 2013	080
Ata da 1ª Reunião, Não Deliberativa, realizada em 23 e 24 de abril de 2013.....	091
Ata da 2ª Reunião, Não Deliberativa, realizada em 7, 9 e 14 de maio de 2013.....	095
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 14, 15, 21, 22 e 28 de maio de 2013.....	105
Ata da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 21 de maio de 2013	146
Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 28 de maio de 2013	218



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

**ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA,
DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram os seguintes parlamentares **Senadores Titulares**: Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias; **Senadoras Suplentes**: Ana Rita e Angela Portela; **Deputados Titulares**: Aníbal Gomes, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes**: Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Átila Lins, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Luiz Pitiman, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão. Compareceram, também, os seguintes parlamentares não membros: Deputados Mandetta, Milton Monti e Valtenir Pereira Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Irajá Abreu, Josias Gomes, Lucio Vieira Lima, Márcio França, Paulo Folatto, Paulo Magalhães e Wandekolk Gonçalves; além dos Senadores Titulares Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira e Sérgio Petecão. **ABERTURA**: às quinze horas e quinze minutos do dia dezoito de dezembro, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião. Informou que não havia quórum para deliberação na representação do Senado Federal. Avisou às assessorias parlamentares que havia possibilidade de a reunião estender-se até quinta-feira, dia 20/12, e todos deveriam programar-se em relação às passagens aéreas dos parlamentares. Devido ao início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, a reunião foi suspensa às 15h16 e sua continuação foi convocada para o período subsequente a seu término. Às 22h26 a reunião foi reiniciada. O Presidente informou que havia quórum para deliberação. **Apreciação da Ata da 19ª Reunião Ordinária**, realizada em 11 e 12/12/2012. O Presidente solicitou ao Plenário dispensa da leitura da Ata e foi atendido. Em votação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade. **EXPEDIENTE**: conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA**: a seguir, o Presidente propôs ao Plenário da Comissão, com base no art. 122 da Resolução nº1, de 2006, do *Congresso Nacional*, acordo para apreciação das seguintes matérias: Aviso nº 22/2012-CN, Relatório do COI nº 1/COI/CMO de 2012 e Relatório do COI nº 2/COI/CMO de 2012, leitura do Relatório Final ao Projeto de Lei nº 24/12-CN e apreciação das alterações nºs 1, 2 e 3/2012 do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN. O Plenário acatou o acordo proposto. **3 - Aviso nº 22/2012-CN**, que “Encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1617-Seses/TCU, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves”. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI). Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes. Voto: nos termos do Anexo 1 apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LOA/2012). O Relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Paulo Rubem Santiago. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **4 - Relatório do COI nº 1/COI/CMO de 2012**, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, sobre “informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

União pendentes de deliberação da CMO em 30/11/2012, em atendimento ao disposto no art. 122 da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pelas de nº 3/2008-CN e 1/2012-CN, aos seguintes Avisos do Congresso Nacional": AVN 2/2012; AVN 7/2012; AVN 14/2012; AVN 15/2012; AVN 16/2012; AVN 17/2012; AVN 19/2012; AVN 20/2012; AVN 21/2012; AVN 23/2012; AVN 24/2012 e AVN 11/2011. Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes. Voto: Pelo Arquivamento dos avisos ora sob análise, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo 1, e a importância socioeconômica dos empreendimentos. Relator apresentou o Relatório. Discutiram a matéria os Deputados Paulo Rubem Santiago e Vanderlei Siraque sobre obra no âmbito da Petrobrás. Em votação, o Relatório foi **aprovado**, constando como único voto contrário o do Deputado Paulo Rubem Santiago. **1 - Relatório do COI nº 2/COI/CMO de 2012**, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, que "propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves constantes do Projeto de Lei nº 24/2012-CN", (PLOA 2013). Coordenador do COI: Deputado Mauro Lopes. Voto: nos termos mencionados nos itens 43 e 44 deste Relatório, pela atualização e aprovação do Anexo VI do PLN 24/2012-CN (PLOA 2013), constante do Anexo 2 deste Relatório, que contempla o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1) Av. Marginal Leste – Controle Enchentes Rio Poty – Teresina (PI), 2) Conclusão das Obras do Complexo Viário Baquirivu – Guarulhos/SP e 3) Construção da Barragem do Rio Arraias em Arraias/TO. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **2 - Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013." (Projeto de Lei Orçamentária para 2013). Relator-Geral: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 8.393 emendas. Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas com voto pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. Durante a leitura do Relatório, o Deputado Duarte Nogueira levantou questão de ordem sobre o interstício regimental para apreciação do Relatório-Geral. O Presidente resolveu a questão de ordem ao definir a diferença entre apresentação e apreciação de uma matéria, interpretando que a apresentação consistiria na leitura do relatório e a apreciação consistiria nas fases de discussão e votação. Assim, o Relator prosseguiu com a leitura. Foi interpelado pelo Deputado Milton Monti. Ao final da leitura, o Deputado Duarte Nogueira sugeriu que fossem analisadas as alterações propostas ao Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº24/2012-CN (PLOA 2013) ao Relatório-Geral e logo após houvesse encerramento da reunião. Deputado Milton Monti fez uso da palavra para comentar a inclusão de itens no Parecer Preliminar. Relator recebeu a palavra para argumentar com os parlamentares que anteriormente proferiram seus posicionamentos. A seguir, o Deputado Duarte Nogueira questionou o cronograma que o Presidente pretendia seguir para apreciação do Relatório Final. **Requerimento para inclusão na pauta da Proposta de Alteração nº 2/2012** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Autor: Senador Romero Jucá. Discutiu o Requerimento o Deputado Paulo Rubem Santiago. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. – **Proposta de Alteração nº 2/2012** ao Relatório Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012. "1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR Inclua-se novo item, com a seguinte redação: "17.1.XX. a alocação de recursos à funcional-programática 28.846.0909.0413.0001 – Manutenção e Operação dos Partidos Políticos – Nacional, até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais)." Autor: Senador Romero Jucá. Não houve quem quisesse discutir. A proposta foi **aprovada**, constando como único voto contrário o do Deputado Paulo Rubem Santiago. – **Requerimento para inclusão na pauta da Proposta de Alteração nº 1/2012** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Autor: Senador Romero Jucá. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. – **Proposta de Alteração nº 1/2012** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012. "1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR. Inclua-se novo item, com a seguinte redação: "17.1.XX. a alocação de recursos à funcional-programática 26.782.2075.7U43.0017 –



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-153 – TRECHO DIV GO/TO – WANDERLÂNDIA – NO ESTADO DE TOCANTINS, até o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais).” Autor: Senador Romero Jucá. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade.
– **Requerimento para inclusão na pauta da Proposta de Alteração nº 3/2012** do Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Autor: Senador Romero Jucá. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. – **Proposta de Alteração nº 3/2012** ao Parecer Preliminar apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), aprovado em 20/11/2012. “1. SEÇÃO V – DAS EMENDAS DE RELATOR. Inclua-se novo item, com a seguinte redação: “17.1.14. a alocação de recursos à funcional-programática ADEQUAÇÃO DE RAMAL FERROVIÁRIO NO PERÍMETRO URBANO PARA ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTUCATU E BAURU – No Estado de São Paulo, até o valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de Reais)”. Autor: Senador Romero Jucá. Não houve quem quisesse discutir. A proposta foi **aprovada** por unanimidade. O Deputado Leonardo Gadelha, ao fazer uso da palavra, solicitou ao Presidente, bem como ao Relato-Geral do PLOA 2013, alteração de uma das suas emendas individuais. **Solicitação do deputado Leonardo Gadelha para alterar a emenda nº 2952.0017 ao PLOA 2013**, de sua autoria, no sentido de que a emenda tivesse o subtítulo corrigido, alterando-se o município para “Souza – no Estado da Paraíba”. A alteração foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, fizeram uso da palavra os Deputados Milton Monti, Eliseu Padilha e Marcus Pestana e o Senador João Costa, todos argumentando sobre o processo de elaboração orçamentária. Deputado Cláudio Puty também fez uso da palavra para elogiar equipe envolvida na elaboração do orçamento. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou a reunião às 0h13 do dia 19/12/2012. Antes, foi convocada reunião para o dia 19/12 às 10h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA, Presidente.** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 20ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Não há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em reunião realizada há poucos instantes com o Colégio de Líderes, definimos que a reunião será retomada ao final da Ordem do Dia da Câmara e do Senado.

Solicito às assessorias das bancadas da Câmara e do Senado que reprogramem os voos dos Srs. Parlamentares, porque teremos reunião até quinta-feira, possivelmente, inclusive à noite.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e Senhores, declaro reiniciada a 20ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Temos uma pauta extensa.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente. (Pausa.)

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea “f” do art. 8º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, coloco em votação a ata da 19ª reunião ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de dezembro.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura de expedientes. Serão transcritas as notas taquigráficas da reunião.

Informo ainda que a lista de expedientes será enviada através dos correios eletrônicos dos gabinetes dos membros e Líderes partidários nesta data.

Proponho um acordo e procedimento com base no art. 122, Parágrafo Único da Resolução nº 1, de 2006, art. 34, Parágrafo Único do Regimento Comum, para que possamos fazer a seguinte ordem de votação:

1) Aviso nº 22, de 2012, e atualização das informações relativas às obras com irregularidades graves;

2) Relatório do COI nº 1. Informações encaminhadas pelo TCU pendentes de liberação da CMO, em 30/11/12, referentes aos seguintes avisos: 2, 7, 11, 14, 17, 19, 21, 23 e 24.

3)- Relatório do COI nº 2 e atualização do Anexo nº VI - Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, constantes do PL nº 24/2012 – CN – PLOA 2013.

Acordo para votar relatório do COI, cujo Presidente encontra-se ao meu lado, ilustre Deputado Mauro Lopes, do Estado de Minas Gerais, também conhecido como o Coordenador do COI. (*Pausa.*)

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 22, de 2012, que encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1.617, de 8/11/2011, relativas às obras com indícios de irregularidades graves.

Relator, Comitê de Avaliações e Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves, Coordenador do COI, Deputado Mauro Lopes.

Voto.

Nos termos do Anexo I apresentado, e ainda, propõe seja encaminhada cópia deste relatório ao Tribunal de Contas da União para que este mantenha os empreendimentos sob monitoramento com vistas a instruir e apreciar prioritariamente os respectivos processos, assim como para assegurar a apuração de responsabilidades daqueles que deram causa às irregularidades apontadas no Aviso sob exame, em cumprimento ao § 3º do art. 95 e § 2º do art. 96 da Lei nº 12.465 de 2011 (LDO/2012). Anexado às folhas de nºs 160 a 195.

O Coordenador do COI está com a palavra, para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Boa noite, Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Vou ler o Parecer 2012.

Primeiro, quero dizer que fizemos os relatórios. São dez os membros do COI, sendo dois Senadores e oito Deputados. Todos tomaram conhecimento, leram atentamente todo o relatório, já assinaram o relatório e agora estamos colocando sob a apreciação da sessão da CMO.

Objetivo do parecer.

I. Cuida este Parecer da análise do Aviso nº 22/2012, por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional a atualização das informações relativas às obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes do Aviso nº 1.617-Seses/TCU, de 8/11/2011.

2. O encaminhamento das referidas informações pela Corte de Conta está previsto no art. 96, §§ 6º e 7º, da Lei nº 12.465, de 2011.

Análise.

O Aviso nº 22, de 2012, relaciona 39 obras e serviços de engenharia nos quais foram identificados pelo TCU indícios de irregularidades graves no exercício de 2011. Portanto, a finalidade desse aviso é informar a esta Comissão o monitoramento que vem sendo feito pela Corte de Contas relativamente a esses empreendimentos.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A análise empreendida por este comitê, conforme registrado no Anexo I deste relatório, revelou que não foram identificados fatos novos relevantes capazes de alterar a decisão desta Comissão sobre a matéria contida no Relatório nº 1, de 2011, COI, razão pela qual este colegiado propõe o arquivamento do Aviso nº 22, de 2012."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu pediria esclarecimento ao Relator, na medida em que ele propõe o arquivamento do que está contido no Aviso nº 22 — 39 obras de engenharia e serviços com indícios de irregularidades graves —, referindo-se a não existência de fatos novos.

Qual foi a posição antes dessa consideração? Porque são 39 obras de engenharia e serviços com indícios de irregularidades graves. Quando ele propõe o arquivamento, qual é a posição em relação a essas irregularidades? Algumas foram sanadas? Outras continuam sem responder aos quesitos apresentados pelo TCU? Porque, da forma como ele está apresentando, fica complicado para nós, Deputados, simplesmente votarmos pelo arquivamento.

Esta sessão é pública, ela está sendo transmitida pela Internet, está sendo acompanhada.

Eu faria preliminarmente esse apelo ao Relator, para que ele pudesse me esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Perfeito.

Realmente, esses relatórios que foram motivo de arquivamento já foram arquivados anteriormente, no relatório de 2011, e muitas obras já foram sanadas, regularizadas, e, voltaram, agora, no Aviso nº 1. Eu vou lê-lo após a orientação dele, porque elas continuam sendo analisadas ainda. Mas a maioria das irregularidades foi sanada, e, desde 2011, no relatório passado, já foi pedido o arquivamento.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu continuo perguntando isto ao Relator: das 39 obras de engenharia e serviços com indícios de irregularidades, já que V.Exa. quantificou-as, em quantas dessas 39 foram equacionadas as ponderações apresentadas pelo TCU? Porque o Aviso é de 2012. O aviso é pertinente certamente às análises feitas pelo TCU em 2012. Destas 39, quantas ponderações do TCU foram equacionadas? Quantas estão em exigência? Porque, senão, o TCU não as teria mandado novamente para nós, com indícios de irregularidades. O próprio TCU teria comunicado que haveriam sido sanadas as pendências analisadas pela Corte de Contas.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Deputado Paulo Rubem Santiago, o relatório é só de monitoramento.

Agora, nós vamos apreciar 17 obras só, as outras foram todas... V.Exa. vai ver. Ao final, se houver alguma dúvida, eu posso explicar, porque, no final, restaram somente 17 obras que foram analisadas, inclusive com a presença do Tribunal de Contas e dos gestores. Estes ficaram aqui, fizemos duas audiências públicas...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu não acompanhei.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Discutindo item por item. Não sei se o senhor estava aqui nas audiências públicas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu participei de uma sessão das audiências.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Então, foi discutido.

Agora restam somente 17 obras. Destas, três estão totalmente paralisadas. Nós mantivemos a paralisação delas, porque realmente havia situação insanável.

Então, foram mantidas essas três obras, que eu vou apresentar para o senhor depois.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Das 17, em três manteve-se a paralisação. E as demais 14?

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Está paralisado.

Eu vou ler aqui no relatório, e o senhor vai prestar muita atenção para que fique sabendo disso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A palavra está à sua disposição, Deputado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - São três relatórios distintos, em momentos diferentes. Por isso que é bom...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Paulo Rubem Santiago, na realidade, eu acho que é uma questão de...

O relatório a que V.Exa. está se referindo não é esse primeiro. O relatório das obras e serviços com indícios de irregularidades graves começadas este ano é o que ele ainda vai apresentar.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - O presente relatório tem por objetivo analisar os 12 avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas ao Congresso Nacional, relativos às obras e serviços de engenharia com indício de irregularidades, que se encontravam pendentes de apreciação pela CMO, encaminhadas para apreciação do COI, em cumprimento a artigo da Resolução nº 1, de 2006.

Dos 12 avisos analisados, o COI verificou que seis casos já foram regularizados, consoante informações do próprio TCU. O próprio TCU nos prestou informação de que seis casos já foram regularizados.

Assim, o Anexo I a esse relatório relaciona todos os empreendimentos, o resumo dos indícios de irregularidade informados pelo TCU, as informações prestadas pelos gestores quando existente e a proposta do COI para encaminhamento da questão.

A conclusão a que chegaram os membros do COI é de que os 12 avisos devem ser arquivados, tendo em vista que as pendências ou já foram regularizadas, ou os gestores informaram que estão adotando as providências necessárias para o saneamento. Todos os gestores estiveram aqui — DNIT, VALEC — e prestaram as informações.

Registre-se que a decisão política de continuidade das obras em nada deve prejudicar a continuidade das ações de fiscalização para identificar eventuais condutas negligentes ou dolosas de agentes públicos ou privados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, um momento.

Paulo Rubem Santiago está recebendo informações. Inclusive, foi discutido com todos os gestores que estiveram aqui. Há obras, por exemplo, que já estão 99% prontas. Como é que você vai paralisar uma obra faltando 1%? Não há como.

Então, foi muito bem explicado aqui. A VALEC esteve aqui. Não sei se V.Exa. estava presente?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu estava nessa sessão.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - O COI fez o seguinte: votamos pela continuidade da obra, mas não prejudica a continuidade da fiscalização do TCU e dos agentes de fiscalização. Ou seja, vai dar continuidade à fiscalização rigorosa.

Feitos esses registros, esse Comitê propõe, após examinar os apontamentos feitos pelo TCU, as medidas corretivas adotadas, ou adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo I, e a importância socioeconômica dos empreendimentos; o arquivamento dos avisos ora sob análise; e submetem este relatório à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24, 122, da Resolução.

Deputado Paulo Rubem Santiago, estivemos no Rio Grande do Sul, fomos verificar uma obra da BR-448, que está em estado muito avançado. Na BR-116 tem 130 mil veículos por dia, totalmente congestionado, não há como parar mais uma obra daquelas. Ela vai pegar 40% do movimento da 116.

Coisas que não foram previstas, eles acharam que havia sobrepreço. O próprio Tribunal de Contas esteve *in loco* conosco. Havia uma favela lá, por exemplo, que não estava prevista no contrato. Teve que retirar a favela, fazer casa de passagem, construir um bairro com ruas asfaltadas, rede de esgoto, tirar os favelados de lá, para poder fazer a obra, que é emergente. Então, o próprio Tribunal de Contas chegou à conclusão de que não deveria paralisar essa obra, que é a 448.

Agora, há o Relatório nº 2 apresentado à proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Objetivo do Relatório: apresentar a proposta do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves para atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades.

De agosto de 2011 a julho de 2012, foram realizadas 200 fiscalizações envolvendo valor da ordem de R\$38,3 bilhões. Nessas fiscalizações foram registrados 714 achados de auditoria, com grande incidência de indícios de irregularidade envolvendo processo licitatório, orçamento da obra (sobrepreço/superfaturamento) e projeto básico/executivo deficiente ou desatualizado.

O TCU classificou inicialmente 22 obras com IGP, isto é, com recomendação de paralisação, e, posteriormente, aquela Corte de Contas encaminhou novos avisos a esta Casa, para informar a regularização das pendências relativas a cinco dessas obras.

Metodologia de trabalho do Comitê.

O art. 94 da Lei nº 12.708, de 2012, estabelece que o Congresso Nacional deve levar em consideração, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio de obras e serviços de engenharia diversos fatores que, no limite, possam desaconselhar a medida, se houver a possibilidade de a decisão se revelar contrária aos interesses da Administração e da sociedade. Exemplo: nós temos a obra da Abreu e Lima, com 50 mil funcionários. Se for paralisada uma obra dessas, o prejuízo será muito grande para a União, então, a questão é continuar a obra e o TCU e o Governo continuarem fiscalizando-a rigorosamente.

Entende este Colegiado que, para dar efetividade ao comando legal, é necessária, além de fundamentada análise técnica, também a formação de juízo de oportunidade e conveniência para a Administração de paralisar ou não os empreendimentos, o que constitui, sem dúvida, decisão de caráter político, de competência exclusiva do Congresso Nacional, dado o interesse público envolvido na decisão a ser tomada pelo Parlamento.

Nessa linha, o COI promoveu reuniões técnicas e audiências públicas com todos os órgãos responsáveis por obras com indícios de irregularidades, com a finalidade de conhecer a real gravidade e a extensão dos indícios apontados pelo órgão de controle.

A exemplo de exercícios anteriores, este Comitê propõe à CMO adotar como critério de trabalho não incluir, no Anexo VI do PLOA 2013, aqueles empreendimentos:

a) Em estágio avançado de execução física e financeira. Há obra com 99% concluídos, a obra está pronta e falta 1%. Não é possível parar uma obra dessas, já concluída.

b) Em que os gestores já adotaram ou informaram a esta Comissão que vão adotar as medidas necessárias ao saneamento ou ao esclarecimento dos indícios de irregularidades apontados pelo TCU. É o caso da 449 e da 040, em Juiz de Fora. O gestor achou por bem apenas terminar uma galeria; cancelar o contrato; e fazer nova licitação. Então, já foi regularizada essa situação.

c) Em que o interesse público se revele melhor atendido com o prosseguimento da obra e não com sua paralisação, em razão da importância socioeconômica do empreendimento, dos custos da paralisação, inclusive perdas de serviços já executados, além dos riscos para a população e para o meio ambiente, entre outros fatores, conforme previsto no art. 94 da Lei nº 12.708.

Nestes casos, a decisão política de continuidade da obra em nada deve prejudicar a continuidade das ações de fiscalização para identificar eventuais condutas negligentes ou dolosas de agentes públicos ou privados, conforme o § 3º do art. 97 da lei. Quer dizer, mesmo a obra estando em andamento, não prejudica a fiscalização de condutas negligentes ou dolosas.

Voto.

Feitos esses registros, o Comitê vota pela aprovação do Anexo VI do PLN 24, de 2012, constante do Anexo II deste relatório, que contempla o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos — então, são obras por cuja paralisação nós votamos: Marginal Leste – Controle de enchentes do Rio Poty, em Teresina; conclusão das obras do Complexo Viário Baquirivu, de Guarulhos; e construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias.

Nós encontramos irregularidades e achamos por bem deixar a obra paralisada.

Os três empreendimentos citados já se encontram no Anexo VI da LOA. Entende este Colegiado que a continuidade da execução física e financeira dessas obras sem que sejam adotadas as medidas



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

corretivas exigidas poderá resultar em danos à Administração maiores que aqueles decorrentes da paralisação.

Então, realmente é importante a paralisação. Estão paralisadas, e não serão colocados recursos no Orçamento de 2013.

Ao revés, a paralisação dos demais empreendimentos classificados pelo TCU como IGP (paralisação), no total de 14 (quatorze), revelar-se-ia mais danosa à Administração e à sociedade que sua continuidade, em razão da importância socioeconômica e diante do estágio de execução das obras e serviços e/ou das providências já adotadas ou a adotar pelos gestores, conforme consignado no Anexo 1 a este relatório, razão pela qual não recomendamos a inclusão no Anexo VI do PLOA 2013, com fundamento art. 94 da Lei nº 12.708, de 2012.

- 1) Construção das tubovias do COMPERJ;
- 2) (PAC) Construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife;
- 3) Obras de Esgotamento Sanitário em Pilar;
- 4) Obras de Abastecimento de Água em Augusto Corrêa, no Pará;
- 5) Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste — Caetité-Barreiras, na Bahia;
- 6) Construção da Ferrovia Norte-Sul — Aguiarnópolis-Palmas, no Tocantins;
- 7) Obras do Terminal Fluvial de Barcelos, no Amazonas. Isso é obra do PAC;
- 8) Construção de trecho rodoviário Uruaçu-São Miguel do Araguaia na BR-080, em Goiás;
- 9) (PAC) Construção da BR-440 — Ligação entre a BR-267 e a BR-040. Realmente, é essa obra que vai continuar apenas para fazer a galeria; vai ser cancelado o contrato; e vai ser feita nova licitação;
- 10) Construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte/BR-163/PA, na divisa do Mato Grosso com o Pará, em Santarém.
- 11) (PAC) BR-448/RS — Implantação e pavimentação. É a obra em que nós estivemos *in loco*. Lá estiveram os gestores do DNIT e os técnicos do TCU, juntamente com os Deputados, visitando a obra *in loco*. Nós fomos lá.
- 12) BR-116/ — Melhoria de capacidade incluindo duplicação;
- 13) Construção de ponte sobre o Rio Araguaia, na Rodovia BR-153/TO, ligando as cidades de Xambioá, no Tocantins a São Geraldo do Araguaia; e.
- 14) Canal do Sertão – Alagoas.

Este é o nosso relatório que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu pediria primeiro a V.Exa. que apelasse para o Plenário, porque está uma zoada desgraçada, a gente não está conseguindo acompanhar a leitura por parte do Relator do Comitê de Obras com Irregularidades.

Eu queria, inclusive, consultar S.Exa. acerca da obra do COMPERJ com a PETROBRAS. Tentei acompanhá-lo, mas não consegui identificar a leitura. S.Exa. referiu-se à Refinaria; referiu-se a uma obra no Rio Poty, em Teresina; e referiu-se a uma outra unidade, acho que no Estado de Tocantins.

Mas não consegui identificar que S.Exa. teria se referido à obra do COMPERJ/PETROBRAS. Gostaria que S.Exa. pudesse me esclarecer sobre isso e, se fez referência, qual foi a posição do Comitê.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Em relação a todas estas obras aqui, a decisão do COI é de não paralisação; de continuidade da obra; de fiscalização do TCU; e de a PETROBRAS continuar em entendimento com o TCU. A obra não deve ser paralisada — ela tem 29 mil funcionários e o prejuízo será muito maior caso com sua paralisação —, mas sem prejuízo de continuar a fiscalização do TCU. Isso está contido no relatório.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - V.Exa. incluiu inclusive o Complexo Petroquímico do Rio, o COMPERJ?

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sim. Também está aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela não paralisação?

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Pela não paralisação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu gostaria de discutir, Sr. Presidente. Após esse meu pedido de esclarecimento, eu gostaria de discutir com o Relator.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão. Já está em discussão o tema.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu não sei se chegou ao conhecimento de todos os Deputados que, na sessão do último dia 5 de dezembro agora, de 2012, o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão nº 3.344, de 2012, que teve como Relatora a Ministra Ana Arraes, decide, de forma muito sucinta, determinar à PETROBRAS que, “no prazo de até 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias à anulação de todos os atos praticados desde a injustificada desclassificação de três concorrentes por inexequibilidade das propostas, (...) documentação que comprove o cumprimento desta determinação”.

Em seguida, comunicar, em cumprimento ao art. 96, à CMO que “persistem os indícios de irregularidades graves no contrato firmado com a empresa, cujo objeto é a construção da tubovia do COMPERJ, tendo sido estimado potencial dano ao Erário de R\$162.966.305,20 e que seu saneamento depende do refazimento do processo licitatório...”

A questão, portanto, é muito grave do que pura e simplesmente haver uma obra em curso, e essa obra em curso poder ser continuadamente objeto de análise do TCU. O que se está questionando aqui é a origem do processo, com os danos que são estimados num acórdão agora de 5 de dezembro.

Então, parece-nos que não é prudente para a Comissão Mista de Orçamento, no apagar das luzes desta Sessão Legislativa, em 2012, no caso específico desse acórdão votado agora no dia 5, entender que essa obra deva continuar. Não se trata de discordância ou de questionamento em relação a medições, a aquisição de insumos, a preços de contrato. Trata-se de algo que vem na origem, que é exatamente o vício no processo licitatório.

Há uma informação contida neste relatório, de que persistem os indícios de irregularidades graves no contrato assinado e que o dano potencial é superior a 160 milhões de reais.

Nesse caso, portanto, eu apelo para o Relator pela revisão do voto, para que nós acompanhemos definitivamente essa posição do TCU agora, do dia 5, e retiremos essa obra em especial da continuidade, como S.Exa. propõe.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Nobre Deputado Paulo Rubem, eu posso explicar a V.Exa.

V.Exa. não tem conhecimento, mas, após o dia 5, a PETROBRAS fez uma nota técnica e já entrou, inclusive, com recurso no TCU. O problema lá é o seguinte — vou explicar: essa mesma empresa que entrou com 580 milhões de reais, numa concorrência anterior, entrou com o preço de 1,2 bilhão de reais; a outra entrou com 1,1 bilhão de reais.

A PETROBRAS, achou o preço muito alto. Ela tem experiência de obra, ela é uma empresa antiga e tem noção dos custos de obra. Então, o que aconteceu? Ela cancelou a concorrência.

Essa mesma firma que entrou com 1,2 bilhão de reais, depois entrou com o preço de 580 milhões de reais. Como é que, numa mesma obra, a empresa entra com 1,2 bilhão de reais e depois, na segunda, com 580 milhões de reais? Ela não é confiável. Não é possível que ela possa baixar tanto, de 1,2 bilhão para 580!

Então, a PETROBRAS realmente fez uma análise completa. Por isso estão dizendo que 162 milhões de reais não existe. Realmente a PETROBRAS fez uma análise criteriosa, e eu posso fornecer essa nota técnica, se V.Exa. quiser tomar conhecimento. Por isso ela convenceu os membros do COI, que têm mais conhecimento e leram atentamente a notas técnicas da PETROBRAS. Ela já entrou, inclusive, com recurso. Além disso, há os prejuízos.

Assim, nesse contexto, nada obstante a determinação do TCU para que sejam anulados os atos do procedimento licitatório imputados como ilegais, este Comitê, ponderando as novas informações trazidas pela PETROBRAS e, sobretudo, a importância socioeconômica do empreendimento, cuja paralisação, sem que se tenham esgotados todos os recursos ao contrário, imporia substanciais prejuízos à PETROBRAS, e, consequentemente à sociedade brasileira, conforme estimado pela empresa, em decorrência de:



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

- a.1) perdas de receitas da ordem de R\$2,13 bilhões em razão da necessidade de realizar nova licitação;
- a.2) custos adicionais para preservação das instalações construídas, de R\$80 milhões, que é o canteiro de obras, porque nova licitação, novo canteiro de obras;
- a.3) custos condicionamento das unidades (R\$54,8 milhões);
- a.4) custos de desmobilização (R\$60 milhões), além da perda de 29 mil postos de trabalho, pois serão demitidas 29 mil pessoas; e
- a.5) frustração de investimentos de R\$6,3 bilhões previstos para 2013.

Propõe a não inclusão do Contrato 858 no Anexo VI do PLOA 2013, com fundamento no art. 94 da Lei nº 12.708, por julgar que esta medida atende melhor ao interesse público, sem prejuízo de voltar a examinar a matéria diante de novas informações prestadas pelo TCU e da continuidade das ações de fiscalização, de conformidade com o § 3º do art. 97 da Lei 12.708.

Então, foram tomadas todas as providências e realmente não se pode dizer que tem um sobrepreço de 163 milhões de reais. Como é que uma empresa apresenta o preço de 1,2 bilhão de reais, depois cancela e volta com o preço de 680 milhões? Quer dizer, é inexequível, é inexequível.

Então, o Comitê é composto de 10 Parlamentares, que atentamente tomaram conhecimento e convenceram neste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE - Eu quero, Srs. Deputados, Senadores, Presidente, eu quero defender o relatório elaborado pelo COI-Comitê de Obras supostamente Irregulares — sei nem por quê, se a obra é irregular, não sei por que tem esse nome —, mas nós o analisamos, com todos os critérios técnicos possíveis, ouvindo todos os setores, inclusive, o Tribunal de Contas.

E, basicamente, quanto ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro — COMPERJ, são muito parecidos com os questionamentos feitos lá em Pernambuco, Abreu e Lima. Agora, não sei por que o Tribunal julgou uma e deixou a outra obra de lado. São muito semelhantes, até porque eu tive a oportunidade de visitar Abreu e Lima, pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, e não vi nada de irregular.

O que eu vi foi o seguinte: lá havia questionamento, por exemplo, sobre — e a mesma coisa no COMPERJ, no Rio de Janeiro —, sobre a alimentação dos trabalhadores, que existem empresas que pagam 3, 4 reais, e lá se pagava 10, 12. Só que, daí, fomos avaliar, por exemplo, o que era oferecido aos trabalhadores dessas obras. O que era oferecido? Havia empresa que oferecia, lá, café com leite e pãozinho. Lá nós vimos que era café, leite, pãozinho, manga, abacaxi, melancia, melão, ou seja, é uma qualidade de vida, é melhor para os trabalhadores.

Outra questão importante é o que se paga para um trabalhador numa obra da PETROBRAS e em outras obras em que não são feitas exigências para o cumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho.

Então, eu penso que dar continuidade a essa obra... É lógico que tem que haver a fiscalização, não só pelo Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa, mas pelas Comissões do Senado, da Câmara dos Deputados, aqui, no caso do Congresso Nacional. Agora, parar a obra, o prejuízo não seria de 100 milhões, 170 milhões de reais, não sei quanto foi colocado aí; hoje, seria de bilhões. E lembrando que o Brasil teve um déficit nesse setor de derivados de petróleo, em 2011 — só para encerrar, Sr. Presidente —, de 26,5 bilhões de reais. Este ano vai para 28 bilhões, e até 2020 vai para 50 bilhões — aliás, não de reais, de dólares.

Então, essas obras não podem parar de forma nenhuma, nem Abreu e Lima, nem o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e tantas outras. Agora, têm que continuar sendo fiscalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu quero apenas ponderar aqui, e vejo que muitos Deputados e Senadores que integram esta Comissão não a integram pela primeira vez, que nós devemos ser mais criteriosos.

Perdoe-me o Relator, mas quando ele fala de uma nota técnica, nota técnica é o que mais aparece aqui. Nota técnica das empresas que são questionadas pelo Tribunal de Contas, elas são



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

produzidas em série — com todo respeito à história e à importância da PETROBRAS no setor petróleo, no setor econômico do nosso País.

Em segundo lugar, se nós formos aqui começar a corroborar com esses argumentos de que não pode parar porque dá prejuízo, então, nós vamos ter que chegar a um termo. O que nós temos visto aqui — eu exerço meu terceiro mandato neste Congresso — é que todas as vezes, quando são encontradas irregularidades as mais diversas, desde a origem, no processo licitatório, até os indícios de sobrepreço, vem o argumento: não pode paralisar, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo.

Então, nós temos que encontrar qual é o termo da fiscalização, qual é o termo da exigência da qualificação dos auditores do TCU, o papel dos Ministros daquela Corte. Ora, se é pra ter uma obra que é importante, que é estratégica, em função do plano de desenvolvimento da empresa ou do plano de desenvolvimento do País, como o PAC, todos nós somos favoráveis. O que não dá é nós recebermos esses relatórios... Na minha avaliação, permita-me V.Exa., o correto seria distribuí-los para que nós, todos os Deputados e Senadores, pudéssemos acompanhar o raciocínio dos membros do COI, do qual eu já fui membro, e ter em mãos o relatório votado pelo Tribunal de Contas da União e, ao mesmo tempo, as explicações dadas pela PETROBRAS. Isso seria a posição correta, para que tenhamos tempo e condições de analisá-lo, já que o TCU admite um sobrepreço, um prejuízo ao Erário de mais de 160 milhões. Eu não creio que o TCU esteja delirando, porque há a tradição de auxílio ao Congresso no sentido da fiscalização.

Então, Sr. Presidente, eu apelaria ao nobre Relator, insisto, para que retirasse da continuidade essa obra, que desse tempo e prazo. Nós não podemos ficar aqui como expectadores. Se a PETROBRAS entrou com recurso, é um direito da empresa, mas isso não nos impõe posição contrária em defesa daquilo que o TCU aponta, que é a preservação do Erário público.

Se não for esse o encaminhamento, a minha posição, mesmo que isolada, vai ser votar contrário ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores, a título de esclarecimento, antes mesmo de passar para o próximo inscrito...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - É o seguinte: o que ele está pedindo está transscrito no relatório e foi publicado no dia 12. Se V.Exa. não tomou conhecimento, foi porque não o leu.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Tanto tomei que eu o trouxe, está aqui mãos. Só que eu questiono se os demais Deputados tiveram acesso para poder votar, porque, se se emite um voto sem ter acesso...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Mas está no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores, só por uma questão de ordem, por dever de justiça ao Deputado Mauro Lopes, o relatório foi disponibilizado no dia 12. Todos os documentos estão em anexo. Foi aberto prazo para...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Para emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Emendas e destaques. Portanto, todos os Parlamentares tiveram amplo acesso a todas as informações.

Apreciação do Relatório nº 1 do COI, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Irregularidades Graves, sobre informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, pendentes de liberação, em 30/12/2012 — art. 122, da Resolução nº 1, de 2006 —, os seguintes avisos: Aviso 2, de 2012, Aviso 7, de 2012, Aviso 14, de 2012, Aviso 15, de 2012, Aviso 16, de 2012, Aviso 17, de 2012, Aviso 19, de 2012, Aviso 20, de 2012, Aviso 21, de 2012, Aviso 23, de 2012, Aviso 24, de 2012, Aviso 11, de 2011.

Voto pelo arquivamento dos Avisos.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Voto contrário do Deputado Paulo Rubem Santiago.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Aprovado por unanimidade.

Vamos agora ao último relatório.

Relatório nº 2 do COI.

Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 01/2006, do Congresso Nacional.

Submeto à apreciação do Plenário o Relatório nº 2, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Irregularidades Graves, que propõe atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves constantes do Projeto de Lei nº 24, de 2012.

Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Irregularidades Graves: Deputado Mauro Lopes.

Voto.

Nos termos mencionados nos itens 43 e 44 deste relatório, voto pela atualização e aprovação do Anexo VI do PLN nº 24, de 2012, constante do Anexo 2 deste relatório, que contempla o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos:

1 - Av. Marginal Leste — Controle Enchentes Rio Poty — Teresina-PI.

2 - Conclusão das Obras do Complexo Viário Baquirivu — Guarulhos-SP

3 - Construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias-TO.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concluída a votação.

Parabéns, Deputado Mauro Lopes, pelo trabalho realizado em seu nome e de todos os membros do COI. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores, item 2 da pauta.

Apreciação do relatório afinal apresentado ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Relator Geral: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 8.393 emendas. Voto favorável nos termos do substitutivo apresentado com temas e alterações decorrentes das propostas, com voto pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

O Relator-Geral está com a palavra para a apresentação do relatório final, a errata e o adendo. O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero dizer que é um prazer poder apresentar o relatório, que já está disponibilizado para as Sras. e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras. Esse relatório atende ao disposto na Resolução nº 1, de 2006, submetendo ao Plenário da Comissão Mista de Orçamento o Relatório-Geral sobre o Projeto de Lei nº 24, de 2012, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Por indicação da Liderança partidária e designação do ilustre Presidente desta Comissão, coube-nos a honrosa tarefa de exercer as funções pertinentes à Relatoria-Geral.

Desde logo, aproveitamos o ensejo para expressar nossos agradecimentos ao Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, aos conjuntos de Relatores-Setoriais, ao Relator-Geral da Receita, Deputado Cláudio Puty, e a todos os técnicos e Consultores do Orçamento, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado, que nos auxiliaram de forma extremamente competente e ágil no sentido da confecção, em um prazo muito curto, Sr. Presidente, deste relatório.

O relatório da União para 2013 tem, nos termos do substitutivo...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é a questão, Deputado?



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, o art. 128 da Resolução nº 1 diz que a apreciação dos relatórios só pode ocorrer três dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral, do Projeto de Lei Orçamentária Anual, do relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária e do relatório do Projeto de Lei do Plano Plurianual e dois dias úteis no caso das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta.

O Relator-Geral apresentou seu relatório. Fez, se não me falha a memória, duas modificações, sendo uma hoje. Portanto, eu acho que seria mais razoável que nos pudéssemos acordar, no colégio de coordenadores, as mudanças que serão feitas previamente, para um bom entendimento da Casa, como fizemos até agora — estamos conduzindo muito bem —, para que depois pudéssemos fazer a leitura do relatório. Parece-me mais razoável termos o relatório do Deputado Pestana, do Comitê de Admissibilidade, que também precisa ser lido. Eu acho que nós poderíamos fazer a leitura do relatório do Deputado Pestana. Enquanto isso é feito, a gente procura um entendimento no tocante à leitura do Relatório-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito bem.

Na realidade, essa questão foi levantada hoje e nós a analisamos de maneira muito criteriosa, inclusive, consultando a CCJ da Câmara e do Senado e os diversos Regimentos que ajudam na condução dos trabalhos da Comissão, e firmamos uma posição muito tranquila e bastante fundamentada.

O art. 128, na realidade, diz o quê? Apreciação dos relatórios. Nós temos, no art. 36 do Regimento Comum, de maneira bastante clara, que a apreciação se refere à discussão e votação e temos também, no Regulamento da Comissão, uma definição muito clara de que a leitura é a apresentação da matéria.

Portanto, se a apreciação é discussão e votação e a leitura é a apresentação, não há nada no art. 128 que impeça que o Senador possa hoje apresentar, que é a leitura do seu relatório.

Como abriremos o prazo para destaques a partir da apresentação e ele ficará aberto até o final da discussão — esta, sim, só poderá ocorrer na quinta-feira —, nós poderemos, através dos destaques, construir os entendimentos antes mesmo de qualquer votação.

Por fim, o relatório do CAE — Comitê de Admissibilidade de Emendas ainda não foi entregue à Comissão. Portanto, ele não poderia ser lido. A informação que nós temos é que, até agora, ele não entrou na Secretaria da Comissão.

Portanto, Senador Romero Jucá, a palavra está a sua disposição para concluir sua leitura.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sim.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - O Relator do CAE, Deputado Marcus Pestana, afirma que já entregou seu relatório — aqui ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Podemos até conferir na Secretaria. Mas isso também não interfere, porque...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - O que V.Exa. está propondo, segundo as informações dadas atrás, que nunca foi feito nesta Comissão até então. Se houver a leitura, como V.Exa. disse, mesmo assim caberá, portanto, não havendo acordo, as 72 horas para discutir e, depois, deliberar.

Portanto, não parece razoável a gente insistir nessa questão dessa maneira, se é possível fazer com a anuência e o entendimento do Colégio de Coordenadores, junto com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu entendo a preocupação de V.Exa., mas talvez ela nunca tenha sido colocada. Por isso, nenhum Presidente interpretou o Regimento como eu estou interpretando. Isso vai até facilitar para os próximos, porque fica a jurisprudência da minha decisão. Daqui para frente, não vai mais haver dúvidas sobre isso. Vão poder ler sempre, sem a preocupação de achar que ler é apreciar. Então, fica até um legado da nossa gestão aqui para os Presidentes futuros da Comissão.

Com relação à discussão, ela será feita na quinta-feira. Até lá, através dos destaques, nós construiremos o entendimento.

V.Exa., Relator Romero Jucá, tem a palavra à disposição para concluir sua leitura.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, quero registrar para o Deputado Duarte Nogueira que a ideia nossa é exatamente dar conhecimento inclusive de três fatos que serão adendos a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

este relatório, fatos ocorridos hoje. Portanto, poderão ser apreciados durante o dia de amanhã. Se houver acordo, nós poderemos votar amanhã; se não houver, poderemos votar na quinta-feira, cumprindo o Regimento, como disse o Presidente.

A ideia é fazer um registro rápido. O relatório está disponibilizado desde segunda-feira pela manhã. Portanto, eu quero aqui apenas registrar alguns pontos importantes. Já é de domínio público o conhecimento deste relatório.

O valor total do Orçamento da União para 2013, nos termos do substitutivo apresentado, é de 2 trilhões, 276 bilhões e 500 milhões, dos quais 610 bilhões referentes ao refinanciamento e rolagem da dívida pública, em razão do disposto no art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa rubrica deve constar de forma destacada das demais despesas financeiras.

Desconsiderando-se esse valor, o Orçamento da União, formado pelos Orçamentos Fiscal da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais, soma 1 trilhão, 666 bilhões e 500 milhões. Desse total, 110 bilhões e 600 milhões correspondem ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais e 1 trilhão, 555 bilhões e 800 milhões, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Nós temos tabelas apresentando a distribuição desses recursos.

Vamos para o cenário macroeconômico.

Nós mantivemos, no Relatório-Geral, o mesmo cenário macroeconômico encaminhado pelo relatório inicial. Mantivemos o crescimento do PIB em 4,1% e todos os dados...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, a admissibilidade...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vou responder a essa última questão de ordem.

Em primeiro lugar, eu quero me desculpar com V.Exa., porque foi entregue... Não, não foi entregue.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - V.Exa. tem que entregar, com as assinaturas, na Secretaria. Não foi entregue, certo?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - V.Exa. está certíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Então, eu gostaria que V.Exa. providenciasse a entrega formal.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu me penitencio. Como Deputado de primeiro mandato, eu ainda não consigo entender a profundidade do processo da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu também não quero...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu admito, então, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O parágrafo único do art. 25 diz o quê?

"Art.

25.....

Parágrafo único. Os relatórios das matérias de que trata o caput não poderão ser votados (...)"

Deverá ser votado? Como nós não vamos votar hoje, temos prazo para resolver. E eu tenho certeza de que será entregue dentro desse prazo, para que nós possamos votar.

Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar também que as metas fiscais previstas foram mantidas no relatório-geral, de 3,1% do PIB para o superávit primário.

As estimativas de receita foram encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, e nós tivemos uma reestimativa de receita feita pela relatoria da Receita em 22 bilhões de reais.

O parecer preliminar previu a possibilidade de o Relator-Geral fazer emendas de Relator para atender a alguns casos específicos, entre eles o atendimento da Lei Kandir, o ajuste do valor do salário mínimo; e algumas questões também, que dizem respeito a programas sociais, como Brasil sem Miséria, Comunidade Cidadã, Cidade Melhor e Defesa Agropecuária, que é algo também extremamente importante.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Nesse aspecto, eu quero registrar aqui que nós estamos levantando para a Comissão dois aspectos a respeito ainda do parecer preliminar, que foi aprovado. Eu fui procurado por diversas direções partidárias registrando a necessidade de se fazer um incremento ao Fundo Partidário. Ano passado, isso foi feito através de emenda de Relator: ano passado, a proposta do Executivo continha cerca de 200 milhões de reais de Fundo Partidário, que foi ampliado através de emenda em mais 100 milhões de reais.

Este ano, novamente duzentos e poucos milhões foram encaminhados para o Fundo Partidário, mas, infelizmente, nós não tivemos a emenda das comissões para atender ao Fundo Partidário, nem fui procurado antes da aprovação do parecer preliminar para colocar como exceção essa possibilidade de fazer emenda de Relator para atender ao Fundo Partidário.

Então, como fui procurado por diversos partidos, estou colocando a possibilidade para a Comissão avaliar: se nós teremos condições de fazer a emenda de Relator, portanto de modificar o parecer preliminar, para que eu possa fazer uma emenda de Relator para atender novamente ao Fundo Partidário com os 100 milhões de reais, realizando, assim, um corte específico no Orçamento para atender a essa questão.

Da mesma forma, fui procurado pela bancada do Tocantins para colocar uma questão importante, uma emenda de bancada admitida no ano passado e inadmitida neste ano. Isso fez com que o Tocantins tivesse um prejuízo. É o único Estado que não está alcançando a média dos três últimos anos, por conta da exclusão dessa emenda. É uma emenda que foi levantada pelos Senadores e Deputados do Tocantins. Eu não tenho como retomar a emenda que foi anulada pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas. Posso sim, se houver autorização do Plenário, refazer a emenda como emenda de Relator. Para isso, eu preciso também de uma excepcionalidade dada pela Comissão, para que o Relator faça esse atendimento.

Vou colocar essa questão também. Está aqui o Senador do Tocantins que vai tratar dessa questão. Nós vamos tratar disso durante a discussão, mas eu faço questão de referenciar essa questão na apresentação do relatório exatamente para que fique pautado esse tema para quando do momento da discussão.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Relator, pela ordem.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Pois não, Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Eu quero colocar um assunto que é semelhante à questão do Tocantins. Eu estava conversando aqui com o Deputado Marcus Pestana, que fez um excelente trabalho no Comitê de Admissibilidade. A conversa retrata realmente isso.

Nós recebemos uma informação inicial a respeito da inadmissibilidade. Depois, o relatório setorial a trouxe como emenda parcialmente aprovada. É uma emenda importante, é um ramal ferroviário que precisa ser consertado — vai passar por ele a celulose que começa a ser produzida pela Eldorado Brasil —, além de um projeto de minério, chamado Vétria, que vai ser feito no Mato Grosso do Sul pela ALL — América Latina Logística.

Esse ramal precisa receber reformas, e a assessoria achou que não era uma questão nacional, mas é, porque todo esse movimento de Corumbá com minério e de Três Lagoas com celulose vai até o Porto de Santos e tem que passar por esse lugar. Por conta disso, houve uma informação equivocada de que ele estaria aprovado. Está no relatório setorial. Agora, ele não consta mais do relatório-geral. Eu vou pedir a V.Exa. que coloque também essa matéria em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu quero chamar a atenção de V.Exas. para que nós não estamos na fase de discussão. Se eu permitisse a discussão, eu estaria entrando em conflito com o art. 128.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, V.Exa. tem razão. É só que, como surgiu o assunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Como V.Exa., amanhã, não vai estar aqui, eu fui tolerante, para que pudesse...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Não, eu vou estar sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Ah, que bom! Se eu soubesse, não teria lhe dado a palavra.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu não estou fazendo estas colocações como discussão, mas levantando apenas o tema para posterior discussão. Eu estou tornando pública essa questão porque fui procurado pela bancada do Tocantins, fui procurado pelo Deputado Milton Monti e recomendei a S.Exa. que colocasse também essa questão, porque é diferente, é uma emenda de comissão que, na verdade, foi inadmitida. Mas, havendo decisão do Plenário, eu poderei restabelecer a emenda como emenda de Relator — só se for autorizado — num adendo ao parecer preliminar.

Por isso, estou relatando aqui essa questão de forma transparente, como é também a do Fundo Partidário. Fiz questão de levantar o problema porque são apenas essas as modificações que eu estou levantando para discussão no parecer preliminar, nenhuma outra, a não ser a do Fundo Partidário, a da emenda do Tocantins e agora, levantada pelo Deputado Milton Monti, a da emenda de comissão que diz respeito ao ramal ferroviário.

Bem, ainda na apresentação, nós queremos tratar da compatibilidade do projeto de emendas com as normas constitucionais legais. Todos os projetos de emendas, no nosso entender, que foram apresentados à Relatoria-Geral estão de acordo com as normas vigentes.

Na questão da saúde, nós, no relatório-geral, ampliamos, do projeto inicial para o relatório final, o dispêndio, o investimento com saúde em 5 bilhões e 100 milhões de reais, inclusive através de emendas individuais, quando o relatório preliminar previu que 2 milhões das emendas individuais de cada Parlamentar seriam direcionados para saúde.

Nós temos, no relatório da saúde, uma diferença ou uma discordância de parte do relatório setorial, feito pelo Senador Flexa Ribeiro, no que diz respeito ao enquadramento de despesas no ID Uso 6, que caracteriza o recurso para gasto obrigatório com saúde, fazendo parte do cálculo constitucional da despesa com saúde. Nós vamos tratar disso na discussão. Eu acatei parcialmente a indicação do Senador Flexa Ribeiro e discordei de outros pontos. Nós estamos preparados para discutir isso na emenda, na discussão da matéria.

Quero registrar que o Governo cumpriu a regra de ouro das finanças públicas, que é evitar a utilização de receitas oriundas de empréstimos e emissão de títulos para despesas de custeio. Isso foi cumprido aqui no Orçamento.

Na questão do limite com despesa de pessoal, foi cumprida a legislação fiscal.

Eu quero registrar também que um novo adendo que estou apresentando para discussão é exatamente o documento que a Comissão recebeu hoje, que agrega ao aumento de 5% de reajuste salarial para algumas categorias que não tinham feito o acordo com o Governo Federal em agosto. Nós vamos colocar, se for a decisão da Comissão, isso no relatório, mas vai ser necessário ainda o Governo mudar a LDO e aprovar uma lei para dar o reajuste a essas categorias. Basicamente, são funcionários do INCRA, da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco Central e de outras categorias que também não tinham assinado o acordo de 5% e, portanto, tinham ficado fora do envio da proposta orçamentária quando do final de agosto. Isso também está sendo anexado e será distribuído aos Srs. Parlamentares.

Nós temos que registrar que o investimento do Orçamento da União com o incremento do relatório-geral foi ampliado em 20 bilhões e 500 milhões de reais. Portanto, nós estamos ampliando os investimentos.

Estamos acatando o relatório das obras com indícios de irregularidades graves da forma como foi aprovado na comissão específica.

Apresentamos solução para a Lei Kandir — fomento a exportações.

Também para revisão dos benefícios previdenciários, no que diz respeito ao recálculo do valor do salário mínimo, que ficou em 674 reais e 96 centavos. Portanto, isso levou a uma emenda de Relator de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

No que diz respeito às emendas de texto, foram apresentadas 87 emendas. Foram atendidas total ou parcialmente 15 emendas e rejeitadas 72 emendas. Além disso, oito emendas que propunham alterações ao Anexo V, tratando das despesas com pessoal e encargos, foram rejeitadas.

Portanto, face ao exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2012, com esses registros que fiz, colocando em apreciação o debate, no momento apropriado, a V.Exas. para que eu possa esclarecer qualquer ponto e nós possamos, com a contribuição, melhorar o relatório no debate e na aprovação da Comissão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Era esse o relatório, Sr. Presidente. Eu peço, portanto, sua aprovação, com os adendos a que fiz referência nesta apresentação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente...

O SR. SENADOR JOÃO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, é claro que nós vamos ainda discutir o relatório do Senador Romero Jucá e, em seguida, fazer a sua deliberação, mas já quero cumprimentar o Relator pela condução, pela maneira adequada, correta e democrática com que conduziu até agora sua tarefa importante da Relatoria-Geral do Orçamento de 2013.

Da parte do PSDB, quero anuir com os adendos que serão incorporados pelo Relator, como já dito, do Fundo Partidário, do assunto do Tocantins, da proposta trazida pelo Deputado Milton Monti e daquilo que já foi colocado pelo Relator, e quero sugerir que nós já façamos a apreciação dessas alterações pelo Plenário e encerremos a reunião em seguida.

O SR. SENADOR JOÃO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senador, por gentileza.

O SR. SENADOR JOÃO COSTA - Quanto à questão do Tocantins, Sr. Presidente, nos últimos 3 anos, a média de recursos reservada às emendas de bancada foi de 477 milhões de reais. Este ano, apenas 284 milhões. Ou seja, tivemos uma perda de 193 milhões de reais.

Uma emenda que vinha sucessivamente sendo colocada nos três últimos anos é retirada e descompensam todos esses valores. Ou seja, nós perdemos aqui, numa emenda para recuperação de travessias urbanas na BR-153, que é a Belém-Brasília, 31.687.665 reais.

Então, a preocupação do Senador João Ribeiro — e por isso ele subscreveu esse requerimento — é no sentido de devolver, excepcionalmente, como emenda de Relator, esse valor para a nossa bancada.

Por que eu pedi a palavra, Senhor Presidente? Amanhã, os três Senadores do Tocantins não estarão aqui. Nós estaremos em Tocantins acompanhando a Presidente Dilma. Por esse motivo, eu gostaria de passar às mãos do eminentíssimo Relator o meu requerimento, que foi protocolado no dia 17, pedindo que constasse da ata desta reunião.

O SENHOR PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Senador. Nós temos o compromisso de buscar uma solução.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra. Eu não sou membro desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Mas é um prazer recebê-lo aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu estou Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa, comissão cujo histórico de luta pela saúde é muito caro a todos os seus pares. A CSSF gestou a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, tendo trabalhado durante 12 anos por sua regulamentação, e viu frustrados os seus resultados no que diz respeito a acréscimo de recursos. O único ponto na regulamentação da Emenda que pôde ser, digamos assim, celebrado pelo setor foi exatamente a definição de quais são as ações em saúde lançadas nos Orçamentos para fins de cálculo do piso constitucional por parte da União, dos Estados e dos Municípios.

A Lei Complementar nº 141 foi sancionada neste ano, no dia 13 de janeiro de 2012. Portanto, este é o primeiro Orçamento da União a ser votado sob a égide da Lei 141.

Desde o início, desde a vinda da peça orçamentária, desde o relatório preliminar, a Comissão manifestou, pelo Regimento Interno, o interesse de deliberar sobre o mérito dessa questão, como é regimental. V.Exa. deliberou e assim nós fizemos, tanto a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara como a Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Ambas as Comissões deliberaram, por unanimidade dos membros, de maneira suprapartidária, de maneira convicta de que, se nós procedermos com o Orçamento da União lançando resíduos sólidos, lançando saneamento básico, lançando Agência



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Nacional de Saúde, lançando HEMOBRÁS, lançando academias ao ar livre e lançando REUF, nós estaremos dando um sinal verde para que todos os Estados e Municípios do País interpretem e flexibilizem a lei votada nesta Casa e sancionada pela Presidente em janeiro. E isso acarretará, ao contrário do que diz o Relator — que isso garante mais recurso para a saúde — uma enorme fuga de recurso da saúde.

Então, em função dessa discussão sobre o relatório do Relator, o Regimento diz que tem que ser citada expressamente no relatório a deliberação da comissão permanente — lá não está. E, quando da votação da matéria, nós faremos algumas questões de ordem, e isso pode ser judicializado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O que não foi citado? Eu não entendi.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MANETTA - Senhores, “a participação de comissões permanentes no estudo de matérias orçamentárias obedecerá às seguintes normas”, e seguem-se os itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”. Diz o item “e”: “O parecer do Relator da Comissão Mista deverá fazer referência expressa ao ponto de vista expedido pela Comissão Permanente”, o que não consta do relatório”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores, Senador, por gentileza, eu não quero aqui incorrer numa questão regimental. O art. 128 não permite discussão da matéria antes de 72 horas. Eu não posso permitir que V.Exas. incorram nesse conflito regimental.

O SR. DEPUTADO MANETTA - Só uma participação a título de colaboração com o Relator.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu gostaria que ficasse adiada a discussão de conteúdo da matéria para um momento oportuno. Mas, em questão de ordem, evidentemente que os Deputados têm toda a liberdade.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, sem entrar no mérito ou em juízo de valor, e aprendendo muito, porque eu preciso acumular experiência sobre a dinâmica da Comissão de Orçamento e sobre a dinâmica do Congresso, eu gostaria que ficasse registrado em ata e nos Anais — porque eu acho que é um alerta para o Congresso, acho que todos nós temos essa preocupação de reconquistar as prerrogativas do Congresso Nacional — o artigo do ex-Ministro Maílson da Nóbrega, que chama a atenção para a perda de controle democrático do Congresso sobre uma parte significativa do Orçamento, com a reedição do orçamento monetário, através dessas operações de venda de títulos e de conexão direta do Tesouro para o BNDES, o que é um absoluto atraso institucional e um retrocesso imenso. Eu distribuí o artigo para alimentar a reflexão dos Deputados sobre a importância de o Congresso recuperar... Porque depois reclamamos do Supremo e da opinião pública. Queria aqui deixar registrado esse artigo e também a minuta de relatório do Comitê de Admissibilidade, até para que fique registrado que não houve negligência.

Olhem que desde o movimento estudantil eu sou um especialista em mobilização, mas eu tive uma dificuldade enorme de mobilizar *quorum* e assinaturas. É um aprendizado. Sou um tanto ingênuo. Não conheço muito a dinâmica da Casa. Desde os 16 anos eu tenho expertise em mobilização, mas a tarefa mais difícil que eu tive foi mobilizar *quorum* e assinaturas.

Mas, em homenagem à assessoria técnica e à pedra de toque que vamos discutir, a questão da saúde, que agride uma recente conquista muito limitada — não vou discutir o mérito, mas vou discuti-lo amanhã, se houver possibilidade. Mas eu queria deixar isso consignado em ata e nos Anais desta importante e tão prestigiada Comissão, porque a democracia se calca na Constituição e no Orçamento — esse foi o avanço da democracia moderna. Se dinamitarmos o Orçamento e a Constituição, as bases da democracia vão embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, eu queria passar às mãos do senhor o artigo do ex-Ministro Maílson da Nóbrega *De volta às trevas orçamentárias*. E a minuta que eu não colhi as assinaturas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não quero, de forma alguma, Deputado Marcus Pestana, que V.Exa. entenda que eu fiz qualquer juízo de que pudesse ter ocorrido negligência. Eu sei do esforço que foi feito, e nós vamos ter que votar este relatório antes da votação do Orçamento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Será?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Claro, ele terá oportunidade de ser debatido, discutido.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Se ocorrer *quorum*, nesse caso aí. Mas eu vou aprender...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Só um minutinho, senhores. (Pausa.) O Deputado sabe disso.

É questão de ordem, Deputado Valtenir? V.Exa. tinha pedido antes.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Eu quero registrar a questão da Defensoria Pública. Nós apresentamos uma emenda de Comissão, da CCJ, e esta emenda não recebeu nenhum valor de acréscimo. E é para chamar 150 defensores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Nós vamos discutir isso quando da discussão do relatório. Há, inclusive, uma posição de boa parte da bancada do Partido dos Trabalhadores de colocar essa questão como uma das questões prioritárias perante o Governo para votação do Orçamento.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Nós vamos precisar muito, Sr. Presidente, da compreensão do Relator-Geral para poder resolver essa questão, porque o Brasil todo está precisando de defensor público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado.

Eu estou entendendo que está havendo uma tentativa de enrolar o Presidente e o art. 128 com questões de ordem...

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - De forma alguma, Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Este Deputado não quer enrolar a Presidência, mas apenas elogiar — se o Deputado Milton Monti permitir entre uma questão de ordem e outra — o parecer do Relator-Geral, Senador Romero Jucá. Além de fazer um belo trabalho, o Senador teve muita paciência e flexibilidade, ao longo dos diálogos, inclusive com as bancadas dos diversos Estados do País, que, ao momento em que conversavam com os Relatores Setoriais, encontravam dificuldades orçamentárias, recorriam ao Relator-Geral e sempre tiveram a maior das boas vontades deste Relator.

Quero também tirar uma dúvida, ao final — não me ficou claro —, sobre Fundo Partidário. Como esta Comissão vai dar autorização a V.Exa. para que modifique o relatório preliminar?

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Essa é a questão de ordem que eu estou levantando, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Pois é. Então, até aproveito... Apenas para esclarecer esta Comissão.

E, por último, quero fazer aqui um apelo para que o Relator-Geral e o Deputado Mandetta, Presidente da Comissão de Seguridade Social, possam, ao longo do dia de amanhã, dialogar de forma particular, porque esse assunto é bastante complexo. Pelo que eu acompanhei ao longo do dia do Deputado Mandetta, a Comissão de Seguridade Social está se encontrando extremamente desconfortável com a inclusão desses seis pontos, como sendo itens para atingir os percentuais da saúde. Sem querer entrar no mérito, mas apenas fazendo um apelo ao Relator, que teve tanta flexibilidade, ao longo desses meses em que elaborou seu relatório, que tenha este último ato, principalmente com a Comissão de Seguridade Social, com o Deputado Mandetta e com os outros que aqui, sem sombra de dúvida, não abordaram esse tema, mas que também se encontram desconfortáveis.

Então, a minha intervenção é apenas no sentido de elogiar V.Exa. pelo relatório e pela flexibilidade.

V.Exa. sabe que sempre esteve com os representantes de diversas bancadas de todos os Estados e sempre tentou atendê-los da melhor forma possível. Aproveitando aqui a questão de ordem do Deputado Milton Monti e também o meu questionamento, como ficará resolvida esta questão do Fundo



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Partidário que, sem sombra de dúvida, aflige a todas as bancadas de todos os partidos do Congresso Nacional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Temos a questão de ordem do Deputado Milton Monti. Depois eu vou encaminhar esta reunião.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Em relação justamente a esse assunto, eu quero cumprimentar V.Exa., Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É muito contrabando para...

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Nós não estamos discutindo o relatório ainda, e eu vou justificar por quê. Nós temos três questões que o Relator, com toda a sua propriedade e conhecimento... O Relator é Senador experiente desta Casa e desta Comissão, especialmente, como todos aqui o são. Em três questões específicas — Fundo Partidário, a questão trazida por Tocantins e a trazida por mim, da Comissão de Viação e Transportes —, S.Exa. precisa de uma autorização deste Plenário para que possa introduzir isso no relatório, para que, depois de introduzido, se autorizado pela Comissão, entre então na discussão do relatório.

Pelo que ouvi aqui do Deputado Duarte Nogueira, essa é uma questão que parece ser consensual. Então, quero submetê-la a V.Exa., para saber se esta Comissão pode tomar essa decisão.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu poderia fazer uma observação e ir na mesma direção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senador.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Primeiro, eu quero agradecer as palavras ao Deputado Felipe Maia. Depois, quero dizer que estou pronto para fazer a discussão sobre a saúde. Dos seis pontos que foram levantados pela Comissão de Seguridade, dois nós retiramos, efetivamente. Estamos à disposição para discutir os outros, mas eu entendo que o que estamos fazendo é agregar despesa à saúde, ampliar o limite da saúde, e não há em tese correspondência com os Estados. Os dois pontos que eram os mais questionáveis, que era a questão do lixo, da coleta de lixo, e a questão do funcionamento da Agência Nacional de Saúde, eu já retirei do relatório. Os outros pontos eu estou à disposição para discutir. Não é um desrespeito nem ao Senador Flexa Ribeiro, a quem esbocei minha posição, nem à Comissão de Seguridade.

Quero dizer que o documento encaminhado pela Comissão de Seguridade foi referenciado no relatório do Senador Flexa Ribeiro. E eu referenciei o relatório do Senador Flexa Ribeiro. Então, de certa forma, essa questão foi tratada no meu relatório. Mas nós estamos exatamente prontos para discutir e verificar qual vai ser a decisão da Comissão. A decisão que for da Comissão, claro, nós vamos acatar.

Quero registrar o seguinte: apesar de nós estarmos apresentando o relatório final e geral do Orçamento, o ponto que diz respeito aqui às três emendas não faz parte do Relatório-Geral. Na verdade, é uma autorização, é um adendo ao relatório preliminar. Então, o que estou pedindo aqui é que esta Comissão autorize hoje um adendo ao relatório preliminar, autorizando-me a fazer emenda de Relator para o fundo partidário, para a bancada de Tocantins e para a questão da substituição da emenda da Comissão.

Portanto, não é discussão nem votação do Relatório-Geral, mas do relatório preliminar, que já foi aprovado e discutido há um tempo. Portanto, isso pode ser feito tranquilamente se for a decisão da maioria dos senhores e senhoras.

Quanto ao mérito da discussão do Relatório-Geral, aí, sim, nós discutiremos amanhã essa questão da saúde, as outras questões, a questão dos servidores, a questão da Defensoria Pública, que estamos tratando junto ao Governo.

Quero registrar que, na questão da Defensoria Pública, até por um respeito à Defensoria, de quem eu sou ardente defensor, a ideia é que possamos negociar com o Governo uma forma de chamamento desses servidores. Não adianta impor efetivamente uma emenda e o Governo vetá-la depois, não chamar os servidores. Então, isso está sendo negociado com o Governo Federal através do Presidente Paulo Pimenta, através do Deputado Cláudio Puty, através de mim e de outros Parlamentares que trataram dessa questão.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Então, há toda uma boa vontade no sentido de tentar construir uma saída para a questão da Defensoria. Não é simplesmente a colocação da emenda que vai resolver o problema. Senão, seria fácil colocá-la e, depois, seria vetada e não teríamos nenhuma responsabilidade.

Para encerrar, gostaria de pedir a votação do adendo para fazer as três emendas que referenciai. E a discussão da questão da saúde e de outras matérias nós faríamos oportunamente, quando forem autorizadas pelas Lideranças ou for cumprido o Regimento da forma que se expressa.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, por uma questão de organização da própria reunião, o Relator acabou de colocar aquilo que até já havíamos dito há instantes, na forma de votar, deliberar sobre o adendo, para que S.Exa. possa ter autorização da Comissão para fazer esses ajustes que foram aqui colocados no parecer preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Estamos providenciando o requerimento formal para poder submetê-lo...

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - E, em seguida, quero dizer a V.Exa. que o roteiro que V.Exa. vai fazer, antes do encerramento da reunião, ou seja, dar por lido o parecer, abrir a discussão para que possamos apresentar os destaques, mas sem encerrar a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado, veja bem. Por mais que nós façamos na quinta-feira a discussão e a votação, temos um conjunto de questões a ser resolvido pela Comissão. Por exemplo, para que possamos tratar da alteração do Anexo V, temos que fazer uma mudança na LDO. Amanhã, chegará ao Congresso Nacional um PLN que altera a LDO, de modo a abrir prazo para que possa ser encaminhada essa questão do anexo. E esse tema terá que ser tratado amanhã, bem como outros temas.

Espero que possamos, durante o dia de amanhã, construir um entendimento que nos permita iniciar a discussão. Havendo compromisso de que a votação será na quinta-feira, não vejo por que não. Em poucos minutos, quantos Deputados já mostraram interesse em discutir alguma matéria? Por que não, conforme acordo e entendimento, amanhã, termos um bom prazo para que todos os Parlamentares apresentem aqui suas questões?

Então, vamos tentar fazer esse esforço. Vou chamar uma reunião para amanhã às 10h. Ela já está convocada. Depois, teremos outra às 14h30min; outra, às 18h; outra, às 20h. Na quinta-feira, há uma série de reuniões já convocadas.

Requerimento do Senador Romero Jucá, para inclusão na pauta, nos termos do art. 204, parágrafo único, de proposta de alteração do parecer preliminar.

Os Srs. Deputados que concordam com a inclusão na pauta permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos votar o requerimento.

Proposta de alteração nº 2, de 2012, ao parecer preliminar ao PL nº 24, de 2012, aprovado em 20 de novembro de 2012.

Seção V - Das Emendas do Relator. Inclua-se novo item, com a seguinte redação:

17.1. Há alocação de recursos à Funcional Programática 28846090904130001, manutenção e operação dos partidos políticos nacionais até o valor de 100 milhões de reais.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Pelo PDT.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, entendemos que qualquer negociação que pudesse ter sido feita antecipadamente com o Poder Executivo estaria amparada para que viesse na proposta de Orçamento uma revisão das cotas do Fundo Partidário. A inclusão, sem esse processo de negociação, nesse período de fim de ano, sob nosso ponto de vista, vai gerar, contra o Congresso, contra a Comissão Mista de Orçamento, contra os partidos políticos, uma situação bastante crítica por parte da mídia.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Essa é uma matéria com a qual não temos a obrigação de nos expor. Quero, portanto, pela Liderança do PDT, encaminhar minha posição contrária. Entendo a preocupação do Relator. Isso deve ter sido fruto de diálogo, entendimento, ponderação entre as Lideranças. Mas não me sinto autorizado pela bancada do PDT a concordar com a inclusão desse tema, porque entendo que ele vai nos expor, independente do mérito e da necessidade, vai nos colocar em uma posição muito precária. Isso vai ser traduzido pela grande mídia como um presente de Papai Noel para os partidos políticos de mais de não sei quantos milhões.

Eu acho que não precisamos nos expor dessa forma. Se há legitimidade, na defesa da revisão das cotas do Fundo Partidário, que isso possa ser feito no momento, com mais amplitude, com mais abertura. Creio que não é contra isso que o Relator se posiciona, evidentemente. Mas como Líder do PDT, aqui, eu quero encaminhar particularmente contrário à inclusão desse ponto.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, apenas quero fazer uma observação, até para que o Plenário fique informado da forma correta. Não estamos fazendo revisão dos valores do Fundo Partidário deste ano. Estamos restituindo o valor deste ano. No ano passado, houve também uma emenda de 100 milhões. Portanto, o valor do Fundo Partidário que está vigente é o valor acrescido a essa emenda que estamos colocando agora. Se não colocarmos a emenda, nós vamos reduzir o Fundo Partidário em 30%, o que efetivamente é um valor extremamente significativo e vai criar problemas para os partidos políticos, inclusive com demissão de pessoal e série de questões.

Então, gostaria de dizer que não estamos fazendo nenhum acréscimo ao valor do Fundo Partidário deste ano. É importante que fique claro. Estamos apenas recompondo um valor que já é atualmente efetivado para os partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Acho que está claro. Está bastante claro. O que o Senador explicou agora é fundamental. Não haverá nenhum acréscimo de valor no Fundo Partidário com relação àquilo que já está em execução no Orçamento de 2012.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Pelo contrário, Sr. Presidente. Em termos reais, há um decréscimo, já que não há aumento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Exatamente.

Em votação a proposta que li, há poucos minutos, de alteração ao PL nº 2, de 2012, ao parecer preliminar.

Representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. Com o voto contra do Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.)

Aprovado.

Representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo item.

"Requeiro inclusão na Ordem do Dia, nos termos do art. 214, de proposta de alteração".

É aquela questão para atendermos ao Tocantins:

"Requeiro autorização para inclusão na pauta".

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Proposta de alteração do Parecer Preliminar nº 24, de 2012.

Inclua-se novo item na Seção V - Das Emendas do Relator: alocação de recurso à Funcional Programática 26782207571430017, adequação de trecho rodoviário na BR-153 do trecho divisa de Goiás-Tocantins-Wanderlândia, no Estado de Tocantins, até o valor de 30 milhões de reais.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, pela ordem. O outro destaque diz respeito ao ramal ferroviário. Esse é o de Tocantins. Então, na verdade, o que nós aprovamos anteriormente foi o do ramal ferroviário. Agora, nós estamos votando o de Tocantins.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não votamos ainda. Só Fundo Partidário, por enquanto. Depois vai ter o terceiro.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Aprovou a inclusão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vamos votar agora esse. Depois vamos votar o terceiro.

Em discussão.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está chegando ao nº 3.

Antes de chegar ao nº 3, quero dar conhecimento a V.Exas. de relatório parcial da comunidade criada no e-Democracia para a discussão da Lei Orçamentária: comunidade virtual criada com o objetivo de promover o amplo debate da sociedade sobre a Lei Orçamentária.

Entre os dias 24 de outubro e 17 de dezembro, 2.526 pessoas participaram dessa discussão. Vinte mil e setecentos e vinte e oito páginas foram visualizadas: 28,23%, Brasília; 12,3%, Belo Horizonte; 5,91%, São Paulo; 5,45%, Rio de Janeiro; 3,87%, Salvador.

O debate foi realizado de diferentes formas de participação. Cento e cinquenta e seis sugestões de emendas às despesas foram enviadas aos Parlamentares.

Foram apresentadas 156 sugestões, que corresponderam a 53 ações orçamentárias, 188 emendas de bancadas, 25 emendas de Comissão e 3.425 emendas individuais. Convergiu para essas emendas um total de 3.638.

Amanhã vamos trazer um relatório completo de participação da comunidade.

Parabéns a nossa equipe do e-Democracia!

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Sr. Presidente, pela ordem. Antes de V.Exa. encerrar, por orientação do Relator, gostaria de pedir aos pares a aquiescência, a fim de promover uma pequena alteração numa emenda de minha autoria, individual, ou seja, modificar a localidade de alocação do recurso. Eu consignei 500 mil reais para a Universidade Federal de Campina Grande construir um anfiteatro. Em virtude de um equívoco, no momento da digitação, foi consignada a sede da Universidade Federal, em Campina Grande, e não o campus, onde eu efetivamente gostaria de alocar recurso, na cidade de Sousa, interior da Paraíba.

Então, gostaria de solicitar a aquiescência, por orientação do Relator, aos pares nesse sentido.

Não há modificação quanto à unidade orçamentária; não há modificação quanto ao objeto; não há modificação quanto ao valor; apena quanto à localidade onde está instalado o campus da Universidade Federal de Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhores, em discussão a solicitação do Deputado Leonardo Gadelha.

Parece-me bastante razoável, inclusive seremos convidados para a inauguração desse anfiteatro, em Sousa — churrasco, carne de sol, ...

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - ... Toda Comissão, em Sousa.

Em discussão.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Os Srs. Senadores ...

A comunidade de Sousa agradece. Foi autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quero agradecer aos taquígrafos Eliana e Mário, que permanecem até agora conosco.

Estamos só aguardando chegar aqui a redação da proposta do Deputado Milton Monti.

Os Srs. Deputados que quiserem fazer algum registro, desde que não seja considerado discussão ...



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

(Não identificado) - Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Romero Jucá pelo seu relatório, parabenizar também esta Comissão pelas emendas, pelas propostas e pelo entendimento que está sendo formado aqui pelo diálogo democrático e pelas mentes inteligentes do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, gostaria também de cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos e da mesma forma cumprimentar o Senador Romero Jucá. V.Exas., que já têm vários mandatos nesta Casa, sabem que esta é uma Comissão muito importante do Congresso Nacional.

Acho que com todas as discussões que já tivemos e que haveremos de ter ainda sobre várias questões — saúde, controles orçamentários, obras em andamento —, nós estamos realizando um trabalho bastante satisfatório. Eu já participei, em outras ocasiões em que chegávamos próximos aos dias 29, 30 de dezembro ainda numa situação muito mais crua do que estamos vivendo neste momento.

Por isso quero aqui cumprimentar V.Exa. pela condução dos trabalhos e todos os coordenadores partidários que têm assento nesta Comissão. Os coordenadores, que representam os partidos políticos nesta Casa, evidentemente, desempenham um papel fundamental no sentido de encontrar consensos para que o Orçamento Geral da União possa ser votado. É uma peça importante.

Sabemos que o orçamento brasileiro ainda está longe de ser o ideal, no sentido, inclusive, da sua própria execução. Temos que aprimorar a execução do orçamento, temos que tratar a questão das emendas individuais, de que forma o orçamento deve ser realmente executado. Vejo que esta Comissão tem, ao longo desses anos, avançado muito no seu controle, na observância das questões constitucionais, das suas atribuições. Enfim, acho que estamos chegando neste dia 18 numa situação que vai ensejar ainda uma série de discussões. Sem dúvida, é uma situação que pode remeter aqui... A permanecer o entendimento, essa boa convivência de todos os partidos da Casa, nós vamos conseguir terminar o ano com o Orçamento Geral da União votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Milton Monti.

Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, atendendo ao chamamento de V.Exa., quero fazer aqui também um breve registro.

O primeiro deles é com relação à condução da Presidência, não porque já conheça e seja admirador das qualidades pessoais de V.Exa., Deputado Paulo Pimenta, há muito tempo, mas, sim, pelo desempenho que V.Exa. tem e está tendo, à frente desta Comissão — difícil e importante Comissão.

A condução desta Comissão exige muita tranquilidade, muita capacidade de negociação. Há uma tendência — eu sei por que já estive do outro lado — de o Poder Executivo sempre ter um pouco mais de participação neste momento. O Presidente, com toda a qualificação pessoal que tem, com todo o respeito, com toda a consideração, conseguiu demarcar bem o território que é do Poder Legislativo e o território que é do Poder Executivo.

Este é um registro importante porque — eu que estou aqui há muito anos e já participei desta Comissão em outras oportunidades — nós vamos ver que a máquina, a estrutura da Comissão melhorou muito, e os Parlamentares procuraram fazer jus e incorporarem-se a essa melhoria da atividade. Portanto, V.Exa., Sr. Presidente, tem conduzido muito bem.

Há também uma palavra ao nosso Relator, Senador Romero Jucá, companheiro de partido, amigo pessoal, mas que foi o chefe nosso. Eu fui Relator Setorial e tive o privilégio de dividir com S.Exa. algumas preocupações. Sorte minha que as reclamações caíram nele e não em mim, portanto, eu quero aqui agradecer o anteparo, o para-choque. Foi muito facilitada a nossa participação, o nosso trabalho pela qualificação e compreensão do nosso Relator, que se multiplicou e cobriu a parte dele e dos Relatores Setoriais também.

Por último, a nossa assessoria aqui na Comissão que, da melhor e mais alta qualificação, facilitou o nosso trabalho, fez com que estivéssemos, no tempo — nós estamos relativamente adiantados em relação ao que já se viu —, conseguindo dar cabo da nossa missão. Quero, desde já, cumprimentá-la.

Por fim, não poderia deixar de falar ainda sobre a questão dos nossos defensores públicos federais. Há, pelo que sinto, um semicomprometimento de toda a Casa para nós construirmos uma solução para que o Brasil não fique com a sua população mais necessitada sem o atendimento da sua necessidade maior, que é ter acesso ao Poder Judiciário. Sem acesso ao Judiciário por parte da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

população, o sistema republicano fica efetivamente deficitário. Não se caminha só com dois desses três importantes Poderes.

Portanto, Sr. Presidente, parabéns e obrigado pela distinção de ter participado desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

Deputado Marcus Pestana. Depois vamos encaminhar.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, eu quero fazer uma semiobservação (risos) na minha semi-ingenuidade de professor de Economia, mas só para aduzir um argumento.

O Congresso é muito pródigo no autoelogio. A gente fica aqui enaltecedo o nosso valor institucional, e nem sempre a opinião pública tem a mesma percepção. Eu queria só dar uma dimensão da gravidade do orçamento monetário paralelo. Há o diligente esforço do nosso experiente Relator, Senador Romero Jucá, todo esse trabalho de 15 bilhões, mas nós, em 5 anos, já colocamos 300 bilhões no BNDES, fora de qualquer controle da sociedade e do Congresso. São decisões burocráticas onde se escolhem vencedores e perdedores.

O nosso experiente e nada semirelator Romero Jucá — é um Relator por inteiro — só consegui influir em 15 bilhões de decisões, enquanto, para alguns burocratas, é transferido um poder que a sociedade não lhes deu de manipular 300 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

O SR. SENADOR JOÃO COSTA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senador.

O SR. SENADOR JOÃO COSTA - Em meu nome e em nome da bancada do Tocantins, agradeço pela compreensão e atenção de V.Exas., dos demais integrantes desta Comissão e dos servidores desta Casa que tanto contribuíram para que tudo acontecesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Senador.

"Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão da Proposta de Alteração do Parecer Preliminar nº 013/2012."

Em discussão. (Pausa.)

Em votação na representação da Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Proposta de alteração do parecer preliminar ao PLN nº 24, de 2012, Seção V, Das Emendas de Relator. Inclua-se novo item, a chamada "Emenda Deputado Milton Monti". Vou batizá-la dessa forma.

Inclua-se 17.1.14: alocação de recursos, classificação funcional e programática, em adequação de ramal ferroviário no perímetro urbano para eliminação de pontos críticos entre os Municípios de Botucatu e Bauru, no Estado de São Paulo, até o valor de 22 milhões de reais.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Antes da conclusão dos trabalhos, com a palavra o Vice-Líder do Governo, Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Obrigado, Presidente.

Quero só fazer uma breve saudação ao trabalho feito pelo nosso Relator, Senador Romero Jucá, e ao seu trabalho, Presidente, assim como o de toda a equipe técnica e de toda a equipe de assessoria da Liderança do Governo nesta Comissão.

Queria falar da importância da presença da base do Governo e da importância também do debate aqui trazido pela Oposição. São muito relevantes os pontos levantados pelo Deputado Marcus Pestana. Quero agradecer pela postura republicana, altiva e certamente comprometida com o Brasil.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Teremos aí dois dias de intenso debate, de ajuste do Orçamento. Esperamos encerrar os trabalhos na quinta-feira, fazendo o melhor para o País.

Gostaria de fazer um último elogio, falando nessa série de elogios, ao Senador Romero Jucá, por quem tenho visto o empenho de S.Exa. no sentido de garantir que a Defensoria Pública da União chame, no ano de 2013, os concursados para os cargos criados neste Congresso.

Boa noite, Senador, Presidente, e até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Srs. Deputados e Srs. Senadores, por uma questão de justiça, informo que todo o trabalho feito foi fruto de uma construção no ano inteiro.

Com duas pessoas, os Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia, eu me vejo obrigado a compartilhar todo o trabalho que nós desenvolvemos na Comissão neste ano. Sem a participação deles, essa construção não teria sido possível. Então, fica aqui, antecipadamente, o meu agradecimento aos Coordenadores da bancada do Democratas e do PSDB.

Vou encerrar a reunião. Fiz um acordo com o Deputado Giovanni Queiroz. Temos que encerrar a reunião hoje. Já comuniquei a S.Exa. que amanhã não vou encerrar. Vou só suspender. A reunião de amanhã está marcada para iniciar às 10 horas. Teremos uma pauta bastante extensa.

A reunião de hoje está encerrada.

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA,
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 19 E 20 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Aos dezenove e vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 30. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: **Deputados Titulares:** Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Folgetto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias; **Deputados Suplentes:** Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Átila Lins, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Hugo Motta, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; **Senadoras Suplentes:** Ana Rita e Angela Portela. Deputados não-membros presentes: Carmen Zanotto e Pauderney Avelino. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Irajá Abreu, Josias Gomes, Márcio França, Paulo Rubem Santiago e Reinaldo Azambuja; além dos Senadores Titulares Cássio Cunha Lima e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às dez horas e quarenta e um minutos, havendo número regimental para abertura, de acordo com o art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, no momento da abertura havia concomitante realização de Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Assim, o Presidente anunciou que suspenderia a reunião e a retomaria ao final da sessão do Congresso Nacional, marcada para às 12h do mesmo dia. A reunião foi suspensa às 10h42. Às 17h33 a reunião foi reiniciada. O Presidente anunciou que, em função do prazo regimental que prevê a necessidade de três dias úteis entre a entrega e apreciação do Relatório Final, suspenderia a reunião. A continuação foi convocada para o dia 20/12 às 9h. Antes de suspender a reunião, porém, o Presidente teceu comentários a respeito da decisão do STF a respeito da ordem de votação de vetos pelo Congresso Nacional. A reunião foi suspensa às 17h38. No dia 20/12, às 9h41 os trabalhos foram reabertos. O Presidente informou que iniciaria a discussão do Relatório Final, sendo questionado pelo Deputado Giovanni Queiroz a respeito desse procedimento. Foi anunciado o início da discussão do Relatório Final, Errata e Adendos 1 e 2. Discutiram a matéria os Deputados Giovanni Queiroz e Eliseu



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Padilha. Foi anunciado o final da discussão. A seguir, o Relator-Geral, Senador Romero Jucá, anunciou ao Plenário a apresentação de novo Adendo ao Relatório Final – Adendo 3, de 20/12/2012. Fizeram uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro, Deputada Carmen Zanotto e Deputado Roberto de Lucena para ponderar sobre valores que foram alocados em ações da saúde por meio do novo Adendo. Presidente solicitou autorização para votação do Relatório Final sem apreciação do respectivo Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, com base no *art. 25 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*. Antes da votação, os Deputados Giovanni Queiroz e Pauderney Avelino usaram a palavra para comentarem acerca da dispensa do Relatório do CAE. Em votação, a dispensa foi **aprovada** por unanimidade. **Votação do Relatório Final ao Projeto de Lei nº24/2012-CN (PLOA 2013), Errata e Adendos 1, 2 e 3**, ressalvados os destaques e obras identificadas com indícios de irregularidades. O Relatório foi **aprovado** e constou como voto contrário o do Deputado Giovanni Queiroz. Com votação em separado, as obras com indícios de irregularidades constantes do Relatório Final foram **aprovadas** conforme os termos ali apresentados. O Presidente anunciou que foram apresentados 199 destaques e o Relator-Geral manifestou-se pela rejeição de todos. Presidente solicitou ao Plenário autorização para votação em bloco, conforme tipo de voto do Relator. O Deputado Giovanni Queiroz pediu que os destaques de número 165 a 170 fossem votados separadamente, além de ter feito encaminhamento da votação. Em votação, a autorização para votação em bloco dos destaques, ressalvados os apontados pelo Deputado Giovanni Queiroz, foi **aprovada** por unanimidade. **Votação dos destaques com voto do Relator-Geral pela rejeição**, ressalvados os solicitados para votação em separado: 1 a 164, e 171 a 199. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados**. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. Logo após a votação, o Presidente esclareceu questão relativa à alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 e anexo V do PLOA 2013 visando à nomeação de Defensores Públicos da União. A questão foi apresentada pelos Deputados Eliseu Padilha e Leonardo Gadelha. A seguir, os Deputados Pauderney Avelino e Giovanni Queiroz levantaram questões de ordem solicitando o encerramento da reunião, as quais não foram acolhidas. **Destaques para votação em separado com voto do Relator-Geral pela rejeição**: 165 a 170. **Destaque 165**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 5017.0008, da Comissão de Finanças e Tributação. O Deputado dispôs de 3 minutos para apresentar o destaque. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário dos Deputados Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Roberto de Lucena (PV/SP). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **Destaque 166**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0027, do Deputado Duarte Nogueira. O Deputado Giovanni Queiroz dispôs de 3 minutos para apresentar o destaque. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **Destaque 167**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0029, do Deputado Duarte Nogueira. O Deputado Giovanni Queiroz dispôs de 3 minutos para apresentar o destaque. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário dos Deputados Giovanni Queiroz (PDT/PA) e Leonardo Gadelha (PSC/PB). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **Destaque 168**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0030, do Deputado Duarte Nogueira. O Deputado Giovanni Queiroz dispôs de 3 minutos para apresentar o destaque. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **Destaque 169**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0032, do Deputado Duarte Nogueira. O Deputado Giovanni Queiroz dispôs de 3 minutos para apresentar o destaque. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. **Destaque 170**, do Deputado Giovanni Queiroz, à Emenda nº 2183.0033, do Deputado Duarte Nogueira. O Deputado Giovanni Queiroz dispôs de 3 minutos para apresentar o destaque. Voto do Relator-Geral: pela rejeição. Em votação, o destaque foi **rejeitado**, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA). Não foi apreciado na



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. Na sequência, o Presidente declarou concluída a votação do Parecer Preliminar. O Senador Romero Jucá fez últimos comentários sobre a elaboração do orçamento e decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a apreciação dos vetos pelo Congresso Nacional, além de elogiar o trabalho do Deputado Cláudio Puty. O Presidente fez agradecimentos ao Relator-Geral, assessorias parlamentares e consultorias de orçamento. A palavra ficou à disposição dos parlamentares e fizeram uso dela os Deputados Pauderney Avelino, Cláudio Puty, Felipe Maia, Mauro Lopes, Waldir Maranhão, Leonardo Gadelha e Wandenkolk Gonçalves, além dos Senadores Flexa Ribeiro, Wellington Dias e João Costa. **ENCERRAMENTO:** às 11h54 o Presidente encerrou a Reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA, Presidente.** xxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2012.

Não há *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal. Temos *quorum* na representação da Câmara dos Deputados.

Nós temos que planejar o andamento do trabalho da Comissão no dia de hoje. Nós temos uma sessão do Congresso prevista para ter início ao meio-dia. Eu não sei, Senador Wellington Dias, se haverá sessão deliberativa do Senado...

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS - Será a do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Fora a do Congresso? O Senado não tem? Nós estamos tendo uma sessão deliberativa da Câmara agora. Então, possivelmente, nós retomaremos a reunião ao final da sessão do Congresso.

Então, nós vamos suspender a reunião, para retomá-la ao final da sessão do Congresso Nacional.

A reunião está suspensa até o final da sessão do Congresso Nacional.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro reiniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 30, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em razão do que dispõe o art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que rege os trabalhos desta Comissão, temos condições de fazer a apreciação do Relatório-Geral do Orçamento somente a partir de amanhã. A única hipótese que nos permitiria iniciar antes esta discussão seria um acordo entre todas as Lideranças, o que não foi possível viabilizar, na medida em que há uma compreensão por parte de alguns partidos da necessidade do cumprimento do art. 128.

Portanto, não nos resta outra saída que não seja essa. Então, nós vamos suspender a reunião e retomá-la amanhã, às 9 horas, para a leitura e votação do Relatório-Geral do Orçamento de 2003.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, apenas para ponderar a V.Exa, gostaria de fazer a seguinte observação: se V.Exa. aqui, hoje e agora encerrar, V.Exa. demandará, quase que como uma obrigatoriedade, a presença mínima amanhã para reabirmos a sessão.

Então, se V.Exa. encerrasse a reunião hoje seria o ideal, para não ficar essa presença valendo para amanhã. É uma sugestão. Aliás, assim o faço porque V.Exa. tem conduzido com muita lisura todo o processo. Eu queria sugerir mais este gesto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço a sua colaboração. Mas vou suspender. Numa outra oportunidade vou analisar com carinho a possibilidade que V.Exa. está propondo. Mas hoje vou optar pela prerrogativa de suspender a reunião.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Neste momento encontram-se reunidos os Presidentes da Câmara e o do Senado. Eu agora busquei uma informação oficial sobre se já havia alguma decisão com relação à interpretação do Supremo Tribunal Federal, mas não foi ainda anunciada qualquer decisão oficial.

Quero publicamente aqui informar a minha opinião — e é também a opinião do nosso Relator-Geral: seria um grande equívoco nós interpretarmos que a decisão do Supremo Tribunal Federal impede a votação do Orçamento no Plenário do Congresso. E quero dizer aos senhores e às senhoras que me somo à opinião que tem sido expressa pelo nosso Relator-Geral de que nós deveríamos votar, até porque, se o Supremo tem essa posição, eles que depois anulem a votação e assumam a responsabilidade das consequências desse ato.

Do meu ponto de vista, é mais uma ingerência indevida do Supremo Tribunal Federal na organização dos trabalhos da Casa.

Eu, inclusive, Senador, acho que nós tínhamos que pensar uma mudança na legislação que obrigasse também a ordem cronológica na votação dos processos do Supremo Tribunal Federal, porque cabe a nós a possibilidade de legislar para organizar também o rito processual a ser seguido pelo Poder Judiciário, já que é competência deles ingerirem na organização da pauta do Congresso. Mas essa não é uma questão que diga respeito a esta Comissão.

A palavra está à disposição, se algum Parlamentar quiser fazer algum registro antes que eu suspenda a reunião. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Parlamentar, a reunião está suspensa e será retomada amanhã, às 9 horas.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta de nº 30 de 2012. Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Pauta de nº 30. Apreciação do relatório final apresentado ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2013. O relatório já foi apresentado pelo Senador Romero Jucá, com o voto favorável nos termos do substitutivo apresentado, que contempla as alterações decorrentes das propostas. O voto é pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas.

Na continuação da 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2012, às 22h 25min, o relatório, a errata e o adendo foram apresentados. O prazo de destaque foi iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece inciso I, do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O relatório final, a errata e o adendo estão em discussão.

Deputado Giovanni Queiroz tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, antes eu tenho uma preliminar. Essa é talvez a matéria mais importante que o Congresso Nacional consegue produzir a cada ano. É extremamente grave que, num momento deste, tencionados inclusive pelo cancelamento de todas as sessões congressuais, por decisão judicial, venhamos a atropelar, em tempo, uma decisão tão cara e tão importante para o Brasil.

Eu acho que, neste momento, o que nós poderíamos fazer, até porque há mais de 170 destaques, ou seja, muita gente querendo discutir a matéria, entendendo ser ela de extrema importância... Então, eu queria, nessa preliminar, pedir a V.Exa., que tem dirigido com presteza, com muita coerência esses trabalhos... Sei que V.Exa. deu ouvidos ao nosso Senador Relator, que agora cochichou: "Quero votar".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu não disse quero votar. Eu disse que está contando o prazo de V.Exa. para discutirmos. Nós estamos em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Olhe aí, ainda quer cassar o meu tempo de discussão. Eu estou fazendo uma preliminar numa questão de ordem, pela ordem. Apenas por uma questão de... (Riso.) Esse Senador é perigoso, quer cassar a minha palavra até.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Olha, V.Exa. tem dirigido com muita presteza. Não faz sentido. Nós temos aqui seis Deputados e dois Senadores para discutirmos uma matéria de tamanha importância para o País. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que, preliminarmente, suspendesse a sessão por mais meia hora ou uma hora, para Vermos aqui pelo menos 20 Parlamentares, ou um terço pelo menos de Deputados e Senadores, daqueles que fazem parte da Comissão. Acho que V.Exa. não deve dar seguimento, mas se for...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço a sua sugestão, mas a reunião está marcada. Temos quórum.

Em discussão. O Parlamentar que desejar discutir a matéria tem a palavra à disposição pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Giovanni Queiroz está se inscrevendo?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu não poderia deixar de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Está inscrito, 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Nós temos pendências aí, já que V.Exa. não quer acatar uma sugestão que entendo ser a mais importante para esta Casa e para esta Comissão. Mas vamos lá.

Eu acho que o Senador Jucá tem todo o mérito de fazer um bom relatório. No entanto, na questão da saúde, S.Exa. precisa ainda adequar-se. E aí já quero pedir a S.Exa. que aparte todos os meus destaques, porque quero discutir um a um.

Ali eu trato muito mais das questões de delegação ao Executivo. É uma vergonha para este Parlamento brasileiro, quando nós delegamos ao Governo o remanejamento de até 20%, e o Relator, em algumas situações, autoriza 30%. Já fica autorizado que por decreto pode ser feito remanejamento de até 30% dos recursos destinados em rubrica semelhante ou em subprojetos. Olha que loucura, Presidente! O Governo, no ano passado, remanejou 124 bilhões de reais, por decreto. Fez um orçamento paralelo. Então, nós estamos aqui fazendo papel de bobos da corte. Olhem que vergonha! Mas o Senador Relator ainda propôs 20%, ampliou agora o espaço para que o Governo possa melhor ainda manipular todo o Orçamento. E se já manipularam 124 bilhões, com 10% autorizados, Senador Jucá, veja quanto vão manipular no ano que vem, remanejando subprojetos, como querem. Eu acho que não podemos ser coniventes com isso, cúmplices, abrindo mão de uma prerrogativa do Parlamento, nossa prerrogativa de Parlamentares de avaliarmos, a cada momento, os rumos que se quer dar à economia, à infraestrutura a ser implantada no País, e assim por diante.

Portanto, eu entendo que nós não podemos deixar passar em branco isso, temos que discutir. O Senador Jucá tem que ser sensível aos nossos apelos, para que a gente não permita isso, sob pena de termos vergonha de sermos Parlamentares amanhã, de sermos questionados pela imprensa, que está aqui. Amanhã, como explicar isso? Os senhores estão abrindo mão de fazer um Orçamento. E mais, Senadora, esse Orçamento, mesmo com 10%, nós perdemos o controle. É uma peça de ficção.

Hoje, nós temos espaços orçamentários para empregar 100% de todos os nossos recursos dos 15 milhões de reais de cada Parlamentar. Há espaço aberto para isso, não só orçamentário, como financeiro. E o Governo não o faz para nos ter sob freio, com beiço preso, com cabresto na cabeça de cada um, com a D. Ideli Salvatti fazendo chantagem para tentar buscar o voto de cada Parlamentar. Que vergonha! Marquezelli, ilustre Deputado de quantos anos nesta Casa, está cabisbaixo por vergonha de participar de um Parlamento que se curva, que se entrega, que se vende aos interesses palacianos.

Até quando vamos ficar convivendo com isso? Todos nós temos que ser, no mínimo, rebeldes, até para não termos vergonha de olhar para trás e ver por onde caminhamos, entregando aquilo que o povo nos delegou, que é a competência e a responsabilidade de no Parlamento participarmos da execução orçamentária, ser vigilantes da defesa dos interesses e dos recursos públicos, de discutirmos os vetores principais do desenvolvimento nacional.

Não faz sentido, Sr. Presidente, permitirmos que uma coisa como esta, tão séria, um Orçamento que é uma peça extremamente importante para todo o Parlamento, que venhamos a votar com o plenário vazio, literalmente vazio, esvaziado. Se nós fizermos isso, mais uma vez vamos estar... A propósito, eu sou um dos Deputados que também já pelei por omissão: sou cúmplice de tudo isso aí por omissão,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

não quero ser mais omissos. Estou aqui a denunciar, a brigar, a cobrar em defesa do Parlamento, em defesa de todos os colegas, sem discriminação.

Não se trata de empenhar 5 milhões para um, 7 milhões para outro. Isso não resolve nada. Uma discriminação com colegas Parlamentares, por ser de oposição, não tem nada a ver. Eu fui oposição aqui por três mandatos, por 12 anos, e nunca tive problema de empenhar minhas emendas e de liberá-las. Agora, a D. Ideli Salvatti, nós estamos dando a ela a condição de pegar um freio e meter na boca de cada um e de nos fazer de moleques, para que todo mundo vá à CRI pedir que, pelo amor de Deus, empenhe isso, empenhe aquilo, e depois ainda brigar para liberar.

Que coisa maluca, que vergonha! Eu não quero ter vergonha dos meus atos. Se fui omissos em algum momento, se fui cúmplice por omissão, não o serei daqui para frente. Então, eu vou discutir tudo que eu puder discutir e quero convidar os companheiros para que, no mínimo, possamos pôr freio à liberdade dada pelo Senador Jucá ao Governo. O Senador Jucá, que é um grande Parlamentar, conhece o Orçamento, já brigamos aqui antes em outros momentos, mas é um especialista em favorecer governo. Eu não posso até dizer sobre outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É um especialista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Ah, é Governo? Sou Governo! Então, mas não pode ser tanto assim. O senhor tem que ser um pouco Parlamento, sob pena de o senhor levar todos nós ao ridículo. Aliás, já estamos convivendo com o ridículo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado, seu tempo está esgotado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, eu ainda tenho 2 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não, já concluiu.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Já encerrou? Bem, Sr. Presidente, eu passo a discutir depois os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Presidente e Sr. Relator, eu penso que hoje nós estamos num dia em que, evidentemente, temos que colocar como preâmbulo o ontem, que nos deixou um pouco de cabeça baixa. Nós víhamos caminhando com tanta velocidade, nós víhamos chegando bem, e o ontem nos tirou um pouco o entusiasmo, mas hoje nós voltamos ao entusiasmo, porque o nosso papel está sendo magnificamente bem cumprido, especialmente pela participação do Plenário, como pela participação do Deputado Giovanni, mas pela condução que é dada pelos senhores. Esse é o primeiro registro.

Segundo, os destaques da Comissão de Constituição e Justiça estão contemplados com a afirmação feita pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Relator, de que o tema "Defensoria Pública Federal" será resolvido a partir do que vai constar na ata, em que a Sra. Ministra comprometeu-se em janeiro a chamar os primeiros 80 e trabalhar, já em janeiro, com a possibilidade de chegar àquilo que era a plena solicitação deles.

A categoria se sente contemplada, na medida em que esteja consignado na ata o trabalho. Faço, em nome deles, o agradecimento ao trabalho de ambos, do Sr. Relator e do Sr. Presidente, para que isso fique consolidado. O Brasil, seguramente, fica agradecido a esse gesto.

Era só isso. No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeito.

Só para ser bastante preciso, a Ministra Miriam Belchior me autorizou, em uma conversa que tivemos ontem, que publicasse e constasse na ata o seu compromisso de chamar 80 — o Anexo V fala em 40 — Defensores Públicos concursados e, na primeira quinzena de janeiro, receberia uma Comissão de Parlamentares da Câmara e do Senado e representantes da categoria para analisar mais do que os 80, quantos poderiam vir a ser chamados. Este foi o compromisso assumido pela Ministra comigo: chamar 80 e, em janeiro, definir quantos mais poderiam vir a ser chamados. Eu consegui avançar até esta negociação, mas há outros Parlamentares que continuam discutindo a matéria e avançando neste debate.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Não há nenhum Parlamentar inscrito para a discussão.

No Livro de Presença, constam 30 Deputados, 10 Senadores.

Não havendo ninguém inscrito, a discussão está encerrada.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, tendo em vista um acordo com o Senador Flexa Ribeiro e o Deputado Giovanni Queiroz, eu irei apresentar alguns adendos, mas de Plenário. Para especificamente atender a esse acordo, eu quero fazer um adendo na área da saúde, em que registro o seguinte: nós estamos mudando a distribuição da média e alta complexidade, deslocando da reserva em torno de 3 bilhões e 500 milhões para a redistribuição, segundo a tabela que está no adendo, para o teto, aumentando a média e alta complexidade. Estou retirando do cálculo da saúde DUS 6, saneamento, academia de saúde. Estou retirando a Agência Nacional de Saúde. Estou retirando...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Resíduos sólidos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - ...resíduos sólidos. Ficarão no cálculo somente hospitais universitários e HEMOBRÁS. Esse é o adendo. Esse é o acordo. Eu faço essa colocação, para que seja votada em conjunto com o meu relatório agora, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Eu só pediria ao Senador Romero Jucá, nosso Relator-Geral, que ele pudesse explicitar o número que vai ficar como reserva para o MAC nacional.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Gostaria de pedir a tabela. O número correto é 3 bilhões, 400 e pouco.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Mas seria bom ficar registrado na ata logo esse número.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Senador Romero Jucá, na mesma linha da questão da recomposição da média e alta complexidade, ficariam os *per capita* de 2012?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não. O *per capita* ficaria um pouco menor porque, na verdade, se ficasse o de 2012, nós iríamos ampliar o valor do corte. É importante que o Governo, que o Ministério da Saúde tenha. Vai ficar com menos de 1 bilhão para realocar na média e alta complexidade aqueles Estados que se credenciarem em outros serviços.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Senador, só para constar, eu quero expressar, como Vice-Líder do PPS e hoje Líder da bancada do PPS, a minha preocupação com relação aos recursos menores do que os que estavam previstos em 2012, uma vez que são ações e serviços de saúde, desde exames especializados a cirurgias e internamentos hospitalares, quimioterapia e radioterapia.

Muitos Estados brasileiros já estão com o seu teto financeiro nesse item mais do que 100% comprometidos. Isso significa que alguns Estados e, consequentemente, os Municípios que são responsáveis pelas ações e serviços de saúde não poderão executar o que foi executado em 2012. Aqueles Estados e Municípios onde o teto financeiro da média complexidade já foi comprometido com a realização de exames e procedimentos de média e alta complexidade terão que reduzir esses procedimentos porque não darão conta, em 2013, de cumprir com o que já está pactuado e contratado com as unidades prestadoras de serviço.

No mais, Senador, quero agradecer a sua sensibilidade por ter acatado a discussão, em especial, dos membros da Comissão de Seguridade Social e Família com o que é gasto com ações e serviços de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A discussão já foi encerrada. Trata-se de questão de ordem?

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Não, Presidente, eu quero apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Um registro rápido e a votação.

O SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA - Eu quero fazer um registro, como membro da Comissão de Seguridade Social e Família, enaltecedo a disposição e o empenho do Senador Romero Jucá, como Relator, para acolher, das preocupações da Comissão de Seguridade Social e Família, as colocações que foram feitas para V.Exa. e para esta Comissão.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Nós nos sentimos contemplados em grande parte das nossas preocupações. Reconheço o esforço de V.Exa. e quero parabenizá-lo por sua sensibilidade. Entendo que a Comissão de Seguridade Social e Família está contemplada em quase todas as suas preocupações.

Senador, quero dizer que resta a nossa preocupação em relação aos 20% — sei que a discussão já está encerrada, não estou discutindo —, que contrariam frontalmente a Lei nº 4.320.

Faço o meu registro, ao mesmo tempo em que também parabenizo V.Exa. pelo empenho para acatar e acolher as considerações da nossa Comissão de Seguridade Social e Família.

Parabéns!

Muito obrigado.

O SENADOR ROMERO JUCÁ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Relatório. Discussão. O prazo para a apresentação de destaques já está encerrado.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade da Emenda com relação às emendas no relatório geral.

A autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu queria entender o que o senhor está pedindo em autorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Para dispensar a manifestação do CAE quanto às emendas do Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não! Não se pode dispensar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Mas não foi apresentado o relatório, Deputado!

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Hem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não foi apresentado o relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas o CAE tem que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O CAE não apresentou o relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vai ser votado sem o relatório do CAE. Estou pedindo autorização para o Plenário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não é um atropelamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não. No ano passado também não houve.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Que loucura! Nós já estamos fazendo tudo pela metade. Depois o Supremo se mete aqui, e a gente acha que é intromissão indevida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação. Os senhores Parlamentares que concordam...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu gostaria de fazer uma indagação a V.Exa. A pauta dos trabalhos do Congresso Nacional, de acordo com a Vice-Presidente Rose de Freitas, foi encerrada ontem à noite — a pauta dos trabalhos do Congresso Nacional. A Comissão Mista de Orçamento faz parte do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, eu estou achando estranho que V.Exa. tenha convocado esta sessão para hoje de manhã, uma vez que ainda ontem foram encerrados os trabalhos do Congresso Nacional e a Sessão Legislativa do Congresso Nacional. Portanto, não caberia mais esta Comissão estar votando hoje qualquer matéria, mesmo porque, Sr. Presidente, como não há mais deliberação nesta Sessão Legislativa do Congresso Nacional, eu acho inócuo estarmos votando aqui, desrespeitando, inclusive, uma determinação da Vice-Presidente do Congresso Nacional — já que o Presidente não apareceu para dar o ar da sua graça —, que encerrou a Sessão Legislativa ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Pauderney Avelino, esta é uma questão vencida. Nós temos outra interpretação, inclusive houve reunião do Senado ontem à noite, e o



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

anúncio de que não haverá sessão do Plenário do Congresso não interfere no trabalho da Comissão, e nós estamos em meio a uma votação. Os Srs. Parlamentares têm o direito de usar a palavra a qualquer momento, mas nós estamos no meio de uma votação. Vou concluir a votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O senhor está pedindo autorização para dispensar o parecer do CAE?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu estou pedindo autorização para a dispensa do relatório do CAE.

Em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu queria discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não cabe discussão do pedido.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas tem que caber. Não pode. Como é que um Deputado não pode discutir uma matéria que está em votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Em nenhuma situação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Giovani...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, em nenhum momento de discussão, de votação de uma matéria, pode-se prescindir de abrir para o debate dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não há previsão de discussão deste requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu quero discutir esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não há previsão.

Em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Os Srs. Parlamentares que concordam, na representação da Câmara, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, nós precisamos mudar o Regimento. Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em março, nós vamos criar uma Comissão Especial para repensar a Resolução 01 e o Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Tem que ser, Presidente, porque o senhor veja: qualquer matéria que se coloque em votação, você não pode ser prescindido de discussão. Fica uma coisa maluca! A gente não sabe do que se trata bem, tem que entender melhor, e o debate enriquece a nossa compreensão, para que haja um voto de qualidade.

Mas aí o senhor apontou que meu voto foi contrário, não é? Eu gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Está registrado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Srs. Parlamentares, enquanto o Presidente organiza, eu queria apenas ressalvar, a pedido do Senador Flexa Ribeiro, que o recurso do média e alta complexidade que foi redistribuído é de 3 bilhões 523 milhões 879 mil e 561 reais, e o que ficou como Reserva Nacional, 3 bilhões 476 milhões 120 mil e 422 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Relatório Final. Errata. Adendo II.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu já anunciei os dois adendos. O Adendo II é o adendo da média e alta complexidade, e o Adendo III é o que retira do cálculo do DUS 6 o cálculo da saúde, os itens que eu já especifiquei. Portanto, isso já está público, e eu acho que nós podemos votar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Senador Jucá, eu queria sugerir uma coisa, Sr. Presidente: ao invés dos destaques de texto, se o Senador adotasse o texto originário de 2012, em que esses acréscimos de benevolência do nobre Senador Jucá ao Governo, de 20%, 30% de remanejamento,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

voltasse a um patamar um pouquinho menor, mas ainda é muito benevolente, de 10%, talvez a gente encurtasse toda essa discussão dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado. O relatório final, a errata e o Adendo 2, do MAC, o Adendo 3, D1 6 , ressalvados os destaques e as obras cujas irregularidades graves estão em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Um voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado na representação do Senado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 01, de 2006, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Estamos em meio a um processo de votação, Deputado Giovanni.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Contra o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade na representação do Senado.

Foram apresentados 199 destaques, Srs. Parlamentares.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o parecer é contrário a todos os 199 destaques. Portanto, eu solicito que sejam votados em bloco os destaques que foram apresentados com parecer negativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1/2006 estabelece: "Não será aceita solicitação para votação em separado de destaques após aprovação do requerimento para votação em bloco dos destaques." Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder votação em bloco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu queria que V.Exa. apartasse para votação em separado os Destaques de nºs. 165, 166, 167, 168, 169 e 610... não, 169 e 170.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Autoria de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - 165....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Todos eles são de autoria de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Da minha autoria: 165, 166 , 167, 168, 169 e 170.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Sendo assim, solicito autorização ao Plenário para proceder à votação em bloco, ressalvados os destaques que terão votação em separado, por solicitação do Deputado Giovanni Queiroz.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

A proposta para votação em bloco por tipo de voto está em votação. Primeiro vamos votar os outros.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sim, mas eu quero discutir, inclusive, porque eu queria votar todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A proposta para votação em bloco dos destaques, por tipo de voto, está em votação. Nós estamos em regime de votação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sim. Sr. Presidente, mas eu....se for o caso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não há previsão no Regimento para discussão desse tipo de requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O senhor falou discussão; eu quero só encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não há discussão. Em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, mas encaminhamento pode ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Um minuto para encaminhar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Ah, melhorou. Pensei que o senhor não ia me deixar encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Um minuto para encaminhar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Inclusive para discutir é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não há previsão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Olha só: nós temos aí... eu fiz apenas seis destaques. Somente seis. Há mais de 170 — 170. A conta fechou com o meu; depois de mim, outros tantos. Olha, que loucura, Sr. Presidente, que nós estamos fazendo. Nós poderíamos contribuir com o Governo, que, em termos orçamentários, tem se mostrado absolutamente incompetente — absolutamente incompetente. Não executa o orçamento, remaneja bilhões de um lado para outro, ou por medida provisória ou por projetos de lei. Cento e vinte e quatro bilhões por decreto. Olha, que loucura; quer dizer, eles nem planejamento têm. Vão fazendo rabiscos. Nós, aqui, temos a obrigação mínima de tentar aperfeiçoar o orçamento. E olhe, V.Exa., o senhor está votando aí, nesse bojo, mais de 170 destaques, que estão indo para o lixo. Os Deputados que fizeram os destaques não estão aqui. Fizeram-no só por fazer. Nós não estamos dando tempo a um debate democrático de todos os Parlamentares que fizeram destaques. Com certeza querem defender a sua tese, a sua proposta. E eu acho, Sr. Presidente, que não faz sentido esse atropelamento. Olha, eu vou dizer, até agora V.Exa. tem conduzido bem o processo, mas essa forçação de barra no final do ano, para querer votar o orçamento agora, nem Congresso tem para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço o seu encaminhamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não faz sentido. V.Exa. seria muito mais homenageado se pudesse jogar para depois uma votação dessa, dando a todos os pares oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Giovanni, concedi o seu direito de fazer o encaminhamento.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados a proposta para votação em bloco dos destaques, por tipo de voto, do Relator-Geral.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Pela ordem, Sr. Presidente, antes de eu proferir o meu voto só queria um esclarecimento acerca do encaminhamento que foi dado à demanda da Defensoria Pública da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Concluo a votação, e já anuncio.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Deputado, o que anunciei foi o seguinte: na conversa que tive ontem com a Ministra Miriam Belchior, ela me autorizou que anunciasse, que constasse em ata que, em vez dos quarenta defensores previstos no Anexo 5 a serem chamados, ela assume o compromisso que serão chamados pelo menos oitenta. E que na primeira quinzena de janeiro ela receberá uma representação de Parlamentares juntamente com os representantes da categoria para discutir quantos mais, além dos oitenta, poderão vir a ser chamados. Então, existe um grupo de Parlamentares envolvidos nessa discussão, que deverão estar presentes nessa agenda. A Senadora Ana Rita também falou com a Ministra; várias pessoas falaram. Nós conseguimos chegar já nos oitenta. Nós queremos chegar a mais de oitenta.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Agradeço o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação os destaques do Relator-Geral pela rejeição, ressalvados aqueles solicitados para votação em separado; os Destaques de nºs 1 a 164 e 171 a 199. (Pausa.) Pela rejeição, os Destaques de nºs. 1 a 164 e de 171 a 199.

Em votação. Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz. No Senado Federal. Ao Senado Federal nem irá, porque já foram rejeitados na Câmara.

Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, que eu gostaria de ler aqui, para que conste do Relatório-Geral. Agora, de antemão, Sr. Presidente, quero dizer que não há número para deliberar. Não há número nem na Câmara nem no Senado. Portanto, seria de bom grado que V.Exa. suspendesse esta votação, de ofício.

Eu vou ler essa questão de ordem para ficar consignada, mas, de qualquer forma, eu já solicito a V.Exa. que suspenda a votação nesta reunião:

“Sr. Presidente a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista de Orçamento e sobre a tramitação das matérias orçamentárias é parte integrante do Regimento Comum do Congresso Nacional. Dessa forma, com base no que autoriza o art. 131 do Regimento Comum, suscito a presente questão de ordem quanto à possibilidade de apresentação, com base no art. 144, I, da Resolução nº 1, de 2006, de emendas de Relator na fase geral, com a finalidade de implementar interpretação diversa daquela expressamente analisada, apreciada, decidida e ratificada por esta Comissão Mista, quando da apreciação dos relatórios-setoriais. Refiro-me especificamente às Emendas de nºs 81000050 a 81000055, apresentadas pelo Relator-Geral para reclassificar as despesas computáveis no piso constitucional da saúde, em função de não concordar, conforme mencionado em suas justificativas, com interpretação aprovada por esta Comissão Mista, em 12 de dezembro último.

Como se sabe a Lei Complementar nº 141, que regula a emenda da saúde (...)"

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Só para registrar que nós fizemos um acordo aqui, antes de V.Exa. chegar, eu já retirei, já fizemos o entendimento, já retirei da despesa do IDU 6 aquelas questões que foram levantadas aqui, no entendimento. Já está resolvido.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Eu que agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Giovanni Queiroz, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, ao iniciar a fala, o Deputado Pauderney Avelino levantava uma premissa que é praxe no Congresso Nacional: quando a Mesa, provocada por qualquer dos Parlamentares ali presentes, suscitar a não presença necessária à deliberação, de Senadores ou Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é o artigo, V.Exa.?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, não precisa nem dizer o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - V.Exa. localiza no Regimento o artigo, que eu cumpro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para deliberar, V.Exa. precisaria ter aqui Parlamentares....não, não é matéria vencida....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Giovanni Queiroz, Deputado Giovanni Queiroz...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu acho que, para abrir a sessão, tudo bem. Para votar, para deliberar, V.Exa. precisaria ter, e não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Giovanni Queiroz, a questão regimental, a questão de ordem regimental tem que ser baseada num artigo do Regimento. Se V.Exa. indicar qual o artigo do Regimento que diz isso, eu acato. Mas diga qual é o artigo do Regimento. Então, tem de me dizer qual é o artigo. Se estiver num artigo do Regimento, eu cumpro.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o parecer do Relator-Geral, pela rejeição. Para ficar bem claro, votar de novo, para não ter dúvida. Agora, rejeitados os Destaques de nºs 1 a 164 e de 171 a 199, restam a ser votados os destaques do Deputado Giovanni Queiroz.

V.Exa. tem 3 minutos para cada destaque que apresentou, e eles serão votados, um a um. E será um prazer para todos nós ouvirmos a sua opinião sobre o Destaque 165.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Destaque 165, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É a Emenda de nº 50170008, da Comissão de Finanças e Tributação. A palavra está à disposição do senhor, às 10h18m.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O destaque diz respeito ao art. 4º, § 4º, da Comissão de Finanças e Tributação. E o texto diz o seguinte:

"Na abertura dos créditos de que trata este artigo, poderão ser incluídos Grupos de Natureza de Despesa - GNDs, além dos aprovados no respectivo Subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente."

A Comissão de Finanças e Tributação propõe a supressão do texto, porque dá uma amplitude extraordinariamente grande para a manipulação dos recursos. Então, o texto do § 4º permite que, por meio de decreto, o Governo possa incluir novo GND, que não os previstos no Subtítulo. Olhem, que loucura! Vai poder sair do GND 3 para o GND 4, 5, 4, 3 ou 2, enfim, vai poder manipular como quiser o orçamento, nos Subtítulos. Nós estamos sendo permissivos de forma abusiva, permitindo um desrespeito total. Não se precisa mais de Congresso Nacional. Tem que fechar essa porcaria, se nós aprovarmos isso aqui. Isso é uma vergonha. A Comissão de Finanças e Tributação levanta isso com muita propriedade.

Então, eu queria pedir aos pares que votemos contra o texto, e pelo destaque, a favor do destaque, para nós podermos suprimir isso da lei. Eu gosto muito do Senador Jucá, mas o Senador Jucá é puxa..., desculpe-me, é muito apoiador do Governo, excessivamente apoiador do Governo. Ele quer ser mais realista que o rei. O Governo nem pediu; ele está incluindo. Olha, que loucura. Isso é de uma permissividade que nos anula enquanto Parlamento. Então, não se precisa de Parlamento, que, aliás, foi criado, historicamente, para analisar as contas do rei. E, de repente, nós estamos aqui a permitir que façam tudo; não precisam da gente.

Então, Sr. Presidente, esse artigo é de uma permissividade que leva a rir, não é? De repente, o Governo não precisa mais pedir autorização para nada. Já manipulou, por decreto, 124 bilhões, este ano, e agora com isso aqui, então, ele vai desfazer, modificar todo do Orçamento no que quiser dentro das ações diversas que se permite ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Então, eu peço o apoio dos companheiros para votarmos a favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em discussão. (Pausa.)

Por favor.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, o parecer é contrário, tendo em vista que nós estamos, aqui no Congresso, definindo os programas e ações politicamente, e determinando ao Executivo o que ele vai fazer. A discussão de remanejamento, de GND, remanejamento de detalhe operacional em 20%, é simplesmente um facilitador para que as ações implementadas e definidas pelo Congresso possam ser executadas.

Portanto, é uma questão meramente burocrática, e o parecer é contrário. Nós queremos manter o texto que veio do PL, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Permite-me a réplica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não tem réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação.

Destaque nº 165.

O parecer do Relator-Geral é contrário.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Os Srs. Parlamentares que concordam com o parecer pela rejeição, os Srs. Deputados, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Votos contrários dos Deputados Roberto de Lucena e Giovanni Queiroz.

Rejeitado.

Em votação.

Em votação só na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não tem Senador aqui assistindo. Não tem Senador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Tem Senadores, sim.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Só tem um Senador. Não tem dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - V.Exa. pode ter certeza de que o Presidente está cuidando disso.

Próximo destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Onde está o Senador?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vou apresentá-lo: está na sua frente, do seu Estado, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Ah! Está aqui o Flexa. Flexa, dá licença, Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Destaque nº 166.

Autor da Emenda nº 21830027.

Em discussão.

Autor: Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Pode discutir?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Destaque nº 166.

Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro tem voo, e vai perder o avião.

Senador Flexa, um apelo patético do seu amigo: nós não podemos votar este Orçamento como está. Isso é uma vergonha. (*Apupos em plenário.*)

Quero pedir a V.Exa. que, com a sua ausência, nos vai ajudar.

Bom. O destaque é de autoria do Deputado Duarte Nogueira. O destaque versa também sobre o art. 4º, inciso XII, alínea "c", item III. E diz assim o texto da lei:

"Fica autorizada abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta lei, excluídas alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário, estabelecida no anexo de metas fiscais da LDO 2013, e sejam observados os dispostos no parágrafo único do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e na LDO 2013, e os limites e as condições estabelecidas neste artigo para o atendimento de despesas."

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Aí vem o inciso XII:

"Classificadas nos grupos de natureza despesa 3, 4, 5, sendo alínea "c", no âmbito do Ministério do Esporte, restrito às ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e a Copa do Mundo FIFA 2014, vinculadas à Subfunção 811. Desporto de rendimento, mediante a utilização de recursos provenientes de (...)"

E aí vem: *"Inciso III..."* — olhem só — vai poder utilizar todo o excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.

Excesso de arrecadação significa a diferença entre o autorizado no Orçamento e o empenhado. O que sobrar pode ser utilizado. (*Risos.*)

É uma coisa, assim, tão maluca! É por isso que não empenham as nossas emendas de Deputados, nem de bancadas, Deputado, para sobrar dinheiro para ser utilizado como queiram. A



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

autorização é absoluta. Remanejar e tal, e mediante o excesso de arrecadação. Portanto, abertura de crédito suplementar por decreto do Executivo é instrumento para promover pequenos ajustes na programação devido a desvios no planejamento — a pequenos ajustes. Em um ambiente de metas de inflação de apenas 1 dígito ao ano não há justificativa para delegação tão ampla ao Poder Executivo como patamar de 20% para abertura de créditos suplementares por decreto. E ainda permitir que excesso de arrecadação de receitas do Tesouro seja utilizado sem a anuência e a autorização do Congresso Nacional.

Presidente, é uma loucura! Vejam! Eu acho que na época do Hitler, se houvesse orçamento lá e delegação Parlamentar para resolver, não seria tão facilitador. Isso aqui chega a ser... Vejam, eu estou rindo até para não chorar. Isto aqui é uma coisa cômica. Não se pode permitir isto aqui. Isto aqui é abusivo. Nobre Relator, amenize a sua intenção de bem servir ao Governo. V.Exa. está muito radical nessa linha de servir à patroa. Eu acho que V.Exa. podia buscar o texto de 2012, incorporá-lo ao Orçamento, e nós estaríamos melhor servidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, o parecer é contrário pelo mesmo motivo. E nós estamos facilitando os investimentos no Brasil.

Portanto, o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação o parecer do Relator-Geral pela rejeição do Destaque nº 166, de autoria do Deputado Duarte Nogueira.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Voto contrário de Giovanni Queiroz. Não vai ao Senado.

Próximo destaque, Destaque nº 167, a Emenda Deputado Duarte Nogueira nº 21830029.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O Deputado Giovanni Queiroz tem 3 minutos para discutir o Destaque nº 167.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Dois de tolerância porque o Senador Jucá fica me olhando com a cara brava, e ele é meu amigo, eu preciso primeiro...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Pelo contrário, tenho todo o carinho por V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E muito mais pela Presidente, lógico.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - E mais ainda pelo País.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, pelo País, não. Pelo Parlamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vou começar de novo a contar o seu tempo a partir de agora.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - A partir de agora, Presidente. Vejam: em cada subtítulo, até o limite de 10% do respectivo valor, mediante a utilização... Não, fica assim.

O art. 4º diz:

"Art. 4º. Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2013 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (...) para o atendimento de despesas.

I - em cada subtítulo (...)"

Vejam só, Srs. Deputados, eram 10%.

Presidente, olhe o barulho. Presidente, há Deputado colega nosso pedindo silêncio, porque não está conseguindo ouvir.

Peço ao som que aumente o volume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Plenário. Aumente o som para nós, amigão. E que o Plenário ajude o Deputado Giovanni Queiroz com silêncio.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É importante. Mas, veja só, nobre Deputado, a LDO deste ano diz que são só 10%. E aqui diz que, em cada subtítulo, para atendimento de despesas, o Governo fica autorizado até o limite de 20% do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

"Art. 4º.....

I -

a) anulação parcial de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

b) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados (...)"

Vinte por cento também até da reserva de contingência podem ser manipulados pelo Governo para alocar onde quiser.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Só 10% este ano; agora passou para 20%.

Mais do que isso:

"Art. 4º.....

I -

c) excesso de arrecadação de receitas próprias, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei nº 4.320 (...)"

Vejam que loucura! É de uma amplitude...

Mais ainda:

"Art. 4º.....

I -

d) (20% do) excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional."

Excesso de receita é aquilo não aplicado neste ano, quer dizer, as suas emendas vão ser deixadas de ser empenhadas agora para que o Governo possa utilizar as suas, as minhas, as nossas, as de todos nós. E como quiser! Vejam que loucura! Vejam que autorização maluca nós estamos dando!

Oh, Jucá, mas está aqui escrito!

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não tem nada que ver com emenda. Desculpe-me, Deputado Giovanni Queiroz. Pelo contrário, eu coloquei no meu relatório que as emendas parlamentares de bancada e individuais não poderão ser fonte de remanejamento para o Governo. Isso não havia no relatório, e eu o coloquei para reafirmar, bloquear, blindar as emendas parlamentares. Essa é uma questão que eu coloquei.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, eu tenho mais 2 minutos pela intervenção do Senador. Só 2 minutos e encerro.

Sr. Relator, talvez eu não tenha explicitado melhor. Quando falo em 20% do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro, de superávit financeiro das receitas do Tesouro apurado no balanço patrimonial de 2012, estou dizendo que o não cumprimento este ano vai gerar um excesso de arrecadação no ano que vem, um excedente, e esse excedente é que vai ser manipulado. Então, as nossas emendas não estão sendo cumpridas, não vão ser cumpridas para atender ao Governo no ano que vem, nisso que V.Exa. coloca aqui dos 20%. Não é que vão anular as emendas do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Já as estão anulando agora.

Em um ambiente de meta de inflação de apenas um dígito, repito, não há justificativa para se ter um patamar de 20% de remanejamento. Vejam que loucura!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, quero pedir aos nossos Deputados que tenhamos consciência disso. Isso é extremamente grave, é de uma permissividade abusiva. Nós não podemos, Deputado, permitir isso. Vamos votar contra, vamos derrubar isso e votar o texto originário de 2012.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Parecer contrário, Sr. Presidente, por todas as questões que já elenquei nos dois últimos casos. É a mesma sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação o parecer do Relator pela rejeição do Destaque 167.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, com dois votos contrários: Leonardo Gadelha e Giovanni Queiroz.

A matéria não vai ao Senado.

Destaque 168.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Emenda 21830030. Autor: Duarte Nogueira.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, este é mais um do art. 4º que o Deputado Jucá insiste em fazer média com o Palácio — veja que loucura! —, mas em detrimento do Parlamento. Que Parlamento é este? Que Parlamento é este?

A nossa assessoria técnica, assessoria política, os Taquígrafos, a imprensa, que está aqui do lado, deve estar todo o mundo apavorado. Como pode um Congresso como este ter esse tipo de procedimento?

Aqui, mais uma: *"Fica autorizada a abertura de crédito suplementar."* Nobre Deputado, olhe aqui, mais uma. Até V.Exas. do Rio Grande do Sul estão permitindo isso. Para o atendimento de despesa, fica autorizado ao Governo o decreto, o “decretinho”

“Art. 4º

II - Nos grupos de natureza de despesa ‘3 - Outras Despesas Correntes’, ‘4 - Investimentos’ e ‘5 - Inversões Financeiras’, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo, objeto da suplementação.”

Aí, sai de 20%, e a gente quer que baixe isso pelo menos para 10%. Pelo menos para 10%! Pelo amor de Deus! Com 10%, manipular 124 bilhões, dos GND 3, 4 e 5... É tudo! Em pessoal, não se vai mexer; nos juros, não se vai mexer. Sobrou o quê? GND 3, 4 e 5. O GND 6 é rolagem de dívida, nele não se vai mexer também. Então, se mexeu naquilo que é a essência do Orçamento. A emenda pretende limitar em 10% a abertura de crédito suplementar por meio de decreto. O PL, assim como o substitutivo, ao não prever nenhum percentual, não restringe esse limite, tornando-o extremamente amplo.

Sr. Presidente, repito, num ambiente de inflação contida, o Governo...

V.Exa. está xingando o Governo, Senador. Agora que eu acordei. V.Exa. está querendo desmoralizar o Planejamento. Para V.Exa. autorizar remanejamento de 20%, é porque eles são incompetentes, nem planejar sabem. Veja que vergonha! V.Exa. está colocando no ridículo a Presidente Dilma, que tem uma assessoria incompetente no Planejamento. A Ministra Belchior vai ficar com raiva de V.Exa. — com razão — porque ela não pediu os 20%. V.Exa. os está colocando porque acha que o Orçamento deve estar muito ruim. Não há previsões mais próximas da realidade. Seus padrinhos, que V.Exa. tanto quer proteger, vão chamar a sua atenção. Dessa forma, está dizendo que eles são incompetentes.

Eu até concordo com V.Exa., eles não são diligentes, eles não mostraram ainda capacidade gerencial e operacional que nos conforta, porque manipular tanto recurso, remanejar tanto dinheiro é porque não tiveram o mínimo de planejamento. O mínimo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - O que já é uma vergonha! V.Exa. ainda põe mais vergonha na cara deles! Veja que absurdo, dar 20% para remanejar, para ajustar... Não! Ajuste é ajuste fino. A gente delega para ajuste fino, porque o Orçamento, realmente, e o planejamento são dinâmicos, precisam de ajustes. Mas de 20%?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, o parecer é contrário. Nós já discutimos essa matéria. Estou dando parecer novamente em respeito ao Deputado Giovanni Queiroz. Esse assunto já foi vencido. Portanto, mantenho a posição do parecer contrário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não está vencido. Está em tempo de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator pela rejeição do Destaque nº 168 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

A matéria não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Destaque nº 169.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Esse Relator vai ter a consciência tão pesada que não vai dormir esta noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Emenda 21830032.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Em discussão? Inscreveu-se para discutir?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - A 169?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - É.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Três minutos para discutir. Pensei que V.Exa. não fosse discutir este.

(*Risos.*)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Presidente, eu quero dormir com a consciência tranquila.

Com o Relator estou preocupado. O Senador Jucá já passou dos 50 anos e, com certeza, a insônia pode prejudicar sua saúde. Ele não vai dormir com a consciência tranquila. E o pior é que todos os que são cúmplices dele, que estão votando com ele, também deverão fazer esse exame de consciência esta noite.

Não vamos votar mais com esse povo, não.

Vejam esta aqui, no art. 4º, inciso XVII. Deputado Jucá, esta aqui é mais uma daquelas que V.Exa. coloca... Aqui V.Exa. colocou 30%. V.Exa. achou pouco 20%; colocou 30% nesta.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Coloquei não. Essa aí é a proposta do PL.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Pois é...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não fiz emenda aumentando nada. Estou mantendo o texto do Executivo, que foi discutido aqui.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Nós é que temos que ajudar o Executivo a fazer as coisas direito, e propusemos que reduzisse para os patamares deste ano. Só isso o que a gente queria. Pelo que está na LDO, na Lei Orçamentária, aliás, deste ano.

E, mais uma vez, fica autorizada de novo a abertura de créditos suplementares por decreto para o atendimento de despesas:

"Art. 4º

XVII - das programações contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento — PAC" (que nada mais são do que os nossos projetos de investimento) classificadas com o identificador de resultado (...) "3" (que é do PAC), mediante o remanejamento de até 30% (trinta por cento) (...)"

Mas só está esculhambando com este Governo, com o planejamento do Governo!

Não! Faça o favor! Eu sou da base, não aceito isso. V.Exa. dizer que o nosso Governo é tão incompetente... Trinta por cento do montante das dotações orçamentárias desse programa, do PAC, são 45 bilhões de reais! Autoriza remanejar por decreto?



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Deputados ilustres, vamos criar juízo, meus companheiros! Isto aqui é brincadeira de mau gosto! Trinta por cento! Eu sou da base. Se eu tivesse que fazer aqui a defesa do Governo, eu diria a V.Exa. que V.Exa. é mais oposição do que o Democratas, e que o PSDB. Agora o Senador aqui se cala para ajudá-los, porque sabe do ridículo a que V.Exa. está expondo o Governo.

São 30%? Deputado Paulo Pimenta, espere aí, faltam 2 minutos.

Esse texto não pode. Uma meta de inflação de um dígito apenas, Deputado Paulo Pimenta! E aqui ele propõe 30% de remanejamento do PAC!

Assessoria de orçamento, com certeza os senhores não tiveram capacidade, nem o pessoal do Senado, de convencer o Senador do ridículo em que ele está colocando, a que está expondo o Governo Federal. Olha o ridículo! Sr. Weber, assessor, companheiro velho de Casa, V.Sa. deve estar triste e envergonhado de ver este Parlamento votando isso. Olha só!

Mas, Sr. Presidente, eu encerro fazendo um apelo mais uma vez. De repente, eu posso fazer com que a consciência de alguns possa ser revitalizada pelo sopro de solidariedade ao Parlamento e que não votemos essa excrescência de autorização de 30% de remanejamento do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado.

Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, o parecer é contrário ao destaque. Nós estamos viabilizando as obras do PAC. Nós estamos definindo no Orçamento quais são as ações do PAC que devem ser feitas. Nós estamos simplesmente facilitando a execução de algumas obras. Para as outras que estiverem em dificuldade por licença ambiental ou por problema de licitação, o recurso poderá em parte ser remanejado por obras já autorizadas pelo Congresso Nacional.

Portanto, nós estamos facilitando o investimento no Brasil. O parecer é contrário.

Peço, portanto, a aprovação do meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação o Destaque 169. O parecer do Relator-Geral é pela rejeição.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, com voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

A matéria não vai ao Senado.

Iremos agora ao último destaque, o Destaque nº 170. Autor da emenda: Duarte Nogueira, nº 21830033.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Destacado por mim mais um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Destacado pelo Deputado Giovanni Queiroz.

São 10h42min.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Senador Flexa Ribeiro, esse é do Deputado Duarte Nogueira, Líder aqui nesta Comissão do PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - V.Exa. quer se inscrever para discutir?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Já me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Já está contando o tempo?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, não. Vamos começar a contar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Está bem.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu achei que o Deputado Giovanni Queiroz iria retirar o destaque em minha homenagem, já que a gente (*ininteligível.*) tanto o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - V.Exa. não chegou nem a pedir a palavra para discutir.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - É lógico que eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A palavra está concedida a V.Exa. por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Antes dos 3 minutos, só para lembrar que essa emenda é do Deputado Duarte Nogueira, do PSDB, um baita companheiro nesta Casa, que não pôde ficar aqui hoje. Mandou pedir ao Senador Flexa que fosse solidário à propositura dele e me emprestou a emenda para que eu pudesse destacá-la.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Eu queria pedir ao Senador Flexa que pelo menos essa pudéssemos derrubar... Então, se V.Exa. se ausentar, estará contribuindo. Não é que não gostemos de sua presença — sua presença é sempre muito bem-vinda. V.Exa. é um baita Senador que nós temos no Pará.

Deixe-me fazer aqui mais uma consideração. Nós estamos autorizando, liberando o Executivo para a prática de um crime contra o Parlamento. Nós, às vezes, reclamamos que nos sentimos vazios nesta Casa por não conseguirmos operacionalizar ações efetivas a favor do povo brasileiro, mas, quando nos é delegado, como é o caso do Orçamento da União pela Constituição, nós abrimos mão da prerrogativa de ajudarmos o Governo a pensar melhor, de exigirmos do Governo ações que venham ao encontro dos interesses nacionais.

Nós, neste momento, estamos de joelhos — a maioria. Eu não me sinto de joelhos porque estou aqui tentando fazer ressuscitar na mente de cada um a responsabilidade que cai sobre cada um de nós neste Parlamento. A intervenção do Judiciário se deu antes de ontem com razão absoluta: 10 anos sem se votarem vetos. Olha que vergonha para este Parlamento!

Há 3 meses, de novo, no caso das medidas provisórias, não havia Comissão Especial Mista necessária e prevista na Constituição, teve que haver mais uma vez a intervenção do Supremo Tribunal. Virá de novo a intervenção do Governo Federal agora, porque não decidimos também o rateamento do Fundo de Participação dos Estados, o que há 2 anos o Supremo exige que façamos até o final deste ano, mas não fizemos.

Mas, neste momento, chega a ser vergonhoso como nós somos cúmplices da desgraça vivida por este País! Há gente morrendo nas filas! Nível educacional, entre 85 países, medido pela ONU, nós somos o 73º. Vergonha nacional! E nós ainda ficamos aqui neste Parlamento, como representantes de um povo que confia a todos nós a condição de bem representá-los, a nos omitir, nos alienar, a vender nossa consciência. Duvido que haja aqui um só Parlamentar que não saiba o que estou dizendo. Nós somos cúmplices da vergonha nacional por convivermos com 19 milhões de brasileiros na miséria. Há gente correndo na fila dos hospitais! E todo dia vamos para a tribuna fazer discurso bonito para enganar a população brasileira, enganar nossos eleitores! Mas quando nos é dada a condição da caneta para decidirmos o rumo deste País, nós passamos a ser coniventes com o processo de gestão vergonhosa por que passa o Parlamento brasileiro, delegando ao Executivo a condição de nos colocar cabresto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Encerro, Sr. Presidente. Colocando cabresto em todos nós. A Sra. Ideli Salvatti praticando aqui o crime da compra de votos e de consciência, escancaradamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E a imprensa talvez não tenha acordado ainda para isso. "Ideliduto" pegando o Orçamento da União, instrumento nobre de Governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Tempo esgotado, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Para humilhar, submeter todos nós à condição de atendê-la no voto inclusive ideológico. Não serei omisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Poder contrário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - E me manifesto exatamente pelos motivos que aqui coloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Em votação o parecer do Relator-Geral pela rejeição do Destaque 170.

Os Srs. Parlamentares que concordam, Deputados, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Não vai ao Senado.

Está concluída a votação do nosso Orçamento-Geral na Comissão de Orçamento.

Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu queria primeiro agradecer a participação de todos os Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores e ressaltar a importância do trabalho dos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

relatores setoriais. Nós recebemos uma peça do Executivo, e essa peça foi melhorada e muito aqui no Congresso. É importante que se diga isso.

Quero ressaltar que está aqui o Senador Flexa Ribeiro, que relatou a questão da saúde, avançou em muitas questões. Nós cedemos, negociamos com o Governo. Está aqui o Deputado Mauro, que relatou a questão das obras irregulares. Nós viabilizamos a ampliação do investimento em algumas obras, outras foram sustadas. Então, o Congresso, até agora, cumpriu o seu papel.

Quero fazer um apelo, Sr. Presidente. Nós fizemos na Comissão o nosso trabalho, assessorados muito bem pela equipe técnica da Câmara e do Senado, que foram impecáveis no trabalho técnico de assessoramento. Mas nós temos um desafio. Com a decisão de ontem do Supremo, em tese, nós não votaremos hoje esse relatório que foi aprovado aqui. E isso é um problema grave para o País, o que quero ressaltar. Se não votarmos o Orçamento do Brasil — não é o Orçamento do Governo, é do País —, nós estaremos até março comprometendo os investimentos diretos e os investimentos das estatais, num momento em que o Brasil precisa retomar o crescimento econômico, a geração de emprego, enfim, a atividade.

Então, eu faço um apelo para que o Congresso e o Supremo se entendam e possamos construir uma solução que possibilite, antes de março, votar o Orçamento, ou por um entendimento, ou pelo acatamento do recurso do Congresso, ou por uma revisão da decisão do Supremo, para que possamos fazer essa votação. Ficar sem esse Orçamento 3 meses, no quadro econômico do mundo e do Brasil, é uma temeridade.

Então, efetivamente, acho que precisamos colocar a política em movimento e construir uma saída política para que haja condição de o Brasil voltar a investir no início do ano para que o crescimento do PIB possa ser retomado, o nível de empregos possa ser retomado e a atividade econômica também.

Quero ressaltar o trabalho do Deputado Cláudio Puty, que foi Relator da receita, parceiro de todo o trabalho que nós fizemos, e, como Líder do Governo aqui, junto com o Presidente Paulo Pimenta, viabilizou esse entendimento. Nós trabalhamos aqui em tempo recorde depois das eleições, e dentro de um entendimento, inclusive, com os Líderes da Oposição, contribuindo para o País, definindo posições, esticando, muitas vezes, a corda para nós avançarmos em procedimentos. O próprio Deputado Giovanni Queiroz criou o tempero do embate e deu a sua colaboração. Então, acho que essa peça é fruto do trabalho de todos.

Nós estamos viabilizando as condições para que o Governo possa investir. Diferentemente do que disse o Deputado Giovanni Queiroz, nós estamos definindo aqui as prioridades políticas da Nação. Nós estamos, ao menos, dando condições para que o Governo, administrativa e operacionalmente, viabilize a operação daquilo que politicamente foi definido aqui.

Nós não abrimos mão das prerrogativas. Ao contrário, nós definimos as questões e estamos cobrando do Governo e dando os instrumentos para que o Governo possa fazer tudo o que o Congresso está aprovando.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de ter sido o Relator desta matéria, de ter contado com a contribuição de todos. Quero dizer que estamos prontos para discutir a matéria e levá-la ao Plenário no momento em que o Congresso e as Lideranças entenderem que este fato deve acontecer. Eu espero que aconteça da forma mais rápida possível, porque este Orçamento, volto a dizer, não é do Governo, não é de nenhum partido político, é do Brasil. Atende a todos os Estados, a todos os Municípios que são comandados pelos diversos partidos que formam a democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Senador Romero Jucá.

Há cinco Parlamentares inscritos: os Deputados Pauderney Avelino, Cláudio Puty, Felipe Maia e Mauro Lopes e o Senador Flexa Ribeiro. Antes de passar a palavra ao Deputado Pauderney, eu quero fazer o meu agradecimento ao nosso Relator-Geral; aos coordenadores de todas as bancadas, do Governo e da Oposição; aos demais Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras; às assessorias de todas as bancadas, na pessoa do Sr. Ricardo Volpi; a toda a consultoria da Câmara e do Senado; à Sra. Maria do Socorro, da Secretaria.

Eu acho que nós, o Relator-Geral, os Sub-Relatores, cumprimos a nossa tarefa. A Comissão conclui a votação num clima importante de entendimento. Agradeço ao Deputado Giovanni Queiroz a sua



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

participação em todo este debate. Agora vamos aguardar uma solução para a questão que envolve a interpretação da decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à pauta do Congresso Nacional.

Eu espero que haja uma revisão desta interpretação, porque eu entendo que a decisão do Supremo é prejudicial ao País. Tive a oportunidade de analisar ontem alguns números preliminares. A LDO, neste ano, não prevê a possibilidade de manutenção dos investimentos sem a aprovação do Orçamento. Isso compromete as obras do PAC, o cronograma das obras das Olimpíadas e da Copa do Mundo, e poderá trazer enormes prejuízos.

Temos também outra questão que diz respeito a essas categorias. Foi fechado um acordo em relação a não votação do Orçamento. A princípio, o parecer das nossas consultorias é que não haverá condições do reajuste salarial, como consequência da não votação e da não alteração do Anexo V. Tudo isso são consequências para o País que, na minha opinião, nem sequer foram previstas pelo Ministro Luiz Fux quando tomou a sua decisão. Imaginou que teria somente uma repercussão e acabou tendo uma repercussão muito maior, trazendo um enorme prejuízo para o Brasil, em face, inclusive, da redação confusa e dúbia do acordão pelo qual ele é responsável.

Portanto, eu espero que haja uma revisão e que nós possamos ter uma solução rápida, para que o País tenha o Orçamento aprovado o mais rápido possível no ano de 2013.

Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. Depois, os Deputados Cláudio Puty, Felipe Maia, Mauro Lopes e Waldir Maranhão e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, não participei da Comissão de Orçamento nem da discussão desta peça orçamentária que foi aprovada hoje aqui sem a presença do *quorum* — é visível a falta de *quorum* na Comissão de Orçamento. Lamentavelmente, nós não temos como pedir verificação.

Portanto, V.Exa. aprova esta peça orçamentária com inúmeros problemas e inúmeros defeitos e, a meu ver, com um vício, um vício que é, sem dúvida nenhuma uma questão que poderá também bater às portas do Supremo Tribunal Federal. A suspensão dos trabalhos legislativos com a inclusão, na pauta, de 3 mil vetos, vai criar, sem sombra de dúvida, um problema a ser dirimido pelo Supremo Tribunal Federal.

De qualquer forma, a pauta do Congresso está sobrestada. Só se pode deliberar qualquer matéria depois que se fizer a deliberação dos 3.060 vetos que estão na pauta do Congresso Nacional.

Eu entendo que é importante, sim, o Executivo ter um orçamento; é importante para que as ações de Governo possam ser executadas, mas não da forma como está sendo feito. Nós precisamos discutir efetivamente o Orçamento, mas nós precisamos, também, ter a valorização do Parlamento. Não se pode continuar fazendo de conta que o Congresso Nacional não existe. O Congresso Nacional existe. É constitucional a votação dos vetos. E, para isso, nós temos que voltar à prática da votação desses vetos.

Portanto, ao aprovar este Projeto de Lei Orçamentária Anual, entendemos que foi apenas um falso, desnecessário. Já que a pauta do Congresso está trancada, não haverá votação no plenário do Congresso Nacional, o Governo vai ter que trabalhar com o duodécimo, no ano que vem, até que se votem os 3 mil vetos, ou que se volte atrás da decisão do Ministro Fux o Supremo Tribunal Federal e se tire novamente a prerrogativa de se analisarem os vetos aqui nesta Casa.

É lamentável que estejamos encerrando um ano dessa forma. Em 22 anos que eu estou aqui, é a primeira vez que eu vejo uma crise institucional entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional dessa forma. Mas isso se dá também, Presidente, pela omissão do Congresso, pelo o que os Congressistas permitem que seja feito, não legislando. E não há vácuo no Estado e nem na política: quando um deixa de assumir as suas prerrogativas, o outro Poder assume. E é o que está acontecendo agora, neste momento.

Portanto, ficam aqui as minhas palavras de protesto por este momento que estamos vivendo, momento que eu espero que possamos no ano vem superar, para que nós possamos valorizar cada vez mais esta Casa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Pauderney.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Deputado Cláudio Puty, Vice-Líder do Governo, a quem eu cumprimento pelo trabalho realizado. Certamente foi um dos Parlamentares fundamentais para que essa votação pudesse ter ocorrido. Deputado Cláudio Puty com a palavra.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Presidente Paulo Pimenta, ainda na fase de saudações mútuas, eu queria cumprimentá-lo, elogiar também o seu trabalho. V.Exa. e o Senador Romero Jucá foram dois craques, quando muita gente imaginava que nós não poderíamos votar esse Orçamento aqui nesta Comissão. E cá estamos. O Congresso com suas atividades encerradas, a Comissão de Orçamento demonstrou que o Parlamento está funcionando, está preocupado com os rumos do País.

Queria agradecer a todas as equipes técnicas, da Taquigrafia às equipes do Orçamento, a equipe da Liderança de Governo, e a todos os nossos colegas Parlamentares, Senadores, Deputados e Deputadas, que aqui engrandeceram o debate, do meu conterrâneo Flexa Ribeiro ao Deputado Giovanni Queiroz, que aqui muito animou o debate, exerceu as suas atribuições parlamentares, e todos aqueles relatores subsetoriais.

O momento que nós estamos vivendo no País — e é muito importante o fato de nós termos aprovado isso aqui hoje —, num ano em que nós, ante o mundo paralisado pela crise, estamos lutando com medidas fundamentais para recuperarmos o crescimento.

Começamos o ano com alguns dizendo que teríamos um desequilíbrio inflacionário. Ano passado se reclamou muito de uma suposta ingerência do Governo no Banco Central para garantir a redução dos juros e, mais ainda, de uma redução dos spreads bancários. O fato é que nós temos uma redução dos juros de 6,25% nos últimos 12 meses; nós temos uma redução expressiva das margens de lucro bancárias; nós estamos criando as condições, num processo que a Presidenta Dilma chamou de transição para um novo modelo econômico, para termos um crescimento vigoroso.

É fato que nós enfrentamos enormes dificuldades no País. Este ano, enfrentamos as questões dos marcos regulatórios dos portos, estamos tratando dos aeroportos, das ferrovias, com a criação da Empresa de Planejamento e Logística. Estamos criando as condições para que o investimento na mão de capitais privados possa ser desempossado; que as regras fiquem claras em 2013 para aqueles muitos investidores estrangeiros diretos, que transformam o Brasil nos campeões de investimento direto internacional; para que aqueles empresários nacionais na área de transporte possam, no ano de 2013, dos seus portfólios, investir na produção.

E nós estamos trabalhando nisso: na desoneração tributária, na simplificação do modelo tributário. A Presidenta Dilma, quando assumiu o seu Governo, disse que queria fazer a reforma tributária fatiada, e nós já temos, aí: Super-SIMPLES, a desoneração de folha — vimos com mais uma rodada de desoneração de folha, com mais uma rodada de desonerações tributárias amplas, com PIS/COFINS, com o próprio IPI. Estamos trabalhando para fazer com que o Brasil seja um dos campeões do investimento e do crescimento, porque o campeão do emprego, o campeão do crescimento da massa salarial, nós já somos.

Então, queria saudar mais uma vez todos os membros deste Parlamento e dizer que esta Comissão teve um papel muito importante, hoje, para que nós possamos, em 2013, em fevereiro, votar esse Orçamento.

Há uma preocupação em relação aos PLNs e em relação às categorias que teriam seus reajustes, as novas categorias que teriam seus reajustes; para isso, precisaríamos mudar a LDO. Vamos continuar trabalhando para que isso seja garantido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Com a palavra o Coordenador da bancada do Democratas, um dos Parlamentares mais ativos e presentes nesta Comissão, Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Obrigado, Sr. Presidente, pelas palavras elogiosas.

E, não por esta razão, eu quero retribuir os elogios a V.Exa., que, ao longo deste ano, teve uma convivência, eu diria, enriquecedora, flexível, compreensiva e construtiva com os diversos coordenadores de bancada. Não foram raros os momentos de dificuldade que nós tivemos nesta Comissão. Não foram raras as faltas de cumprimento de acordo que nós tivemos que superar e, acreditando na palavra de V.Exa., demos prosseguimento na aprovação de diversas matérias.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E, cumprimentando V.Exa., eu quero cumprimentar aqui o Relator-Geral da Lei Orçamentária, o Senador Romero Jucá; quero cumprimentar o Relator da Receita, o Deputado Cláudio Puty, cumprimentar todos os Relatores-Setoriais, e dizer que nós chegamos, nesta data, talvez não com a Lei Orçamentária acabada e perfeita, mas chegamos com ela muito bem trabalhada, superando as diversas dificuldades, sejam orçamentárias, sejam de mérito, como é o caso da questão da saúde, em que o Relator-Geral conseguiu entender as dificuldades dos Deputados que ali pleiteavam algumas retiradas do texto, e o Senador Romero Jucá, com muita compreensão, entendendo que poderia e deveria mexer nos itens que iriam ser alocados no Orçamento, para atingir o piso constitucional da saúde, assim o fez, permitindo que os democratas, e eu o digo em nome do meu partido, pudessem aprovar essa Lei Orçamentária com mais tranquilidade. Na minha bancada existem médicos, não só o ex-Líder do meu partido, Deputado Ronaldo Caiado, mas como o Presidente da Comissão de Seguridade Social, o Deputado Mandetta, que se mostrava bastante preocupado com este tema.

Então, dentro de um elogio a todos os setores, eu quero fazer este reconhecimento, nesta última reunião da Comissão de Orçamento, ao Relator, agradecendo a compreensão de S.Exa. em conseguir trazer tranquilidade à minha bancada em relação a este tema.

Quero lembrar o compromisso dos Democratas. Eu digo ao Presidente que nós começamos a manhã de hoje com alguma inquietação em algumas bancadas que questionavam como é que a Comissão de Orçamentos ia se reunir se o Congresso Nacional havia encerrado os seus trabalhos. Como eu dizia, o Democratas tem um acordo feito com aquela Comissão, tem um compromisso com o Orçamento, e nós iremos até o último grau. Iremos manter o nosso *quorum* e iremos manter o compromisso de não obstruir e não derrubar aquela pauta.

Poderíamos, sim, usando a liderança do Deputado Pauderney Avelino, junto de outros Deputados, tentar pedir verificação, mas eu acho que nós írhamos dar intranquilidade ao Orçamento. Foram muitas conquistas, muitas vitórias, muitos acordos que nós selamos. Eu não achava justo com esta Comissão, depois de 1 ano de trabalho, jogarmos tudo lata abaixou, aguardando para março voltar a conversar de novo. Vamos encerrar esta etapa. Que venha a etapa do Congresso, que muito me preocupa, Senador Romero Jucá e Presidente Paulo Pimenta.

Os servidores públicos estão no aguardo do seu reajuste, que vai ser de 15%, escalonado em 3 anos. Essa é uma péssima notícia para os funcionários públicos que aderiram a esse reajuste. Essa é uma péssima notícia para o Brasil, que aguarda os investimentos garantidos na Lei do Orçamento.

Eu não vejo como nós iremos começar um ano sem o Orçamento aprovado. Mas eu tenho tranquilidade, e disse ao meu Líder Pauderney Avelino que o Democratas foi, como eu disse, até o último nível para ter o Orçamento aprovado. Mas, se a pauta do Congresso está encerrada, esta responsabilidade não cabe aos Democratas. Eu encerro meu mandato. Parece que até março o meu coordenador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vamos até março.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Mas eu encerro este ano na certeza de que eu pude contribuir com a minha atuação para o crescimento do País, para honrar o reajuste dos funcionários públicos e para fazer, como disse o Senador Romero Jucá, um Brasil maior, um Brasil melhor, um Brasil em que o investidor privado possa nele confiar e possa investir no aumento da capacidade de produtividade no chão da fábrica.

Que nós possamos garantir os recursos para investir na infraestrutura, tão importante. Eu digo, já fazendo um comercial, pois eu irei usar a tribuna da Câmara hoje para fazer um discurso exatamente sobre essa temática, às 15h30, no Grande Expediente, sobre o crescimento do País e a necessidade de investimento na infraestrutura.

Parece que eu estava adivinhando os problemas que nós teríamos ao longo desta semana, problemas que podem vir a inviabilizar alguns investimentos na infraestrutura do nosso País.

Sr. Presidente Paulo Pimenta, eram essas as minhas considerações. Agradeço aos companheiros de todos os partidos, àqueles que se juntaram a mim, àqueles que estiveram, em alguns momentos, em campos opostos, mas que enriqueceram o debate, que fizeram com que chegássemos ao melhor texto possível, seja da LDO, seja da LOA. Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro, que foi um grande



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

companheiro nos debates; aos diversos companheiros do PPS, do PSDB, de todos os partidos, sejam da base, sejam do Governo.

Sr. Presidente, eu acho que nosso dever está cumprido na Comissão de Orçamento. Que venha o mais rápido possível a aprovação desse texto na reunião do Congresso Nacional.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Vamos às nossas próximas batalhas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Felipe Maia. Eu quero reafirmar a sua conduta correta, as palavras que foram empenhadas e todos os acordos que foram cumpridos. Eu cumprimento V.Exa. em nome de todos os Parlamentares da Oposição. O Deputado Duarte Nogueira também foi outro grande companheiro que tivemos. Eu tenho certeza de que esta experiência é a demonstração de que é possível, mesmo em campos opostos, de maneira civilizada e adequada, construirmos as melhores soluções para o País. Eu agradeço as palavras e reafirmo a admiração e o reconhecimento do trabalho de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mauro Lopes, nosso experiente Parlamentar do Estado de Minas Gerais, que teve a tarefa de coordenar o Comitê de Obras Irregulares, a quem eu cumprimento e neste momento passo a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Senador e Relator-Geral, Romero Jucá, demais Senadores, Deputados, a minha intervenção visa a me solidarizar com a indignação do Senador Romero Jucá, porque nós todos trabalhamos muito. Eu quero parabenizar os relatores-setoriais e agradecer a V.Exa. por ter confiado em mim a coordenação do COI e agradecer aos Senadores e Deputados que participaram do Comitê de Obras com Indícios — indícios — de irregularidades, e fizemos um trabalho primoroso.

Agora, a minha tristeza, a minha indignação com essa paralisação dos trabalhos. Nós vamos parar o País, o Programa de Aceleração do Crescimento, os grandes investimentos de todos, até do Poder Judiciário, que foi prejudicado... eu quero dizer que as estatais, por exemplo, não poderão fazer investimentos, as refinarias. Nós estamos com um problema sério de combustível no País, as obras em andamento; há obra com 50 mil funcionários trabalhando — obra com 50 mil —, obra com 29 mil empregos. Elas vão ficar paralisadas porque o Governo só pode gastar o duodécimo; não pode ter investimento, mas é só de custeio. Então, investimento, nada! Nós vamos ficar parados com investimento, e esse tempo... e o tempo é o senhor da razão. Se nós perdemos tempo, nós perdemos a razão, perdemos a razão. De modo que é muito grave; se nós raciocinarmos aqui, é gravíssima essa paralisação.

O próprio Supremo Tribunal Federal, que tomou essa iniciativa por intermédio do Ministro Jucá, vai ficar prejudicado, porque os investimentos que estão sendo feitos no aprimoramento de obras do Poder Judiciário vão ficar paralisados também.

Então, eu saio daqui, termino este ano com muita tristeza. Agora vou para um recesso, mas muito triste, muito contrariado com essa paralisação.

Mas, para finalizar, agradeço ao Sr. Presidente pela confiança a mim depositada; agradeço aos pares, meus colegas que ajudaram nas peças diversas desse Orçamento.

Aproveito aqui para desejar a todos um feliz Natal e um Ano Novo com muita prosperidade. Que possamos voltar no dia 5 de fevereiro e imediatamente aprovar o Orçamento da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Mauro Lopes, a quem eu mais uma vez cumprimento.

Passo a palavra ao nosso Senador Flexa Ribeiro, nosso relator na área da saúde, a quem eu quero aqui publicamente também fazer o meu reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua parceria e pelo seu sempre compromisso com esta Comissão e com o nosso País.

Senador, a palavra está à sua disposição.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O Senador Flexa Ribeiro já está entendendo tanto de saúde que já está até aplicando injeção. Ele virou especialista. É a segunda vez que ele relata a área da saúde no Orçamento.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO - Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Relator-Geral, Senador Romero Jucá, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, concluímos o trabalho que era destinado à Comissão Mista de Orçamento, que é aprovar a lei orçamentária.

Eu digo que lamentavelmente nós estamos terminando esta sessão legislativa de forma melancólica. O fato de o Congresso ter encerrado o seu trabalho sem que pudéssemos aprovar o Orçamento, sem que pudéssemos discutir e votar a questão dos vetos, é lamentável, é lamentável, porque isso mostra aquilo que todos nós estamos dizendo há muito tempo, que o Congresso está se submetendo aos demais poderes, está submisso aos demais poderes.

Se nós fizermos uma análise — eu conversava há pouco no cafezinho do Senado com o Senador Walter Pinheiro e o Senador Rodrigo Rollemberg — de que ações, de que projetos de iniciativa do Parlamento foram aprovados, vamos verificar que, lamentavelmente, estamos aqui cumprindo aquilo que é pautado pelo Executivo, simplesmente, simplesmente. Quer dizer: deixamos de fazer o trabalho e de cumprir uma obrigação que os cidadãos brasileiros que votaram em todos nós nos mandaram aqui representar. Nós não o fazemos.

Não discutimos a questão das novas alíquotas dos fundos de participação. Existe uma determinação, novamente do Supremo Tribunal Federal, para que até 31 de dezembro as votemos. Não as votamos, e não seria preciso a intervenção do Supremo para que pudéssemos fazer o nosso trabalho. Temos problemas sérios, problemas sérios.

Deputado Paulo Pimenta, Presidente, Senador Romero Jucá, a oposição a este Governo é uma oposição construtiva. Estamos aqui colaborando para o País. Não é o Governo que está de plantão. O que interessa é melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros. É para isso que estamos representando este povo no Congresso Nacional. E não o conseguimos fazê-lo. Fazemos discursos, vamos à tribuna, e estamos falando para mudos, ou melhor, para surdos. Não nos ouvem, não nos ouvem.

O Executivo toma ações que desrespeitam o Congresso Nacional, ações de total desrespeito. Mas as ações que nós deveríamos fazer para que pudéssemos pelo menos levantar a autoestima deste Congresso, que era cumprir a votação de ontem do Congresso Nacional com relação ao exame dos vetos — vetos de 10 anos que não são pautados — não o fizemos. Aí, temos que assumir a responsabilidade por não termos cumprido o nosso trabalho legislativo.

Deputado Paulo Pimenta, Senador Romero Jucá, Srs. Parlamentares, espero que, na próxima Sessão Legislativa, a partir de fevereiro de 2013, possamos rever isso. Não podemos deixar o Congresso Nacional sob o domínio dos outros Poderes. Precisamos ter uma pauta nossa; precisamos ter algo que seja definido como de interesse da Nação brasileira pelo Legislativo, e cumprir essa pauta.

Quero aqui agradecer e dizer que o Senador Romero Jucá, como Relator, acatou, ao fim, algumas alterações no texto que apresentou a esta Comissão com relação ao Parecer Setorial da Saúde. Tínhamos um problema muito sério, que vinha de novo de encontro ao Parlamento, que era a questão da Lei Complementar 141, em que ações definidas como não incluídas na saúde estavam no parecer do Senador Romero Jucá.

O Senador Romero Jucá, depois de várias reuniões, entendeu isso e retirou a maioria das ações que a área da saúde não entendia como fazendo parte do texto, para que pudéssemos ter esse acordo de votação. Fez a redistribuição parcial dos valores da média e alta da complexidade.

Há o compromisso do Ministro — e é bom que isso fique, Senador Jucá, registrado na ata da sessão de hoje — de que esses valores para o MAC nacional, de quase 3 bilhões e meio, e V.Exa. citou o valor correto, sejam redistribuídos à medida que os Estados venham solicitar o reembolso das despesas através de credenciamento dos serviços.

É importante. Saúde é, para todos nós, um bem de maior valia. Educação é importante, segurança, infraestrutura. Então, o País passa por uma dificuldade — como eu dizia ao Deputado Cláudio Puty — que, como brasileiro, preocupa-me. Preocupa-me ver que este futuro à frente não é um futuro que pode nos deixar tranquilos. Pelo contrário: é preciso que possamos rever, e rever em conjunto, com a base do Executivo no Congresso e a Oposição, porque nós estamos aqui, Deputado Puty, para colaborar. A democracia prima pela alternância do poder. Hoje é o partido de V.Exa. que está exercendo a Presidência da República. A partir das eleições de 2014, eu espero que seja o nosso partido, o PSDB, a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

exercer a Presidência da República, fazendo avançar e melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

Todos nós temos um carinho, no Senado e no Parlamento brasileiro, muito grande pelo Senador Romero Jucá. Tanto que nós dizemos sempre que ele é um Líder laico: mudam os Governos, mas ele continua Líder, com o apoio do PSDB para continuar Líder no Governo do Presidente Aécio Neves, a partir de 2014.

Bom Natal! Feliz 2013! Que o Brasil avance e avance para melhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Senador.

Vamos ouvir o Líder da bancada do PP, nesta Comissão, o ilustre Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sr. Presidente Paulo Pimenta, o Natal é um momento em que nós nos irmammos, um momento que une até os diferentes, com a análise do nosso Senador Flexa Ribeiro, uma análise criteriosa do Brasil.

No entanto, eu volto um pouco atrás, no embate que ele fez com o nosso Senador Relator. Romero Jucá havia estabelecido, num primeiro momento, um confronto pela saúde, e avançamos na demonstração do equilíbrio de forças. Esse é o papel das oposições e o papel daqueles que detêm experiência suficiente para transcender os partidos e Governos, como é o caso do nosso Senador Romero Jucá, uma figura que o Brasil conhece pela sua competência e que demonstrou na relatoria o seu papel nesta missão do nosso Orçamento. Portanto, Senador, tem V.Exa. a minha admiração.

Deputado Paulo Pimenta, você apimentou o Congresso e a nossa Comissão, em especial. Eu sou daqueles que entendem que, diferente de muitos, é nesta Comissão que estamos agigantando o papel do Congresso Nacional. É nesta Comissão que nós colocamos para o Brasil que estamos defendendo as políticas públicas, garantindo o seu investimento para o crescimento econômico e o crescimento social. Em que pese o contraditório da posição assumida pelo Fux, nosso Ministro, pelo Supremo Tribunal Federal, deu a oportunidade para que o Presidente José Sarney reagisse em nome do Senado e o Presidente Marco Maia, de igual modo, interpelasse a posição do STF.

Portanto, na lógica das posições é que tudo na vida é óbvio quando nós temos respostas para aquilo que é óbvio. É óbvio que a sociedade não pode abrir mão do papel do Parlamento brasileiro. É óbvio que nós estamos fazendo o exercício da democracia. É óbvio que nós estamos aqui aprendendo entre nós como construir uma mentalidade propositiva para a Nação.

É preciso colocar para a sociedade os papéis, a quem compete a responsabilidade de travar o crescimento do País. Ele não tem esse direito. Vamos iniciar com um duodécimo, custeio. E no meu Estado, como fica a Refinaria Premium no meu Estado? O que eu vou dizer para aquela sociedade? Eu coloco o meu Estado como símbolo, como referência, mas nós outros podemos fazer disso o mesmo ato público e pedagógico.

Com essas palavras, eu quero agradecer aos nossos Senadores o convívio; ao nosso querido Wellington Dias, do Piauí, próximo do Maranhão, nossos irmãos, pelas nossas dificuldades, mas pela grandeza com que defendeu arduamente, bravamente, a política dos *royalties* para a Nação brasileira.

Portanto, meu Senador, meu Governador, a batalha está travada, mas nós vamos reiniciar, com toda a certeza, em nome de um Brasil menos desigual, em nome de um Brasil que nós queremos ter por meio da garantia de investimentos e da qualidade de vida.

Com essas palavras, desejo a todos um feliz Natal. Que possamos chegar a 2013 com muito mais determinação pelo povo do Maranhão e pelo povo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado pelas suas palavras, Deputado Waldir Maranhão, pela sua competência e pelo seu trabalho. Agora, ouviremos a palavra do nosso Relator Setorial, o nosso Senador Wellington Dias.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas e Deputados, Senadores e Senadoras, meu querido Relator Romero Jucá, quero começar parabenizando V.Exa. pela capacidade tantas vezes já comprovada de articulação, também demonstrada nesse trabalho. Sei que não é fácil: o cobertor é curto, não dá para abrigar todas as coisas. Quero parabenizar V.Exa. Para mim, foi um privilégio, como Relator Setorial, junto com Flexa Ribeiro e tantos outros, poder trabalhar a elaboração deste Orçamento.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Parabenizo também o nosso Presidente. Eu quero dizer que é a primeira vez — já fui Deputado Federal — que participo da Comissão de Orçamento. Quero dizer que é um privilégio estar aqui, tendo V.Exa. como nosso Presidente, sempre muito paciente, sempre ouvindo, fazendo muitas reuniões e ponderando. Acho que esse é que é o grande destaque de uma liderança. Eu queria dizer que é um orgulho, permita-me dizer, para o nosso partido ter V.Exa. fazer, com tanta maestria, esse trabalho, o que mostra que está pronto para outras missões, certamente, do Congresso Nacional e do Brasil.

Eu queria, primeiro, ressaltar o que disse V.Exa. Eu tenho uma divergência profunda diante das posições tomadas, principalmente, ontem. O que está se colocando sempre é o art. 66 da nossa Constituição Federal, que eu tenho aqui em mão. O art. 66, § 6º, menciona as condições da não votação do veto: *"Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º — ou seja, um prazo de 30 dias, para votar, não votando nesses 30 dias — o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final (...)"* Porém, a mesma Constituição, no art. 166, trata de modo diferenciado o Orçamento, só para começo de conversa. O Orçamento, da mesma forma que tem um capítulo tratando de voto, tem outro tratando de Orçamento, porque se trata de uma matéria especialíssima.

Por quê? Veja o que V.Exa. acaba de lembrar: o mesmo art. 166 diz qual é efeito de não ter o Orçamento. Ele diz, claramente, no art. 167, § 1º, que não é possível nem o início de um novo programa sem o Orçamento, nem a continuidade dos programas existentes. Por isso, a LDO, aliás, a Lei de Diretrizes, passou a cumprir esse artigo da Constituição.

Então, veja só, começar o ano com essas regras, sem o Orçamento, é um prejuízo para o povo, para o Brasil. Eu acho que, neste caso, porém, nós não podemos culpar o STF, nós não podemos culpar o Ministro Fux. Eu acho que, neste caso, foi o Congresso que se autofechou. Lamentavelmente, três sessões do Congresso, apenas experimentais — a de antes de ontem; duas ontem, uma ao meio-dia e outra às 19 horas — fechadas. Simplesmente se abre para fechá-las. Para que convocá-las, se a decisão é ainda a da segunda-feira?

Eu lamento profundamente. Ontem eu disse que eu me sentia envergonhado de fazer parte de um Congresso que faz esse autofechamento. Hoje, o Presidente José Sarney estará devolvendo o mandato para os cassados com o AI-5 em plena ditadura militar, o que resultou no fechamento do Congresso. Era preciso armas, bala, fogo para poder fechar o Congresso Nacional. Aqui, sem armas, sem nada, a gente faz isso. É uma coisa lamentável! Além do prejuízo aos servidores, como V.Exa. relembra e como lembrava o Senador Romero Jucá, eu não sei como é que vai fechar o ano sem os créditos, que nós não aprovamos. Sinceramente, eu não sei como é que o ano vai fechar. Nós vamos ter paralisação de obras; nós vamos ter paralisação de obras, é disso que se trata! O Congresso não paralisa. Enquanto não se votar o Orçamento, não termina o ano legislativo. Por isso, a Constituição diz isso. Então, é de uma gravidade sem tamanho.

Ouço com o maior prazer o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Apenas para registrar, Senador Wellington Dias, que no caso dos PLNs que não foram votados, tendo em vista essa situação que se criou, eu defendo que o Governo possa editar uma medida provisória, para reeditar os créditos. Resolve-se este ano.

O problema é que, para o próximo ano, se nós não votarmos o Orçamento em janeiro, nós teremos um trimestre, portanto um quarto do ano de 2013, sem investimentos do Executivo nem das estatais, o que é extremamente grave. Representa a paralisação de obras e uma série de ações que criariam problemas graves, inclusive com impacto na retomada do crescimento econômico, do crescimento do PIB, que todos nós almejamos.

Na verdade, este é um nó político e jurídico, e eu espero que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal se entendam. Existem instrumentos e, efetivamente, nós temos que construir uma alternativa para resolver esta questão.

Para o fim do ano, eu defendo a edição de uma medida provisória que complemente os créditos que estavam no PLN. Mas, para o próximo ano, na verdade, a dificuldade é maior.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS - Vejam só o que diz o Senador Romero Jucá, apenas para exemplificar. Eu também concordo que se emita medida provisória. Mas quem poderá dizer que isso



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

não será questionado? Nós vamos ter que tomar uma medida extraordinária, fora dos regramentos, para resolver um ilegal.

Eu quero finalizar, Sr. Presidente, lembrando o que diz a decisão do Ministro Luiz Fux. Ele faz toda uma exposição e termina com a seguinte conclusão:

"Em face do exposto, defiro o pedido liminar, nos termos em que foi formulado, para, inaudita altera parte, determinar à Mesa Diretora do Congresso Nacional que se abstenha de deliberar acerca do Veto parcial nº 38/2012."

Vejam só, todo este negócio aqui é por causa do Veto 38. Isso é uma vergonha!

Primeiro, com todo o carinho e com todo o respeito, o Ministro toma uma decisão sozinho. Aqui são 513 Parlamentares eleitos na Câmara dos Deputados, 81 eleitos no Senado Federal, que representam mais da metade do eleitorado do Brasil, em votos — é bom não esquecer isso —, e outro poder não eleito, por decisão de um Ministro, toma uma decisão como essa.

Vejam o que ele diz:

"(...) determinar à Mesa Diretora do Congresso Nacional que se abstenha de deliberar acerca do Veto Parcial nº 38/2012 antes que se proceda à análise de todos os vetos pendentes com prazo de análise expirado até a presente data, em ordem cronológica de recebimento da respectiva comunicação."

Isto aqui não consta em Constituição coisa alguma. Não há artigo algum da Constituição brasileira dizendo que nós somos obrigados a tratar dos temas aqui trabalhados, nenhum deles, em ordem cronológica.

Da mesma forma que o Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, hoje tem 7 mil processos, e nós aqui não podemos dizer que ele lá deva tratar em ordem cronológica, nós também não somos obrigados.

Vejam só, o Congresso se rebaixa, o Congresso deixa de assumir a sua posição de poder legítimo. Isso é sério. Isso é grave.

Era isso que eu queria, na Comissão de Orçamento, já que ontem não tive direito a voz na sessão do Congresso, colocar aqui. Não diz o art. 66, nem o seu § 6º, que é em ordem cronológica que deve ser analisado. É o Congresso Nacional, através dos seus regimentos, quem diz qual é a ordem. Há acordo? Vota-se. É assim que acontece em qualquer uma das casas: na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e também no Judiciário. Há entendimento, vota; não há entendimento, fica sobrestado, até que se chegue ao entendimento.

É por isso que há urgência aqui. É por isso que há urgência urgentíssima. Em momento algum, ele atacou o art. 155 do Regimento Comum.

Eu quero dizer que o Congresso está paralisado porque se autoparalisou. Isto aqui é um poder. E eu, como membro, não posso deixar de dizer isso.

Parabenizo V.Exa. pelo trabalho. Agradeço a atenção, mas eu não poderia encerrar o ano de forma melancólica, como lembrou o Senador Flexa Ribeiro, porque eu sou parte de um poder, um poder legítimo deste País que não pode ter medo de representar os interesses do povo, através da Câmara dos Deputados, e dos Estados, através do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Cumprimento o Senador Wellington Dias pela sua manifestação, especialmente pelo seu conteúdo. Concordo plenamente com a interpretação acerca não só do voto, como também da decisão tomada pelo Congresso.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra os Deputados Leonardo Gadelha, Wandenkolk Gonçalves e, por último, o Senador João Costa.

Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Muito rapidamente, em comentário à manifestação do Senador Wellington Dias, a quem eu gostaria de saudar, há um voto do Ministro Sepúlveda Pertence, de 2005, se não me engano, respondendo exatamente a uma provocação do Congresso em relação ao seu



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Regimento. Ele afirma textualmente que vetos que não constem na pauta não poderiam sobrestrar a pauta do Congresso.

Portanto, esta era uma questão que estava esclarecida em decisão liminar anterior, e me parece que o Ministro Luiz Fux...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Exatamente, o voto não está lido, não está pautado. Não pode trancar a pauta o que não está pautado.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - É contraditória em relação a uma decisão anterior do próprio STF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Só reforça a ideia de que houve uma interferência indevida que não precisava ter sido cumprida da forma como foi interpretada, na nossa opinião. Por isso, nós deveríamos, hoje à tarde, votar no Plenário do Congresso o nosso Orçamento.

Com a palavra o Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Nobre Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Exmo. Relator, Senador Romero Jucá, a confecção do Orçamento não é um esforço vulgar, em que pesem as tentativas da mídia e de parte da sociedade civil organizada de diminuir esse esforço, de reduzir a análise do trabalho que é feito, fazendo sempre uma comparação entre o início e o fim do processo. Há que se ter em mente sempre, Sr. Presidente, que essa confecção é um trabalho hercúleo, que exige sempre uma quantidade de esforços sobre-humanos por parte desta Comissão.

Para que nós possamos levar a cabo um esforço como esse, Sr. Presidente, é necessário haver, inicialmente, sensibilidade federativa. Eu acho que é necessário, nesse primeiro aspecto, louvar a atitude do Relator Romero Jucá. Ao longo de todo o processo, houve sensibilidade federativa por parte de S.Exa.

Há que se ter em mente que a peça nunca será perfeita, será universalmente aceita, até porque os Estados, com toda a razão, querem e têm o direito de almejar sempre mais. Eu, por exemplo, sou representante da Paraíba e acho que a Paraíba há muito tempo não é contemplada com grandes projetos estruturantes, mas, havendo a sensibilidade federativa, como houve por parte do Relator, é possível que a gente consiga contemplar aqui e ali algumas demandas de todos os nossos Estados.

Para que também se leve a cabo um esforço como esse, Sr. Presidente, é preciso serenidade, e serenidade não faltou a V.Exa. Eu fui testemunha de alguns momentos de grande efervescência neste Colegiado, em que partíamos para a beligerância, e V.Exa., com serenidade, tranquilidade e pulso firme, conseguiu manter as rédeas dos trabalhos.

Portanto, é necessário, neste instante em que fechamos um ciclo e em que fazemos uma reflexão, parabenizarmos esse duo. V.Exa. e o Relator foram os grandes responsáveis para que chegássemos a cabo a uma peça que, repito, se não é universalmente aceita, é uma peça que consegue contemplar a maior parte dos Estados.

Eu acho que o fechamento do ciclo também nos impõe uma reflexão, Sr. Presidente. Do ponto de vista do funcionamento da Comissão em particular — eu fui membro do Comitê de Admissibilidade de Emendas —, acho que é necessário fazermos uma revisão acerca do papel daquele Colegiado. Tínhamos muita dificuldade de obter *quorum* para a realização dos encontros, havia um esforço por parte da equipe técnica da Comissão, um esforço brilhante, que merece as nossas laus, mas raramente nós conseguíamos *quorum*.

Então, é necessário que este Colegiado reveja o papel do Comitê. Se não me falha a memória, o Relator disse que neste ano aconteceu o mesmo, na confecção do OGU/2012 aconteceu a mesma coisa: não houve deliberação por parte do CAE, quando da confecção no ano passado. Portanto, são 2 anos consecutivos em que nós não apresentamos uma resposta à sociedade, e uma parcela importante do trabalho, aquilo que foi detectado como equívoco por parte da equipe técnica da Comissão precisa ter uma resposta clara, o que não foi feito.

Outra reflexão, Sr. Presidente, vai no bojo de tudo o que foi dito aqui sobre o papel do Parlamento. Há, neste instante, uma propositura, se não me engano, do Deputado Esperidião Amin, que propõe que a partir da próxima LDO nós consigamos inserir um dispositivo que determine que o contingenciamento das emendas parlamentares siga a mesma razão que o contingenciamento das demais verbas que compõem o Orçamento Geral da União.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Acho que isso é importante como fortalecimento do Parlamento. É necessário que a sociedade entenda o papel das emendas parlamentares. A mídia gosta de demonizar as emendas parlamentares, mas, em muitos casos, Sr. Presidente, elas são a única possibilidade de investimento que o Município de pequeno porte tem ao longo de todo o exercício.

Eu, que sou representante da Paraíba, que tem, dos 223 Municípios, mais de 200 com menos de 25 mil habitantes, sei da importância de uma emenda parlamentar para a população. E o atendimento das comunidades difusas é tão importante quanto o atendimento dos grandes centros. Atender a um município de Santa Cruz, cidade de 7 mil habitantes no Sertão da Paraíba, é tão importante quanto atender a um cidadão brasileiro que reside na maior metrópole do País, São Paulo.

Então, nós podemos e devemos tratar seriamente a propositura do Deputado Amin. Acho que é uma reflexão que cabe e que deve tomar conta da pauta da Comissão no próximo ano.

Com relação ao que tem sido dito sobre o trancamento da pauta do Congresso, eu quero primeiro dizer que não sou regimentalista, não sou constitucionalista, nem sequer rábula eu sou, porque não sou formado em Direito, mas sou um curioso, e acho que, pelo que determina a Constituição, que diz que a nossa Sessão Legislativa vai até 22 de dezembro, nem mesmo o Presidente do Congresso pode determinar o encerramento dos trabalhos. A Sessão Legislativa vai, segundo a Constituição Federal, até o dia 22 de dezembro.

Portanto, se ainda houvesse a possibilidade de construirmos um consenso, poderíamos votar, inclusive no sábado próximo, porque assim determina a Constituição Federal. Obviamente, eu sou céptico em relação a essa possibilidade, mas é necessário deixar isso claro, porque foi levantada inclusive a possibilidade de essa sessão ser injustificada, e ela não é. Os trabalhos do Congresso Nacional, segundo a Constituição, vão até o dia 22 de dezembro. Portanto, nós estamos trabalhando livre e conscientemente.

Quero, por fim, parabenizar V.Exa. pelo trabalho, parabenizar o Relator Romero Jucá pelo trabalho e desejar a todos um excelente 2013. Que nós possamos tomar esses...

Quero nadar contra a corrente aqui, Sr. Presidente. Não acho que este seja um momento melancólico, não. Entendo a reflexão que foi feita pelos dois nobres Senadores, mas acho que este é um momento de afirmação do Parlamento. É claro que isso vai gerar grandes, enormes distúrbios para o poder público federal. Nós não gostaríamos que eles fossem gerados, mas isso também vai gerar uma reflexão acerca do papel do Parlamento.

O processo legislativo só se completa com a análise dos vetos. Todos nós sabemos disso. O processo legislativo se inicia com a apresentação de um projeto e se completa com a avaliação dos vetos. E nós nunca estamos finalizando o processo legislativo, haja vista haver aqui mais de 3 mil vetos que não foram analisados pelo Congresso Nacional.

Então, nós vamos fazer uma reflexão sobre o nosso próprio trabalho. Nós somos pagos para completar o processo legislativo e não o estávamos completando. Certamente isso vai gerar uma nova dinâmica. Os nossos próximos Presidentes do Senado e da Câmara e os Líderes vão deliberar sobre esse assunto, e nós vamos ter uma nova dinâmica de apreciação de vetos a partir do ano de 2013.

Então, se vejo, por um lado, grandes problemas, uma nuvem negra sobre o poder público federal nos 2, 3 primeiros meses do ano de 2013, por outro lado, também vejo uma grande oportunidade para que este Congresso se fortaleça, se aprimore, melhore a sua dinâmica e possa dar melhores respostas à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputado Leonardo Gadelha.
Com a palavra o Deputado Wandenkolk Gonçalves.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES - Bom dia, senhoras e senhores. Quero cumprimentar o nosso Presidente e, em sua pessoa, cumprimentar todos que engrandeceram este Congresso com a participação — de todos nós — na feitura do Orçamento do Brasil, infelizmente ainda não aprovado.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que, num primeiro momento, esse fato deprimente que acontece no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados, entristece todos nós, causa indignação a todos nós. Mas, em vez de ficarmos nos envergonhando dos fatos que foram produzidos por nós mesmos, temos que aproveitá-los para recuperar as prerrogativas do Poder Legislativo. Eu acho que



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

ele veio em boa hora no sentido de que nós podemos fazer, por exemplo, o que muita gente defende: que o próximo Congresso, a próxima Legislatura faça uma miniconstituinte, para que nós possamos rever todas as questões e, principalmente, recuperar o Pacto Federativo.

A nossa Federação está esgarçada, e, com a questão dos *royalties*, infelizmente, a Presidente Dilma a esgarçou ainda mais. Colocou dois Estados da Federação contra os demais Estados. Nós ficamos nesse imbróglio, e sobrou mais uma vez para o Congresso. Envergonhamo-nos de estarmos fechados hoje? Nem tanto. Vamos tirar desse fato a possibilidade concreta de nós reagirmos. A judicialização do Legislativo foi consignada. Está consignada. Vamos fazer uma autoconvocação, votar o Orçamento, sim, definir as nossas prerrogativas, reconquistar as prerrogativas do Poder Legislativo, para que possamos ser respeitados lá fora. Se aqui dentro nós não nos estamos dando ao respeito, nós não podemos ser respeitados. Em todas as pesquisas de opinião pública feitas neste País, o Legislativo está na última colocação no conceito do povo brasileiro ou na primeira colocação de sua indignação.

Então, compete a cada um de nós e a todos nós recuperar o espaço que nos foi dado na Constituição. Infelizmente, a nossa Constituição — e, quando Deputado Estadual, eu fui Relator da Constituição do Estado do Pará, que foi moldada na Constituição Federal, e não poderia ter sido diferente — é uma lei que buscava o parlamentarismo. Ela é eminentemente parlamentarista. E para aplicá-la num regime presidencialista, as medidas provisórias nadaram de braçadas e vão continuar nadando. Já estou vendo que vão vir outras medidas provisórias para que possamos resolver a questão dos créditos que temos de votar para não paralisar o Brasil.

Eu queria agradecer a V.Exa. o aprendizado. Eu, um Parlamentar recém-chegado ao Congresso, realizei-me aqui na Comissão. V.Exa., além da experiência e competência que passou a todos nós, mais particularmente a mim — como já dizia o cantor popular, “Faça feito o velho marinheiro, que durante o nevoeiro leva o barco devagar” —, V.Exa. teve competência para conduzir o barco neste momento de mar revolto. Chegamos até onde chegamos, infelizmente barrados por uma série de incompetências do Poder Legislativo e, principalmente, dos que o dirigem neste momento. Faço uma crítica contundente a esse respeito.

Eu queria agradecer a todos os consultores e assessores desta Casa e da Comissão que nos ajudaram de maneira importantíssima no aprendizado, na reciclagem e, acima de tudo, nos ensinamentos. Quero agradecer a todos os senhores.

Digo para aqueles que nos ouvem através da TV Câmara que nenhum de nós é maior do que todos nós juntos. Então, vamos dispensar as ideologias e os partidos políticos e nos unir em favor da repactuação do pacto federativo e, acima de tudo, da recuperação das prerrogativas do Congresso.

No que diz respeito a minha relatoria, ontem enfrentei um debate numa rede de televisão em que os jornalistas falavam da “surpresa”, entre aspas, com o fato de o Estado do Pará ter sido bem aquinhoados no nosso Orçamento, na relatoria da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

Para aqueles que não sabem, em relação à agropecuária, o Pará é o quarto rebanho bovino do Brasil, com quase 20 milhões de cabeças, e nós só temos um terço da nossa área do Estado livre de aftosa. Inclusive, parabenizo o Relator Romero Jucá pelo fato de ter incluído de maneira significativa a defesa da agropecuária, tanto animal como vegetal, que vai ajudar na recuperação não só do Pará, mas da Amazônia como um todo, para termos um País livre de aftosa e mercados especializados em comer o boi verde, que é tudo aquilo que o europeu quer hoje. Essa área foi contemplada. E o Pará é o quarto rebanho bovino com 20 milhões de cabeças.

O Deputado Cláudio Puty assim como o Senador Flexa Ribeiro sabem também que o Estado do Pará, meu Presidente, detém mais de 35% dos assentamentos do Brasil, mais de mil projetos de assentamento do Brasil. E nós não temos 2% dos recursos do MDA, principalmente do INCRA, no que diz respeito à estruturação de estradas vicinais e a tudo aquilo que a tão propalada reforma agrária prega e apregoa a cada ano e não resgata, que é a emancipação dos assentamentos. Então, foi contemplado. Nós temos 37% das áreas... E ainda convivendo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra — ditos sem terra, que aquilo não tem nada que ver com os sem-terra — que invade fazendas e faz com que a nossa segurança pública fique desgastada.

Em relação à pesca, louvo mais uma vez a atitude do Senador Romero Jucá, que soube, junto com o Ministro Crivella, trazer para essa área um aporte de recursos significativo. Muita gente fala do pré-



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

sal. Pré-sal para a educação é para daqui a 10 anos, com novos contratos. Isso é conversa para inglês ver! O pré-sal da nossa região, Senador Jucá... Nós não temos pré-sal lá, nós temos o "pei-xal"; é esse que vai fazer a diferença no futuro — na Amazônia, estou falando da nossa Região Amazônica.

Enquanto a ONU afirma que 1 bilhão de pessoas passam fome, por outro lado 1 bilhão de pessoas são obesas, todas precisam comer peixe. Então vamos pescar! E o Pará é o primeiro produtor de pescado do Brasil! Por isso teve essa contemplação no nosso relatório, que foi feito junto com o Ministro Crivella, junto com o Ministro Pepe, junto com o MDA e com todas as bancadas, inclusive do Senado, e a Presidência da Comissão do Senado nos ajudando a construir um relatório que mostrasse principalmente para o Brasil, para o Brasil de vocês, para o Brasil de cá, que lá nós temos um Brasil diferente.

Eu sou de um país que se chama Pará. Por isso consignei os recursos, com critérios técnicos. V.Exas. podem verificar todos eles — inclusive falo à TV Câmara —, podem verificar os critérios que nós apontamos para fazer a distribuição dos parcos recursos que nós tínhamos para a área de Agricultura, Pesca e Reforma Agrária, mais ainda assim foram contemplados os indicadores.

Acho que o Orçamento e a Constituição, que é a nossa Lei Maior, devem privilegiar a diminuição das distâncias sociais e das desigualdades regionais. Acho que foi nisso que todos nós nos pautamos para fazer um Orçamento que seja a cara do Brasil, de que o Brasil realmente precisa.

Por isso eu queria parabenizar os dois e, através dos dois, todos os Relatores-Setoriais e aqueles que nos ajudaram, principalmente com os ensinamentos que nós tivemos aqui na Comissão. Fiquei muito orgulhoso de participar dela.

Agradeço ao meu partido a indicação, mas agradeço, acima de tudo, aos senhores, assessores e consultores, que nos conduzem a todos nós, pelo fato de o estarmos entregando para o Brasil hoje, ainda sem votação, mas acredito numa autoconvocação. Eu estou aqui para isso. Se precisar, estou aqui para legitimar aquilo tudo que nós debatemos durante meses.

Parabéns, Deputado; parabéns, Relator.

Feliz Natal a todos os senhores e um próspero ano-novo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Deputado Wandenkolk.

Quero aqui destacar a importante participação da bancada do Pará, não só de V.Exa., como Relator-Setorial; mas também do Senador Flexa; do Vice-Líder, Cláudio Puty, e do nosso coordenador da contestação, do debate, Deputado Giovanni Queiroz. Pelo menos quatro Parlamentares do Pará com forte atuação neste debate. Cumprimento V.Exa. pelo trabalho.

O último inscrito é o Senador João Costa. Depois vamos concluir os trabalhos.

O SR. SENADOR JOÃO COSTA - Sr. Presidente, em seu nome, permita-me cumprimentar os demais integrantes desta Comissão; o Relator-Geral, Senador Romero Jucá; os servidores do Congresso Nacional, sem os quais não poderíamos chegar aqui e fazer um trabalho tão brilhante como fizemos.

Com relação à posição do Congresso hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós representamos juntos, Deputados e Senadores, os cidadãos brasileiros e os entes federativos, Estados e Distrito Federal, e não nos podemos colocar de joelhos diante de qualquer pessoa ou de qualquer Poder. O povo não se pode colocar de joelhos em nenhum momento diante de ninguém. O que está acontecendo? Nós nos estamos colocando de joelhos diante de alguém que não está correto. Essa é minha posição.

Mas, Sr. Presidente, o momento é de aproximação do Natal; o tempo é do advento; o tempo é do nascimento. Comemoramos o nascimento de Jesus, Senhor e salvador, e precisamos comemorar também o nascimento, dentro de nós, dentro de cada um de nós, de sentimentos nobres, tais como o perdão, a união, a verdade, a esperança e tantos outros sentimentos. O momento não é momento de ódio, não é momento de ofensa, não é momento de discórdia, não é momento de desespero, mas é momento de coragem. Não de coragem no sentido de violência, mas de coragem no sentido de força moral, coragem no sentido de determinação política. Essa, sim, é a coragem de que precisamos.

E é com essas palavras, Sr. Presidente, que eu desejo a todos um feliz Natal, um próspero ano-novo, um 2013 maravilhoso, repleto de conquistas; aquelas que não conseguimos este ano que possamos colocar em prática no próximo ano, que possamos caminhar para a frente. Não adianta olhar



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

para trás, não adianta olhar para os lados. O momento é de olhar para a frente, é de olhar para o futuro do Brasil.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Quero, dessa forma, agradecer mais uma vez a participação a todos os Srs. Deputados; aos Srs. Senadores; à Consultoria Legislativa da Câmara e do Senado; às assessorias das bancadas e dos Srs. Parlamentares, que foram fundamentais durante todo este ano.

Temos ainda uma tarefa a partir de fevereiro e março, mas concluímos integralmente a nossa tarefa.

Deputado Cláudio Puty, nosso Coordenador da Receita; nosso Relator-Geral, Senador Romero Jucá, cumprimento V.Exas.

Vamos encerrar a reunião com a missão cumprida.
Está encerrada a reunião.

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2013

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de março do ano de dois mil e treze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN. Verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eduardo Sciarra, Giovanni Queiroz, Paulo Pimenta e Paulo Wagner; do **Senador Titular** Flexa Ribeiro; e dos **Deputados Suplentes**: Assis Carvalho, Jaime Martins, Nelson Marchezan Junior e Osmar Serraglio. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Márcio França, Mauro



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foleto, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Moling, Waldenor Pereira, Wandenolk Gonçalves e Zeca Dirceu e os Senadores Titulares Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Não há *quorum* para a abertura dos trabalhos.

Convoco reunião ordinária para o dia 12 de março, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está encerrada.

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 2, DE 2013

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia doze de março do ano de dois mil e treze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN. Verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Eduardo Sciarra, Paulo Pimenta, Professora Dorinha Seabra Rezende e Reinaldo Azambuja; dos **Deputados Suplentes**: Assis Carvalho, Celso Maldaner, Marcos Rogério, Professor Sérgio de Oliveira e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Márcio França, Mauro Lopes,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenolk Gonçalves e Zeca Dirceu e os Senadores Titulares Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.xx

O SR. PRESIDENTE (Deputado Professor Sérgio de Oliveira) – Boa tarde a todos.

Não havendo *quorum* para abertura dos trabalhos, convoco reunião ordinária para o dia 19 de março, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54^a LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 19 E 20 DE MARÇO DE 2013.

Aos dezenove e vinte dias do mês de março de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenários 04 e 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 5 de 2013. Durante esse período, verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Eduardo Sciarra, Giovanni Queiroz, João Paulo Lima, Mauro Lopes, Paulo Pimenta e Professora Dorinha Seabra Rezende; dos **Senadores Titulares**: Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim e Sérgio Souza; dos **Deputados Suplentes**: Assis Carvalho e Vanderlei Siraque; e dos **Senadores Suplentes**: Ana Rita e Angela Portela. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Márcio França, Osmar Júnior, Paulo Foleto, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenolk Gonçalves e Zeca Dirceu e os Senadores Titulares Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias.
ABERTURA: às quinze horas e quatorze minutos, havendo número regimental para abertura, de acordo com o art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício, Deputado Augusto Coutinho, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, por não haver quórum suficiente para deliberação, anunciou que suspenderia a reunião, convocando sua continuação para o dia 20/3/2013, quarta-feira, às 14h30. No dia vinte de março, às 14h42, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, reiniciou a reunião. Contudo, por não haver quórum presente no plenário, encerrou-a.
ENCERRAMENTO: às 14h43 a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA, Presidente.** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a Primeira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta nº 5, de 2013.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, suspendo a presente reunião, antes convocando a sua continuidade para o dia 20 de março, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Muito obrigado.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro reiniciada a primeira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 5 de 2013.

Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação, mesmo com a presença fiel das senhoras e senhores, não teremos reunião.

Portanto, declaro encerrada a presente reunião. Vamos aguardar a orientação para saber quando será agendada a próxima reunião.

A reunião está encerrada.

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

**ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2012**

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação e eleição da Mesa Diretora para o ano de 2012. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Arnaldo Jardim, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Paulo Folatto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenolk Gonçalves e Zeca Dirceu; - **Senadores titulares:** Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias; - **Deputados suplentes:** Augusto Coutinho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Hugo Motta, Lira Maia, Marcos Rogério, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; - **Senadores suplentes:** Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza. Registrhou-se a ausência dos membros: - **Deputados titulares:** Aníbal Gomes, Arnon Bezerra, Edio Lopes, Eli Correa Filho, Giovanni Queiroz, João Leão e Luciano Castro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Ademir Camilo, Eduardo Sciarra, Geraldo Resende e Vilson Covatti, e o Senador Vital do Rêgo. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e sete de março e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. Informou que havia *quorum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional e declarou instalada a Comissão para o ano de 2012. A seguir, o Presidente leu a composição da Comissão e proferiu breve discurso sobre a sua gestão na direção dos trabalhos, ao tempo em que teceu considerações sobre a iniciativa inovadora de apresentar o Relatório de Atividades da CMO de 2011. **EXPEDIENTE:** o Presidente leu os seguintes expedientes: 1) OF. GLPMDB nº 030/2012, de 20 de março, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Romero Jucá (PMDB/RR), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2013; 2) OF nº 093/PT, de 21 de março, do Deputado Jilmar Tutto, Líder do PT, indicando o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) para o



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; **3)** Ofício nº 29/12-GLPSDB, de 26 de março, do Senador Álvaro Dias, Líder do PSDB, indicando o Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) para o cargo de Primeiro Vice-Presidente da CMO; **4)** Of. nº 335/2012/PSDB, de 27 de março, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) para o cargo de Segundo Vice-Presidente da CMO; **5)** Ofício Leg. Nº 013/2012 GLPR, de 27 de março, do Senador Vicentinho Alves, Vice Líder do PR, indicando seu nome para o cargo de Terceiro Vice-Presidente da CMO; **6)** Ofício nº 040/2012 - GLDBAG, de 27 de março, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. **ORDEM DO DIA:** O Presidente fez breve discurso e apresentou o Relatório de Atividades da CMO, durante a sua gestão no ano de 2011, no qual destaca as Emendas de Iniciativa Popular; parabenizou a ex-Secretária da CMO, Sra. Myrna Lopes Pereira, pelos trabalhos prestados à CMO por mais de 20 anos, e apresentou a nova Secretária, Sra. Maria do Socorro de L. Dantas. Prosseguindo, elogiou os serviços prestados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, através do seu Diretor Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior, e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, através do seu Diretor, Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto. Agradeceu aos membros da Comissão de 2011, especialmente aos parlamentares Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Senador Walter Pinheiro (PT/BA), Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e o Deputado Gilmar Machado (PT/MG), que foram, respectivamente, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2012, Relator da Receita, e representante da Liderança do Governo na CMO. Em seguida, propôs que a eleição da Mesa Diretora da CMO para 2012 fosse por aclamação, tendo os candidatos para os seguintes cargos: Para Presidente: **Deputado Paulo Pimenta** (PT/RS); para Primeiro Vice-Presidente: **Senador Cássio Cunha Lima** (PSDB/PB); para Segundo Vice-Presidente: **Deputado Reinaldo Azambuja** (PSDB/MS); para Terceiro Vice-Presidente: **Senador Vicentinho Alves** (PR/TO). A proposta foi submetida à votação que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Comissão para 2012 e convidou o Presidente eleito, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), para dirigir os trabalhos. O Presidente eleito fez o pronunciamento de posse e convidou os Vice-Presidentes eleitos para compor a Mesa. Usaram da palavra para parabenizar o Presidente pela sua eleição os Senadores Romero Jucá (PMDB/RR), Sérgio Souza (PMDB/PR), Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Paulo Paim (PT/RS) e aos Deputados Toninho Pinheiro (PP/MG), Eliseu Padilha ((PMDB/RS), Vanderlei Siraque (PT/SP), Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA), Felipe Maia (DEM/RN), Zeca Dirceu (PT/PR), Waldenor Pereira (PT/BA), Eduardo Sciarra (PSD/PR), João Paulo Lima (PT/PE), Leandro Vilela (PMDB/GO), Cláudio Puty (PT/PA), Marcos Rogério (PDT/RO) e Cida Borghetti (PP/PR). O Senador Wellington Dias (PT/PI) levantou Questão de Ordem quanto à designação em 2012 de membros para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO que já a integraram em 2011, nos termos do art. 7º, § 1º, da Resolução nº 1/2006-CN. O Presidente recebeu a questão de ordem e esclareceu que a indicação dos membros titulares e suplentes da CMO é de competência dos Líderes Partidários das duas Casas do Congresso Nacional, conforme estabelece o art. 7º da Resolução nº 01/2006-CN, alterada pela Resolução nº 03/2008-CN. Ao Presidente do Senado Federal cabe a designação dos membros da Comissão, mediante a indicação das Lideranças Partidárias, conforme estabelece o art. 9º do Regimento Comum, e informou que encaminhará a questão de ordem ao Presidente do Senado Federal por ser de sua competência a decisão da questão. Prosseguindo, o Presidente informou as seguintes diretrizes gerais: **1)** Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN, o dia 1º de abril é o prazo final para indicação das seguintes relatorias: Relator da Receita e os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2013 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN. **2)** O dia 1º de abril também é o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês, conforme estabelece art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Tendo em vista que dia 1º de abril é domingo, informou que as indicações poderão ser feitas até dia 3 de abril. **3)** Solicitou a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. **4)** Inicialmente, as reuniões ordinárias serão realizadas às terças-feiras, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados até que haja acordo com o novo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. **ENCERRAMENTO:** O Presidente convidou os membros e respectivos assessores a participarem da Palestra “Como funciona a CMO”, que será realizada no dia 29 de março, às 10 horas, no plenário 2, da Câmara dos Deputados, sob a direção da Secretaria da CMO, Sra. Maria do Socorro de L. Dantas, e com a participação do Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Sr. Wagner Primo Figueiredo Júnior e do Diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto. Por oportuno, informou que a Secretaria da CMO encaminhará a todos os gabinetes dos membros desta Comissão exemplar da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, o Presidente eleito encerrou os trabalhos, às dezesseis horas e três minutos. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA.**

Presidente.

Xxx

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião de Instalação	Nº: 0168/13	DATA: 26/03/2013
INÍCIO: 15h35min	TÉRMINO: 15h40min	DURAÇÃO: 00h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h05min	PÁGINAS: 2	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Instalação e Eleição da Mesa Diretora.

OBSERVAÇÕES

TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Senhoras e Senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a reunião



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2013.

Eu quero, antes de mais nada, saudar aqui o Senador Lobão Filho, os Srs. Senadores, Deputados, Deputadas.

Hoje nós estamos encerrando o nosso mandato à frente da Comissão. Estamos ainda aguardando a possibilidade do *quorum* para que possamos fazer hoje a eleição do novo Presidente, a nova Mesa Diretora da Comissão. Mas eu quero aqui fazer, em primeiro lugar, um agradecimento a todos os Parlamentares da Câmara e do Senado que, ao longo deste período, estiveram junto conosco numa experiência que, para mim, foi extremamente positiva, e eu fico muito grato pela parceria do Colégio de Líderes e dos Parlamentares que fizeram parte desta Comissão.

Quero fazer aqui um agradecimento especial à nossa Consultoria de Orçamento, na pessoa do Ricardo Volpe, e à nossa assessoria, nossa Consultoria de Orçamento do Senado, na pessoa do Orlando, que foram também parceiros incansáveis do trabalho durante todo este período.

E quero fazer um registro muito especial à assessoria das bancadas, à assessoria dos partidos, que foram fundamentais para o sucesso do nosso trabalho. Sou extremamente grato aos senhores e às senhoras, tanto dos partidos da base do Governo como dos partidos da Oposição, por uma relação fraterna e de confiança, de lealdade que nós estabelecemos aqui na Comissão.

Então, há as melhores referências dos trabalhos dos senhores, das senhoras. Com certeza, farei sempre esse registro sobre a qualidade da assessoria que nós temos na Comissão, tanto a nossa Consultoria, como eu já disse, como também dos nossos amigos e amigas que aqui fazem assessoria das bancadas e também dos Parlamentares integrantes desta Comissão. As assessorias legislativas também, de Ministérios, de diversas instituições que acompanham, no dia a dia, o nosso trabalho.

Nós produzimos um relatório de atividades que será, posteriormente, distribuído a todos, fazendo um balanço de todos os avanços institucionais que nós tivemos ao longo deste período. E eu espero que os próximos integrantes



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

da Comissão possam dar sequência a esse trabalho, avançando ainda mais a partir daquilo que desenvolvemos.

Quero aqui, na pessoa da Socorro, agradecer a toda a nossa Secretaria Executiva, a toda a sua equipe, ao pessoal que trabalhou comigo também junto ao Gabinete da Presidência, à imprensa e todos aqueles que foram parceiros e que foram, sem dúvida alguma, os principais responsáveis pelo sucesso da nossa gestão.

Por uma questão regimental, a nossa reunião era às 15h. Às 15h30min nós não tínhamos *quorum*, esperamos, também não temos ainda, e na próxima semana, então, já a nova composição da Comissão estará com a responsabilidade de realizar a reunião de eleição da nova Mesa e composição da Comissão. Agradeço a todos os senhores e senhoras.

Está encerrada esta sessão.

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

**ATA DA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 2 E 3 DE ABRIL DE 2013**

Aos dois e três dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para eleição da Mesa Diretora do ano de 2013. Verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Andre Moura, Armando Vergílio, Bohn Gass, Bruno Araújo, Claudio Cajado, Domingos Sávio, Dr. Ubiali, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Marçal Filho, Nelson Meurer, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Severino Ninho, Weliton Prado e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**:



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Chico Lopes, Humberto Souto, João Dado, José Rocha, Junji Abe, Leopoldo Meyer e Raimundo Gomes de Matos; e dos **Senadores Suplentes**: Cícero Lucena, Eduardo Suplicy e Jayme Campos. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aelton Freitas, Carlos Magno, Danilo Forte, Fábio Ramalho, Gorete Pereira, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Miguel Corrêa, Nilda Gondim, Nilton Capixaba e Zezé Ribeiro e os Senadores Titulares Anibal Diniz, Eunício Oliveira, Lúcia Vânia e Randolfe Rodrigues. **ABERTURA:** às quinze horas do dia dois de abril, havendo número regimental, o Presidente em exercício, Deputado Humberto Souto, conforme o disposto no art. 14 da Resolução nº1, de 2006-CN, iniciou os trabalhos. Por não haver quórum para deliberação, a reunião foi suspensa às 15h01 e sua continuação foi convocada para o dia 3 de abril, às 14h30. Aos três dias do mês de abril, às 15h26, a Presidente em exercício, conforme o disposto no art. 14 da Resolução nº1, de 2006-CN, Deputada Rose de Freitas, reiniciou a reunião. Na sequência, foi apresentada questão de ordem pelo Deputado André Figueiredo, o qual solicitou o encerramento da reunião em função do art. 29, § 1º do Regimento Comum do Congresso Nacional. Em resposta, a Presidente esclareceu que o atraso para o início da reunião deveu-se à ocupação do Plenário da Comissão por ocasião de realização de Audiência Pública, afastando-se, assim, a aplicação do dispositivo objeto da questão de ordem. A seguir, fez uso da palavra o Deputado Cláudio Cajado, solicitando o encerramento da reunião devido à falta de acordo para eleição do Presidente, sugerindo, ainda, uma reunião dos Líderes Partidários para buscar entendimento. **ENCERRAMENTO:** às 15h30 a Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, devido à falta de acordo entre as Lideranças partidárias, encerrou os trabalhos. Contudo, antes do encerramento, convocou reunião de Líderes para as 18h do mesmo dia, além de Reunião de Eleição da Mesa Diretora para o dia 9 de abril, às 14h30. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Deputada ROSE DE FREITAS. Presidente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0197/13	DATA: 02/04/2013
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 15h02min	DURAÇÃO: 00h03min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h03min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2013.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa por falta de quórum na representação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Humberto Souto) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Assumo a condução dos trabalhos, conforme o estabelecido no *caput* do art. 14, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Declaro iniciada a reunião de eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2013.

Não há quórum para deliberação nas representações do Senado Federal.

Convoco a continuação desta reunião de eleição para o dia 3 de abril, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

A reunião está suspensa.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0210/13	DATA: 03/04/2013
INÍCIO: 15h26min	TÉRMINO: 15h31min	DURAÇÃO: 00h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h05min	PÁGINAS: 3	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Continuação da eleição da Mesa Diretora da Comissão para o ano de 2013.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi encerrada devido à falta de acordo entre as Lideranças partidárias para a eleição do Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Está reaberta a reunião para dar continuidade...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sra. Presidente, uma questão de ordem preliminar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Só queremos dizer que estamos dando continuidade à reunião — V.Exa. pode falar a qualquer tempo — convocada para a eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Orçamento.

V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - O art. 29, § 1º, determina que em até 30 minutos a reunião tem que ser aberta após convocada. Já se passaram exatamente 57 minutos.

Portanto, peço a V.Exa. que suspenda a abertura desta reunião e determine que uma nova reunião seja convocada para a próxima semana ou para amanhã.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado André, V.Exa. sabe perfeitamente que eu sou cumpridora fiel do Regimento. Aqui estava sendo realizado, quando eu entrei, exatamente às 14h40min, um debate com o Ministro Padilha, que estava neste plenário. Tenho que contar o tempo a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

partir do momento em que houve a evacuação desta sala. Não posso sentar no mesmo lugar em que outras pessoas estão.

Se me der 1 minutinho, eu vou responder a V.Exa. se posso ou não deferir essa questão de ordem. Por favor.

Alguma outra questão de ordem?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Queria endossar a questão de ordem feita pelo Deputado André.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. Estou apenas conferindo o horário em que realmente este plenário ficou vazio. Se V.Exa. tiver razão...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sra. Presidente, sem querer entrar no mérito, e já entrando, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Veja, se houve conflito de horários entre o esvaziamento do plenário em que estava pré-agendada a realização desta reunião da Comissão de Orçamento e este momento, houve um problema que a Comissão não pode resolver. O artigo do Regimento é claro neste aspecto: se foi solicitado pelo Deputado e Líder André, do PDT, que se procedesse ao encerramento desta reunião, de acordo com o art. 29, § 1º, V.Exa. não tem outra alternativa a não ser cumpri-la. O contrário seria um desrespeito ao Regimento.

E já quero tratar de outro assunto. Estou vendo que existe uma disputa pela Presidência da Comissão. Essa é uma questão que tem que ser resolvida não no bate chapa ou numa eventual disputa no plenário desta Comissão, mas entre os Líderes dos partidos, o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Henrique Eduardo Alves.

Pela experiência que nós outros temos nesta Comissão, se iniciarmos os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento com uma disputa, ela não funcionará.

Portanto, faço um apelo pelo entendimento e peço a V.Exa. que, de acordo com a questão de ordem levantada pelo Deputado André, encerre a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

reunião e que nós promovamos, através dos Líderes dos partidos com assento nesta Comissão, entendimento para que possamos fazer, como sempre fizemos, as votações nesta Comissão pelo entendimento e pelo cumprimento de acordo. Se pudermos evitar a disputa, nós estaremos fazendo um benefício enorme para a Comissão; caso contrário, pode escrever, em linhas certas, em palavras corretas, que esta Comissão irá ingressar num ambiente beligerante que não atenderá aos requisitos que nós historicamente temos para fazê-la funcionar.

Portanto, peço a V.Exa. que, aproveitando a questão de ordem do Deputado André, encerre a reunião e chame, através da liderança dos Presidentes da Câmara e do Senado, uma reunião urgente com os Líderes para decidir essa questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não.

Eu queria, antes de mais nada, pedir desculpas ao Deputado Cláudio Puty. V.Exa. não repare, porque eu não ouvi adequadamente, dado o ambiente tenso.

Tenho que concordar, a questão de ordem procede.

Portanto, vou encerrar esta reunião e convocar uma outra para a próxima terça-feira, às 14h30min. E todos os Líderes presentes deverão participar de uma reunião hoje, às 18 horas, aqui na sala da Presidência, para tratar deste assunto: eleição da Presidência desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO Nº 3, DE 2013

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de abril do ano de dois mil e treze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN. Verificou-se a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

presença dos **Deputados Titulares**: Andre Moura, Bruno Araújo, Carlos Magno, Domingos Sávio, Dr. Ubiali, Lourival Mendes, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro e Severino Ninho; do **Senador Titular** João Vicente Claudino; e dos **Deputados Suplentes**: João Dado, José Airton, Leopoldo Meyer, Pedro Novais e Roberto Britto. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aelton Freitas, Armando Vergílio, Bohn Gass, Claudio Cajado, Danilo Forte, Efraim Filho, Evandro Milhomem, Fábio Ramalho, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Mandetta, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais. Para constar, eu, Maria do Socorro de L. Dantas, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Senado Federal.
Xxx

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0256/13	DATA: 09/04/2013
INÍCIO: 15h07min	TERMINO: 15h08min	DURAÇÃO: 00h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h01min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Não realização da reunião por falta de quórum.

OBSERVAÇÕES

--



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

--

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Boa tarde a todos.

Eu queria fazer uma comunicação ao Plenário. Nós hoje fizemos uma reunião — demorada reunião —, com Líderes de vários partidos, com o sentido de encontrar uma maneira de convivermos no processo democrático das eleições e da composição da Mesa.

Não havendo entendimento e não havendo quórum para abertura dos trabalhos, eu vou encerrar esta sessão novamente e vou convocar outra para amanhã, às 15h10min, quando, então, haverá eleição.

Está encerrada a reunião.

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

**ATA DA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2013**

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para eleição da Mesa Diretora do ano de 2013. Verificou-se a presença dos Deputados Titulares: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Danilo



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Forte, Dr. Ubiali, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Severino Ninho, Weliton Prado e Weverton Rocha; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Aníbal Diniz, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lobão Filho, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Alex Canziani, André Figueiredo, André Zacharow, Humberto Souto, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, Leopoldo Meyer, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Arruda, Roberto Britto, Sarney Filho e Wellington Roberto; e dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Cícero Lucena e Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergílio, Carlos Magno, Claudio Cajado, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomem, Fábio Ramalho, Gorete Pereira, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Rose de Freitas, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Randolfe Rodrigues. **ABERTURA**: às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, havendo número regimental, a Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, conforme o disposto no art. 14 da Resolução nº1, de 2006-CN, iniciou os trabalhos. A seguir, comunicou a existência de acordo para eleição do Senador Lobão Filho para o cargo de Presidente da Comissão. Contudo, por ainda não haver consenso para eleição dos demais cargos da Mesa Diretora, a Presidente em exercício decidiu postergar a deliberação.

ENCERRAMENTO: às 16h37 a Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, encerrou os trabalhos. Contudo, antes do encerramento, convocou nova Reunião de Eleição da Mesa Diretora para o dia 16 de abril, às 14h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputada ROSE DE FREITAS. Presidente.**

xx

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0285/13	DATA: 10/04/2013
INÍCIO: 16h19min	TÉRMINO: 16h38min	DURAÇÃO: 00h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h19min	PÁGINAS: 2	QUARTOS: 1



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Eleição da Mesa Diretora.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro...

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem assento...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu não vou realizar sessão nenhuma.

Declaro aberta...

Eu posso solicitar aos Srs. Parlamentares que tomem assento? Senador Walter... (*Pausa prolongada.*)

Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Solicito...

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sra. Presidente, questão de ordem. Eu chamo a atenção de V.Exa., porque passou do horário determinado. Eu solicito a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Bruno, ela não lhe deu questão de ordem. Espera aí!

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Não...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Ela não lhe deu questão de ordem. Temos que respeitar a Presidenta.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Já está declarada...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos respeitar a Presidenta!

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Já está declarada a questão...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Vamos respeitar a Presidenta!

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Já está apresentada a questão de ordem.

(*A Sra. Presidenta faz soarem as campainhas.*)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Novamente.

Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Assumo a condução dos trabalhos, conforme estabelecido no *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Antes de declarar iniciada a reunião, eu gostaria de dizer ao Plenário — peço ao Senador Edison Lobão Filho — que, após longas reuniões, o nome do Senador Edison Lobão Filho foi escolhido por unanimidade (*palmas*) para encabeçar a chapa da Comissão de Orçamento. Diante desse fato, quero também comunicar ao Plenário que, por deferência de S.Exa. e dos demais Líderes, quase na sua maioria, há o entendimento de que não deva haver eleição nenhuma até que o Presidente, os Líderes e os demais companheiros possam se reunir para fazer a devida composição da chapa, respeitando a proporcionalidade e, assim, iniciar, já que a LDO estará na Casa na segunda-feira, um trabalho calmo, com consenso, dirigido à expectativa do que esta Casa, o Governo e o País inteiro esperam, ou seja, ter o Orçamento discutido e aprovado.

Portanto, eu declaro suspensa esta reunião e convoco outra para terça-feira, às 14 horas.

Está encerrada a reunião. (*Palmas*.)

**Terceira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura**

**ATA DA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA
DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE ABRIL DE 2013**

Aos dezesseis e dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para eleição da Mesa Diretora do ano de 2013.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Dr. Ubiali, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezé Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, André Figueiredo, André Zacharow, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Dilceu Sperafico, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Sarney Filho, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; e dos **Senadores Suplentes**: Cícero Lucena e Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergflio, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Miguel Corrêa, Ricardo Berzoini e Sebastião Bala Rocha e os Senadores Titulares Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Randolfe Rodrigues. **ABERTURA**: às quatorze horas e cinquenta minutos, havendo número regimental, a Presidente em exercício, Deputada Rose de Freitas, conforme o disposto no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006-CN, iniciou os trabalhos. A seguir, comunicou a existência de quórum para deliberação em ambas as Casas. **EXPEDIENTE**: após informar sobre acordo para eleição do Presidente e 1º, 2º e 3º Vice-Presidentes, a Presidente em exercício realizou a leitura dos seguintes ofícios de indicação de parlamentares para os cargos da Mesa Diretora, bem como para Relator-Geral do PLOA 2014: 1) OF. GLPMDB nº 126/2013, de 19 de março, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, indicando o **Senador Lobão Filho** (PMDB/MA) para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. 2) OF. nº 239/GAB-LidPT, de 26 de março de 2013, do Deputado José Guimarães (PT/CE), Líder do PT, indicando o **Deputado Miguel Corrêa** (PT/MG), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2014. 3) Of. nº 346/2013/PSDB, de 27 de março, do Deputado Carlos Sampaio, Líder do PSDB, indicando o **Deputado Bruno Araújo** (PSDB/PE) para o cargo de Primeiro Vice-Presidente desta Comissão. 4) Of. nº 420/13/PSD, de 01 de abril, do Deputado Eduardo Sciarra, Líder do PSD, indicando o **Deputado Guilherme Campos** (PSD/SP) para o cargo de Terceiro Vice-Presidente desta Comissão. 5) OF. GLPMDB nº 150/2013, de 16 de abril, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, indicando o **Senador Francisco Dornelles** (PP/RJ) para o cargo de Segundo Vice-Presidente desta Comissão. **ORDEM DO DIA**: na sequência, a Presidente em exercício solicitou ao Plenário que o processo de eleição para os cargos da Mesa se desse por aclamação, recebendo manifestação favorável de todas as Lideranças presentes, bem como do Senador Acir Gurgacz. Candidataram-se os seguintes parlamentares: Para Presidente: **Senador Lobão Filho** (PMDB/MA). Para Primeiro Vice-Presidente: **Deputado Bruno Araújo** (PSDB/PE). Para Segundo Vice-Presidente: **Senador Francisco Dornelles** (PP/RJ). Para Terceiro Vice-Presidente: **Deputado Guilherme Campos** (PSD/SP). A votação por aclamação foi **aprovada** por unanimidade em ambas as Casas e os candidatos foram declarados eleitos e empossados. Às 14h55 a condução dos trabalhos foi transferida para o Presidente eleito, Senador Lobão Filho. O Presidente fez uso da palavra para saudar o Deputado Paulo Pimenta, ex-Presidente da Comissão, pelo trabalho realizado no último ano, bem como para estender a saudação aos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

servidores da Secretaria da CMO e das Consultorias de ambas as Casas. Falou, ainda sobre as expectativas de trabalho e teceu agradecimentos à Deputada Rose de Freitas. A seguir, convidou os demais membros da Mesa Diretora eleita para tomarem seus lugares, agradeceu ao Senador Acir Gurgacz por ter colaborado com o acordo para eleição dos membros da Mesa e anunciou que suspenderia a reunião, antes convocando para o dia 17/04/13: reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, às 14h, e continuação da reunião de Eleição, às 14h30. A reunião foi suspensa às 15h. No dia 17/04/13, às 14h47, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho, o qual relembrou aos Senhores membros que no dia 16 de abril, foi lido no plenário, o Ofício nº 239/GAB-LidPT, de 26 de março, do Deputado José Guimarães, Líder do PT, indicando o **Deputado Miguel Corrêa** (PT/MG), para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2014. Em prosseguimento, o Presidente informou as seguintes diretrizes gerais: **1) Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN**, o dia **22 de abril** será o prazo final para indicação das seguintes **relatorias**: Relator da Receita, Relator do projeto da lei de diretrizes orçamentárias, os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2014 e o Relator das contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no **art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN**. **2) O dia 22 de abril**, também será o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos seguintes **comitês**, conforme estabelece **art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN**: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. Tendo em vista que dia 22 de abril será segunda-feira, informou que as indicações poderão ser feitas até o dia **25 de abril, quinta-feira**. **3) Solicitou** a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. **ENCERRAMENTO:** às 14h49 o Presidente, Senador Lobão Filho, encerrou os trabalhos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 23 de abril, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Também, comunicou a realização de Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para o mesmo dia, às 14 horas, na sala de reuniões da Presidência da Comissão. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO** **FILHO.** **Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº 0314/13	DATA: 16/04/2013
INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 15h01min	DURAÇÃO: 00h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h12min	PÁGINAS: 5	QUARTOS: 3

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2013.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.

--



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Assumo a condução dos trabalhos, conforme estabelecido no *caput* do art. 14 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

Declaro iniciada a reunião de eleição da Mesa Diretora da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2013.

Há quórum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Expediente.

Ofício nº 126, de 2013, de 19 de março, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, indicando o Senador Lobão Filho, do PMDB, do Maranhão, para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Ofício nº 239, de 2013, de 26 de março, do Deputado José Guimarães, do PT, do Ceará, Líder do PT, indicando o Deputado Miguel Corrêa, do PT, de Minas Gerais, para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2014.

Ofício nº 346, de 2013, de 27 de março, do Deputado Carlos Sampaio, Líder do PSDB, indicando o Deputado Bruno Araújo, do PSDB, de Pernambuco, para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão.

Ofício nº 420, de 2013, de 1º de abril, do Deputado Eduardo Sciarra, Líder do PSD, indicando o Deputado Guilherme Campos, do PSD, de São Paulo, para o cargo de 3º Vice-Presidente desta Comissão.

Ofício nº 150, de 2013, de 16 de abril, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, indicando o Senador Francisco Dornelles, do PP, do Rio de Janeiro, para o cargo de 2º Vice-Presidente desta Comissão.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição por aclamação.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Sim, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Para a eleição da Mesa o PR está de acordo.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Será apenas para a eleição da Mesa.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY - Estamos de acordo, porque tem ocorrido um procedimento assim quando há entendimento geral de todos os Senadores e Deputados. Temos procedido dessa forma no Senado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. Obrigada.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - O PV está de acordo.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - O Bloco União e Força do Senado também está de acordo, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - O Partido Progressista também está de acordo.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - O PV/PPS também está de acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Está de acordo o PR?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O PR está de acordo.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - O PSD na Câmara está de acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Claudio Cajado, V. Exa. quer manifestar-se?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O DEM também está de acordo.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - O PR está de acordo, Sra. Presidente.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sra. Presidenta, o Bloco PT/PSB/PDT/PCdoB — falo também aqui por autorização do Líder do PMDB no Senado —, e o Bloco PMDB/PP, pelo Senado, também estão de acordo com a eleição por aclamação.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sra. Presidente, o PT na Câmara também está de acordo com a votação por aclamação.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. O PT na Câmara de acordo. Todos estão de acordo...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sra. Presidente, o PSDB, na Câmara, está de acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. O PSDB está de acordo.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY - Sra. Presidente, pela ordem. O Senador Acir Gurgacz tem uma palavra muito importante a dizer com respeito ao entendimento havido sobre aclamação ou não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não, Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - É só para dizer, Sra. Presidenta, que o PDT está de acordo com a votação por aclamação. Desejo sucesso ao nosso Presidente na condução dos trabalhos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Esta Comissão parabeniza V.Exa., que propugnou pelo entendimento, mostrando altivez política e buscando a pacificação da Comissão.

Em votação a proposta de eleição por aclamação.

Na representação da Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Foi aprovada a eleição por aclamação. (*Palmas.*)

Declaro eleito e empossado o Senador Lobão Filho, do PMDB, do Maranhão, como Presidente da Comissão para 2013.

Declaro eleito e empossado o Deputado Bruno Araújo, do PSDB, de Pernambuco, como 1º Vice-Presidente da Comissão para 2013.

Declaro eleito e empossado o Senador Francisco Dornelles, do PP, do Rio de Janeiro, como 2º Vice-Presidente da Comissão para 2013.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Declaro eleito e empossado o Deputado Guilherme Campos, do PSD, de São Paulo, como 3º Vice-Presidente da Comissão para 2013.

Agradeço a todos e passo a Presidência ao Senador Lobão Filho.
(*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só temos a lamentar a rápida interinidade de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas aqui presentes, as minhas primeiras palavras são para saudar o ilustre Deputado Paulo Pimenta, do PT, do Rio Grande do Sul, que, com brilhantismo e altivez, conduziu a bom termo os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no ano passado.

Reconheço que, nessa tarefa nobre e exitosa, S.Exa. soube encontrar o necessário equilíbrio político para encaminhar as votações das matérias, contemplando com sabedoria os interesses maiores da Nação brasileira.

Saúdo ainda, e efusivamente, o grande trabalho do Relator-Geral, meu colega, o Senador Romero Jucá, do meu Partido, o PMDB, que, como todos os Relatores Setoriais, com absoluto denodo, possibilitou a votação do Orçamento Geral da União de 2012.

Cumprimento e parabenizo a Secretaria — a Secretária da CMO, a Sra. Maria do Socorro de Lacerda Dantas, e toda a sua equipe —, que garantiu o funcionamento desta Comissão. E desde já os convido a somar esforços para que possamos neste ano alcançar bom êxito nos nossos trabalhos.

Cumprimento também os servidores da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira das duas Casas, Senado e Câmara, também fundamentais nesta empreitada.

Saibam que todos nós, Deputados e Senadores, que ora compomos esta importante Comissão, seremos guardiões das reais aspirações da Nação brasileira, que serão reguladas pelo futuro Orçamento Geral da União.

Somos sabedores de uma inovável assertiva: dos nossos trabalhos o Brasil poderá ter um instrumento eficiente para o seu crescimento.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Tomo posse como Presidente desta Comissão, sabendo dos novos desafios, mas, com a ajuda de todos e de todas, inúmeras serão as nossas conquistas. Sei, por experiência de vida, que nada de grandioso se constrói sozinho ou de forma isolada e convoco a todos, meus colegas, meus companheiros Parlamentares, para fazermos uma gestão compartilhada e exitosa para o nosso País.

Eu quero agradecer especialmente à minha companheira Rose, Presidente até então desta Comissão, por ter conduzido de forma tão brilhante a transição.

Convoco os meus companheiros de Mesa, o 1º Vice-Presidente, o 2º Vice-Presidente e o 3º Vice-Presidente, a comporem esta Mesa.

Quero fazer um especial agradecimento ao Senador Acir Gurgacz, que trouxe a pacificação dentro das difíceis negociações políticas que são inerentes a qualquer processo de escolha dentro do Congresso Nacional. S.Exa., com visão de estadista e preocupação com o Estado Brasileiro, soube abrir mão do seu justo direito de concorrer, fazendo com que esta eleição pudesse ser por aclamação. Faço esse registro neste momento.

Convoco para amanhã, às 14 horas, reunião de Líderes para discutirmos a nomeação e indicação dos Relatores Setoriais e dos Conselhos e, para às 14h30min, reunião da Comissão Mista de Orçamentos. Portanto, suspendo os trabalhos desta reunião para que possamos continuar amanhã, com a composição completa desta Comissão.

Nada mais havendo a declarar, pergunto aos meus colegas Vice-Presidentes se querem fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Está suspensa a sessão até amanhã, às 14h30min.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº 0348/13	DATA: 17/04/2013
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 14h50min	DURAÇÃO: 00h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h02min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Continuação da eleição da Mesa Diretora da CMO do ano de 2013.

OBSERVAÇÕES

--

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Cumprimento os nobres Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras presentes.

Relembro aos senhores membros que dia 16 de abril foi lido no plenário o Ofício nº 239, de 26 de março, do Deputado José Guimarães, Líder do PT, indicando o Deputado Miguel Corrêa para o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária.

Conforme o disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 01/2006, o dia 22 de abril é o prazo final para a indicação das seguintes relatorias: Relator da Receita, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Orçamentárias, Relatores setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2014 e o Relator das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, além das suas próprias, a dos presidentes dos órgãos dos poderes Legislativo, Judiciário e do Chefe do Ministério Público. Para fazer as indicações, as lideranças partidárias deverão observar o disposto no art. 16, da Resolução nº 01/2006.

Item importante: o dia 22 — prazo que prorrogo até o dia 25 — também será o prazo final, conforme estabelece o art. 18 da mesma resolução, para a indicação dos membros e coordenadores dos seguintes comitês: Comitê de Avaliação, Fiscalização, Controle e Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades Graves e o Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas.

Tendo em vista que o dia 22 é segunda-feira, informo que o prazo foi estendido até quinta-feira. Portanto, solicito a indicação por parte dos líderes partidários dos Parlamentares que integrarão o colegiado de representantes das lideranças partidárias com assento nesta Comissão.

Antes de encerrar esta sessão, convoco a próxima sessão para às 14h30min na próxima terça-feira, comunicando a reunião de líderes, para que possamos fechar os nomes de todos os relatores, será às 14h da mesma terça-feira.

Declaro encerrada a sessão.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO NÃO DELIBERATIVA DA 3^a SESSÃO
LEGISLATIVA, DA 54^a LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 23 E 24 DE
ABRIL DE 2013.**

Aos vinte e três e vinte quatro dias do mês de abril de dois mil e treze, reuniu-se de forma não deliberativa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2 da Câmara dos Deputados, destinando-se a reunião a comunicações por parte do Presidente, conforme dispõe o art. 154, §4º do *Regimento Interno do Senado Federal*. Durante esse período, verificou-se a presença dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Claudio Cajado, Evandro Milhomem, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Júlio Cesar, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezé Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues, Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Afonso Florence, André Zacharow, André Zacharow, Dilceu Sperafico, Dilceu Sperafico, Jorge Bittar, Jorge Bittar, José Airton, José Airton, Pedro Novais, Pedro Novais, Roberto Britto, Roberto Britto e Valtenir Pereira; e do **Senador Suplente** Cícero Lucena. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Armando Vergílio, Carlos Magno, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Guilherme Campos, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Miguel Corrêa, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas, e Sebastião Bala Rocha e os Senadores Titulares Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Francisco Dornelles, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Wilder Moraes. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e três de abril, havendo número regimental para abertura, de acordo com o art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do *Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. Informou que anunciaría somente as indicações de Relatores para as Medidas Provisórias em tramitação na Comissão, uma vez que para as demais relatorias ainda não havia consenso entre as Lideranças Partidárias. Dessa forma, os seguintes parlamentares foram designados como Relatores: **MPV 611/13** – Deputada Gorete Pereira (PR/CE), **MPV 604/13** – Senador Cícero Lucena (PSDB/PB), **MPV 596/12** – Senador Ivo Cassol



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

(PP/RO), e **MPV 598/12** – Deputado Afonso Florence (PT/BA). Comunicou, também, que posteriormente seriam indicados os Relatores Revisores das Medidas Provisórias. Às 15h, o Presidente suspendeu a reunião, convocando a continuação desta para o dia 24/4, às 14h30. No dia 24/4, quarta-feira, às 14h34, o Presidente, Senador Lobão Filho, reiniciou os trabalhos. Anunciou que o Deputado Miguel Corrêa (PT/MG) havia sido designado como Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2014. **ENCERRAMENTO:** às 14h35, a reunião foi encerrada. Antes, porém, o Presidente convocou Reunião Deliberativa Ordinária para o dia 30/4/2013, às 14h30. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO. Presidente.**
Xxx

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0371/13	DATA: 23/04/2013
INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 15h02min	DURAÇÃO: 00h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h05min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Comunicações por parte do Presidente, conforme dispõe o art. 154, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadores, há número regimental para abertura dos trabalhos. Portanto, declaro iniciada a reunião não deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 154, inciso II, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Srs. Parlamentares presentes, como não há ainda um acordo final sobre a deliberação do Relator da LDO e dos demais Relatores Setoriais, esta reunião se restringirá à indicação dos Relatores das Medidas Provisórias que estão em curso dentro desta Comissão.

Portanto, para a Medida Provisória nº 611, de 2013, está indicada a Deputada Gorete Pereira; para a Medida Provisória nº 604, de 2013, está indicado o Senador Cícero Lucena, do PSDB; para a Medida Provisória nº 596, de 2012, está indicado o Senador Ivo Cassol, aqui presente; e, finalmente, para a Medida Provisória nº 598, de 2012, está indicado o Deputado Afonso Florence, do PT. Os Relatores-Revisores serão indicados posteriormente, para que possa haver a formalização por meio de ofício para esta Secretaria.

Nada mais a deliberar no dia de hoje, eu suspenso os trabalhos, mas antes convoco a continuação desta reunião não deliberativa para amanhã, dia 24 de abril, às 14h30min, neste próprio plenário.

Portanto, declaro suspensa esta reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0404/13	DATA: 24/04/2013
INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 14h35min	DURAÇÃO: 00h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h01min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Continuação da reunião destinada a comunicações por parte do Presidente, conforme dispõe o art. 154, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

OBSERVAÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Declaro reiniciada a reunião não deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 154, inciso II, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Informo que foi designado o Deputado Miguel Corrêa, do PT de Minas Gerais, como Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2014.

Não tendo havido acordo das Lideranças em relação ao Relator da LDO, dou por encerrados os trabalhos de hoje, convocando reunião ordinária para a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

próxima semana, terça-feira, dia 30 de abril, às 14h30min, neste Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Declaro encerrada esta reunião.

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO NÃO DELIBERATIVA DA 3^a SESSÃO
LEGISLATIVA, DA 54^a LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 7, 9 E 14 DE
MAIO DE 2013.**

Aos sete, nove e quatorze dias do mês de maio de dois mil e treze, reuniu-se de forma não deliberativa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, nos plenários 4 e 6 da Câmara dos Deputados, destinando-se a reunião a comunicações por parte do Presidente, conforme dispõe o art. 154, §4º do *Regimento Interno do Senado Federal*. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Bohn Gass, Danilo Forte, Efraim Filho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Júlio Cesar, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex e Severino Ninho; dos **Senadores Titulares**: Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lobão Filho e Wilder Morais; e dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Dilceu Sperafico, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, Junji Abe, Leopoldo Meyer, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Arruda e Valtenir Pereira. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Andre Moura, Armando Vergílio, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Domingos Sávio, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Guilherme Campos, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas, Sebastião Bala Rocha, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Ribeiro e os Senadores Titulares Acir Gurgacz, Aníbal Diniz, Francisco Dornelles, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia sete de maio e havendo número regimental para abertura, de acordo com o art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. Em seguida, informou que o Colegiado de Líderes ainda estava em entendimentos finais para anunciar os relatores do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 e os Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2014. A reunião foi suspensa e convocada a continuação para o dia nove de maio. Às dez horas e nove minutos do dia nove de maio, o Presidente retomou a reunião. Por solicitação dos Líderes Partidários, anunciou que suspenderia os trabalhos. Antes, convocou as seguintes reuniões para o dia 14 de maio: às 10h30min, reunião do Colegiado de Líderes da CMO; às 11h, continuação da reunião não deliberativa; e às 14h, reunião ordinária. Os trabalhos foram suspensos às 10h09. No dia quatorze de maio, às onze horas e vinte e quatro minutos, os trabalhos foram reabertos pelo Presidente, o qual convidou o Deputado Danilo Forte para compor a Mesa e anunciou que ele havia sido designado Relator do PLDO 2014. O próprio Relator, na sequência, fez uso da palavra e expôs suas expectativas quanto ao trabalho a ser realizado. A seguir, o Presidente informou que no dia 21 de maio, terça-feira, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), que apresentará a “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” - referente ao 2º semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A seguir, fez convite à Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional, para participar de Audiência Pública destinada a esclarecer o PLN nº2/2013 – PLDO 2014. **ENCERRAMENTO:** às 11h30 a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO.**
Presidente. xxx

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião	Nº: 0441/13	DATA: 07/05/2013
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 14h48min	DURAÇÃO: 00h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h02min	PÁGINAS: 01	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

[Redação]

SUMÁRIO: Reunião suspensa.

OBSERVAÇÕES

[Redação]

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Parlamentares presentes, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 2ª reunião não deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 154, Inciso II, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Senhores, nós estamos na finalização dos acordos para determinação dos Relatores da LDO e dos Relatores-Setoriais. Hoje tivemos um avanço



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

muito grande, e acredito que amanhã, de manhã, estará, definitivamente, resolvida a questão da definição desses Relatores.

É importante que a imprensa e os Parlamentares presentes saibam que é a nossa busca — em um ano atípico, em um ano pré-eleitoral — conviver dentro de uma Comissão pacificada, onde não haja arestas, onde não haja interesses contrariados, onde haja uma grande negociação, para que esta Comissão possa, de forma pluripartidária, defender o País em relação ao seu Orçamento.

Portanto, eu suspenso esta reunião e convoco a sua continuação para quinta-feira, dia 9 de maio, às 10 horas, no plenário nº 2, para que possamos, definitivamente, resolver esse assunto e passar às nossas questões deliberativas na próxima semana.

Declaro esta reunião suspensa.

Muito obrigado.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0498/13	DATA: 09/05/2013
INÍCIO: 10h09min	TÉRMINO: 10h10min	DURAÇÃO: 00h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h02min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

SUMÁRIO: Reunião suspensa a pedido dos Líderes partidários.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, declaro reiniciada a 2ª Reunião Não Deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 154, inciso II, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em função das infelizes ocorrências, ontem, aqui na Câmara dos Deputados, todos os Líderes dos partidos pediram que esta reunião fosse transferida para terça-feira. Então, atendendo ao pedido dos Líderes, eu suspendo esta reunião e convoco as seguintes reuniões: para o dia 14 de maio, terça-feira, às 10h30min, uma reunião do Colegiado de Líderes; às 11 horas, continuação desta reunião não deliberativa, permanecendo, às 14h30min, a reunião ordinária deliberativa, para darmos início, finalmente, aos trabalhos desta Comissão.

Portanto, a reunião está suspensa.

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0509/13	DATA: 14/05/2013
INÍCIO: 11h24min	TÉRMINO: 11h31min	DURAÇÃO: 00h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h10min	PÁGINAS: 3	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Comunicado sobre a indicação do Deputado Danilo Forte para Relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

OBSERVAÇÕES



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Declaro reiniciada a 2^a Reunião Não Deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 154, inciso II, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Neste momento convido o Deputado Danilo Forte a compor esta Mesa.

Senhoras e senhores presentes, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, comunico que por acordo de Lideranças desta Comissão foi indicado no dia de hoje como Relator da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Deputado Danilo Forte, do PMDB do Ceará.

Parabenizo o Deputado, que tem a importante missão de relatar tão importante documento para o desenvolvimento e o progresso do nosso País. Pergunto a S.Exa. se deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILÓ FORTE - Gostaria, primeiramente, de agradecer ao Senador Edson Lobão Filho pela postura coerente e firme; gostaria de agradecer aos coordenadores de todas as bancadas representadas nesta Casa pela unanimidade na decisão da nossa indicação; gostaria de agradecer especialmente à Liderança do PT, que me indicou como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014; e, ao mesmo tempo, reafirmar o nosso compromisso com o processo participativo e democrático na elaboração da LDO.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias precisa compreender o momento financeiro e fiscal que o Brasil vive hoje. Nós temos um País de dimensões continentais, com muitas desigualdades regionais, com muitos bolsões de pobreza que precisam ser superados, conforme discurso e postura que têm sido adotados pela Presidenta Dilma Rousseff.

Ao mesmo tempo, temos também a compreensão clara de que é necessário que o Governo venha aqui. Já convidamos a Ministra Miriam Belchior para, no dia 22 de maio, estar conosco apresentando a visão do Governo do que pretende com a LDO, Deputado Júlio Cesar, eminente convededor do Orçamento da República, representante do Piauí. E também



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

precisamos ouvir a sociedade, os protagonistas sociais com relação ao que a Nação espera de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias capaz de fazer com que o orçamento não seja uma obra de ficção, mas de execução.

Muito se clama e se reclama hoje de que as notícias são anunciadas em Brasília, que os recursos são pronunciados e anunciados aqui, Deputado Marçal Filho, do PMDB do Mato Grosso do Sul, mas que o recurso não chega e o investimento não acontece onde é necessário e onde mais é preciso.

Portanto, precisamos dinamizar a ação entre a deliberação, a vontade de fazer do Governo Federal e a efetiva execução orçamentária exatamente nos lugares que o Brasil tanto reclama de investimentos do Governo Federal.

É dentro dessa ótica, dessa visão que estamos aqui nos preparando. Vamos precisar de todo o Colégio da Comissão Mista de Orçamento e do Congresso Nacional para fazermos uma boa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Agradeço a todos. Podem contar com o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo.

Só para confirmar e registrar, fica convidada a Ministra Miriam Belchior, do Ministério do Planejamento, para, no dia 22 do corrente mês, uma audiência pública que faz parte do início dos trabalhos da LDO.

Com a palavra o Deputado Marçal Filho.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente Edson Lobão Filho, gostaria de cumprimentar V.Exa., em primeiro lugar, e principalmente de parabenizar o Deputado Danilo Forte, nosso companheiro de partido, do Ceará, terra natal do meu pai. Quero dizer que estamos muito confiantes. Acho que está em muito boas mãos a nossa LDO. As palavras do colega Danilo Forte são tranquilizadoras neste sentido de se fazer com que execução seja sinônimo daquilo que se escreve, e não criar uma peça de ficção, como muitas vezes tem acontecido, gerando expectativa nas pessoas, na população, principalmente dos nossos Estados, naqueles que representamos aqui, de falar muito e acontecer pouco.

Tenho certeza de que com a experiência do Danilo, não só na área Legislativa, mas também como participante ativo do Executivo, sentindo os dois



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

lados, o lado do Executivo e o lado do Legislativo, sabendo como funcionam as coisas, isso vai fazer com que tenhamos uma LDO factível e que, realmente, venha ao encontro dos interesses da Nação brasileira.

Parabéns, Deputado Danilo Forte. Estamos juntos nessa luta aqui na Comissão de Orçamento. Pode contar com este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marçal.

Informo ainda, para finalizar, que, no dia 21 de maio, terça-feira, às 15 horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, que apresentará a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Portanto, nada mais a registrar, encerro esta sessão.

Obrigado.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0513/13	DATA: 14/05/2013
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 15h00min	DURAÇÃO: 00h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h02min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: A reunião foi suspensa em virtude do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Parlamentares presentes, havendo número regimental para abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 2ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 7, de 2013.

Na realidade, esta é a minha primeira reunião ordinária. É a segunda do ano, porque a outra foi presidida pelo Deputado Paulo Pimenta.

Em virtude do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, eu suspenso a presente reunião, antes convocando a continuação



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

desta reunião ordinária para amanhã, dia 15 de maio, quarta-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Portanto, a reunião está suspensa.

Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA
54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 14, 15, 21, 22 E 28 DE MAIO DE
2013.**

Aos quatorze, quinze, vinte e um, vinte e dois e vinte oito dias do mês de maio de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenários 02 e 04 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 7 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, André Moura, Armando Vergílio, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Mandetta, Marçal Filho, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, Severino Ninho, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Morais; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, André Zacharow, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Humberto Souto, Iriny Lopes, João Dado, Jorge Bittar, José Airton, José Priante, José Rocha, Junji Abe,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Leopoldo Meyer, Missionário José Olimpio, Osvaldo Reis, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; e dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Leonardo Quintão, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Lourival Mendes, Rose de Freitas e Rose de Freitas e o Senador Titular Francisco Dornelles. **ABERTURA:** às 14h58 do dia 14 de maio, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, anunciou que suspenderia a reunião, convocando sua continuação para o dia 15/5/2013, quarta-feira, às 14h30. No dia 15/5, às 14h31, o Presidente em exercício, Deputado Nilton Capixaba, reiniciou a reunião. Contudo, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, anunciou que suspenderia a reunião, convocando sua continuação para o dia 21/5, terça-feira, às 14h30. No dia 21 de maio, às 14h41, o Presidente declarou reiniciados os trabalhos. A seguir, informou sobre alteração da data de 22 para 28 de maio, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para realização de reunião de audiência pública com a presença da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (Projeto de Lei nº 2/2013-CN – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”), conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional. **ORDEM DO DIA:** o Presidente comunicou que devido ao encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, houve a retirada da Pauta do **item nº 1) Relatório apresentado à Medida Provisória nº 596/2012-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de R\$ 573.330.080,00 (quinhentos e setenta e três milhões, trezentos e trinta mil e oitenta reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Ivo Cassol. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: pela aprovação da Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, em decorrência da aprovação da emenda de nº 3, e, com voto pela inadmissibilidade das emendas de nº s 1, 2, 4 e 5. Na sequência, o Deputado Raimundo Gomes de Matos falou sobre o procedimento adotado pela Presidência de repetidas vezes suspender a reunião em vez de encerrá-la. Solicitou que essa prática fosse interrompida e que não houve inclusão de novos itens na Pauta quando houvesse a necessidade de suspender os trabalhos. Em resposta, o Presidente afirmou que não haveria a apreciação do Relatório à Medida Provisória nº



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

604/2013. Apreciação do item nº **2) Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1/2013-CN**, que “Altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências”. Relator: Deputado Ricardo Berzoini. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: favorável nos termos do projeto, e pela rejeição das 2 emendas apresentadas. Os Deputados Nelson Meurer e Cláudio Cajado fizeram uso da palavra para subsidiar a aprovação das emendas que foram rejeitadas pelo Relator. O Relator apresentou o Relatório. A seguir, iniciou-se a discussão e o Presidente anunciou a abertura do prazo de entrega de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Esperidião Amin, Jorge Bittar e Nelson Meurer. Ainda durante a discussão, o Deputado Danilo Forte levantou Questão de Ordem solicitando a suspensão da reunião, uma vez que havia sido agendada Audiência Pública com o Presidente do Banco Central do Brasil – Bacen. Dessa forma, o Presidente suspendeu os trabalhos às 15h27, convocando a continuidade da reunião para o dia 22/5, quarta-feira, às 14h30. No dia 22/5, às 14h28, o Presidente em exercício, Deputado Nelson Meurer, reiniciou os trabalhos. Contudo, devido ao início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, suspendeu a reunião às 14h29, antes convocando a continuação para o dia 28/5, terça-feira, às 11h. No dia 28/5, às 11h09, foram reiniciados os trabalhos pelo Presidente, o qual retomou a discussão do **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2013-CN**. Após a discussão, passou-se à votação. O Relatório foi **aprovado**, ressalvados os quatro destaques apresentados. Passou-se à votação dos destaques. Durante essa fase, os **destaques de nº 1 e 2**, de autoria dos Deputados Nelson Meurer e Cláudio Cajado, respectivamente, foram considerados **prejudicados** devido à ausência dos autores. A seguir, passou à apreciação do **destaque nº 3**, de autoria do Deputado Roberto Teixeira. O destaque foi apresentado pelo autor e o relator deu voto contrário. O Presidente anunciou a votação do destaque na representação da Câmara dos Deputados. Ao proclamar o resultado, houve pedido de verificação da votação por parte do Deputado Bruno Araújo, apoiado pelos Deputados Roberto Britto e Sandro Alex. O Presidente convidou o Senador Acir Gurgacz para realizar a chamada nominal. Durante o procedimento, o autor do pedido de verificação de votação, Deputado Bruno Araújo, retirou o pedido e houve deferimento do Presidente. A seguir, outro pedido de verificação de votação foi realizado, dessa vez, pelo Deputado Ricardo Berzoini, apoiado Deputado Danilo Forte. Novamente, durante o procedimento de verificação da votação o pedido foi retirado, dessa vez pelo Deputado Danilo Forte, e o Presidente acolheu. Dessa forma, o Presidente retomou à votação do destaque nº 3 pelo processo simbólico. Em votação na Câmara dos Deputados manifestaram-se pela rejeição a Deputada Lúcia Vânia e os Deputados Bruno Araújo, Guilherme Campos. Após proclamado o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

resultado pelo Presidente, o Deputado Bohn Gass solicitou nova verificação da votação. Contudo, logo após esse pedido, a reunião foi suspensa às 11h44 devido ao início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. A continuação foi convocada para 14h15. Às 14h38 do mesmo dia, o Presidente reiniciou os trabalhos e anunciou os nomes designados para as Coordenações dos Comitês Permanentes e Relatorias Setoriais do PLOA 2014: **I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle Da Execução Orçamentária – CFIS:** Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB); **II - Comitê de Avaliação Da Receita – CAR:** Coordenador e Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); **III - Comitê de Avaliação Das Informações Sobre Obras e Serviços Com Indícios De Irregularidades Graves – COI:** Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA); **IV - Comitê De Exame Da Admissibilidade de Emendas – CAE:** Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE). Relatorias Setoriais: **Área Temática I – Infraestrutura:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO); **Área Temática II – Saúde:** Deputado Marçal Filho (PMDB/MS); **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente:** Deputado Aelton Freitas (PR/MG); **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte:** Senador Wilder Morais (DEM/GO); **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano:** Deputado Weliton Prado (PT/MG); **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo:** Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE); **Área Temática VII – Justiça e Defesa:** Deputado Nelson Meurer (PP/PR); **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES); **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário:** Senador João Vicente Claudino (PTB/PI); **Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social:** Deputado Junji Abe (PSD/SP). A seguir, o Presidente leu correspondência do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Blairo Maggi, comunicando que essa Comissão aprovou na 13ª Reunião Extraordinária, parecer sobre o Aviso nº 24/2012-CMA, e que entre outras providências, informa à CMO para empregar especial atenção ao andamento das obras da Copa do Mundo de 2014. O Presidente esclareceu que já era prerrogativa da Comissão deter especial atenção a todos os investimentos destinados à realização da Copa do Mundo. Leu, ainda, resumo dos acontecimentos durante a continuação da 2ª ROR ocorrida entre 11h09 e 11h44, a fim de dar ciência a todos os parlamentares sobre o andamento dos trabalhos. A seguir, declarou legítimo o pedido de verificação de votação do destaque nº3, na representação da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Deputado Bohn Gass, antes da suspensão da reunião. Dessa forma, convidou o Senador Acir Gurgacz para realizar a chamada nominal. Antes, porém, o



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Deputado Danilo Forte solicitou apresentação de Requerimento para inversão de pauta, sendo alertado pelo Presidente que a Comissão estava em processo de votação, o qual deveria ser concluído antes da apresentação do referido Requerimento. Ao término da chamada nominal, adentram no recinto e tiveram seus votos tomados pelo Presidente, os Deputados Júlio César, Afonso Florence e Raimundo Gomes de Matos. O resultado proclamado pelo Presidente, às 15h07, teve a seguinte configuração: votaram pela aprovação do destaque nº3 os Deputados Danilo Forte, Nilda Gondim, Osvaldo Reis, Domingos Sávio, Ruy Carneiro, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Roberto Britto, Guilherme Campos, Júlio César, Gorete Pereira, Severino Ninho, Valtenir Pereira, Sebastião Bala Rocha, Fábio Ramalho e Sandro Alex; votaram pela rejeição os Deputados Bohn Gass, Ricardo Berzoini, Miguel Corrêa, Afonso Florence e Evandro Milhomem. Total de votantes: 21. Votos pela aprovação: 16. Votos pela rejeição: 5. O destaque nº 3 foi **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o destaque foi **rejeitado**. Assim, o Presidente declarou como **rejeitado** o destaque nº3 e, por consequência, **prejudicado** o destaque nº 4, por possuir o mesmo teor. A seguir, o Deputado Domingos Sávio alegou que a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados já havia começado quando ocorreu a votação do destaque nº3 e declarou que solicitaria as devidas providências à Mesa do Congresso Nacional. **ENCERRAMENTO:** às 15h11 a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0531/13	DATA: 15/05/2013
INÍCIO: 14h32min	TÉRMINO: 14h33min	DURAÇÃO: 00h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h01min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 2

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

[Redacted]

SUMÁRIO: Continuação da 2.^a Reunião Ordinária da CMO.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nilton Capixaba) - Declaro reiniciada a 2.^a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 7, de 2013.

Em virtude do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, suspendo a presente reunião, antes convocando a continuação desta reunião ordinária para o dia 21 de maio, terça-feira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

A reunião está suspensa.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0585/13	DATA: 22/05/2013
INÍCIO: 14h28min	TÉRMINO: 14h29min	DURAÇÃO: 00h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h01min	PÁGINAS: 1	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
SUMÁRIO: Continuação da 2.^a Reunião Ordinária da CMO.
OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Meurer) - Declaro reiniciada a 2^a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 7, de 2003, alterada.

Em função da Ordem do Dia no plenário da Câmara, suspendo para a próxima terça-feira, dia 28 de maio, às 11 horas.

A reunião está suspensa.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0606/13	DATA: 28/05/2013
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 15h12min	DURAÇÃO: 00h34min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h34min	PÁGINAS: 16	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES

TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.

SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, assessores, imprensa, declaro reiniciada a segunda reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apresentação das matérias constantes da Pauta nº 7, que foi alterada. Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Antes de reiniciar em definitivo, entrar na pauta desta sessão, gostaria de fazer o anúncio dos Relatores e dos Coordenadores dos quatro comitês. Então, seguindo a regra da proporcionalidade e dos devidos acordos partidários, para a primeira subrelatoria, que é a de infraestrutura, está indicado o Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia. Para a segunda



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

subrelatoria, de saúde, está indicado o Deputado Marçal Filho, do PMDB do Mato Grosso. Para a terceira subrelatoria, de Integração Nacional e Meio Ambiente, o Deputado Aelton Freitas, do PR de Minas Gerais. Para a quarta subrelatoria, de educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, o Senador Wilder Morais, do Democratas de Goiás. Para a quinta subrelatoria, de planejamento e desenvolvimento urbano, o Deputado Weliton Prado, do PT de Minas Gerais. Para a sexta subrelatoria, de fazenda, desenvolvimento e turismo, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará. Para a sétima subrelatoria, de justiça e defesa, o Deputado Nelson Meurer, do PT do Paraná. Para a oitava, de Poderes do Estado e representação, o Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo. Para a Nona Subrelatoria, de agricultura e desenvolvimento agrário, o Senador João Vicente Claudino, do PTB do Piauí. E, finalmente, para a relatoria de trabalho previdência e assistência social, o Deputado Junji Abe, do PSD de São Paulo.

Os comitês. Para o importante comitê da Receita, que também será o Relator da Receita junto ao Relator da LOA, é o Senador Eduardo Amorim. Para o comitê de avaliação, fiscalização e controle da execução orçamentária, o Deputado Efraim Filho, do Democratas. Para o comitê de avaliação das informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves, o COI, o Deputado Afonso Florence, aqui presente, do PT da Bahia. E finalmente para o Comitê de Admissibilidade de Emendas—CAE, o Coordenador do comitê é o Deputado Roberto Teixeira, do PP de Pernambuco.

Portanto, estão determinados todos os Relatores e gestores dos comitês.

Gostaria também de ler um comunicado enviado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para esta Comissão.

"Sr. Presidente, comunico a V.Exa. que esta Comissão aprovou na 13^a reunião extraordinária, realizada em 21/5/20013, parecer sobre o aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 24, de 2012, pela informação, entre outras providências, à Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização—CMO para que se tenha especial



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

atenção sobre o andamento sobre o andamento das obras da Copa do Mundo de 2014.”

O parecer foi lido e aprovado dentro da Comissão.

Já é uma prerrogativa e uma preocupação desta Comissão em se deter com especial atenção em todos os investimentos realizados para a execução da Copa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente.

Passo agora ao resumo. Vou ler o resumo da sessão anterior, para que V.Exa. possa se pronunciar.

Na continuação da segunda reunião ordinária, realizada hoje, dia 28 de maio de 2013, às 11 horas, houve a discussão e o prazo para apresentação de destaques, que foram finalizados. Foram apresentados quatro destaques. Em votação o relatório de votação do parecer principal do Deputado Ricardo Berzoini, o relatório foi lido e aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Foi aqui iniciado, no turno da manhã, a apreciação desses destaques.

O Destaque nº 1, do Deputado Nelson Meurer, e o Destaque nº 2, do Deputado Claudio Cajado, foram prejudicados pela ausência dos autores. O Destaque nº 3, do Deputado Roberto Teixeira, foi colocado em votação, com voto do Relator pela rejeição na representação da Câmara dos Deputados. O Destaque nº 3 foi aprovado na Câmara dos Deputados e rejeitado no voto do Relator. O Deputado Bohn Gass, requereu a esta Mesa a esta Presidência que fosse efetivada a verificação de *quorum*.

Foi estudada pela Assessoria desta Mesa, desta Presidência, e nós, através do art. 136, que vou ter o prazer de ler a V.Exas. tomamos uma decisão.

O art. 136 diz: “No plenário da CMO, proclamado o resultado da votação em cada Casa”, que foi o que aconteceu, foi votado e foi aprovado o destaque na Câmara dos Deputados, então, “proclamado o resultado da votação em cada Casa, poderá ser solicitada a sua verificação, a pedido de qualquer Parlamentar, apoiado por no mínimo 1/10 (um décimo) dos membros da respectiva Casa na CMO ou por Líderes que os representem.”



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O Deputado Bohn Gass representa 10%, um décimo desta Casa, representando o Partido dos Trabalhadores. Portanto, é válido o pedido de verificação de *quorum* do Deputado Bohn Gass. Portanto, peço ao Senador Acir Gurgacz, que se encaminhe a esta Mesa para promovermos esta verificação de *quorum*.

Lembro aos presentes que está programada para as 14h30min a audiência pública com a Ministra do Planejamento, Ministra Miriam Belchior, que se encontra já em direção a esta Comissão para que possamos fazer a respectiva audiência, depois desta sessão ordinária.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Como estamos na relatoria da LDO, e hoje é o ponto inicial do nosso trabalho, com a apresentação da Ministra Miriam Belchior sobre a perspectiva do Governo com relação do Governo à LDO — e fizemos questão exatamente de começar esse trabalho com ela, que é encarregada dentro do Governo, inclusive tive uma conversa com ela ontem à tarde, exatamente para que entendêssemos qual era a visão da perspectiva do Orçamento de 2014 e, dentro disso, direcionarmos aplicando a capacidade financeira e fiscal do Governo dentro dos programas que a nós, Congresso Nacional, cabe discutir — nós temos sido muito solicitados para audiências públicas.

E já há um requerimento sobre a mesa assinado por oito Líderes de bancada da Câmara e cinco Senadores para já aprovarmos a autorização da Comissão para elaborar um calendário com essas audiências públicas.

Então, acho que ninguém vai se contrapor aqui, queria que já deixássemos aprovado, até para lhe dar um conforto, para que façamos um cronograma das audiências públicas nos Estados.

E outra questão é que também precisamos aprovar o calendário de trabalho do processo legislativo da LDO.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Danilo Forte, ouvindo o requerimento de V.Exa., e preocupado também com a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, que, a qualquer momento, pode se iniciar, perguntaria ao Deputado Bohn Gass se poderíamos fazer uma verificação de pauta para a verificação de *quorum*.

A Assessoria da Mesa diz que não podemos, porque estamos, a rigor, no meio de um processo de votação. Eu não posso interromper o processo de votação. Então, vou ter de fazer uma verificação de *quorum*, depois coloco em votação o requerimento de V.Exa.

Então, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, antes de iniciar aqui a votação quero agradecer a indicação do meu partido o PDT, do PT e também o apoio de V.Exa. na indicação do nosso nome para Relatoria de Infraestrutura.

Procuraremos fazer um trabalho importante para nosso País e junto com nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Parabéns, Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Muito obrigado, Presidente.

Iniciando, então, a votação, como vota o Deputado do PT, Bohn Gass?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu voto pela manutenção do texto, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Só para registrar. Quem vota "sim" está aprovando o relatório do Relator, sem a emenda. Só para deixar claro, Deputado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso, exatamente, voto "sim", mantendo o parecer, contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Contra o destaque.

O SR. SENADOR LOBÃO FILHO - Na realidade, o relatório do Relator já foi votado, vamos votar agora o destaque.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Exato, para manter o relatório.

O SR. SENADOR LOBÃO FILHO - Quem vota “sim” vota contra o destaque.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sim, é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Contra o destaque. Exatamente.

Como vota o Deputado Ricardo Berzoini? Ausente. Como vota o Deputado Zezéu Ribeiro? Ausente. Como vota o Deputado Miguel Corrêa? Ausente. Como vota o Deputado Weliton Prado? Ausente.

Suplentes. Como vota Iriny Lopes? Ausente. Como vota o Deputado Jorge Bittar? Como vota o Deputado José Airton? Ausente.

PMDB. Como vota o Deputado Danilo Forte?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PMDB, por se tratar de uma proposição do próprio Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, nosso ex-Líder, o Deputado Eduardo Cunha, Líder da bancada, orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Leonardo Quintão? Ausente. Como vota o Deputado Marçal Filho. Como vota a Deputada Nilda Gondim? Ausente. Como vota a Deputada Rose de Freitas? Ausente. Como vota o Deputado Genecias Noronha? Ausente. Como vota o Deputado Pedro Novaes. Ausente. Como vota o Deputado José Priante? Ausente. Como vota Deputado Osvaldo Reis. Ausente.

O SR. DEPUTADO OSVALDO REIS - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Desculpe, Deputado.

PSDB. Como vota o Deputado Bruno Araújo? Ausente. Como vota o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, o PSDB vota “não”, porque entende que o que aprovamos já na sessão anterior é mais apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Ruy Carneiro?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO RUY CARNEIRO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Suplentes. Como vota Deputado Raimundo Gomes de Matos? Ausente. Como vota Deputado Carlos Brandão? Ausente.

PP. Como vota Deputado Carlos Magno? Ausente. Deputado Nelson Meurer? Ausente. Deputado Roberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROBERTO TEIXEIRA - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Suplentes, como vota Missionário José Olimpio? Ausente. Como vota Deputado Roberto Britto? Ausente. Como vota Deputado Dilceu Sperafico? Ausente.

DEM. Como vota Deputado Claudio Cajado? Ausente. Como vota Deputado Efraim Filho? Ausente. Como vota Deputado Mandetta? Ausente.

PSD. Como vota o Deputado Armando Vergílio? Ausente. Como vota o Deputado Guilherme Campos?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Voto “não” e oriento toda a bancada para que vote “não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Júlio Cesar? Ausente.

Suplentes. Deputado Ademir Camilo, como vota? Ausente. Como vota Deputado Homero Pereira? Ausente. Como vota Deputado Junji Abe? Ausente.

PR. Como vota o Deputado Aelton Freitas? Ausente. Deputada Gorete Pereira? Ausente. Como vota o Deputado José Rocha? Ausente. Como vota Deputado Wellington Roberto? Ausente.

PSB. Como vota Deputado Gonzaga Patriota? Ausente. Como vota Severino Ninho?

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - “Não”, Sr. Presidente, e oriento a bancada a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Leopoldo Meyer? E como vota Deputado Valtenir Pereira?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Acompanhando meu Líder, voto “não”.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - PDT. Como vota o Deputado Sebastião Bala Rocha?

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Weverton Rocha? Ausente. Como vota o Deputado André Figueiredo? Ausente. Como vota o Deputado João Dado? Ausente.

Bloco Parlamentar PV/PPS. Como vota Deputado Fábio Ramalho?

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, só para registrar, o titular Sandro Alex é voto “não”, Bloco PV/PPS.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Já vou chamar na sequência.

A SRA. DEPUTADA NILDA GONDIM - Senhor... Ah.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Depois vou refazer a chamada, para não pertermos aqui a sequência. Obrigado.

PTB. Ah, não. Ainda no Bloco PV/PPS. Suplentes. Deputado Humberto Souto, como vota? Ausente. Como vota Deputado Sarney Filho? Ausente.

PTB. Deputado Nilton Capixaba? Ausente. Suplentes. Deputado Alex Canziani? Ausente.

PSC. Como vota Deputado André Moura? Ausente.

Suplentes. Como vota o Deputado Ricardo Arruda? Ausente.

PCdoB. Como vota Deputado Evandro Milhomem? Ausente.

Suplentes. Deputado Chico Lopes, como vota? Ausente.

PTdoB. Deputado Lourival Mendes, como vota?

Os Deputados que não foram chamados e chegaram posteriormente, por favor, queiram se manifestar.

A SRA. DEPUTADA NILDA GONDIM - Acompanho a Liderança do meu partido, o PMDB. Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Registrado seu voto.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EVANDRO MILHOMEN - Sou do PCdoB e voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Deputado Evandro Milhomen, voto “sim”. Deputada Gorete Pereira, como vota?

Mais algum Deputada ou Deputado ficou sem ser chamado?

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Do PP.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Como vota, Deputado Roberto Britto?

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Acir Gurgacz) - Fábio Ramalho, como vota?

Mais uma vez, eu quero perguntar ao Plenário se alguém deixou de votar. Se algum Deputado ou Deputada não votaram e gostariam de se manifestar com o voto. (*Pausa*.)

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, temos o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Por favor.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós temos voto “sim”, 3; voto “não”, 14. Total: 17, faltando 1 para o quórum necessário.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quem pediu obstrução conta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não entendi.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Quem pediu obstrução conta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Conta?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Conta. Ele está presente. Ele não pode estar ausente pedindo obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Bohn Gass votou?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu votei.

(Não identificado) - Eu quero obstrução.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Todos votaram.

(Não identificado) - Todos votaram. Inclusive quem (*ininteligível*) embora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Todos votaram.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sem quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, está... Deputado...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, o Senador Acir Gurgacz já proclamou o resultado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Já tinha recolhido, Presidente. Já tinha recolhido.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

(Não identificado) - Não tinha, não.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Já tinha recolhido, Presidente. Já tinha recolhido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Já encerramos a votação.

(Não identificado) - Não. Não havia proclamado o resultado, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Bohn Gass, é até uma contribuição ao Presidente. Deputado Bohn Gass, saiba que se esse tipo de procedimento de não aceitar um Deputado que já está presente vai prevalecer sempre. Vai faltar um votinho ou dois daqui a pouco na hora em que interessar ao Governo e ao PT concluir uma votação.

Eu acho prudente, para o bom andamento, Presidente, desta Casa, um Deputado presente no momento da votação. Nós ainda estamos discutindo a matéria. Considerar o voto dele é elementar. Se isso vier a se configurar, eu acho que o Governo está criando um mecanismo que vai dificultar muito mais a vida do Governo daqui para frente do que da Oposição.

Só para que se registre isso em ata. Ou se adota um critério de forma absoluta, ou não se adota. Eu nunca vi isso na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Eu estou com você. Eu quero afirmar que aqui eu sou contra o Governo durante o ano inteiro.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, o resultado, só para... O resultado não estava proclamado, até porque, o Senador ainda estava pedindo a recontagem para saber se a obstrução estava incluída ou não. Não havia encerrado o processo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Inclusive o Senador disse que iria fazer a segunda chamada. O Deputado Raimundo, que está no corredor, disse-me que estava chegando o Senador. Ele disse: "*Eu vou fazer a segunda chamada.*" Então, Senador, eu peço a gentileza que V.Exa. faça a segunda chamada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só 1 minuto. Só 1 minuto. Deputado, só 1 minuto. Vamos decidir aqui. Depois, eu gostaria de me referir diretamente ao Deputado Fábio Ramalho.

O Regimento aqui é muito claro. O resultado tem que ser anunciado por mim, como Presidente da Mesa. Eu não havia ainda anunciado o resultado. Eu entendo aqui que há uma orientação de Governo, mas a gente não pode efetivamente atropelar o Regimento.

Então, como não havia sido proclamado por mim o resultado, segundo o Regimento, o Senador Acir Gurgacz deve, sim, considerar o voto do Deputado Júlio Cesar. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, Presidente.

(Não identificado) - Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Eu quero só fazer um registro de que, de fato, o Senador havia informado que está encerrado. Não havia mais ninguém no plenário. Não havia mais ninguém no plenário. E informou o resultado a V.Exa. para que V.Exa., então, definisse e anunciasse o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exato.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Ele havia feito isso. Então, nesse sentido, eu imagino que estava encerrado e faltava só V.Exa. confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Exato.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Esse é o meu entendimento do Regimento. Eu só quero fazer uma ressalva, Deputado Domingos Sávio, de que nas nossas relações de debate aqui na Casa sempre fomos de adotar um critério, não dois pesos e duas medidas.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

É a primeira vez que eu participo da Comissão Mista de Orçamentos. Se esta for a prática, será esta prática adotada em todos os procedimentos. Eu não tenho como pensar diferente. Eu não quero uma medida que me favoreça e que seja contrária. Nós vamos ter o mesmo peso e a mesma medida para todas as situações. Eu só faço um registro porque o Senador anunciou para V.Exa.: “*De fato, não há quórum.*” Ele foi textual. Não há quórum. Bastava, naquele momento, V.Exa. dizer, confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim. Sim. (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Então, se, se a prática for de fato acordada aqui, que funcionaremos dessa forma, será para todas daqui para frente assim. Mas eu acredito que nós estamos abrindo um precedente, porque o Senador informou que não havia quórum. Bastava V.Exa. apenas confirmar a ausência de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Calma. Vamos só esclarecer exatamente o que aconteceu aqui. O Senador Acir Gurgacz, secretariando a Mesa,

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não. Calma. Vamos só esclarecer exatamente o que aconteceu aqui. O Senador Acir Gurgacz, secretariando a Mesa, comunicou a esta Presidência o resultado da votação.

Meu papel de Presidente, condutor do processo, é de anunciar ao Plenário o resultado. No momento em que eu ia anunciar ao Plenário o resultado, antes do anúncio, o Deputado Júlio adentrou o recinto. Portanto, ainda não havia sido anunciado, conforme o Regimento. Então, está válida a contagem do voto do Deputado.

Portanto, passo novamente a palavra ao Senador Acir Gurgacz para que ele possa proclamar o novo resultado.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como vota o Deputado Júlio Cesar?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Já votei, Senador. “Não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - É que agora que eu...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Mais uma vez “não”.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Eu preciso lhe chamar. (*Riso.*) Eu lhe chamei de novo para ter certeza da contagem aqui, Deputado. (*Pausa.*)

Mais uma vez — pela quarta vez —, há algum Parlamentar que ainda não votou? Pela quarta vez.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - “Sim”, Presidente. Presidente, Deputado Afonso Florence “sim”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Afonso Florence “sim”.

Como vota o Deputado Afonso Florence?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - “Sim”.

O SR. DEPUTADO MIGUEL CORRÊA - Deputado Miguel Corrêa vota “sim” também.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Algum outro Parlamentar? Sperafico vai votar? (*Pausa.*)

Vamos à nova contagem.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Raimundo Gomes de Matos, “não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Raimundo Gomes de Matos como vota?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - “Não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Mais alguém? Mais algum Parlamentar? Eu vou encerrar, senão, nós não vamos encerrar a votação.

(Não identificado) - Sr. Presidente, já temos o número suficiente, o quórum representativo. Poderíamos finalizar essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Sr. Presidente, o resultado é o seguinte: voto “sim”, 5; voto “não”, 16. Total de votantes: 21, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, o resultado foi proclamado. Na Câmara dos Deputados foi aprovada a emenda em que foi votado o destaque do Deputado Esperidião Amin.

Agora, abro a votação do Senado Federal.

Havendo quórum, não tendo começado ainda a Ordem do Dia, passo ao Senador Acir Gurgacz, para que possa providenciar a votação dos Senadores.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como ninguém pediu verificação de quórum, nós vamos fazer votação simbólica.

Os Senadores presentes que votarem a favor do destaque, contra o relatório do Deputado Berzoini, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma aí. Calma aí. Calma aí. Deixe-me falar, porque a secretaria aqui no pé da orelha confunde um pouco.

Os Senadores presentes à Casa que acompanharem o voto do Relator Berzoini, portanto, rejeitando o destaque, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, apenas 1 voto, está rejeitado o destaque do Deputado Esperidião Amin.

Rejeitado o destaque, rejeitado o destaque.

Só o Senador Ivo Cassol acompanhou o Deputado (*ininteligível*)

(**Não identificado**) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A Senadora Lúcia Vânia já não pode mais votar.

(**Não identificado**) - Presidente. É o contrário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não é o contrário.

(**Não identificado**) - É. V.Exa. pediu que quem estivesse de acordo com o relatório permanecesse como se achava.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois é.

Calma aí, calma aí, calma aí.

O destaque é contrário ao Relator.

(**Não identificado**) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O destaque é contrário ao Relator do Deputado Berzoini. O destaque é contrário ao voto do Relator.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Presidente, não vamos deixar dúvidas, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sim.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Vamos cada um fazer o voto nominal, porque infelizmente isso aqui está ficando uma situação esdrúxula e difícil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Presidente, a Ordem do Dia já iniciou. A Ordem do Dia já iniciou e não houve a conclusão dessa votação no Senado. Não houve a conclusão.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Sinceramente, eu sou da base do Governo e é uma vergonha o que eu estou vendo aqui. Só as emendas...Ficaram de botar a gente com pires nas mãos.

(Não identificado) - Não houve a conclusão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, Senador...

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Somos da base do Governo. Infelizmente, olha, eu vi a votação, o senhor conduziu de uma maneira, está correto, depois, o senhor inverteu, pegou os Senadores de surpresa. Nós podemos até perder.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não inverti, não invertei. É a mesma coisa, não inverti. Eu não posso pedir verificação de quórum, porque não há como pedir verificação de quórum. A votação foi efetuada e o destaque caiu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, Sr. Presidente, o senhor não concluiu a votação, Sr. Presidente. O senhor não concluiu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu posso repetir a votação. Já que é assim, eu vou repetir a votação.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Vamos repetir, mas nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, nominalmente não. Vou repetir a votação.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Porque teria que ter um encaminhamento de Líder,

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por que não nominal?

Houve uma confusão, Sr. Presidente, sobre a forma.

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Ué, se estava encaminhando de Líder do PP, eu encaminho.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Então, encaminhamento para votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mas, teria, só...

O SR. SENADOR IVO CASSOL - Eu posso pedir votação nominal. Por que o Senado agora é discriminado da Câmara? Que história é essa!

Outra coisa, essas emendas, gente — isso é uma humilhação —, são 15 milhões de emendas aí, o seu contingenciamento. Desculpa o pessoal da base do Governo, que são do governo do PT. Há dinheiro para ir ao meu Estado para comprar 5 bilhões de patrula para distribuir e, ao mesmo tempo, não há dinheiro para liberar emenda de Parlamentar. Quem é da base... A gente vai ter que parar com isso, gente.

(Não identificado) - Isso é uma vergonha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, não houve pedido de verificação no Senado. Não há interstício para o Senado. O pedido de verificação foi apenas da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não, não. Calma, calma, calma, calma. Eu já consultei à Assessoria da Mesa. A votação foi válida. Votou. A maioria dos Senadores presentes votaram contra o destaque, a favor do voto do Relator.

Portanto, está encerrada esta votação.

Está encerrada esta votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero registrar que essa votação se deu com a Ordem do Dia já iniciada. Assim como foi pedida a impugnação da anterior, eu já estou prevenindo. A Ordem do Dia já se iniciou há mais de 5 minutos. Essa votação se deu de forma antirregimental. Na mesma forma que o Deputado Bohn Gass pediu, eu estou indo para o plenário pedir a nulidade desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, Deputado. Positivo. Então...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É princípio regimental elementar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Afirmativo.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Agora, essa Mesa irá aguardar um pronunciamento da Mesa da Câmara dos Deputados para rever a decisão aqui tomada. Muito bem.

Portanto, encerro esta sessão para início da audiência pública.

Declaro ainda prejudicado o Destaque nº 4 em função da rejeição do Destaque nº 3 por ele ser do mesmo teor.

Convido o Senador Anibal Diniz e o Senador Acir Gurgacz para que possam conduzir a Ministra a este recinto.

(Não identificado) - Só confirmado que foi encerrada a sessão pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Foi encerrada a sessão.

(Não identificado) - Portanto, não suspensa, encerrada.

(Não identificado) - Por que não um Deputado também acompanhando, Presidente?

(Falha na gravação)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0604/13	DATA: 28/05/2013
INÍCIO: 11h09min	TÉRMINO: 11h47min	DURAÇÃO: 00h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h38min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.

SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está iniciada a segunda reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 7 alterada.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se nas mesas de trabalho.

Em função da premente Ordem do Dia que se aproxima na Câmara dos Deputados, darei início a esta sessão, dando como lido o relatório do Relator Ricardo Berzoini.

Nós estávamos em discussão, faltando a palavra dos inscritos Raimundo Gomes de Matos, que não está, e do Deputado Afonso Florence, que também não está.

Perguntaria ao Deputado Roberto Britto se gostaria de fazer uso da palavra, apesar de não ter sido inscrito.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente, para os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, vamos, Deputado, fazer a votação do relatório do Deputado Berzoini e, logo a seguir, eu passo para a discussão e votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Eu lhe agradeço. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, tendo sido encerrada a discussão do relatório do Deputado Berzoini, eu passo à votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do relatório permaneçam como se encontram.

Portanto, está aprovado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ressalvados os destaques, conforme eu já havia determinado antes.

Portanto, está aprovado o relatório do Deputado Berzoini.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E passamos agora à discussão dos destaques.

Foram apresentados quatro destaques ao projeto relatado.

Primeiro destaque: Deputado Esperidião Amin em relação à Emenda nº 2. Autor do destaque Deputado Nelson Meurer.

Segundo destaque à Emenda nº 1. O autor destaque é o Deputado Claudio Cajado.

O autor da Emenda nº 02 é o Deputado Espírito Santo Amin e o autor do destaque, Deputado Roberto Teixeira.

E finalmente, o Destaque da Emenda 02, de autoria do Deputado Esperidião Amin e o autor do destaque, Deputado Roberto Britto.

Então, conforme inscrição...

Hoje, açodado, levando admoestação da nossa secretaria.

(Não identificado) - É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O prazo para apresentação dos destaques está encerrado.

Eu inicio agora a discussão dos destaques passando a palavra para o Deputado...

Deputado Roberto Britto, me perdoe. Antes de passar a palavra a V. Exa., eu quero decidir pela prejudicialidade do destaque do Deputado Nelson Meurer pela ausência do seu autor e pela prejudicialidade do destaque do Deputado Claudio Cajado pela ausência do seu autor.

Portanto, passo a palavra ao Deputado Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos da base do Governo e estamos aqui exatamente para colaborarmos também com o Governo, mas principalmente como o povo brasileiro. Nós sabemos perfeitamente que os Deputados têm um papel preponderante na difusão das ideias do Governo.

É sabido por todos nós que o Governo Federal fez um dos grandes programas que todos nós conhecemos que é o Programa de Aceleração do Crescimento — o nosso PAC.

O PAC visa levar obras estruturantes para os grandes Municípios. O que nós temos hoje, Presidente, são os pequenos Municípios, aqueles Municípios



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

que pouco têm a presença do poder público. E quando nós Deputados, e inclusive V.Exa. como Senador, fazemos nossas emendas, temos um objetivo, o objetivo de beneficiar aqueles Municípios que normalmente não são agraciados por programas mais efetivos.

Então, o que nós estamos propondo? O que o nosso companheiro do Partido Progressista, Esperidião Amin, está propondo? É exatamente que nós tenhamos oportunidade de realizar o PAC dos pequenos Municípios, que é exatamente levar as emendas àqueles locais, àqueles Municípios que efetivamente não têm capacidade, condição, de receber obras maiores e obras estruturantes.

As emendas parlamentares são pois o PAC dos pequenos Municípios. É aquela oportunidade que tem aquele municipiozinho do interior do Nordeste de receber um calçamento, uma pequena ponte, sua pracinha onde as pessoas podem se reunir. Enfim, a emenda parlamentar tem esse objetivo. E o que temos observado, ao longo do tempo, é que essas emendas parlamentares estão descaracterizadas, Sr. Presidente,. V.Exa. pode notar que as suas emendas não estão tendo efetivamente o objetivo que se propõe, que é exatamente beneficiar os pequenos Municípios.

É por isso, que nós estamos aqui apoiando a emenda do Deputado Esperidião Amin por entender que o Governo não pode contingenciar essas emendas, porque estaria prestando um desserviço aos pequenos Municípios. O Governo que tanto tem falado... Nós temos apoiado esse Governo e tanto temos ajudado. Estamos aqui para ajudar ainda mais o nosso Governo, exatamente levando essas emendas aos pequenos Municípios. E quando existe esse contingenciamento, temos aqui um caso típico, por exemplo, do Ministério do Turismo, no decreto que está vigorando hoje, ele está contingenciando 1 bilhão 927 milhões e 500 mil. Quando nós vamos para as emendas parlamentares, vemos que a emenda parlamentar foi exatamente 1 bilhão 927 milhões e 500 mil.

Ora, se o Governo está contingenciando as emendas parlamentares, que, depois, podem sair a conta-gotas, isso vai causar um desserviço ao nosso



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

País. Isso vai causar um transtorno muito grande naqueles Municípios em que os Deputados e os Senadores estão se propondo levar essas obras.

Então, Sr. Presidente, quero pedir vênia a V.Exa. e aos nossos pares, para que possamos aprovar essa emenda do Deputado Esperidião Amin, na certeza de que estamos contribuindo com o nosso Governo e na certeza também de que nós estamos prestando um grande serviço principalmente àqueles Municípios que se não fossem os Deputados e Senadores, jamais teriam a presença do Poder Público, do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Roberto Britto.

Antes de passar a palavra ao Deputado Roberto Teixeira para que possa também fazer a discussão, eu gostaria de por em votação no Senado Federal o projeto de relatoria do Deputado Berzoini, ressalvados os destaques.

Aqueles Senadores que concordam com o relatório do Deputado Berzoini permaneçam como se encontram.

Está aprovado também no Senado Federal.

Continuando a discussão dos destaques, passo a palavra ao Deputado Roberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, estou defendendo o destaque da Emenda nº 2, do Deputado Esperidião Amin, que visa assegurar um tratamento não discriminatório às emendas parlamentares. Hoje, o que acontece? Fica esse toma lá, dá cá para que aprove os projetos do Governo Federal.

Propõe a emenda que as transferências dos Estados para os Municípios e Distrito Federal decorrentes das emendas parlamentares não sofram contingenciamento superior ao percentual médio que se aplica às demais despesas.

O nobre Relator reconhece que a emenda é justa e tem apoio quase unânime dos membros do Congresso Nacional.

Chegou a hora de tentarmos eliminar essa discriminação com as emendas parlamentares. Como consta na justificativa da emenda, precisamos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acabar, de uma vez por todas, com o uso político indevido pelo Poder Executivo da execução orçamentária, para influir na tramitação das proposições no âmbito do Congresso Nacional.

Contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovação dessa emenda de autoria do Deputado Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Roberto Teixeira.

Passo a palavra agora ao Relator, Deputado Ricardo Berzoini, para que possa apresentar o seu parecer sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, nós temos aqui na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização talvez o espaço mais nobre para discutir a programação orçamentária do Governo, as estratégias e táticas que o Governo tem de utilizar para enfrentar as questões típicas do Orçamento e que merecem, por parte desta Comissão, uma apreciação muito rigorosa.

O Orçamento da União, além de ter o seu papel organizador das despesas do Governo Federal, também tem um papel fundamental em relação à macroeconomia do País. Dependendo da maneira como o Poder Executivo e o Poder Legislativo se relacionam com o Orçamento, isso sinaliza que há da parte da classe política do País uma postura responsável ou não em relação às principais questões orçamentárias.

Eu peço silêncio, Sr. Presidente, porque está difícil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Eu pediria aos assessores que fizessem fazer silêncio para que o Relator, Deputado Ricardo Berzoini, possa concluir o seu parecer sobre os destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Portanto, Sr. Presidente, nós temos, em relação a esse debate do eventual tratamento no contingenciamento das emendas individuais, uma visão global do Orçamento e não apenas voltada para as emendas individuais.

Eu disse ao Deputado Esperidião Amin, que é um Deputado pelo qual tenho muito respeito pela sua capacidade de elaboração e de argumentação, que nós deveríamos tratar disso na Comissão Especial, que está aprovada na



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Câmara dos Deputados, justamente para analisar 16 PECs que tratam da forma como o Poder Executivo pode contingenciar ou não a Lei Orçamentária Anual. E nós tivemos, durante todo esse período de debate na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, uma grande concordância: de que há um preconceito contra as emendas individuais.

Existe uma tentativa de caracterizar a emenda individual como uma política de curral eleitoral, uma política de interesses escusos, uma política de clientelismo e assistencialismo. Eu sou um radical defensor das emendas individuais como instrumento de diálogo dos Parlamentares com as bases de cada Estado. Se nós temos as emendas individuais, não é para fazer qualquer tipo de prática antirrepublicana, mas sim para dialogar com o prefeito, com o vereador, com a santa casa, com uma entidade associativa, a fim de levar o recurso federal para algo que tenha real interesse social para o Município.

Então, a melhor maneira de tratar isso é na Comissão Especial, que vai tratar de 16 PECs que vão regulamentar, colocar no texto constitucional a regra clara de como o Governo deve tratar as emendas individuais.

Portanto, eu creio que o meu parecer em relação à emenda é, evidentemente, contrário, porque nós achamos que inserir nesse projeto esse dispositivo significa antecipar um debate, inclusive prejudicar, em parte, um debate que vamos fazer, que é de uma regra constitucional e não uma regra orçamentária apenas para o ano. Eu acho que isso deve ser, efetivamente, tratado com muita responsabilidade por todos nós.

Por isso o nosso parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Portanto, o voto do Relator é pela rejeição do Destaque nº 3, de autoria do Deputado Roberto Teixeira.

Portanto, o destaque com voto do Relator pela rejeição está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator, que são os Deputados contrários ao destaque, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Verificação, Sr. Presidente, PSDB.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - PSDB, verificação.

(Não identificado) - Verificação em conjunto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Verificação do PP.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Em conjunto com o PP.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E PPS também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Façamos o registro do PT, PPS, PSDB e PP.

Deputado Bruno Araújo, Deputado Sandro Alex e o Deputado Roberto Britto.

Eu pediria ao Senador Acir Gurgacz que se faça presente à mesa para que possamos fazer a verificação dos Deputados.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Vamos à votação.

Deputados do PT:

Deputado Bohn Gass, como vota? (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - "Sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Zezéu Ribeiro, como vota? (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Miguel Corrêa. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Weliton Prado. (*Pausa.*) Ausente.

Suplentes do PT:

Deputado Afonso Florence. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Dalva Figueiredo. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Iriny Lopes. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Jorge Bittar. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado José Airton. (*Pausa.*) Ausente.

Deputados do PMDB:

Deputado Danilo Forte. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Leonardo Quintão. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Marçal Filho. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Nilda Gondim, como vota?

A SRA. DEPUTADA NILDA GONDIM - "Sim".



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputada Rose de Freitas.

(Pausa.) Ausente.

Suplentes do PMDB:

Deputado André Zacharow. (Pausa.) Ausente.

Deputado Genecias Noronha. (Pausa.) Ausente.

Deputado Pedro Novais. (Pausa.) Ausente.

Deputado José Priante. (Pausa.) Ausente.

Deputado Osvaldo Reis. (Pausa.) Ausente.

Deputados do PSDB:

Deputado Bruno Araújo, como vota?

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - “Não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Domingos Sávio.

(Pausa.)

Deputado Ruy Carneiro. (Pausa.)

Suplentes do PSDB:

Deputado Raimundo Gomes de Matos. (Pausa.) Ausente.

Deputado Carlos Brandão. (Pausa.) Ausente.

Lembrando que o voto “sim” acompanha o Relator e o voto “não” é contra o Relator.

Deputados do PP:

Carlos Magno. (Pausa.) Ausente.

Nelson Meurer. (Pausa.) Ausente.

Deputado Roberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROBERTO TEIXEIRA - Voto “não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ- Suplentes:

Deputado Missionário José Olimpio.

O SR. DEPUTADO MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ- Deputado Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Deputado Dilceu Sperafico.

(Pausa.) Ausente.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Votos do DEM.:

Deputado Claudio Cajado. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Efraim Filho. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Mandetta. (*Pausa.*) Ausente.

O DEM não tem suplentes.

PSD:

Deputado Armando Vergílio. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Guilherme Campos. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Júlio Cesar. (*Pausa.*) Ausente.

Suplentes:

Deputado Ademir Camilo. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Homero Pereira. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Junji Abe. (*Pausa.*) Ausente.

Deputados do PR:

Aelton Freitas. (*Pausa.*) Ausente.

Deputada Gorete Pereira. (*Pausa.*) Ausente.

Suplentes:

Deputado José Rocha. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Wellington Roberto. (*Pausa.*) Ausente.

PSB:

Deputado Gonzaga Patriota, como vota? (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Severino Ninho. (*Pausa.*) Ausente.

Suplentes:

Deputado Leopoldo Meyer. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. (*Pausa.*) Ausente.

PDT:

Deputado Sebastião Bala Rocha. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Weverton Rocha, como vota?

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Voto “não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ- Suplentes:

Deputado André Figueiredo. (*Pausa.*) Ausente.

Bloco Parlamentar PV/PPS:



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Como vota o Deputado Fábio Ramalho? (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - “Não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ- - Como vota do Deputado Humberto Souto?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - “Não”.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ- PTB:

Como vota o Deputado Nilton Capixaba? (*Pausa.*) Ausente.

Suplente:

Deputado Alex Canziani. (*Pausa.*) Ausente.

PSC:

Deputado André Moura, como vota? (*Pausa.*) Ausente.

Suplente:

Deputado Ricardo Arruda. (*Pausa.*) Ausente.

PCdoB:

Como vota o Deputado Evandro Milhomem?

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, o PSDB retira a sua posição de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, retirado do Deputado Bruno Araújo, do PSDB.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, também o PPS, Deputado Sandro Alex, retira o pedido de verificação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O PPS também retira o pedido de verificação.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O Deputado Danilo Forte votou “sim”.

(Não identificado) - O PP também retira, Senador Acir Gurgacz.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está deferida a retirada do pedido de verificação de quórum.

(Não identificado) - O PT pede verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O PT não precisa de apoio.

(Não identificado) - Questão de ordem. O pedido de verificação é um momento para que seja solicitado, não é?

(Não identificado) - Senador Acir?

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Ricardo Berzoini teria de ser o Líder do PT, porque senão teria de ter o apoio de mais quatro Deputados.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - A gente apoia o requerimento do Deputado Ricardo Berzoini, do PMDB. O Deputado Danilo Forte vota "sim".

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Danilo Forte, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Então, vamos ter de começar outra verificação.

Senador Acir Gurgacz, façamos outra verificação agora, a pedido do PMDB e do Deputado Ricardo Berzoini.

(Não identificado) - O PDT também pede verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Eu pergunto, Sr. Presidente, apenas como questão de ordem se é tempestiva a solicitação da verificação, se ela não teria que ser dada (*ininteligível*) chamada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu consultaria a secretaria da Mesa se....

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - No Plenário ela só é tempestiva no momento em que é chamada a votação. Pedido de retirada não se dá a qualquer momento, mas há momento para que haja a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O requerimento para pedir verificação do quórum está em prazo regimental.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Em Plenário, ele só pode ser chamado no momento da verificação, no momento da votação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A Secretaria da Mesa dá o parecer de que como o pedido de verificação de quórum não foi concluído, caberia um novo pedido de verificação de quórum. Se ele tivesse sido concluído, já não caberia o novo pedido. Então, continuando a verificação de quórum, peço ao Senador Acir Gurgacz que promova novamente a chamada.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Nós estamos aguardando, Sr. Presidente, a relação...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Dos nomes.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Dos nomes para que a gente possa iniciar a nova verificação. É preciso uma nova lista para que a gente possa marcar aqui o sim e o não. E a Mesa já a está providenciando, eficientemente, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Portanto, passo a relação dos Deputados. (*Pausa.*)

É preciso registrar que para o início da verificação de quórum é preciso que o Deputado Ricardo Berzoini esteja no Plenário porque é requerente, caso contrário, cai o pedido do Deputado Berzoini de verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Ele está ausente, então tem que cair, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Como?

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Ele está ausente, então, tem que cair. É a lei.

(Não identificado) - Caiu o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não caiu o pedido porque por erro da Secretaria, o Deputado Danilo Forte sozinho constitui(?) 5 votos, portanto, ele sozinho poderia pedir a verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu mantendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Mantido. Então, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Reiniciamos, então, a verificação.

Como vota o Deputado Bohn Gass, do PT? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Deputado Ricardo Berzoini? (*Pausa.*)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Deputado Ricardo Berzonini...

Como vota o Deputado Zezéu Ribeiro? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Deputado Miguel Corrêa? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Deputado Weliton Prado.? (*Pausa.*) Ausente

Vamos aos suplentes do PT.

Como vota o Deputado Afonso Florence? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota a Deputada Dalva Figueiredo? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota Iriny Lopes? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Deputado Jorge Bittar? (*Pausa.*) Ausente.

Como vota o Deputado José Airton? (*Pausa.*) Ausente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ - Votou, o Deputado votou, já.

PMDB.

Como vota o Deputado Danilo Forte? (*Pausa.*) Deputado Danilo Forte, como é o seu voto?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Atendendo aqui ao consenso da nossa bancada, aqui representada pelo Deputado Marçal, Deputada Nilda e a minha pessoa, a gente vai retirar o requerimento da revisão de quórum.

(Não identificado) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Só para esclarecer aos nobres Deputados, nós estamos colocando em votação o destaque do Deputado Esperidião Amin, que fala sobre as emendas parlamentares, adotando como critério que o mesmo critério que o Governo utilizar para contingenciar o Orçamento será utilizado também, no mesmo percentual, para contingenciamento das emendas parlamentares. Então, esse destaque vai ser incluído na LDO, não tendo verificação de quórum, por pedido de retirada de todos os partidos, fará com que eu tenha que colocar em votação, neste momento, neste Plenário.

Portando, Deputado Berzoini, já estou colocando de novo em votação o destaque pelo pedido de retirada do Deputado Danilo Forte.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Então, aqueles Deputados que votam com o Relator Berzoini, contrário à emenda do Deputado Esperidião Amin, posicionem-se como estão. Aqueles que são contrários ao Relator, que se manifestem. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, não tem verificação de quórum, é simbólico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Ah, sim. Então, está aprovado...

(Não identificado) - Vem para cá, Roberto Teixeira, saia daí.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...com os votos contrários de... Está aprovado. Quem aprovou, por favor, pode baixar o braço. Quem se manifestou contrário...

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Sr. Presidente, a Ordem do Dia começou no Plenário, a Comissão não pode deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu peço que a Mesa confirme se começou a Ordem do Dia no Plenário.

(Não identificado) - Já estava em processo de votação.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Já estava iniciado o processo de votação, precisa ser concluída.

(Não identificado) - Não pode se perder, porque o processo de votação já existia, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Já iniciado o processo de votação.

(Não identificado) - Não pode...

(Não identificado) - Nada encerra o processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O processo de votação iniciado não interrompe.

(Não identificado) - Não existe interrupção, Presidente, não pode.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Parlamentares, eu vou ... Já estava em processo de votação, eu vou concluir a votação, tendo sido aprovado o destaque do Deputado Esperidião Amin. (*Palmas.*)



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, Presidente, verificação.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Presidente, havendo coincidência temporal com a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agora não há verificação, Deputado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, eu estava aqui solicitando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Agora não cabe mais a verificação, o pedido é só depois da conclusão da votação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, eu falo aqui como Vice-Líder da bancada do PT, eu estava aqui solicitando verificação...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, parabéns pela condução, Presidente.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, eu solicitei

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Matéria vencida, matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, Presidente, eu estava aqui solicitando, eu falo como Vice-Líder da bancada do PT, eu tenho o direito de solicitar regimentalmente, eu solicito a verificação.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Matéria vencida. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não é matéria vencida, Presidente, eu estava aqui solicitando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bohn Gass,

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - A secretaria da Comissão está informando que o seu pedido é intempestivo. Já havia sido votado, portanto, não caberia mais verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, eu estava aqui solicitando...

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - A verificação (*ininteligível*) após a votação.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - ... a verificação. Houve, inclusive, o pedido de suspender, que é outro tema a que nós podíamos recorrer, porque já



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

estava iniciado o processo de votação no Plenário, e eu estava aqui solicitando a verificação. Ela foi dada antes aos demais colegas, é regimental, e eu solicito a verificação.

(Não identificado) - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Presidente, Presidente, já foi determinado, Presidente. V.Exa. já deu como ganha a votação, não pode mudar.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, é normal, é normal, nós temos seguidamente (*ininteligível*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, vamos fazer o seguinte, a secretaria continua...

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Já foi anunciado, Presidente, não pode (*ininteligível*)

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, agora sim a sessão está suspensa, terminou a votação e há Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O parecer regimental da secretaria da Comissão é de que já havia sido deliberado e votado. Então, eu pediria a V. Exa. que entre com recurso para esta Mesa para que nós possamos deliberar regimentalmente com a assessoria técnica, e, na próxima sessão, iremos dar a decisão final desta decisão.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Inclusive, eu consulto, eu peço para consultar a fita da gravação, porque eu tenho a convicção de que o tempo que o Deputado Bohn Gass pediu a verificação foi logo após a efetiva declaração do resultado de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Está registrado o pedido do Deputado Bohn Gass, faremos a consulta à gravação, e, regimentalmente, se haverá ou não a possibilidade de pedir verificação. Portanto, esta reunião está suspensa para as 14h30, antes, 14h15, antes da audiência pública com a Ministra.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Pela ordem, Sr. Presidente, como fica...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Como fica a votação na parte do Senado, então, nessa matéria?

Com a Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não vai ao Senado porque foi rejeitado aqui dentro... Foi rejeitado pela Câmara.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Quer dizer que os colegas do Senado que fazem parte da Comissão não votam agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não.

O SR. SENADOR CASILDO MALDANER - Não precisam?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não precisam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Faz (*ininteligível*).
Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Eu consulto, no caso da emenda do Deputado Amim, que ela está acrescentando um dispositivo ao texto, portanto, tem que ser votado pelo Senado também.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - ...Não, recurso no Senado, sim,

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, recurso regimental cabe, mas tem que colocar em votação no Senado, e não há como colocar em votação no Senado porque a Ordem do Dia já (*ininteligível*)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, isso com certeza.

Está suspensa a reunião, já para as 14h15.

(É suspensa a reunião.)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO
DE 2013, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
- CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC;
DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.**

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO; de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício de 2012, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Verificaram-se as presenças dos **Deputados**: Bohn Gass (Titular da CMO/CN), Carlos Magno (Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Efraim Filho (Titular da CMO/CN), Cláudio Cajado (Titular CMO/CN), Danilo Forte (Titular da CMO/CN), Nelson Meurer (Titular da CMO/CN), Raimundo Gomes de Matos (Suplente da CMO/CN), Gonzaga Patriota (Titular da CMO/CN), Mandetta (Titular da CMO/CN e Suplente da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

CDEIC/CD), Marçal Filho (Titular da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Nilton Capixaba (Titular da CFFC/CD e Titular CMO/CN), Ricardo Berzoini (Titular da CMO/CN e Suplente da CFT/CD), Roberto Teixeira (Titular da CMO/CN e Suplente da CDEIC/CD), Sandro Alex (Titular da CMO/CN), Sebastião Bala Rocha (Titular da CMO/CN e Suplente da CDEIC/CD), Severino Ninho (Titular da CMO/CN), Weliton Prado (Titular da CMO/CN), Afonso Florence (Suplente da CMO/CN, Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD), André Zacharow (Suplente da CMO/CN), Chico Lopes (Suplente da CMO/CN), Dilceu Sperafico (Suplente da CMO/CN), Humberto Souto (Suplente da CMO/CN e Suplente da CFFC/CD), Iriny Lopes (Suplente da CMO/CN), João Dado (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), Jorge Bittar (Suplente da CMO/CN), José Priante (Suplente da CMO/CN e Titular da CFT/CD), José Rocha (Suplente da CMO/CN), Junji Abe (Suplente da CMO/CN), Leopoldo Meyer (Suplente da CMO/CN), Pedro Novais (Titular da CFT/CD e Suplente da CMO/CN), Wellington Roberto (Titular da CFFC/CD e Suplente da CMO/CN), Akira Otsubo (Titular da CFT/CD, Suplente da CFFC/CD), Ângelo Agnolin (Titular da CDEIC/CD), Cláudio Puty (Titular da CFT/CD), Dr. Ubiali (Titular da CFT/CD e Suplente da CDEIC/CD), Edinho Bez (Titular da CFFC/CD), João Magalhães (Titular da CFT/CD), Marcus Pestana (Suplente da CFT/CD), Vaz de Lima (Titular da CFT/CD e Suplente da CFFC/CD) e Zoinho (Suplente da CFFC/CD); dos **Senadores**: José Pimentel (Titular CAE/SF), Eduardo Amorim (Titular da CMO/CN, Titular da CMA/SF e Suplente da CAE/SF), João Vicente Claudino (Titular da CMO/CN e Titular da CAE/SF), Lobão Filho (Titular da CMO/CN), Randolfe Rodrigues (Titular da CMO/CN, Suplente da CAE/SF e Suplente da CMA/SF), Walter Pinheiro (Titular da CMO/CN e Suplente da CAE/SF), Inácio Arruda (Suplente da CMO/CN e Suplente da CAE/SF), Vicentinho Alves (Suplente da CAE/SF); dos **parlamentares não membros**: Deputados Isaias Silvestre, Esperidião Amin e Jesus Rodrigues. Teve a ausência justificada o Senador Ivo Cassol (Titular CMO/CN, Titular CAE/SF e Titular da CMA/SF). **ABERTURA**: às quinze horas e trinta e quatro minutos, o Presidente, Senador Lobão Filho, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citando as Comissões participantes e convidando seus Presidentes, ou representantes, para compor a Mesa, e anunciando a presença do Convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil, e das autoridades do Banco Central do Brasil: - Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes. - Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural, Sr. Sidnei Correa Marques. - Diretor de Política Econômica, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo. - Diretor de Política Monetária, Sr. Aldo Luiz Mendes. - Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Sr. Luiz Edson Feltrim. Em seguida, explicou os objetivos da reunião e passou a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini, o qual iniciou sua apresentação às 15h38. Ao final da apresentação, às 15h57, o Presidente colocou a palavra à disposição dos demais Presidentes de Comissão presentes no recinto. Os Deputados Edinho Bez, Presidente da CFFC/CD, e Ângelo Agnolin, Presidente da CDEIC/CD, usaram dessa prerrogativa. Em seguida, o Presidente deu início ao primeiro bloco de debates, o qual teve a seguinte ordem de parlamentares inscritos: Senador Inácio Arruda, Deputado Vaz de Lima, Deputado Ricardo Berzoini e Deputado Cláudio Cajado. Houve resposta por parte do Dr. Alexandre Tombini. Logo após, iniciou-se o segundo bloco de debates, com a seguinte ordem de inscritos: Deputado Afonso Florence, Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Jorge Bittar, Deputado Junji Abe, Deputado Severino Ninho, Deputado Jesus



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Rodrigues, Deputado Cláudio Puty e Deputado Marcus Pestana. Na sequência, o Deputado Ângelo Agnolin teceu últimos comentários e o Presidente do Bacen respondeu aos inscritos para o segundo bloco de debates. **ENCERRAMENTO:** às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

XX

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0554/13	DATA: 21/05/2013
INÍCIO: 14h44min	TÉRMINO: 17h54min	DURAÇÃO: 03h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h10min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ALEXANDRE TOMBINI - Presidente do Banco Central do Brasil

SUMÁRIO: Reunião ordinária, com apreciação de matérias constantes da pauta. Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2013, com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debate com o



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini acerca do contexto econômico-financeiro do Brasil diante dos desafios da atualidade econômica e financeira internacional.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Deputados, Srs. Senadores, nobres Parlamentares, senhoras e senhores assessores, convidados e todos os presentes, declaro reiniciada a segunda reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 7, de 2013, pauta esta alterada. Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Aviso. Informo que no dia 28 de maio, terça-feira, às 14h30, neste plenário, será realizada reunião de audiência pública com a Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Ministra Miriam Belchior, audiência esta estava marcada para o dia 22 e, a pedido do Ministério, transferida para o dia 28.

Nessa reunião a Ministra prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, o Projeto de Lei nº 2/2013-CN – que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional*”.

Primeiro item da pauta. Relatório apresentado à Medida Provisória nº 596, de 2012. Foi retirado de pauta, em decorrência do encerramento do prazo de vigência da referida medida provisória, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002. Refiro-me ao relatório da referida medida provisória.

O Senador Ivo Cassol se encontra em viagem ao exterior. Portanto, eu indico e determino como Relator substituto deste PDL o Senador Casildo Maldaner.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, uma questão de ordem.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem concedida.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Nós queríamos que fossem estabelecidos os procedimentos quando do encerramento das reuniões, haja vista essa sequência de cancelamento da reunião anterior. Regimentalmente, nós teríamos que encerrar a reunião para reabrimos outra.

Portanto, registro que V.Exa. procedeu à alteração da pauta, inclusive com referência à Medida Provisória nº 604, sem a devida anuênciia do plenário e também sem antecedência para a analisarmos.

É claro que, no que diz respeito a essa MP, por sermos nordestinos, vamos acatar, até porque o Relator foi um Senador também do PSDB, Cícero Lucena. Mas devemos estabelecer, quando se concluir a semana de atividades, o que o Regimento prevê, que é justamente o encerramento das reuniões, a fim de evitarmos essas surpresas de deparamos com pautas que anteriormente não tinham sido estabelecidas.

Antecipadamente, portanto, quanto à apresentação do PLN nº 1, estamos informando que não iremos concordar com esse procedimento. Há excepcionalidade, é claro — pois V.Exa. já está designando o Relator da MP nº 596 —, no tocante à MP nº 506, como também a essa MP nº 604.

Era essa a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Raimundo Gomes de Matos, a pauta não foi alterada. A inclusão da MP nº 604 não vai ser realizada.

Então, em função de essa reunião ter sido suspensa e, portanto, ser uma continuidade da anterior, não será inclusa a 604. Portanto, a pauta continua a mesma.

Estamos agora na apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 1, de 2013, do Congresso Nacional, que altera o *caput* do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que "*dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências*".



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O Relator é o Deputado Ricardo Berzoini. Foram apresentadas duas emendas. O voto é favorável, nos termos do projeto, e pela rejeição das duas emendas apresentadas.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório, e o prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, o Partido Progressista, através da Emenda nº 02, do nobre colega Esperidião Amin, está destacando a matéria, para que possamos discutir e o Plenário decidir a posição e os argumentos que estão apresentados na Emenda nº 02, já que o Relator rejeitou, mas reconheceu, em virtude de estar em andamento uma PEC do Orçamento impositivo.

Mas isso vai vigorar a partir do ano que vem. E eu queria que os Parlamentares discutissem e analisassem, para que, através da LDO, possamos colocar no relatório e comece a ter validade a partir do Orçamento deste ano.

Essa era a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Nelson, será destacada a Emenda nº 2.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - E o Deputado Esperidião Amin, que é o autor da emenda, está aqui para dar as explicações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) – Em tempo oportuno será dada a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pela ordem o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só para efeito de isonomia, também vou destacar a Emenda nº 01, que o Relator rejeitou, e vou falar, quando da discussão do projeto, sobre o porquê da minha contrariedade ao



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

PLN nº 01, além de fazer a defesa do meu destaque em relação à Emenda nº 01.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Será dada oportunidade a V.Exa. de discussão e defesa do seu destaque.

Com a palavra o Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, cumprimentando todos os membros desta Comissão Mista de Orçamento, passo a apresentar o relatório ao projeto em pauta.

A Sra. Presidenta da República, no cumprimento de suas prerrogativas constitucionais, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que altera a Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013.

No âmbito do Congresso, o projeto tomou a forma do Projeto de Lei nº 01, de 2013, do Congresso Nacional, do qual nos coube a relatoria.

A proposição pretende alterar o *caput* do art. 2º da Lei 12.708, de 2012, de 17 de agosto, que hoje determina o seguinte:

"Art. 2º. A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro de 155 bilhões, 851 milhões de reais, sendo 108 bilhões e 90 milhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade e zero real para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV."

Ele passaria a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário de 108 bilhões e 90 milhões de reais para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e zero real para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV, de forma a buscar obter um resultado para o setor público consolidado não financeiro de 155 bilhões, 851 milhões de reais."



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A alteração tem por objetivo retirar a obrigatoriedade de o Governo Central compensar a não realização da meta de resultado primário prevista para os Estados, Distrito Federal e Municípios.

A medida proposta busca minimizar os impactos da crise externa e garantir a retomada do crescimento da economia nacional por meio de políticas de incentivo e manutenção dos investimentos.

O projeto inclui o § 4º ao art. 2º.

“§ 4º. O Governo central poderá ampliar o seu esforço fiscal de forma a buscar obter o resultado para o setor público consolidado não financeiro referido no caput.”

A redação facilita a elevação do esforço fiscal da União, de forma a permitir o cumprimento integral da meta de resultado primário para o setor público, caso os entes subnacionais poupem abaixo do esperado.

Adicionalmente, a alteração proposta no Anexo IV.1 visa adequar o referido anexo às mudanças no art. 2º, bem como atualizar resultados, parâmetros e projeções para o período 2012 a 2015.

Este é o Relatório.

Exame da Matéria.

Do exame da proposição verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria as normas constitucionais, legais e regimentais.

No mérito, a medida proposta pelo Governo é necessária e oportuna diante do cenário econômico no País após o advento da crise financeira mundial.

Duas emendas que passamos a analisar foram apresentadas no prazo regimental estabelecido.

A Emenda nº 1, do nobre Deputado Claudio Cajado, do DEM, da Bahia, propõe a exclusão do art. 1º, o que significa, na prática, a rejeição de todo o projeto de lei em comento.

Entendemos que o projeto em análise é necessário e beneficiará todo o País, na medida em que União, Estados e Municípios poderão dar continuidade aos seus projetos de investimentos, sem descuidar das finanças públicas.

Portanto, nosso voto é pela rejeição da Emenda nº 1.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A Emenda nº 2, de autoria do colega Deputado Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina, limita o contingenciamento de programações derivadas de emenda parlamentar.

A demanda do nobre colega é justa e guarda apoio de boa parte dos membros de ambas as Casas Legislativas, visto que contribuiria para a valorização do trabalho parlamentar.

Entendemos, no entanto, que a discussão da impositividade do orçamento ou das emendas parlamentares será objeto de debate mais aprofundado no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata, entre outras, da PEC 565, de 2006, e que tem como uma das apensadas uma PEC de autoria do próprio Deputado Amin.

Por esse motivo, votamos pela rejeição da Emenda nº 2.

Diante das razões expostas, votamos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1, de 2013, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Queria apenas comentar, Sr. Presidente, depois de lido o relatório, que, em relação à Emenda nº 1, evidentemente ela manifesta uma divergência legítima, porém, no nosso entendimento, equivocada, em relação àquilo que representa essa iniciativa do Poder Executivo.

O objetivo é justamente liberar espaço para o Governo agir, como vinha agindo desde 2008, para buscar fazer do orçamento um instrumento importante no combate anticíclico à crise econômica e financeira mundial.

Quanto à Emenda nº 2, a razão de sua rejeição é simplesmente pelo fato de que nós tivemos um longo debate na Comissão de Constituição e Justiça sobre a aprovação da admissibilidade de um conjunto de PECs que trata da impositividade do orçamento ou de parte do orçamento.

Eu creio que já há iniciativa do Presidente da Casa de pautar esse debate, de ir à Comissão de Constituição e Justiça para pedir a apreciação de todas essas PECs, que são diferentes entre si — algumas propõem a impositividade de todo o orçamento, outras propõem mecanismos de obrigatoriedade por parte de segmentos do Governo Federal ou em relação às emendas Parlamentares.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Eu conheço a iniciativa do Deputado Amin e tenho bastante simpatia por ela, mas me parece que o fato de ter sido aviada por meio de proposta de emenda à Constituição, tal fato demanda um debate de maneira conceitual na Comissão Especial que será instalada pelo Presidente Henrique Eduardo Alves. Eu próprio faço parte dessa Comissão e terei prazer em debater a referida matéria na Comissão Especial.

Portanto, a rejeição tem esse sentido.

No caso da emenda do Deputado Cajado, a razão é divergência. No caso da emenda do Deputado Esperidião Amin, a rejeição é no sentido de buscarmos um debate mais aprofundado na Comissão Especial, a qual, no nosso entender, é o local apropriado para se debater, inclusive inscrevendo na Constituição Federal um mecanismo que possa atender esse justo pleito de muitos Parlamentares, qual seja o de termos algum mecanismo de impositividade relativo ao Orçamento da União.

Então, é esse o relatório.

Eu me coloco à disposição dos colegas para o debate necessário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Relator Berzoini.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. e todos os ilustres Senadores e Deputados que integram esta Comissão.

Fiquei muito satisfeito com o que ouvi do Deputado Berzoini, porque, no mérito — e aos Senadores principalmente eu gostaria de dizer, mas V.Exa. não ouviu isto ainda —, esta matéria não foi extraída de uma PEC; esse texto é extraído de um projeto de lei complementar. Portanto, há uma complementariedade legislativa para o que aqui se propõe.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O Partido Progressista apresentou uma PEC, isso é verdade, que está apensada à 565. Lá se vai discutir o grau de impositividade das emendas parlamentares. É uma discussão ampla, pois são 16 PECs.

Agora, esse texto é oriundo do Projeto de Lei Complementar nº 176. Ele é muito mais modesto que impositivo.

Queria que V.Exa. meditasse, pelo seguinte: todo começo de ano o Executivo contingencia suas despesas previstas, ou porque sabe que a receita não é boa ou porque tem insegurança quanto à receita. Isso é uma coisa sensata. Então, vamos dizer que a média é de 10%. Mas em relação às emendas parlamentares, ele contingencia em 100%. Isso é odioso! Isso é contrariado pela própria Presidente Dilma, que disse várias vezes que não quer esse “toma lá, dá cá”.

O Executivo contingencia em 100%, para ir soltando em conta-gotas ao longo do ano.

Eu acho que é uma oportunidade sensata de nós não concordarmos com o último acordão político do Ministro Joaquim Barbosa. O acordão político do Ministro Joaquim Barbosa vocês sabem qual foi: o Congresso está amestrado pelo Executivo.

Aqui não estamos nos rebelando. Nós estamos fazendo uma proposta sensata. Eu já fui Chefe de Executivo. Se eu tivesse que escolher aquilo que o Executivo pode suportar de maneira republicana, eu escolheria esse texto, porque ele diz o quê? "*O contingenciamento das emendas parlamentares pode sim ser igual ao percentual médio do contingenciamento que o Executivo aplica a si próprio*".

Ora, se for 15%, é 15% para todo mundo; se for 20, se o País estiver em situação difícil, não vamos salvar o nosso camarote no Titanic. Agora, se o navio está singrando bem, por que as emendas dos Parlamentares — que apenas aspergem, distribuem recursos, que fazem parte da prioridade do Executivo — vão ser contingenciadas em 100%? Não há nenhuma justificativa.

Repto: nós não estamos agredindo o poder até discricionário, ainda que justificado, do Executivo de contingenciar despesas. Não. Não fica afetado.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Agora, vai ser parelho, vai ser homogêneo, vai ser equânime. Esse é o objeto dessa emenda, Presidente.

Então, eu faço um apelo aos Parlamentares para não aceitarmos, no mérito, a rejeição que o Deputado Berzoini, apesar do respeito que teve pela proposta e de reconhecer que ela é boa no mérito. Agora, por que nós vamos deixar para a PEC que está sendo discutida na sala ao lado — e eu faço parte da Comissão também —alguma coisa que a oportunidade de aprovar a LDO coloca diante de nós? Quer dizer, vamos votar contra aqui e a favor lá? Não tem sentido. Não é coerente.

Eu lhes asseguro, para terminar: não tenho dúvida que, se o Executivo tiver que aceitar um texto, vai aceitar este, porque não fere com a impositividade.

Para concluir, sabemos que a nossa peça orçamentária não é tão perfeita que possa ser impositiva. Agora, aceitar o guante de todos os anos ter todas as emendas parlamentares contingenciadas em 100% — e isso é para todas, seja emenda individual ou emenda coletiva —, enquanto o Governo tem uma atitude diferente em relação às suas despesas, é aceitarmos realmente o "acordão político" do Ministro Joaquim Barbosa. Com todo respeito a S.Exa., eu acho que o Congresso não vai aceitar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a matéria principal objeto deste projeto de lei.

Trata-se de suprimir a obrigação da União de complementar o eventual não cumprimento das metas de superávit primário dos demais entes da federação, ou seja, Estados e Municípios.

Esta proposta faz sentido na medida em que observemos o cenário internacional, que afeta, sobremaneira, a economia brasileira e de outros países como o nosso. Vemos hoje a Europa mergulhada em uma profunda crise, o que significa uma diminuição do comércio internacional dos países da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

União Europeia; vemos a economia americana ainda tendo dificuldade de se recuperar da crise que se propaga desde 2008; e nós precisamos adotar medidas anticíclicas. Ou seja, no momento em que há um certo descenso da economia, uma certa dificuldade de a economia ser ativada, os investimentos públicos cumprem um papel importante.

Destaco que a nossa Presidenta Dilma tem procurado estimular os investimentos privados na forma dos conhecidos incentivos fiscais, tem procurado estimular na forma das concessões para a área de infraestrutura, seja de energia, seja de transportes e logística ou de telecomunicações, e tem também procurado ampliar os gastos públicos com investimentos, que são propulsores da economia, geradores de empregos, estimulantes e complementares ao investimento privado tão importante para o desenvolvimento da economia brasileira.

Por isso mesmo aprovamos com entusiasmo a iniciativa do Governo nessa direção.

Com relação às considerações do nobre Deputado Esperidião Amin, eu quero dizer que concordo com os argumentos do Relator da matéria, Deputado Ricardo Berzoini. É evidente que a preocupação do Deputado Esperidião Amin é uma preocupação procedente, é uma preocupação de quem está interessado em que as emendas parlamentares sejam cumpridas pelo menos parcialmente, enfim, que sejam executadas verdadeiramente.

Agora, eu considero que essa é uma discussão que tem que ser realizada olhando-se para o Orçamento como um todo, não apenas para o item “contingenciamento”, até porque, quando se fala de contingenciamento, o próprio Governo, a própria União não contingencia seus investimentos de maneira uniforme. Alguns investimentos são liberados integralmente, outros parcialmente e outros são inteiramente bloqueados, mesmo os gastos diretos da União.

Também não é verdade que os gastos com emendas parlamentares sejam totalmente contingenciados. Ao longo do ano, o Governo vai descontingenciando, na medida do acompanhamento da receita pública, de tal maneira que se possa executar também as emendas parlamentares.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Há uma discussão relevante na Comissão que vai nos remeter à discussão de qual é a parcela da receita que será destinada aos recursos das emendas parlamentares; de como tratar o tema de emendas parlamentares com caráter impositivo e, em decorrência disso, de como tratar do contingenciamento ou não dessas emendas parlamentares, tendo em vista a utilização desse instrumento, naturalmente, pelo Poder Executivo, diante do cenário que implica, em determinados anos, receitas positivas, receitas crescentes; mas em determinados anos receitas mais limitadas — aliás, como é o caso do presente ano.

Tendo em vista esse sistema, não considero que seja razoável ou mesmo procedente que venhamos a discutir o item contingenciamento da forma como propõe o Deputado Esperidião Amin.

Portanto, sou favorável integralmente à manutenção do relatório do Deputado Ricardo Berzoini, que aprova o projeto de iniciativa do Governo e rejeita ambas as emendas.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Eu gostaria de comunicar a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Antonio Tombini, que está na sala ao lado aguardando ser chamado.

Também quero comunicar a presença do Deputado João Magalhães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, já que esta será uma audiência pública mista.

Com a palavra o Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como falou aqui o nosso Deputado Esperidião Amin, acho que esse destaque é muito importante para o Orçamento deste ano de 2013.

É verdade que nós estamos discutindo uma PEC que vai tratar do orçamento impositivo, mas que vai vigorar, sem dúvida alguma, a partir do orçamento de 2014.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E, se há essa PEC que está discutindo a matéria, por que não introduzirmos na LDB de agora, para 2013, algum dispositivo que venha tornar impositivas as emendas parlamentares?

É esta a nossa proposta e o apoio que nós esperamos dos nobres Deputados e Senadores: que venham aprovar isso e que façam constar, na LDO deste ano, essa emenda do Deputado Esperidião Amin, que vai, sem dúvida alguma, dar uma condição melhor para os nossos Parlamentares que sempre almejam ver as suas emendas concretizadas, e não mais aceitem aquela disposição do Governo de liberar as emendas ao seu bel prazer — 15 milhões, 6 milhões, 4 milhões ou 3 milhões. Isso vai dar uma independência parlamentar melhor, para que realizemos nosso trabalho nesta Casa, no Legislativo, que é muito importante.

Por isso eu peço aos nobres Parlamentares a aprovação desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Nelson Meurer.

Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, uma questão de ordem, primeiro.

V.Exa. já votou o projeto para estar discutindo o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não estamos discutindo o destaque; estamos discutindo o projeto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - O projeto. O destaque é depois. Então, há uma informação aqui no plenário equivocada.

Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e os demais membros da Comissão.

Primeiro, há uma questão, nobre Relator Deputado Ricardo Berzoini, semântica, questão de verbo também. Por quê? Porque nós temos que levar em consideração o que estava escrito antes na LDO e o que propõe a alteração.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Anteriormente, havia a obrigação, ou seja, a palavra “deverá”. “O governo deverá buscar obter o resultado de superávit primário para o setor público (...).” Agora se fala em faculdade: “poderá”.

Ou seja, é uma diferença gritante, porque se nós estamos discutindo sobre meta, obviamente uma meta é uma obrigação a ser alcançada. Mas se nós as tornamos faculdade, para que meta? Será apenas intenção.

Ou seja, há uma diferença gritante entre o que nós aprovamos na LDO do ano passado e essa modificação que se procura fazer. E essa modificação fulmina de morte a Lei de Responsabilidade Fiscal e, principalmente, o compromisso de termos um país com uma gestão fiscal responsável e eficiente, que atinja as metas para as quais se propõe – e não apenas internamente, mas também para o mercado, para o que externamente o Estado se propõe atuar.

Portanto, eu vejo essa modificação como um absurdo.

Se o Governo não consegue controlar o seu custeio, que venha a público e diga. Mas ficar escamoteando com palavras, Sr. Presidente, maquiando a sua prestação de contas, as suas despesas... de jeito nenhum! Isto aqui é um absurdo! Um absurdo inominável!

Como vamos dizer que o Brasil, a partir da aprovação dessa alteração aqui, não mais tem compromisso com meta alguma de superávit? Que leitura vamos passar?! “Ah! É a crise, é a crise, é a crise...”

Eu tive a oportunidade de ir a um fórum discutir essa questão: “Ah, o Brasil não cresceu por causa da crise”. Muito bem. Mas e a China, que mesmo com a crise cresceu 7%? E o Chile, que cresceu 2,5%? E a Rússia e a Índia? Todos do BRIC cresceram, só o Brasil ficou estagnado. E por quê? Porque fez a opção de privilegiar o consumo, em detrimento da produção nacional, principalmente indústria e agropecuária. Foi uma opção, uma decisão de Governo que deu certo no passado; só que essa coisa de sempre investir e apostar no crédito fez com que as famílias e o povo brasileiro se endividassesem e ninguém mais consegue tomar crédito, porque não tem como pagar...

Portanto, a opção feita no Brasil nos fez pagar essa conta.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E, a partir do momento em que votarmos, com toda responsabilidade, nobre Deputado Ricardo Berzoini, o relatório de V.Exa. com essa alteração proposta pelo Executivo, podemos nos esquecer de compromisso com a gestão fiscal responsável, eficiente e que se traduza em controle de gastos públicos.

Caso o Governo não tivesse o apetite que tem de só buscar resolver seus problemas aumentando a carga tributária, apenando o setor produtivo nacional e elevando cada vez mais a suas receitas... E, por isso, apesar das crises, o Governo bate recordes de arrecadação ano após ano, mês após mês.

Que crise é essa que o Governo só faz bater recorde de arrecadação, comparativamente aos anos anteriores? A crise está no bolso do trabalhador, daquele que está ganhando sem reajuste.

E mais: o peso da crise está naqueles que tentam concorrer pagando mais de 36% de carga tributária e ainda enfrentam a ineficiência da estrutura brasileira, seja nos portos, seja nos aeroportos, seja nas estradas, etc., aumentando o Custo Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos votar esse projeto.

A partir do momento em que permitirmos o Governo atender ou não a meta de superávit, eles vão dizer — ainda que com outras palavras —: "*Olhem, não deu para atender. Paciência.*" E vai ficar assim. Não vai mais ser um compromisso de responsabilidade fiscal; vai ser intenção, puramente intenção.

Portanto, eu chamo a atenção da Comissão para o fato de que não podemos produzir esse absurdo para o Brasil, para o povo brasileiro.

E mais: votamos a LDO no ano passado. Se o Governo está querendo alterá-la, é porque ele não está conseguindo reduzir as suas despesas. Então, que preste contas! Por que não está conseguindo? Para onde está indo o excesso de arrecadação?

Inclusive, se analisarmos os gastos com investimentos, veremos que eles são menores a cada ano e proporcionalmente crescente o valor do Restos a Pagar — inclusive a Presidenta Dilma disse que iria fazer um esforço enorme para baixar esses valores, pois herdados do governo anterior. Queremos ver os números.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Agora, Sr. Presidente, fazermos com que esse projeto passe!?

Inclusive apresentei a minha emenda, vou destacá-la e vou pedir verificação, porque não é possível que votemos esse projeto sem que cada Deputado ou cada Congressista nesta Comissão assine o seu voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, peço a palavra para dialogar com o Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Acho que é importante a colocação do Deputado Claudio Cajado, até porque nos permite fazer um debate.

Esta sala foi palco de inúmeros debates nos anos 90 e no começo dos anos 2000, quando compareceram aqui o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central Armínio Fraga, para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e apresentar relatórios. E eu, por várias vezes, fiz o discurso que o Deputado Claudio Cajado faz agora em relação à questão fiscal, com um pequeno detalhe: naquela época eu fazia apoiado em dados que demonstravam a minha razão.

E eu acho importante, para a Comissão de Orçamento não ter dúvidas em relação ao que estou falando, que consulte a apresentação que foi feita pelo próprio Ministério da Fazenda, quando apresentou, junto com o Ministério do Planejamento, o Projeto de Lei Orçamentária para 2013. E é bom lembrar que, quando se fala em resultado fiscal, temos que olhar o resultado primário, mas também o nominal.

Então, só para citar, o resultado nominal, em 2002, quando ainda governavam aqueles que são oposição hoje, foi negativo em 4,5% do PIB. Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, mas com o orçamento feito ainda no Governo Fernando Henrique, o resultado foi 5,2% do PIB. Depois, o resultado é declinante praticamente ano a ano — 2,9%, 3,6%, 3,6%, 3,6%, 2,8%, 2%,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

3,3%, 2,5%, 2,6%, e a projeção para 2013 é de 1% do PIB. Ou seja, estamos caminhando, sem fazer política neoliberal, para um resultado nominal zero, isto é, para acabar com o déficit nominal, que é mais importante do que o superávit primário.

A relação dívida-PIB, que era de 60%, em 2002 — e refiro-me à dívida líquida do setor público —; hoje temos uma relação de 32,7% do PIB.

Portanto, esse projeto em nada fere a estratégia de responsabilidade fiscal e de redução da fragilidade econômica e patrimonial do Estado. Ao contrário, como foi feito desde 2008, o nosso projeto enfrenta a crise econômica e financeira mundial com ações anticíclicas. Mas parece que isso — apesar de 10 anos de políticas bem sucedidas — ainda não foi compreendido pelo Deputado Claudio Cajado e por outros Deputados.

Na condição de Relator, portanto, queria deixar claro que em nada o projeto que o Governo apresenta atinge a credibilidade fiscal do nosso País. Ao contrário, reforça uma estratégia bem sucedida que hoje é objeto de estudo no mundo todo: como o Brasil conseguiu gerar emprego, enquanto o resto do mundo está gerando desemprego.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, à guisa de complementação, porque fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Calma, Deputado Claudio Cajado. Obrigado, Deputado Ricardo Berzoini.

Eu pediria aos nobres colegas, porque já são 15h20min e o Presidente do Banco Central aguarda desde às 15h para manifestar-se nesta audiência pública, que pudessem ser o mais sucintos possível, dentro do limite de 5 minutos para cada Parlamentar, para fazermos a discussão da matéria.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, Presidente. Deixe o Deputado Claudio Cajado concluir; depois farei a minha questão de ordem.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Presidente, primeiro: se melhora, por que não permanece como está? Ora, se foi o próprio Governo que enviou a LDO no ano passado. Se está pedindo para modificar é porque não vai atingir o objetivo traçado no ano passado.

Segundo, o Governo, na redação anterior, absorve os entes federados — Estados e Municípios —; agora, não, ele se livra dessa responsabilidade. Do jeito que está aqui o Governo se livra sim. Se ele antes era responsável pelo todo, agora ele vai liberar? O que é isso, Deputado Ricardo Berzoini? Está afrouxando as regras que eram muito claras e benéficas para o Brasil, inclusive para a comunidade internacional, porque hoje você não pode se isolar em relação ao conceito mundial de responsabilidade fiscal. Todos os países estão de olho no Brasil. A partir do momento em que votarmos isso, estaremos assinando a vulnerabilidade, a liberalidade e a irresponsabilidade com os gastos e com as contas públicas.

E digo a V.Exa. que devemos ter a visão de País, e este projeto aqui passa a não considerar Municípios e Estados nas regras da exigência com a tutela do Governo Federal.

Por outro lado, quando o Governo desonera, por exemplo, como fez com os automóveis e com a linha branca, ele impacta Estados e Municípios a não terem as suas receitas asseguradas. Quando ele desonera, por exemplo, o IPI — cuja alíquota é zero para a linha branca de eletrodomésticos —, tal ação impacta na arrecadação de Municípios e de Estados que recebem FPE e FPM com base no IPI.

Ora, a partir do momento que as receitas dos Estados e Municípios ficam frustradas, eles podem desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. E o Governo Federal está dizendo o quê? "*Não é comigo*". E nem discuto o mérito da política, mas é ela equivocada, pois está com base eminentemente na questão do consumo.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E os Estados e Municípios têm frustração de receita, não atingem suas metas fiscais, e o Governo não avalia isso!? Que mundo é este que V.Exa. quer construir, Deputado Berzoini!?

Eu lastimo muito e vou pedir verificação nominal, porque cada Congressista desta Comissão tem que assinar e dizer se concorda ou não com esse projeto e com essa absurda alteração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Questão de ordem, Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, companheiras e companheiros Deputados, já são 15h24min, e o Presidente do Banco Central está conosco. Essa discussão será longa, pois entramos agora no tema da macroeconomia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Eu já iria tomar essa decisão, Deputado Danilo Forte. Vou suspender esta sessão...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Nós precisamos ter de V.Exa. uma consistência da agenda, da pauta... Nós ficamos aqui até às 5h, 8h, 10h e não podemos ser assim atropelados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - O Deputado Danilo Forte ainda está com a palavra.

Asseguro a palavra ao Deputado Danilo Forte, para encerrar a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Em nome da paz que reina em Itapebussu, seria até deselegante de nossa parte fazer o Presidente do Banco Central ficar esperando. Então, a minha sugestão é que a gente suspendesse, fizesse uma audiência com Presidente do Banco Central. Amanhã, retomaremos este debate, para concluir a votação da medida provisória relatada pelo Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Respondendo ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Regimento determina que, na ausência de quórum de Senadores, este Presidente pode, sim, suspender a reunião.

Então, estou suspendendo a reunião para que possamos fazer a audiência pública com o Presidente do Banco Central.

Está suspensa a reunião.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, neste caso, V.Exa. não deveria ter iniciado a reunião, já que era evidente a falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - V.Exa. está equivocado, pois no início da reunião havia quórum. Os Senadores estavam presentes, mas S.Exas. se retiraram.

Portanto, peço à secretaria que possa conduzir o Presidente do Banco Central a este recinto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. está suspendendo a reunião, mas a que horas será retomada?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Boa colocação de V.Exa.

Esta reunião está suspensa até às 14h30min de amanhã.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Nós concordamos, porque acho realmente deselegante deixarmos o Presidente do Banco Central aguardando uma discussão que pode se prolongar muito. Por isso pedi a V.Exa. que informasse o horário de retomada da reunião.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Até porque ele é a melhor pessoa para responder suas perguntas sobre macroeconomia, Deputado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Gostaria de registrar a presença do Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Vamos promover a troca das fitas da secretaria desta Comissão, o que vai levar 5 minutos.

Peço ao Deputado Aelton Freitas que, logo a seguir, busque o Presidente do Banco Central.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2013, com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e, finalmente, desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido hoje aqui será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao exercício do segundo semestre de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos hoje como convidado o Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio também a presença das seguintes autoridades do Banco Central do Brasil: Diretor de Administração, Dr. Altamir Lopes; Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações de Crédito Rural, Dr. Sidnei Correa Marques; Diretor de Política Econômica, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo; Diretor de Política Monetária, Dr. Aldo Luiz Mendes; Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, Dr. Luiz Edson Feltrim.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Convido os Srs. Presidentes ou representantes das Comissões para comporem esta Mesa: Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado João Magalhães; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Ângelo Agnolin; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez; Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lindbergh Farias, e, finalmente, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização do Senado Federal, Senador Blairo Maggi.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita. Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta com a Secretaria desta Comissão e que a lista de presença desta audiência pública se encontra também na entrada deste auditório.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado João Magalhães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados...



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Lobão Filho) - Pediria ao Presidente que pudesse falar mais próximo ao microfone, porque lá no fundo não estão ouvindo direito.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial e sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2012.

Aproveito a oportunidade para também atender ao Requerimento nº 92/13, da CFT, do Exmo. Deputado Mandetta, e ao Requerimento nº 162/13, da CVT, do Exmo. Deputado Rodrigo Maia.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, o Banco Central do Brasil apresentou no segundo semestre de 2012 resultado positivo de 12,3 bilhões de reais. No primeiro semestre daquele ano, 2012, havia sido apurado resultado de 12,3 bilhões de reais, totalizando, assim, o ano de 2012, o montante de 24,6 bilhões de reais de resultado positivo do Banco Central.

Como determina a lei, ambos resultados foram transferidos ao Tesouro Nacional, sendo que a transferência referente ao resultado do segundo semestre de 2012 foi realizada em março deste ano, 2013.

Cabe ressaltar que, ainda de acordo com a legislação em vigor, o resultado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais, os chamados swaps, é neutralizado, compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não compondo, assim, o resultado consolidado do Banco Central.

No caso da administração das reservas internacionais, o resultado no segundo semestre de 2012 foi negativo em 10,2 bilhões de reais, o qual, somado ao resultado positivo de 31,4 bilhões de reais no primeiro semestre. As



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

operações com reservas cambiais totalizaram no exercício de 2012 o saldo positivo de 21,2 bilhões de reais.

Em relação aos derivativos cambiais, swaps cambiais, o Banco Central apurou resultado de 0,3 bilhão de reais no segundo semestre de 2012. Somado ao resultado de 0,8 bilhão de reais no primeiro semestre, encerrou o exercício de 2012 com saldo positivo de 1,1 bilhão de reais.

A propósito, dadas as condições de mercado, o Banco Central liquidou todas as suas posições com derivativo cambial no final de março de 2013. No momento, não possuímos nem posições vendidas nem posições compradas em derivativos cambiais. Mas isso não significa que esses instrumentos foram abolidos. No futuro, caso seja necessário, poderemos retomar a utilização dos derivativos cambiais, os quais têm se mostrado importantes instrumentos de política para reduzir a volatilidade e corrigir disfunções no mercado cambial.

Por fim, para concluir minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2012, gostaria de ressaltar que o parecer da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e as demonstrações contábeis de 2012 foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em fevereiro de 2013.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, a seguir, gostaria de falar sobre o cenário econômico internacional e sobre a economia brasileira.

O ambiente internacional permanece complexo, e os riscos para a estabilidade financeira global ainda permanecem elevados. Em termos de atividade, há avanços em importantes economias maduras, e as economias emergentes, de modo geral, têm tido bom desempenho. Não obstante as perspectivas de atividade global moderada neste ano, a tendência é a de que ocorra intensificação da atividade econômica global em 2014.

Nas economias maduras, o espaço para utilização de política monetária convencional continua sendo limitado, e os bancos centrais mantiveram, ou mesmo ampliaram, suas ações não convencionais. No entanto, a transmissão via canal de crédito, de modo geral, não tem sido a esperada, principalmente no caso de pequenas e médias empresas e, em especial, na Europa. Ademais,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

haja vista o processo de desalavancagem, em curso nos principais blocos econômicos, prevalecem restrições fiscais neste e nos próximos anos.

Nos Estados Unidos, discussões sobre o curso da política fiscal ocorridas no final de 2012 e no início de 2013, bem como aumentos de impostos e cortes automáticos de despesas recentemente implementados, contribuem para moderação do ritmo de crescimento neste primeiro semestre. No entanto a influência desses eventos tende a arrefecer, e a economia, a ganhar tração nos próximos semestres.

Na Europa, a atividade continua mostrando sinais de fragilidade, e as projeções para este ano indicam retração da economia na Itália, na França e na Espanha, bem como desaceleração do ritmo de crescimento na Alemanha.

As ações tomadas pelas autoridades locais na Europa, em particular as iniciativas do Banco Central Europeu, contribuíram decisivamente para a estabilização dos mercados desde meados do ano passado.

Aparentemente, entretanto, os canais de transmissão não têm funcionado apropriadamente, de modo que disfunções, como as observadas no mercado de crédito, têm afetado de forma importante as pequenas e médias empresas, que respondem pela geração de mais de 60% dos postos de trabalho na região da Europa.

Como reflexo, as taxas de desemprego permanecem elevadas nos países mais diretamente afetados pela crise, especialmente entre a população mais jovem.

No caso do Japão, as perspectivas de crescimento melhoraram — resultado dos estímulos monetário e fiscal introduzidos. O Banco do Japão planeja injetar algo como 700 bilhões de dólares por ano na economia, dobrando a base monetária em 2 anos. Com essa iniciativa, o Banco do Japão visa não só evitar uma espiral deflacionária como também fazer com que a inflação convirja para a meta de 2% ao ano até 2015.

Nas economias emergentes, de modo geral, o ritmo de atividade tem-se intensificado, o que, em grande parte, se deve à resiliência da demanda doméstica. O desempenho comparativamente melhor do mercado interno no mundo emergente, entre outros fatores, explica-se pelo fato de que essas



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

economias não fazem parte do epicentro da crise financeira internacional; de outro lado, também porque, nesse grupo de países, havia espaço para a adoção de políticas macroeconômicas anticíclicas.

Especificamente sobre o nosso País, o Brasil, o principal suporte da atividade tem sido e continuará sendo o mercado doméstico.

Nesse sentido, o consumo das famílias tem se mostrado robusto ao longo dos últimos anos e tende a continuar em crescimento, apoiado pela expansão moderada do crédito, pela geração de empregos, pelas transferências de renda e pelo crescimento dos salários.

Os investimentos voltaram a crescer no quarto trimestre de 2012, e essa retomada se intensifica no primeiro trimestre deste ano. A recuperação do investimento se reflete, por exemplo, no crescimento da produção e da importação de bens de capital — máquinas. Na mesma direção também aponta a evolução da rubrica aluguel de máquinas e equipamentos, rubrica essa do balanço de pagamentos.

Os mercados financeiros internacionais registram níveis extraordinariamente elevados de liquidez. Por conseguinte, o acesso de empresas brasileiras à poupança externa tem sido relativamente facilitado e a custos historicamente baixos. O Brasil tem se beneficiado dessas condições excepcionais, tendo sido, nos últimos anos, um dos principais receptores de investimento estrangeiro direto no mundo.

É importante mencionar que, além da atual recuperação cíclica da formação bruta de capital, o investimento, que ocorre em linha com o ciclo dos negócios, criam-se perspectivas de que, nos próximos anos, ocorra uma ampliação da taxa de investimento da economia. Como parte relevante desse processo, destaco o programa de concessões de serviços públicos ora em andamento.

No entanto, tão ou mais importante do que os impactos diretos das concessões sobre os investimentos são os efeitos positivos que a ampliação e a melhoria da logística terão sobre o ânimo do empresariado.

O fortalecimento da confiança empresarial, combinado à natural e esperada redução de custos decorrente de uma logística mais eficiente,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

contribuirá para viabilizar um grande número de projetos de investimentos que, hoje, se apresentam economicamente inviáveis.

Nesse contexto, como historicamente tem acontecido, a poupança externa continuará como fonte importante de recursos para financiar o nosso desenvolvimento, ou seja, o Brasil continuará a receber vultosos fluxos de investimentos estrangeiros.

Natural que assim seja, pois a teoria e a evidência indicam que o capital se desloca para as regiões com melhores perspectivas de crescimento, onde a taxa esperada de retorno é mais elevada. Como contrapartida, poderá ocorrer um eventual aumento temporário do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, o que deve ser visto como decorrência imediata e esperada de um ciclo de expansão do investimento.

No entanto, não devemos perder de vista que os atuais níveis de liquidez e de taxas de juros fazem parte de circunstâncias muito especiais, que tendem a desaparecer em poucos anos.

Mas o Brasil está e estará preparado para enfrentar eventuais “ventos contrários”. Além de sólidos fundamentos econômicos — entre os quais um estoque em torno de 375 bilhões de dólares em reservas internacionais —, temos um sistema financeiro bem capitalizado, com elevados níveis de liquidez e de provisionamento.

Em relação ao lado da oferta da economia, a produção industrial se expandiu nos últimos meses: cresceu ao ritmo anualizado de 3,3% no primeiro trimestre em relação ao último trimestre de 2012 e o crescimento tem paulatinamente se disseminado entre os diversos segmentos que compõem o setor industrial.

As informações disponíveis para o segundo trimestre vão na mesma direção. O mês de abril registrou recorde histórico de produção de automóveis e de caminhões, com expansão de 6,8% em relação a março e de mais de 30% em relação a abril de 2012.

No setor agrícola, a produção de grãos tende a ser recorde em 2013. De acordo com estimativas publicadas pelo IBGE, a safra de grãos brasileira deve



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

superar 185 milhões de toneladas neste ano, 14% maior do que na safra passada.

As perspectivas positivas para a agricultura já se refletem em outros segmentos. Por exemplo, as vendas de máquinas agrícolas automotrices aumentaram em torno de 30% no primeiro quadrimestre de 2013, na comparação com igual período do ano passado.

Em relação ao setor de serviços, por natureza, o menos exposto aos efeitos da crise internacional e o que melhor responde às ações de política, tem mostrado bastante resistência e permanece em expansão.

Em resumo, no primeiro trimestre a economia cresceu em ritmo mais intenso do que no último trimestre de 2012, e as projeções indicam crescimento, em 2013, ao redor de 3%.

Nesse contexto, então, neste ano a recuperação tende a se consolidar, e as perspectivas para os próximos anos indicam a sustentabilidade do processo de recuperação da economia brasileira.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, agora, vou me concentrar em um tema que faz parte das preocupações cotidianas do Banco Central, qual seja, a inflação.

Choques de oferta registrados no segmento de alimentos, entre outros fatores, contribuíram para manter a inflação em níveis elevados, acima do esperado nos últimos trimestres. Não obstante esses desenvolvimentos, quero reafirmar a avaliação do Banco Central de que a inflação está e continuará sob controle.

A propósito, a comunicação e as ações do Banco Central têm sido consistentes com essa visão. Em janeiro, o Banco Central explicitou sua preocupação com o nível da inflação e com a dispersão dos aumentos de preços.

Com isso, também indicou que não compartilhava do entendimento, que na oportunidade ainda prevalecia em alguns segmentos, de que cortes adicionais na taxa básica de juros da economia — SELIC — seriam apropriados.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Em março, o Banco Central reafirmou sua preocupação com o cenário prospectivo para a inflação. Além disso, sinalizou que, no futuro próximo, poderia ocorrer uma resposta da política monetária, ou seja, uma elevação da taxa básica de juros da economia.

Não resta dúvida de que a comunicação é parte integrante e importante do processo de condução da política monetária. As mensagens passadas pelo Banco Central, *per se*, determinaram mudanças relevantes nas condições financeiras, de modo geral.

Mas ações também foram tomadas, e a mais relevante foi o início de um ciclo de ajustes na taxa básica de juros da economia (SELIC).

O Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e consumidores na economia brasileira.

Lembro mais uma vez que o Banco Central está vigilante e fará o que for necessário, com a devida tempestividade, para colocar a inflação em declínio no segundo semestre e para assegurar que essa tendência persista nos próximos anos.

Nos próximos três meses — maio, junho e julho — a inflação mensal já será menor do que a inflação observada nos primeiros meses de 2013. E no início do segundo semestre a inflação acumulada em 12 meses começará a cair.

Exmo. Sr. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, estas foram as minhas primeiras palavras.

Coloco-me agora à inteira disposição de V.Exas. para prestar os esclarecimentos adicionais, que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Presidente Alexandre Tombini.

Eu indago, neste momento, se os Presidentes das Comissões envolvidas nesta reunião desejam fazer uso da palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, Srs. colegas Presidentes de Comissão, demais colegas Parlamentares, primeiro, quero agradecer ao Presidente do Banco Central, Alexandre Antonio Tombini, por ter aceito o nosso convite para participar desta audiência pública em conjunto com várias Comissões Permanentes.

Discuti com vários Parlamentares e também pessoas da área, como eu também tenho certa intimidade com o assunto, farei uma pergunta até para ceder o espaço principalmente para os nossos colegas Parlamentares presentes.

Minha pergunta é referente à inflação. Sabe-se que o consumo das famílias tem sido o principal responsável pelo crescimento do PIB. De acordo com o Presidente do Banco Central, com o qual nós concordamos, o consumo das famílias responde por dois terços da economia. Nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária — COPOM, realizadas nos últimos dias 16 e 17 de abril, o Comitê declarou que o consumo das famílias é o principal motivo pelo qual a inflação resiste no País. É óbvio, quanto maior o consumo, maior a inflação. Nós conhecemos essa história de longa data.

Nesse caso, se o Governo forçar a redução do consumo, estimulará a queda da inflação. Entretanto, por outro lado, ameaçará o crescimento da atividade econômica. Qual a estratégia do Governo diante desse impasse? Essa é a minha única pergunta, objetivando ceder espaço aos meus colegas.

Obrigado, Presidente do Banco Central, por ter atendido nosso convite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Edinho Bez. Eu determino então que os Presidentes de Comissão façam em bloco as perguntas para que o Presidente do Banco Central possa respondê-las ao final das indagações.

Portanto, passo a palavra ao Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN - Eu também queria agradecer ao Presidente do Banco Central a presença e os esclarecimentos colocados.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Nós temos discutido de forma continuada e bastante acentuada, principalmente o desempenho da indústria dentro do contexto nacional, em especial no que consiste na sustentação deste modelo, que tem efetivamente construído um ganho social muito grande, representativo e significativo e exponencial, mas que, de certa forma, preocupa-nos em como fazer face à sustentabilidade dos programas sociais que hoje são extremamente importantes para o Brasil e para os brasileiros.

Nós vemos o crescimento da agricultura, que tem ocorrido com uma pujança extraordinária. O setor de máquinas, como foi aqui colocado, teve uma expansão de 30% no quadrimestre, quer dizer, algo inédito e inusitado, e temos agora a preocupação com a competitividade da indústria nacional. E eu queria apenas deixar essa colocação; e também perguntar ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, se existe alguma política para que possamos dar à nossa indústria mais vitalidade e mais competitividade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Angelo. Como o Senador Blairo Maggi não deseja fazer uso da palavra, passo a palavra então ao Presidente Tombini para que possa responder aos dois Presidentes de Comissão.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quanto à indagação do Exmo. Deputado Edinho Bez sobre o combate à inflação e a recuperação ou a sustentação do crescimento na economia brasileira, eu creio que o Banco Central está fazendo algo compatível com essa recuperação gradual da economia brasileira.

Hoje as nossas projeções, Deputado, são de um crescimento de 3,1% para o PIB brasileiro em 2013. Essas são as projeções que nós publicamos no nosso relatório de inflação de março. Essas projeções são compatíveis com o combate à inflação. Eu creio que neste momento o combate à inflação vem no sentido de fortalecer a confiança na economia brasileira, inclusive dos consumidores. Se nós virmos um pedaço da recém-desaceleração do consumo, por exemplo, de bens não duráveis, bens mais perecíveis, a desaceleração desse crescimento de certa maneira está impactada pela inflação que foi mais alta nos primeiros meses de 2013.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Então, o controle da inflação, a redução da inflação à frente, vai, de um lado, aumentar a confiança na economia brasileira, de outro, naturalmente, vai proteger a renda real do trabalhador. A renda, o salário de transferência, descontada a inflação, tende a se preservar mais em ambiente de inflação declinante. Por isso, o combate à inflação neste momento é necessário e vem no sentido de fortalecer os pilares da economia brasileira e dar sustentação a esse processo em que o consumo propaga o crescimento.

Como bem disse V.Sa., o consumo nas economias modernas domina a economia, no nosso caso, dois terços, talvez um pouquinho mais. Na realidade, nas nossas projeções, esse consumo continuará se propagando neste ano de 2013. Então, o combate à inflação é compatível com o fortalecimento da confiança na economia brasileira, inclusive das donas de casa e dos consumidores. Por outro lado, também, milita no sentido de manter a renda real do brasileiro no período à frente.

Em relação às questões levantadas pelo Exmo. Sr. Deputado Ângelo Agnolin sobre a evolução da indústria, um tema de grande interesse para a área econômica não só no Brasil, mas de interesse geral, principalmente no pós-crise, tem de fato sofrido os efeitos dessa crise, da maior competição internacional, da redução da demanda global por produtos manufaturados. Enfim, mais recentemente nós vimos alguns sinais alvissareiros na indústria, vindo de uma base mais fraca, do começo do ano passado. Mas, sem dúvida, é um dado importante da nossa economia neste momento. Creio que há política, sim, já endereçando, é uma questão de médio e longo prazos, como, por exemplo, a redução do custo de energia da indústria, a desoneração da folha de pagamento. São todos movimentos que trabalham no sentido de aumentar, digamos, o retorno do capital, o retorno da indústria.

Creio que há políticas em curso, algumas delas já bem avançadas, adotadas, que irão surtir impacto na indústria ao longo dos próximos meses e trimestres. Então, quero crer que sim, essa é uma preocupação do Governo, que tem não só explicitado isso, como tem tomado medidas no sentido de aumentar a competitividade da indústria em geral, importante segmento da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

economia brasileira, e também todo o programa de construção e reconstrução da infraestrutura no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado.

Comunico os nobres colegas que faremos blocos de quatro Parlamentares para que possamos dar celeridade, agilidade a esta audiência pública.

Passo a palavra agora ao Senador Inácio Arruda, para que faça as suas indagações.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, V.Exa. poderia ler a lista de inscritos, para que possamos saber a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Pois não. Pela ordem, Senador Inácio Arruda, Deputado Vaz de Lima, Deputado Claudio Cajado, Deputado Afonso Florence, Deputado Jorge Bittar, Deputado Junji Abe, Deputado Severino Ninho, Deputado Jesus Rodrigues.

Deputado Jorge Bittar, eu também vou fazer, conforme temos o hábito de fazer no Senado, alternância entre bloco do Governo e da Oposição.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Tombini, quero, primeiro, louvar a iniciativa conjunta das nossas Comissões e, ao mesmo tempo, o conjunto de iniciativas do Governo em relação ao combate à inflação, sobretudo de colocar o desenvolvimento como questão estratégica. Uma batalha que não é fácil, porque V.Sa. já afirmou que os riscos internacionais se mantêm. Quer dizer, a situação internacional ainda não se transformou em situação favorável.

Quero fazer exatamente duas indagações. A primeira, em relação à política de juros do Banco Central, V.Sa. afirmou que as economias maduras têm resistido ao clamor de determinados setores a favor da alta de juros. Elas têm resistido. E, de fato, o Banco Central europeu e o Banco Central americano, principalmente, e o mesmo acontece com o Banco Central japonês, que são os três grandes blocos econômicos, mantêm taxas de juros muito baixas.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

No entanto, aqui sempre tem a pressão do tomate e a pressão dos juros. A turma sempre faz uma campanha infernal a favor de que a nossa saída são os juros; temos que aumentar os juros, que, parece, é o único remédio.

O Banco Central tem dado demonstração, inclusive, que existem muitos outros mecanismos de controle inflacionário. Como vamos ficar? Vamos ficar olhando mais para as economias maduras ou não nessa questão da política de juros? Isso é muito significativo para quem quer produzir no Brasil.

A segunda pergunta é relativa ao problema do câmbio. Porque clamamos muito por uma política de inovação, e o setor empresarial brasileiro, no seu conjunto, sempre procura ver se a inovação vem da academia, vem da universidade, vem dos institutos que o Governo banca. Fica muito na expectativa, muito na espera de onde vem a inovação. Não se envolve diretamente na inovação. Mas acho que há um problema central nosso. Se ficarmos cobrando inovação, e o nosso câmbio se mantiver desfavorável, ou se houver uma pressão sobre o nosso câmbio que tire desse patamar de 2 — acho que foi uma conquista —, nós temos que manter o nosso câmbio um pouco acima de 2, talvez 2,5. Acho que seria mais indicado para nós. As economias chamadas emergentes, novas, etc., têm um câmbio bem mais vantajoso do que o nosso. Nós ainda mantemos uma política de câmbio que acho muito sofrível. Então, não basta inovação, temos que ter um câmbio competitivo, temos que vender mais lá fora. A situação já é difícil, e, se o nosso câmbio não for favorável, iremos nos complicar ainda mais.

Quanto ao dinheiro japonês, há uma nuvem japonesa pairando sobre as economias. Qual é a opinião do Banco Central brasileiro, porque mais 1 trilhão vem por aí. Nós já tivemos os trilhões americanos, os trilhões de euros, e agora vem o trilhão japonês. É dinheiro que vem e que nos ajuda no processo produtivo, ou eles vão, mais uma vez, fazer aquele jogo do pega e sai rápido do País, tirando mais do que qualquer vantagem do que pudéssemos... Não é também um dinheiro inflacionário. É preciso examinarmos, porque, às vezes, fazemos uma festa com o dinheiro que vem de lá, e será que ele é bom mesmo?



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Por último, eu quero também louvar a queda dos preços nos atacados, esperar que eles cheguem. Quando chega ao varejo, a turma não é muito favorável a fazer a queda, não. A turma gosta de ganhar rápido. Mas acho que a queda no atacado já ajuda bastante a economia brasileira. Então, louvam-se as iniciativas.

Mas eu queria algumas informações a respeito desses pontos que são muito cruciais para qualquer economia. Para a nossa, então, não há o que discutir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra ao Deputado Vaz de Lima.

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Obrigado, Excelência.

Quero cumprimentar o Presidente Tombini e sua equipe, e, por economia de tempo, dizer que eu estava centrando as minhas ideias em três pontos: o primeiro, já foi dirimido, o banco trabalha com crescimento do PIB de 3,1 — vi na exposição e vi aqui no documento entregue —, e o mercado já fala em menos de 3.

A pergunta é sobre inflação: Qual é o palpite para a inflação do ano? Qual o palpite que V.Sa. possa nos dar, já que não está bem colocado aqui no documento, e nem vi na exposição uma taxa qualquer que fosse.

A segunda pergunta é sobre transferência de renda. V.Sa. falou aqui um pouco de transferência de renda, quando se referiu também aos emergentes do Brasil, ao consumo, ao emprego. E isso me traz à seguinte questão: nos últimos 3 dias, boatos de que o Bolsa Família seria extinto provocou uma corrida dos beneficiários do programa às agências da Caixa Econômica Federal de pelo menos 12 Estados.

Ontem, a Ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, de forma irresponsável, do meu ponto de vista, acusou a Oposição de ter propagado informação falsa. No entanto, um portal de notícias da Bahia trouxe informação do Superintendente da CEF, de Feira de Santana, José Raimundo Cordeiro Júnior, de que houve um problema no sistema da Caixa que permitiu saques



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

fora da data prevista para os pagamentos dos benefícios. *"Houve uma imprevisibilidade que rodou o arquivo do Bolsa Família para todas as datas ao mesmo tempo. A gente sabe que cada beneficiário tem sua data específica para sacar. Esse mês rodaram todos de vez"*, afirmou o servidor.

Com base nessas informações, pergunto: o Banco Central, que entre suas competências está exercer a fiscalização das instituições financeiras, tem conhecimento da existência de problemas no sistema de pagamento do Bolsa Família? Se tem, como e por quem foi comunicado e quais as providências? Se não, o senhor irá pedir a abertura de alguma investigação? Se houver comprovação da falha, quais as providências e sanções previstas nesse caso?

Por que faço essas colocações, Presidente? Porque, irresponsavelmente, setores do Governo têm acusado a Oposição de criar esse pânico na população mais carente, beneficiária dessa transferência de renda pelo Bolsa Família, e o Banco Central deve, evidentemente, também se manifestar, já que, por uma grande dessas coincidências, 2 ou 3 horas depois que esses boatos começaram a surgir, nesses Estados os caixas estavam fartos de dinheiro. Fartos! Tinham dinheiro. Como, num passe de mágica, todos esses caixas, onde se recebe o Bolsa através de cartão, tinham dinheiro sobrando, o que não é muito razoável? E vem então essa informação trazida por esse funcionário da Caixa Econômica, lá de Feira de Santana, de que houve uma falha e, por isso, acabou acontecendo tudo isso.

Eu queria que V.Exa. se manifestasse sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Vaz de Lima. Só para registrar que eu acredito que qualquer acusação sem estar devidamente corroborada por qualquer matéria probatória é, no mínimo, irresponsável. Qualquer ilação é sempre irresponsável.

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente desta sessão, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, eu acho que talvez o tema mais fundamental para o debate sobre a atuação do Banco Central e a questão da economia brasileira seja apreciar a estratégia que o nosso Governo está tendo de conjunto para enfrentar o cenário internacional adverso, que tem



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

provocado dificuldades em vários países. O Brasil, desde 2009, tem adotado políticas anticíclicas importantes do ponto de vista fiscal, do ponto de vista dos investimentos, das desonerações tributárias, e uma política firme no sentido de reduzir os juros básicos da economia.

Apesar de todo esse esforço, que tem dado resultado — tanto que o Brasil é um dos poucos países que gera emprego, enquanto o mundo gera desemprego hoje, especialmente na Europa... Talvez alguns saudosos da política do Governo anterior ao Governo Lula pudessem acreditar que arrocho fiscal, arrocho tributário, ou mesmo o abandono da política de recuperação de salário mínimo fosse uma solução para eventuais repiques inflacionários de curto prazo, mas o fato é que o Brasil tem tido um desempenho muito positivo diante do cenário internacional.

A questão que está colocada é mais no sentido da apreciação do Banco Central quanto à intensidade e à duração da crise, especialmente na Europa. A política comandada pela Alemanha, chamada de austeridade, praticamente é um exercício de buscar sempre o fundo do poço cavando mais e achando cada vez mais terra pelo caminho. O que nós temos visto é que a Europa, Portugal, Espanha, Grécia, Itália — já atinge parcialmente a França, inclusive com queda da popularidade do Presidente François Hollande em apenas 1 ano de governo —, não consegue construir uma saída política, e como política a política econômica, para essa situação. Qual é a visão que o Banco Central tem do desempenho da economia europeia para os próximos 24 meses, já que é um dado decisivo tanto para reativar o crescimento da Ásia quanto para ajudar na saída da estagnação americana? Para nós do Brasil, evidentemente, é algo também importantíssimo, dadas as relações entre a Europa e o Brasil e toda a América Latina.

Então, qual é o horizonte que o Banco Central enxerga para recuperação da economia europeia, para que nós possamos ter um horizonte também para a economia mundial?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Berzoini.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Como houve aqui inscrição do Deputado Jesus Rodrigues e também do Deputado Cláudio Puty, passo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Presidente Tombini e os demais Presidentes das Comissões que, em conjunto, realizam esta audiência pública.

Eu tenho três questões, Presidente. Vou insistir um pouco nessa questão da expansão do crédito e alta de juros. Ou seja, esse modelo de crescimento, adotado desde a época do ex-Presidente Lula, tem como um dos pilares a expansão do consumo por meio da expansão do crédito. Nós até tratamos desse assunto anteriormente, quando a reunião da Comissão foi suspensa, diante da alteração que se propõe na LDO do ano passado em relação justamente a isto: afrouxar-se um pouco a meta para alcançar-se o superávit primário.

Esse modelo, pergunto, com esse cenário de alta dos juros, será mantido? Se se baseia o crescimento no consumo e aumentam-se os juros, vai-se penalizar, e muito, aquele que toma empréstimo. A maioria do cenário da expansão do consumo é baseada no crédito; se os juros sobem, isso vai penalizar aqueles que o tomam. Ou seja, o Governo, para, em tese, combater a crise, está incentivando que se consuma, e que se consuma por meio creditício. Aumentando-se os juros, como ficarão esses inúmeros brasileiros que ajudaram indiretamente a contornar os efeitos da crise? Essa é a primeira pergunta.

Já faz alguns anos que o Governo vem se esforçando muito para que a inflação fique próxima do teto da meta, que é de 6,5%, mas, na prática, o Banco Central tem abandonado o centro da meta e se preocupado apenas em controlar e perseguir somente o controle da inflação com base no teto de 6,5%. Isso se deve à pressão por maior crescimento da economia? A inflação maior não seria prejudicial à economia como um todo?

Por último, venho percebendo que, em meio à pressão inflacionária, o Governo não reduz os seus gastos e o seu custeio, sobretudo no que diz respeito ao controle da máquina pública. Nós temos conhecimento da criação de um novo Ministério. Já são 39 Ministérios que integram o Governo Federal.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Inclusive, a conta desse inchaço foi relatada em algumas matérias de jornal. O jornal *O Globo* mesmo, no dia 18 de maio, na matéria intitulada *A conta do inchaço de ministérios no governo Dilma*, diz que a estrutura do Governo Dilma na Esplanada dos Ministérios e em outros prédios espalhados pela Capital custa ao menos 58,4 bilhões de reais aos cofres públicos. Ou seja, por um lado, nós temos a questão dos créditos, que ajudou, com base numa opção econômica de Governo, a combater os efeitos da crise, por outro, nós temos a pressão inflacionária em relação ao aumento dos gastos públicos, que não são controlados. Então, eu indago ao Presidente de que forma a política fiscal tem influenciado no controle desses gastos públicos.

Seriam essas três perguntas, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Claudio Cajado.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, para que possa responder às indagações aqui realizadas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeira questão do Senador Inácio Arruda, sobre o que vem passando nas economias maduras, nas economias, digamos, que estiveram e ainda estão mais impactadas por toda essa crise financeira internacional, o que passa por essas economias, e fazer uma transposição para o momento da economia brasileira e a estratégia que vem sendo adotada no nosso País. Eu creio que política monetária não se faz por analogia. As economias maduras estão enfrentando outros tipos de problemas, diferentes dos nossos desafios aqui. Como foi bem mencionado, há uma recuperação muito tímida do emprego que foi perdido durante os primeiros anos da crise, isso, inclusive, nas economias que tem recuperado mais, como é o caso dos Estados Unidos. Certamente na Europa esse problema tem-se agravado. A lógica de enfrentamento é outra.

O que está se falando é, talvez, em alguma resistência de adotar mais estímulo monetário neste momento, primeiro, porque várias dessas economias já chegaram ao limite das suas políticas convencionais de estímulo monetário. Existem as políticas não convencionais, que seriam uma intervenção direta nos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

mercados, que vem sendo adotadas já há algum tempo por várias dessas economias. Algumas, inclusive, intensificaram. Foi o caso do Japão, que V.Exa. mencionou. Recentemente lançou um programa agressivo de política monetária não convencional. Ou seja, não tem taxa de juro para baixar mais, vai comprar papel ativo diretamente no mercado, de maneira que afete as taxas de juros da economia a médio e longo prazo diretamente com a aquisição desses papéis, inclusive papéis privados. Então, a situação lá é diferente.

No nosso caso, estamos aqui enfrentando uma questão clássica, onde a política monetária atua por vários canais. Inclusive, V.Exa. mencionou a questão do atacado, por que o atacado está passando tão lentamente para o varejo. Nós vamos ajudar para que essa passagem seja mais rápida, mais contundente. Nós temos uma deflação de quase 6% nos alimentos no atacado. No entanto, a inflação de alimentos no varejo ainda continua elevada. Por isso, nós precisamos enfrentar, para que esse benefício, digamos assim, dos preços do atacado passe mais rapidamente para o consumidor. Então, esse é um canal importante de atuação.

Há também a questão de discussão de margens entre indústria, varejo, enfim. Acho que neste momento temos um papel importante a cumprir, estamos cumprindo, no sentido de fazer com que esses benefícios que já se fazem sentir desde o início do ano no atacado passem para o consumidor e controlemos esse processo, e esse processo seja mais favorável, reforçando a confiança na economia brasileira no médio prazo. Então, creio que essa é uma necessidade que nós estamos enfrentando no momento.

Em relação ao câmbio, V.Exa. menciona a questão da competitividade. V.Exa. mencionou que a taxa de câmbio no Brasil se moveu do começo do ano passado para cá. Naturalmente o que interessa para a competição da economia, dos segmentos, da economia da indústria é o câmbio real e não o câmbio nominal. Ou seja, não adianta ter uma desvalorização nominal, e essa desvalorização nominal ser acompanhada por inflação, que corrói o ganho, porque se dá com uma mão no câmbio nominal, e tira com a outra na inflação. Então, não é o caso brasileiro.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Nós estamos combatendo essa inflação. Estamos fazendo a inflação começar o processo de convergência mais forte em relação ao nosso objetivo, mas o fato é que o câmbio já andou um pouco o ano passado. Estamos controlando a inflação. Enfim, não há indicações do câmbio flutuante, não há indicações para onde ele vai. O que eu tenho dito é que...

(Não identificado) - De qualquer maneira é melhor nós sabermos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bom, o câmbio geralmente humilha os economistas. Então, o importante é que o câmbio é flexível, ou seja, ele vai repercutir choques favoráveis. Nós tivemos um grande choque favorável nos termos de troca. Ou seja, se as *commodities* subirem muito, o câmbio vai ficar mais forte. Se, por outro lado, houver um movimento internacional, como temos visto nesses últimos dias, semanas, de maior fortalecimento do dólar, nós veremos as moedas se desvalorizando em relação ao dólar.

Então, o câmbio é flexível, é a primeira linha de defesa. Enfim, hoje está em outro valor em relação ao que estava no começo do ano passado, mas é preciso ter essa flexibilidade, até para a economia absorver choques positivos e negativos. No entanto, não tenho qualquer definição sobre para onde vai certamente. O câmbio é flexível. Ele refletirá o conjunto.

No que diz respeito — já relacionado a isso — a esse 1 trilhão e 400 milhões de dólares, com essa política não convencional no Japão, nós estamos observando os reflexos disso. Há alguns reflexos no mercado internacional. Digamos assim, nós ainda não vimos esses recursos aqui para o nosso lado. Não é só o Japão que está nessa política: os Estados Unidos estão, a Europa está. Enfim, parece-me que essas economias estão em velocidades distintas em relação ao que está ocorrendo com a economia global. Então, é presumível que, na hora que começem a ser desmontadas, essas políticas não sejam desmontadas simultaneamente. Mas também é um fator positivo termos essas velocidades distintas nesse momento.

Então, nós temos aí 1 trilhão, o início desse processo no Japão, mas outras economias, como os Estados Unidos, já estão mais avançadas no processo de recuperação da economia. Ninguém sabe quando inicia o processo de saída, mas certamente já estão mais avançadas que o Japão e a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Europa. Isso pode contrabalançar, no futuro, esses fluxos em direção a países emergentes como o nosso.

Eu creio que eram essas as questões.

Questões do Deputado Vaz de Lima. Primeiro, sobre a projeção de inflação, nós do Banco Central projetamos a inflação de 3 em 3 meses, quando divulgamos o relatório de inflação. Nós também temos uma pesquisa que fazemos toda semana. No início da semana nós divulgamos a pesquisa chamada Focus, que reúne as expectativas dos participantes de mercado em relação à inflação. Há uma série de variáveis, mas a inflação é uma delas. No mercado — não é a projeção do Banco Central —, no último relatório Focus, divulgado na segunda-feira, ontem, a expectativa para a inflação deste ano é 5,8% e para 2014, também 5,8%, IPCA.

No relatório de inflação de março — a nossa projeção —, nós temos dois cenários: um de referência e um de mercado, com variáveis de mercado. No cenário de referência, a projeção de inflação, para 2013, é 5,7% e, para 2014, 5,3%; no cenário de mercado, 5,8% para este ano e 5,1% para 2014. Nós revisamos de 3 em 3 meses essas projeções. Vamos divulgar no próximo relatório de junho. Não sei — não vi os números ainda — qual vai ser a nossa projeção, mas essas são as projeções que estão valendo para a inflação. E isso não é palpite; é projeção, Deputado. O Banco Central não dá palpites. Ele tem o trabalho de projetar a inflação com base em modelos, com base em hipóteses de trabalho; aí faz suas projeções para a inflação. Então, são essas as projeções que trago a V.Exa.

Em relação à questão da Caixa Econômica, não há nenhuma denúncia nesse sentido que V.Exa. mencionou. A Polícia Federal está apurando os fatos, e, se necessário, o Banco Central estará à disposição para qualquer contribuição nesse processo. Não há, de nossa parte, qualquer informação vinda da instituição ou da nossa área de fiscalização de que há problemas em relação a esse tema.

Questões colocadas pelo Deputado Berzoini. Sobre a questão coordenação, eu trouxe um gráfico, Deputado, o gráfico 18, que dá uma ideia do que V.Exa. mencionava, ou seja, de como recuperaram várias economias,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

inclusive área do euro, Estados Unidos e outras economias emergentes, desde dezembro de 2007, ou seja, desde a crise, até dezembro de 2012. São esses 5 anos, 2008, inclusive, a 2012, inclusive. E o que se vê é que a economia brasileira recuperou, teve um crescimento de 15% nesse período — muito forte no início, desacelerou um pouco.

No conjunto, a área do euro está 97,3% do que era, 100% em dezembro de 2007. Ou seja, ela contraiu quase 3 pontos. Os Estados Unidos estão agora em processo de recuperação, recuperaram 2,5% nesse mesmo período. E outros países, como México e Rússia, recuperaram 8% desde então. Nós crescemos um pouco mais do que a Coreia do Sul, 15% desde então.

V.Exa. mencionou a geração de empregos. Essa é outra marca da economia brasileira. A despeito da desaceleração em 2011 e 2012 foram gerados empregos nessa economia, e o nível de desemprego chegou às mínimas históricas nesse momento. Quer dizer, foram criados empregos nesse período, ainda que houvesse a desaceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Em relação à crise internacional, eu mencionava as três velocidades: os Estados Unidos um pouco na frente, Europa e Japão atrás e os emergentes com crescimento um pouco mais acelerado. Naturalmente tem sido a norma. Em relação à Europa, as projeções para este ano são de contração, e há indicações de uma ligeira recuperação, talvez no próximo ano.

V.Exa. mencionou a questão central do desemprego. Tem-se um legado fiscal depois da crise financeira tanto pela queda da arrecadação tributária com o colapso da economia, como pela necessária intervenção nos sistemas financeiros para recuperá-los no pós-crise. Isso gerou um legado fiscal, e esse legado fiscal toma tempo para ser dissipado. Nós conhecemos bem essa história aqui no Brasil, toma tempo.

Entre outras soluções para dissipar o peso de uma dívida está o próprio crescimento, que é o numerador dessa razão. Então, é aquele dilema: ao mesmo tempo que essas economias precisam se financiar nos mercados, ou seja, precisam enfrentar a disciplina do mercado — uma parte boa dos gastos são financiados em mercado —, também tem a questão que V.Exa. menciona



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

da espiral, digamos, negativa de mais aperto fiscal, levando a menos crescimento. Esse é o dilema em que eles se encontram, estão enfrentando isso.

O ponto de vista financeiro, que nos preocupava, hoje nos preocupa menos. As questões financeiras foram, de certa forma, endereçadas. Tivemos o problema do *funding* dos bancos, na liquidez dos bancos, no final de 2011. Foi lançado aquele programa do Banco Central Europeu de fornecer toda a liquidez aos sistemas financeiros da Europa por três anos. Então, isso resolveu a questão do financiamento de curto prazo, da liquidez dos bancos. Restou a questão do capital, ou seja, da qualidade dos ativos impactando o capital dos bancos. Aí também houve uma iniciativa importante, a OMT, que seriam os empréstimos do Banco Central Europeu para o soberano, desde que o soberano tenha acesso a mercado — há umas condições lá, importantes.

Também alguns outros passos foram dados no sentido de separar a questão da dívida soberana do problema do sistema financeiro, como fazer empréstimo direto dos mecanismos de socorro europeus e do FMI direto para os sistemas financeiros, sem passar, digamos, pelo agravamento da situação fiscal do soberano. Mas, para isso, é preciso integração da supervisão no nível europeu, é preciso um fundo de seguro de depósitos integrado e é preciso uma lei de resolução bancária também única, para que esse dinheiro seja canalizado diretamente sem passar pela responsabilização do soberano — separar esses dois problemas. Então, foram tomados passos nessa direção. Ou seja, do ponto de vista da questão de crise financeira ou de estabilidade financeira, acho que houve progresso.

Na questão do crescimento, nos próximos 24 meses, acho que haverá contração nos próximos 12 meses e leve crescimento de 12 meses a 24 meses. Mas temos de acompanhar isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Sr. Presidente, perdoe-me a interrupção. Na iminência da abertura da Ordem do Dia nas duas Casas, eu pediria a V.Exa. que fosse o mais sucinto possível e aos nobres colegas que também fossem sucintos, porque ainda temos sete inscritos, para que todos possam ter oportunidade de fazer suas indagações.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Com a palavra o Presidente.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Questões do Deputado Claudio Cajado. Várias medidas foram tomadas. Várias questões foram tratadas no Brasil, entre elas, por exemplo, o aumento da bancarização da população — acho que esse é um traço marcante do que aconteceu na última década —, o próprio aprofundamento do mercado de crédito, a que V.Exa. se referiu. E há outras importantes mudanças macroeconômicas, por exemplo, a redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira, a redução na relação dívida/PIB. Então, uma série de mudanças tanto microeconômicas quanto macroeconômicas fizeram com que hoje as taxas de juros no Brasil estejam em outros níveis.

Eu também já vinha dizendo algumas vezes que a própria política monetária ganhou mais tração, ganhou mais efetividade nos últimos anos, em função de mais participação dos brasileiros no sistema financeiro tanto do lado dos depósitos quanto do lado dos créditos. Então, acho que não há incompatibilidade alguma do modelo de aprofundamento do sistema financeiro, de aprofundamento do crédito, com política monetária. É uma coisa estrutural que trouxe as taxas para baixo de forma estruturada. Mas isso não quer dizer que os ciclos monetários foram abolidos e que o fato de estarmos num ciclo signifique que esses ganhos tenham sido revertidos. Não, não é isso. O que nós vimos foi consistentemente o Brasil avançando na direção de juros mais baixos ao longo dos últimos 15 anos, 20 anos, digamos assim.

A nossa meta é a de 4,5%. Nós não a abandonamos. Não há política para que a inflação fique no teto dessa meta. Teto é teto, é para acomodação de choques. Se virmos a situação que tínhamos, por exemplo, em meados do ano passado, a nossa projeção para a inflação era 4,7% para 2012. A inflação derivada dos mercados — os mercados apostam em inflação — estava na faixa de 4,4%, ou seja, abaixo do centro da meta. A inflação da Focus, que é essa pesquisa semanal, estava na faixa de 4,8%, 4,9%, caindo. Ou seja, tudo na direção do centro da meta. Houve o choque de preços agrícolas. O real desvalorizou naquele período, um pouco antes. Então, estamos lidando hoje



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com essa inflação, combatendo isso. Mas certamente o nosso objetivo é o centro da meta: 4,5% de inflação.

Em relação a gastos, nós tomamos a política fiscal como um dado da realidade, e, em cima dessa política, ajustamos a nossa política para atingir os objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Sr. Presidente.

Passo a palavra agora ao Deputado Afonso Florence e, logo a seguir, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, só um minuto. Eu não ouvi a última resposta em relação ao descontrole dos gastos da política monetária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Presidente, rapidamente, só para complementar o seu raciocínio para o Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu quero, Presidente, pedir desculpa. Eu atendi ao telefone porque o Vereador da minha cidade, Jair Felisbino, infelizmente, acabou de falecer. Então, eu vou ter que retornar agora para a minha cidade, Dias D'Ávila.

Eu peço desculpas, mas foi uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Presidente Tombini, por favor, de forma rápida...

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certo. O que eu falava é que a política fiscal é definida pelo Governo. Nós a tomamos como um dado da realidade e, diante desse dado, nós ajustamos a nossa política para atingir os nossos objetivos. Foi isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Satisfaito, Deputado Cajado?

Dentro do possível... (*Risos.*)

Deputado Afonso Florence com a palavra.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente Tombini, Presidente Lobão, colegas aqui do Banco Central, primeiro quero destacar o papel inovador que o Banco Central vem cumprindo desde esse período de desenvolvimento econômico no Brasil, mantendo a sua autonomia e cumprindo



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

o papel importante, não apenas no controle da inflação, mas também no desenvolvimento do País, compartilhando as preocupações dos nobres Deputados de oposição de que tenhamos controle da inflação e a continuidade do desenvolvimento.

Isso é muito educativo, porque, acessando aqui o Focus, nós encontramos, na década de 90, taxa de juros Selic de mais de 30%, inflação de mais de 10%, antes do período de mandato do Presidente Lula.

Então, o regime de metas e a capacidade do Banco Central, junto com o Tesouro e com os outros instrumentos disponíveis do Governo Federal para garantir o emprego, o investimento público... E daí a importância desta Comissão aprovar o PL nº 01, que estávamos discutindo.

Quero aproveitar e pedir desculpa, Presidente, pois postergamos um pouco o seu ingresso aqui na Comissão porque estávamos nesse debate. O Governo Federal precisa ter capacidade de investimento, porque é fundamental para a continuidade do desenvolvimento.

Essas externalidades têm se mostrado bastante eficazes. Temos comprado máquinas, temos investido em infraestrutura, apesar de toda a desoneração que temos aprovado, e inclusive hoje devemos discutir uma medida provisória com desoneração de Imposto de Renda em participação de lucros de trabalhadores.

Portanto, o Brasil está aprendendo, e o Governo Federal está aprendendo também, mas acertando muito, mantendo o nível de emprego, mantendo o nível de investimento e ampliando o investimento público, propiciando, com a MP dos Portos, novos investimentos privados e um destrave da nossa capacidade logística de exportação.

Portanto, quero destacar e eventualmente ouvir, se tivermos disponibilidade e tempo, a sua avaliação sobre essa capacidade do Banco Central e suas novas atribuições, e o seu compromisso também com o desenvolvimento e o sucesso da manutenção da taxa de juros, dentro da taxa de inflação e do regime de metas.

Por outro lado, quero pedir, mesmo que rapidamente, a sua reflexão, apesar, obviamente, da taxa de câmbio ser livre. De qualquer forma, o Governo



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

opera instrumentos. O Tesouro recentemente fez captação externa. Há ali uma triangulação, em que o Banco Central tem suas atribuições.

E o que nos preocupa também não é apenas a competitividade dos nossos produtos no mercado externo, mas também a proteção do mercado interno e do setor industrial brasileiro com práticas mais agressivas. Eventualmente, uma taxa menos propícia para a produção nacional pode permitir também mais uma variável para o impacto negativo em nossa *performance* do setor industrial.

Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Florence.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SENADOR RANDOLFE RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Tombini, eu fiquei feliz ao ver, no início deste ano, as manifestações da Presidenta da República sobre a necessidade de redução da taxa de juros.

E fiquei feliz também com as decisões, nove consecutivas, do COPOM pela redução da taxa de juros, porque essa é a minha maior preocupação.

Vejam, os dados que eu tenho dão conta de que, em 2002, nós tínhamos 2,8 milhões de pessoas negativadas no Brasil. Não tenho dado mais atual de 2013, mas, em 2012, esse número subiu para 8,6 milhões.

Primeiro, a minha preocupação é com a taxa de juros, porque é ela que ataca e atinge em cheio os mais pobres. E vejo uma preocupação, uma pressão do mercado financeiro no sentido contrário. Uma pressão a favor de quê? Contra a redução continuada da taxa de juros, porque na verdade me parece que essa pressão acabou se concretizando na última reunião do COPOM, que apontou um aumento da taxa de juros de 0,25%, o que representa para os cofres públicos...

É bom que se diga — porque se fala que é necessário o controle de gastos para investimento em saúde, educação e infraestrutura, e concordo — e é importante que saibamos o que acontece quando aumentamos a taxa de



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

juros. Só esse aumento de 0,25% representa 5 bilhões de reais anuais aos cofres públicos e um aumento histórico da dívida pública de 2 trilhões de reais.

Então, parece-me que aqui está um gasto público, e não quando há investimento em educação, em saúde ou quando desoneramos, por exemplo, os livros didáticos para os professores na educação.

A ideia concreta é de que esse aumento da taxa de juros parte de uma análise — é o que eu interpreto dos dados do Banco Central — de que temos o problema da subida de preços que está associada ao excesso de demanda agregada no conjunto da sociedade.

A lógica do Governo, e que se reflete no COPOM, parece-me que é essa. A decorrência dessa lógica é que o único mecanismo que temos para o combate a isso, a um eventual aumento da taxa de inflação, seria o aumento da taxa de juros, que, tenho convicção, é o mais nocivo para o povo brasileiro, tendo em vista os dados que acabei de citar sobre pessoas negativadas.

Eu pergunto: o aumento da taxa de juros é a única medida eficaz? Não existem medidas alternativas, como, por exemplo, o depósito compulsório? Parece ser concretamente uma falácia. O próprio Ministro Guido Mantega fez declarações públicas, fez declarações — perdão —, dizendo que a inflação que ocorria, batizada pela mídia, pressionada pelo mercado financeiro, como a inflação do tomate é sazonal. De fato, os dados dão conta disso. Não foi só o tomate que aumentou. Outros produtos agrícolas também aumentaram, o que comprova a sazonalidade da inflação.

O que ocorre é que essa sazonalidade, reconhecida inclusive pelo Ministério da Fazenda, é atacada com o aumento da taxa de juros. O próprio Ministro declarou que o aumento da taxa de juros não seria eficiente no combate à inflação sazonal desses produtos.

Entretanto, a aumento serviria para atender o que ele definiu — abre aspas — “de expectativa de inflação” — fecha aspas. Parece-me um círculo vicioso. Ou seja, se atende a uma máxima do mercado financeiro, concretamente, que é aumentar a taxa de juros, a partir de se resolver um problema de “expectativa” — abre e fecha aspas —, de expectativa do



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

mercado. Expectativa esta que é definida pela Pesquisa Sensus, que ouve, notadamente na sua maioria, pessoas do mercado financeiro.

Quero reiterar que gostaria de ouvir novamente a linha da Presidenta da República. E fiquei feliz quando ouvi S.Exa. dizer que é preciso baixar a taxa de juros, porque esse é o nosso problema central. Eu gostaria de ouvir as convicções de insistência nesse caminho e descoberta, a afirmação de outros mecanismos, porque não me parece que seja só a taxa de juros para o combate à inflação. Repito, parece-me, cada vez mais uma inflação fabricada pela grande mídia, pelo mercado financeiro, única e exclusivamente para que seja feita a ampliação da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra agora ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, meu caro Presidente da nossa Comissão e desta sessão, faço um breve comentário sobre a inflação. Há sempre certa tendência a se adotar um componente ideológico, digamos assim, na abordagem do tema inflação.

Se de um lado devemos reconhecer que economia não é uma ciência exata — sou engenheiro de formação, racional portanto —, há uma parte da economia que se dedica ao tema da econometria, da observância de como as variáveis se comportam diante de determinados cenários e circunstâncias. De outro, há estudos aprofundados e consolidados sobre o tema da inflação, verdadeiramente.

Parece-me que a retomada ascendente mais recente da inflação guarda alguma relação com os preços dos alimentos, conforme o senhor aqui ressaltou hoje; os preços dos serviços, que de alguma maneira pressionaram a inflação também; e a própria desvalorização cambial ocorrida, que têm seus impactos sobre os preços internos da nossa economia.

Parece que esses fatores todos, neste momento vivem um processo declinante nos seus efeitos sobre a inflação como um todo enquanto sistema. No entanto, existe um componente na inflação que, na ausência de um nome



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

melhor, vários economistas chamam de componente inercial da inflação, que é algo assim meio psicológico, que acaba influenciando certa alta de preço, na medida em que sugere expectativas de produtores e mesmo de integrantes do comércio atacadista e varejista, no sentido de que, havendo um movimento de alta da inflação, ele deve se prevenir, ajustando seus preços antecipadamente. Isso gera algum processo ascendente de inflação também.

Eu considero que o Governo tem agido de forma correta, trabalhando esses temas sistêmicos da inflação, enfim, os fatores sazonais nos preços, mas há problemas derivados da produção de grãos, por exemplo, que neste ano se comporta de maneira muito melhor. Os efeitos do câmbio, aparentemente o câmbio estabilizado, na faixa de 2 reais. Aparentemente, esses efeitos já estão sanados também na economia. E registro que uma taxa de câmbio de 2 é muito melhor do que uma taxa de 1,8 ou 1,7; o valor que se queira para as exportações brasileiras.

O Banco Central agiu corretamente ao, criteriosamente e de maneira precisa, elevar a taxa de inflação para sinalizar sua absoluta vigilância sobre o controle dos preços na economia brasileira, porque, afinal de contas, esse é o mandato do Banco Central brasileiro.

Registro também que nosso Banco Central, diferentemente do FED, Banco Central americano, tem mandato muito centrado no tema da inflação. Em tese, não teria nenhuma obrigação sobre outras variáveis da economia, como a variável emprego, que é sempre olhada com muito cuidado pelo FED. Mas, pela sua própria exposição, pelos dados mostrados pelo Banco Central, creio que este não analisa o tema da inflação dissociado do conjunto da economia e dos aspectos sociais da economia, evidentemente. Isso engrandece muito o papel do nosso Banco Central. Ou seja, estamos perseguindo o desenvolvimento com baixas taxas de inflação, com a busca da manutenção dos níveis de emprego na economia de tal maneira que se possa evoluir.

Eu acredito muito que, com as medidas que a Presidenta Dilma está adotando no sentido de fomentar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, para aumentar a produtividade da indústria brasileira, nós possamos também aí



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

produzir preços que não só ajudem a exportação, mas também mais adequados ao mercado interno da nossa economia.

Agora, Presidente Alexandre Tombini, na linha da preocupação do Deputado Claudio Cajado — entendo o papel dele como oposição e o respeito muito — mas antes de V.Sa. chegar, nós discutimos um projeto de iniciativa do Executivo que trata de uma variável que não é objeto da ação do Banco Central, mas que, de alguma maneira, interfere na economia: a variável fiscal.

A Presidenta Dilma, adotando um conjunto de medidas que genericamente se denomina de anticíclicas, ao lado dos incentivos fiscais e outros, está flexibilizando a meta de superávit primário pela adoção de certa desobrigação do Governo central, da União, de complementar a parcela de superávit primário que deveria ter sido atingida por Estados e Municípios de forma agregada. Então, o Governo se desobriga de atingir essa meta, o que gera evidentemente mais espaço fiscal no Governo para que se possa investir mais na economia, perseguindo uma outra meta, a de ampliar os investimentos e, sobretudo, fomentar o setor da indústria de bens de capital em nosso País.

A pergunta objetiva que eu faço, diante das preocupações do Deputado Claudio Cajado, é: V.Sa. vê com isso algum tipo de possível descontrole sobre a economia?

Os aspectos positivos dessa medida estão claros: ampliar a margem de investimentos públicos federais na economia brasileira, o que tem um aspecto muito saudável neste momento em que a economia precisa de um certo impulso, não só com investimentos públicos, mas com investimentos privados também. Eu pergunto: isso pode gerar algum tipo de problema na variável inflação, que é a variável objeto de atuação do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jorge Bittar.

Finalizando este bloco, eu convido à palavra o Deputado Junji Abe.

(Não Identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. poderia ligar os dois blocos para tirar de uma vez só?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Até poderia, mas é que faltariam três Deputados. Posso fazê-lo, a requerimento de V.Exa.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Então, com a palavra o Deputado Junji Abe.

O SR. DEPUTADO JUNJI ABE - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho. Presidente Tombini, eu sou sobrevivente das épocas duras e difíceis de um período longo inflacionário. Até creio que as pessoas que nasceram após 1976 talvez não tenham muita recordação das dificuldades por que nós passamos.

Nas décadas de 1980/90, principalmente nós que somos da atividade hortifrutigranjeira, fomos as grandes vítimas. Naquela época, a SUNAB inclusive tinha uma interferência fortíssima, tentando tabelar, Presidente Tombini, verduras, legumes e frutas, que são produtos sazonais e, mais do que isso, perecíveis. Chegamos até a esse ponto. Enfrentamos o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, até vir a estabilidade.

Mesmo naquela época, já havia alguns fatos, como a inflação do chuchu. E, neste ano, a sociedade brasileira enfrentou a falta de oferta do tomate, que talvez seja, junto com a batata e a cebola, o tripé maior do consumo da população no seu dia a dia, não contando aqui, lógico, a riqueza dos grãos, como soja, milho e assim por diante.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa. por que, desde aquela época, esses produtos sazonais e principalmente perecíveis são obrigados a serem introduzidos na medição da inflação. Mesmo porque, toda vez que vem a palavra inflação, eu, como disse, um sobrevivente, fico arrepiado. Foi uma quebra-cabeça nacional, e os pobres ficaram praticamente favelados. Daí a razão por que o parabenizo, diante da crise internacional, pela política extremamente vigorosa, para que nós não tenhamos novamente aquele passado triste, trágico. Mas, objetivamente, reiterando a minha pergunta: não poderia, na formulação da política, na medição da inflação, retirar esses produtos sazonais, principalmente perecíveis, desse processo que integra a seletividade na medição da inflação?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Junji. Passo a palavra ao Deputado Severino Ninho.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Obrigado, Sr. Presidente. Em seu nome, eu cumprimento todos os Parlamentares. Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central, parabenizá-lo pela objetividade na sua explanação, dando oportunidade às perguntas. É muito importante que os Parlamentares tenham oportunidade de fazer as suas perguntas e indagações.

Sr. Presidente, as projeções do Banco Central e do Ministério da Fazenda em relação ao crescimento econômico, pelo menos nos dois últimos anos, sempre têm sido distantes da realidade. Não têm chegado nem perto da previsão inicial, de início de ano. Em 2010, o crescimento chegou a 7% e alguma coisa. Em 2010, depois da crise de 2008. Em 2011, começou-se a falar no crescimento de 4,5%, se eu não me engano, mas terminou em 2,7%. No ano passado, falava-se em 3%, 3,5%. Terminou em menos de 1%. Então, isso, segundo economistas e, inclusive, a Academia, tem levado investidores a temer por investir no Brasil por falta de uma clareza sobre o que vai realmente acontecer em relação a crescimento e à inflação.

V.Exa. citou dados do Japão, citou como será a zona do Euro neste ano, o que ocorrerá nos Estados Unidos este ano. Eu gostaria de saber de V.Exa. quais são as fontes em que o Banco Central se baseia; se o Banco Central brasileiro tem relação de informações com o Banco Central da zona do Euro; como se dá essa relação de informações junto ao Banco Central americano, ao Banco Central japonês; como ocorre esse intercâmbio; se isso existe ou são projeções feitas à distância do que ocorre lá. É a primeira pergunta que faço a V.Exa..

Segunda pergunta. O Governo tem insistido na desoneração de preços, automóveis, linha branca. Isso deu certo em 2008, 2009, 2010, mas temos percebido que não tem dado certo nos dois últimos anos. Tem havido vozes, e não são poucas, de que, além de não estar dando o resultado esperado, vem levando os Municípios e Estados a dificuldades, com a diminuição da arrecadação. Se o Estado não tem recursos nem o Município, não há obra nesses entes federativos, e isso diminui, com certeza, o crescimento do País. Na minha visão, as obras públicas são também um fator muito importante para que um país se desenvolva. Pergunto a V.Exa. se, além dessa política de



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

desoneração, na qual insiste o Governo — e ela deva fazer parte desse cipóal de medidas —, que outras medidas o Governo está tomando para fazer o País voltar a crescer.

Também indago se esse pagamento extorsivo dos juros da dívida, que deixa o País com uma percentagem baixa para investimento, também não é um fator para segurar o crescimento econômico. O fato é que o País investe muito pouco em infraestrutura.

Em uma outra audiência com V.Exa. gostaria de debater o seguinte fato: quanto mais o País paga de dívida, mais a dívida cresce. E se isso ocorresse conosco, cidadãos comuns? Se fosse conosco, simples mortais, todos estaríamos falidos.

Ora, quanto mais se paga, mais se deve!? É o que ocorre com o País. O País paga 300 bilhões de dólares, portanto, a dívida deveria diminuir. Mas a dívida aumenta. Ela diminui em termos do PIB. Tem diminuído, comparativamente, o percentual da dívida em relação ao PIB. Mas em termos absolutos a dívida só faz crescer. Por que isso acontece?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Severino Ninho.

Passo a palavra agora ao Deputado Jesus Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente Lobão.

Presidente Tombini, é uma satisfação ver um bancário de carreira na Presidência do Banco Central. Eu sou bancário, mas não consegui chegar à Presidência da Caixa Econômica. (*Risos.*) Mas ainda há tempo.

São duas perguntas rápidas, Presidente. Primeiro, quanto à questão dos investimentos estrangeiros, não tenho dados anteriores, mas esses valores que estão marcados — 48 bilhões, acredito — seriam suficientes para alavancarmos o item "Investimentos" na economia?

Sei que o crescimento do PIB passa neste momento pela questão da elevação dos investimentos públicos e privados. Esses valores são bons ou ainda estão insuficientes?



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Outra questão: de que maneira essa abordagem que setores da imprensa vêm dando para a inflação — e há alguns dias ainda falavam na inflação do cafezinho, fazendo referência ao aumento de preço do produto; por último a questão do tomate e toda essa situação —, enfim, essa forma de abordagem, de se criar tal expectativa na população, termina por contribuir de alguma forma para que a inflação tenha um percentual a mais, ou realmente não tem qualquer influência, a não ser a de tentar pressionar V.Exa. a aumentar os juros e, com isso, o rendimento do setor financeiro?

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Jesus Rodrigues.

Finalmente, encerrando a lista de inscritos, passo a palavra ao Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar o Presidente Tombini e toda a sua equipe.

Olhando os dados da Comissão de Orçamento do Congresso americano, vejo que eles têm um estudo interessante que, ao final, conclui que, graças à atual legislação leonina aprovada naquele Congresso, o ano de 2013 para eles está perdido. O crescimento econômico nos Estados Unidos, segundo o Comitê de Assuntos Orçamentários do Congresso americano, continuará desacelerado, com taxa de juros e inflação, sem dúvida alguma, em números historicamente baixos, mas com a taxa de desemprego, pelo sexto ano consecutivo, acima de 7,5%.

Ao ouvir o pronunciamento da oposição em relação à Presidenta Dilma, pergunto-me se eles não estão com saudade desse modelo americano de alto desemprego e baixa inflação, que é exatamente o contrário do que estamos fazendo aqui. Aliás, não é bem o contrário porque, se olharmos para o histórico das metas de inflação, — e já se falou muito sobre isso aqui no Congresso — em 2002, segundo dados do Banco Central, a meta era 3,5%, e a inflação efetiva foi de 12,53%. Em 2001, nós tivemos uma meta de 4% e a inflação efetiva foi de 7,67%, e assim por diante.

Em muitos poucos anos, o centro da meta foi alcançada. Isso é a característica do sistema de meta inflacionária, se não for uma invenção da



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Presidenta Dilma, ao contrário do que seus críticos, muitos deles animados pelos interesses do mercado financeiro, querem levar a crer, porque querem, ao fim e ao cabo, dizer que a nossa inflação é puramente de serviço, o mercado de trabalho muito aquecido, e, para isso, é preciso aumentar a taxa de juro, gerar desemprego e aí, obviamente, se resolve o problema da inflação. Mas, pelo jeito não resloveríamos, porque nós tínhamos esse modelo em 2000. Com inflação de 12,53% temos mecanismos, como o próprio relato do Banco Central demonstra, que são mais persistentes na nossa estrutura econômica, preços administrados, e, óbvio, recentemente, choques de oferta e um aquecimento do mercado de trabalho, confirmado pelo último dado da criação, de janeiro de 2011 até o último mês, de 4 milhões e 100 mil empregos com carteira assinada, no Governo da Dilma. Portanto, nós temos resultados que contrastam com grandes economias do mundo, positivamente.

Em relação ao efeito, obviamente, todos nós somos críticos a elevações da taxa SELIC, e muitas vezes elas atuam somente sobre expectativas. Mas nem sempre é uma elevação da SELIC tem efeito direto sobre todo o crédito ofertado. Um terço do crédito total ofertado — o Altamir deve saber essas coisas de cor — é subsidiado no Brasil. Então, guarda pouca relação... Inclusive, isso é uma crítica dos neoliberais ao subsídio para o crédito, porque, segundo eles, isso geraria pouca eficácia da política monetária, porque coisas como o crédito rural, FNO, e diversos outros subsídios são independentes das variações da taxa SELIC.

Tendo dito isso, eu queria também ressaltar que o Banco Central brasileiro e a política econômica da Presidenta Dilma têm transitado para um padrão diferenciado. A capa do *Valor Econômico*, acho que de 1 mês atrás, traz uma declaração do Secretário do Tesouro muito forte, que provavelmente causou arrepios a setores saudosos do passado neoliberal do Executivo, dizendo que o superávit primário é uma função do produto, e não uma função da dívida, exatamente porque a nossa relação dívida/PIB tem caído de maneira consistente nos últimos anos.

Agora que o senhor irá tecer suas considerações finais, Presidente Tombini, e aproveito para parabenizá-lo pelo trabalho, gostaria que o senhor



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

comentasse a declaração do Secretário do Tesouro. Nós estávamos tratando disso exatamente — daí o atraso da sua entrada aqui na sala —, dos redutores do superávit primário.

Em uma conjuntura de redução da relação dívida/PIB faz algum sentido mantermos uma meta de superávit primário ante as situações de desaceleração do crescimento ou de baixo crescimento? Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre isso. Ou, não seria o caso de nós criarmos metas de superávit ajustadas para o ciclo econômico, que alguns chamam de superávit estrutural.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Srs. Deputados, de forma extraordinária, vou passar a palavra ao Deputado Marcus Pestana, que se inscreveu tardivamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Desculpe-me pela inscrição extemporânea.

Presidente Tombini, não vou fazer contraponto nem vou falar sobre a posição dos neoliberais, até porque eu não sou um neoliberal e nem seria a pessoa mais indicada.

A âncora tem sido sempre a política monetária e a expectativa fica toda ancorada no Banco Central, que é uma instituição de excelência, uma ilha de excelência, e grande parte da credibilidade remanescente está ancorada no... Há dúvida sobre a política monetária, se ela está sendo um tanto permissiva com a inflação, mas eu acho que o senhor tem sido disciplinado aqui na audiência e se posicionado em relação à política fiscal, que não é a órbita, mas as interfaces são inevitáveis.

Eu tenho uma curiosidade. Se lida muito com a questão da expectativa. Injeta-se crédito subsidiado, desonera-se pontualmente, adota-se várias medidas pontuais sem cuidar do equilíbrio macroeconômico, e as respostas são as taxas de investimento, elas não têm correspondido, o PIB tem um crescimento muito tímido *vis-à-vis*, a América Latina e os países emergentes. O desarranjo está mais na política fiscal. Outro dia eu ouvi o Prof. Galvez falar da inutilidade das manipulações do conceito de superávit primário. Todos os atores relevantes sabem mais ou menos o que está acontecendo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A integridade dos dados, a contabilidade, a transparência é muito importante para a formação das expectativas. Então, eu pergunto muito objetivamente, por curiosidade: qual a utilidade de ficarmos fazendo ginásticas, quer dizer, um conceito de superávit primário, que nada tem a ver com o conceito original, desconta isso, desconta aquilo, e, na verdade, o que importa é o déficit nominal?

Queria saber sobre a questão da credibilidade criativa. Nós vamos votar hoje uma medida provisória que aprofunda esse caminho e que joga névoa. A transparência da contabilidade pública está ficando comprometida. Só no “Frankenstein” que vamos votar hoje, há um novo empréstimo da Caixa Econômica Federal de 7 bilhões híbrido de aumento de capital e dívida, há mistura de ativos da Itaipu Binacional, com tesouro transferindo para o BNDES, há alterações nas condições financeiras e contratuais dos empréstimos do Tesouro com as instituições federais, e aí, surpreendentemente — o Banco Central é o xerife do mercado financeiro e do equilíbrio —, o senhor acha próprio o Banco do Brasil ser construtor de aeroportos?

Nós temos na medida provisória um item que prevê que no projeto de modernização dos aeroportos regionais, que o ator, através do RDC, faria as contratações e as licitações a uma instituição financeira, o que não me parece apropriado.

Mas eu gostaria de ouvir a opinião do senhor, já que exerce a fiscalização sobre todo o sistema financeiro, inclusive os bancos públicos, se não seria um desvio de função o Banco de o Brasil cuidar de construção dos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Eu perguntaria à Mesa se gostaria de se manifestar, para finalizarmos, e assim o Presidente do Banco Central possa responder as perguntas.

Com a palavra o Deputado Ângelo Agnolin.

O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN - Só quero fazer uma breve reflexão sobre a questão inflacionária.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Naturalmente, nos últimos anos, nós tivemos um crescimento contínuo, forte e acentuado do salário mínimo. O salário mínimo, por sua vez, é por natureza, não oficial, mas extraoficialmente, indexador de uma série de atividades de consumo, das famílias, das pessoas, da prestação de serviço. Enfim, ele acaba refletindo em outros setores. Isso seria também o causador da pressão inflacionária, considerando que o dinheiro do salário mínimo vai direto ao consumo? É dinheiro que vai direto para a mesa do cidadão.

É apenas uma reflexão. Desejo saber se, sob a ótica do Banco Central, isso poderia também ser um instrumento de pressão inflacionária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Ângelo Agnolin.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu espero fazer jus à qualidade das perguntas, que são inúmeras.

Em relação à pergunta do Deputado Afonso Florence, quero, primeiro, agradecer a S.Exa. as palavras generosas dirigidas à Instituição Banco Central.

Quanto ao compromisso do Banco Central, onde tenho um duplo mandato, primeiro, é o de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, hoje traduzido no regime operacional de metas de inflação, definido pelo Conselho Monetário Nacional, enfim, e perseguida a meta pelo Banco Central.

Temos outra missão de assegurar a higidez do sistema financeiro. São duas grandes missões para a instituição se desincumbir no seu trabalho cotidiano. Nós procuramos fazer o melhor para atingir esses dois objetivos: estabilidade monetária e financeira do País. Acho que está aí a nossa contribuição. Não dá para agregar outros objetivos. Esses são os dois objetivos. Obviamente, para atingi-los, temos de considerar uma série de segmentos da economia brasileira. Enfim, são tarefas complexas, e o Banco Central do Brasil é aparelhado para isso.

Em relação às arguições do Senador Randolfe Rodrigues, uma primeira delas diz respeito questão à taxa de juros. Na realidade, a taxa de juros é um



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

instrumento, é um remédio. Nós estamos diante de uma situação que precisa ser lidada. O Banco Central, pelo menos este, não faz isso por uma preferência, e, em sendo necessário, ele não se furtaria a usar os seus instrumentos, e os instrumentos preponderantes de combate à inflação é a taxa de juros de curto prazo, que é aquela controlada pelo Banco Central. Ou seja, é o preço que o Banco Central toma ou empresta em operações de um dia, o que afeta as taxas da economia.

Mas o que eu falei também, Senador Randolfe, é que várias tendências ocorreram no País, várias medidas foram tomadas ao longo do tempo e permitiram ao Brasil hoje operar em um ambiente de taxa de juros completamente diferente daquele que operava há alguns anos.

O Deputado Cláudio Puty e outros se referiram ao fato de que hoje nós estamos buscando controlar a inflação em outro patamar de taxa de juros. Nós conseguimos evoluir. O Brasil superou aquela restrição externa, aquela vulnerabilidade externa que havia, criou um colchão de reservas internacionais. Hoje o País é credor líquido em moeda estrangeira. Quando há um choque externo, o câmbio desvaloriza, a situação fiscal melhora em curto prazo, permite a adoção de política macroeconômica anticíclica. Ou seja, o choque está diminuindo, a economia e tanto a política fiscal quanto a política monetária podem ser compensatórias, podem expandir produto e emprego nessa situação.

Isso foi à custa da construção de um colchão de liquidez em moeda estrangeira que hoje faz do País um credor líquido. Tivemos também a questão fiscal, que tem sido equacionada ao longo dos últimos anos, temos o arcabouço da Lei de Responsabilidade Fiscal e uma operação da política fiscal consistente com uma relação declinante da dívida em relação ao produto e ao tamanho da economia, o que criou condições para a redução dos patamares de juros na economia brasileira.

Quanto ao regime de metas de inflação, desde 1999, o Banco Central tem perseguido o objetivo fixado pelo Governo, algumas vezes desvia muito, outras vezes menos. Mas este é o arcabouço é usado para trazer a inflação de volta. Acho que nós temos conseguido isso. Nos últimos 9 anos, a inflação tem



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

ficado dentro das balizas do regime de metas, o que também ajuda, ao longo de tempo, o Brasil operar com taxas de juros mais baixas.

Quanto à bancarização da economia, V.Exa. mencionou os números, o fato é o de que, em 2002, apenas um quarto da economia era financiada pelo crédito, 25% do PIB era a relação crédito/produto, hoje é mais de 50%. É natural que, em termos absolutos, alguém mencionou aqui, todas essas variáveis crescem. Obviamente, o Banco Central tem uma agenda de inclusão financeira, com responsabilidade, de educação financeira. Eu acho que esse é um pilar importante.

Há a regulação prudencial, a supervisão do sistema financeiro, mas há também a questão da educação financeira, que é crucial. Nós temos trabalhado com o Sistema Nacional de Defesa Consumidor, com a Câmara dos Deputados, ao longo do tempo, nessa agenda do cliente bancário, com o Ministério Público Federal, com a 3^a Câmara, para fazer com que essa inclusão seja feita de uma forma sustentável. Essa é uma agenda que está apenas começando, mas já temos algum trabalho nessa área.

Em relação ao impacto da taxa do instrumento de política monetária, que é a taxa de curto prazo de um dia, o Governo se financia ao longo do tempo, não só em operações de um dia. Inclusive, a parcela da dívida pública indexada à SELIC, a taxa de juros de curto prazo política, tem diminuído, hoje está na faixa abaixo de 30% da dívida. O Governo se financia em 1, 2, 3, 4 anos, enfim, as taxas de juros não dependem estritamente da taxa de política, mas há, digamos, uma reação do custo sobre um aumento sustentado por um período de tempo da taxa de juros sobre o custo de financiamento do Governo. Agora, há também um aumento do custo de financiamento do Governo por um aumento sustentado da taxa de inflação. Da mesma forma, com 28% da dívida indexada à taxa de curto prazo, SELIC, 28% a 29% indexados à inflação. Além do fato de que a taxa de juros do mercado é curto prazo, médio prazo e mais longo prazo. Eu posso estar aqui baixando a taxa de juros, mas se mercado acha que com isso a inflação vai explodir vai cobrar, numa captação de 2, 3 anos, mais juros, porque naqueles juros está embutido um prêmio de inflação,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

e esse prêmio de inflação aumentou e não diminuiu devido à política do Banco Central.

V.Exa. está certo em levantar que há uma sensibilidade da dívida ou do custo de financiamento da dívida em relação à taxa de instrumento de política do Banco Central, mas ela não é um para um e tem outros efeitos que temos de levar em consideração dentro de uma visão global do problema.

Então, é isso: o combate à inflação é uma necessidade. Assim sendo, esse é um instrumento preponderante que vai ser usado na medida do possível, mas não é o único instrumento, e V.Exa. menciona isso. Sim, há outros instrumentos já utilizados. Enfim, o Brasil não se furtar também de utilizar instrumentos complementares, caso seja necessário.

O Deputado Jorge Bittar levantou algumas questões. Obrigado também pelas palavras generosas em relação à instituição Banco Central.

V.Exa. fala da questão psicológica também em relação a esses preços. Eu creio que a inflação de alimentos não é a única. Nós temos a questão dos serviços também, mas a pressão da inflação de alimentos é algo que obviamente está no imaginário e certamente tem uma repercussão até mais forte do que outros itens que compõem, digamos, um índice de preços. Logo, o tipo de atenção em relação à inflação aumenta quando a pressão vem desse segmento com que todos nós temos alguma relação.

Temos visto a inflação dos alimentos no atacado cair, tivemos deflação no começo do ano para cá, e isso tem passado lentamente. Estamos nesse processo, que V.Exa. inclusive apoiou, de fazer com que esse repasse, esse benefício da deflação no atacado ou de uma inflação bem mais baixa de alimentos passe para o consumidor. Estamos trabalhando nisso. Acho que a política monetária tem um papel a exercer nesse caso.

Em relação à meta de superávit, V.Exa. pergunta se há no radar algum tipo de problema de descontrole para a questão da inflação. Acho que a política fiscal tem que ser vista nas suas várias dimensões. Primeiro, se há algum questionamento em relação à sustentabilidade da dívida. Esse é um problema que nós tínhamos lá no final da década de 90 e início da década de 2000 e tem sido equacionado ao longo do tempo. Não há a questão, como países na



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Europa, por exemplo, estão enfrentando hoje, da desconfiança sobre a capacidade de pagamento. Não temos esse tipo de problema aqui no Brasil, o que é fruto de uma política fiscal responsável ao longo do tempo. A política tem outra dimensão que é a dimensão sobre o impacto na demanda da economia, enfim, com o consumo do Governo, com os próprios investimentos. Acho que há alguns investimentos importantes.

A infraestrutura é algo que vai ter o efeito difusão sobre o restante da economia, toma algum tempo, envolve recursos, mas o Banco Central tem que olhar a política fiscal. Enfim, fazer os ajustes que achar necessários para conseguir medir, ao longo do ciclo econômico, se esta política está sendo expansionista ou contracionista.

Então, claro, se a economia está crescendo muito pouco, a política fiscal vai sofrer reflexo disso. Então ela pode ser até neutra, ainda que o resultado primário seja menor do que no momento em que as receitas estão crescendo. Então, nós temos que ver isso. Certamente nossa conta é muito técnica, mas, nesse momento, o acumulado de 12 meses do superávit primário é expansionista. Ele está agregando impulso à economia.

Se nós pensarmos na meta cheia de superávit primário de 3,1% do PIB, possivelmente no atual estágio da economia brasileira, esta meta seria contracionista. Então, ajustada pelo ciclo, fazendo os ajustes que achamos necessários, nós temos que fazer essa avaliação, e essa avaliação impacta na nossa projeção de inflação, enfim. Mas acho que a política fiscal no Brasil avançou muito nos últimos anos. E é refletido, inclusive, nos prêmios de risco da economia, que diminuíram muito nos últimos anos.

Em relação à pergunta do Deputado Junji Abe, se é bom... Aí a sua questão, quer dizer, de uma eventual retirada dos alimentos, se eu entendi, *in natura*, digamos assim. V.Exa. falou sazonais...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Mais radicalmente trabalhar o núcleo da inflação do País.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - V.Exa. mencionou os alimentos do tripé, batata, cebola e tomate, não é isso? O Banco Central não mede inflação. Quem mede a inflação é o Instituto Brasileiro de Geografia e



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Estatística — IBGE. Ele que mede, até recomenda a boa norma internacional dos regimes de política monetária que haja uma separação entre quem mede a inflação e quem conduz a política monetária. Logo, sobre esta pergunta “se a vida do Banco Central seria facilitada por uma eventual exclusão desses itens”, enfim, depende de qual seria a meta e como isto seria analisado. Como V.Exa. falou, são produtos sazonais que sobem, mas, em algum momento, eles caem. Então, ao longo do tempo, esta inflação não deve ser a inflação que nós temos visto ultimamente. Então, isso...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - E há produtos que são substituíveis.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Há produtos que são substituíveis. Naturalmente o consumidor consciente vai substituir. Mas, enfim, esta é outra questão. Certamente esta pergunta não é o Banco Central que responde. O Banco Central opera o sistema de metas de inflação, quem mede é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Deputado Severino Ninho menciona a distância entre as projeções do Governo, enfim, poderia colocar também dos agentes do mercado em relação ao crescimento da economia nos últimos anos. Entre outras perguntas, S.Exa. pergunta quais seriam as fontes do Banco Central, em relação, por exemplo, à economia global?

O Banco Central utiliza fontes públicas quando faz sua avaliação, inclusive, da economia internacional. Quer dizer, os dados aí são disponíveis. Agora, naturalmente, nós temos um contato bastante estreito com outros banqueiros centrais.

No final de semana passado eu estava na reunião da Basileia que reúne os banqueiros centrais. Nós temos um grupo que reúne os dez principais bancos centrais, e eu faço parte também. Nós nos reunimos de dois em dois meses, afora as reuniões que correm paralelas. Por exemplo, as reuniões do G-20, as reuniões do Fundo Monetário, do Banco Mundial. Mas nós temos um grupo que se reúne, de dois em dois meses, na Basileia, no Banco de Compensações Internacionais —BIS, do qual o País é membro.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Permita-me interrompê-lo e perguntar: mas, o jogo é sincero? (*Risos.*)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, a ideia é fazer uma avaliação, primeiro, do conjunto das economias e depois ter alguma troca...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O chinês não esconde o jogo? O Japão não está com medo dos Estados Unidos? E os Estados Unidos, com medo da China? Escondem o jogo... Enfim, pode acontecer, não é Ministro?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - É um jogo aberto de banqueiros centrais, digamos assim.

Em relação às medidas tomadas de exoneração, eu não concordo com a ideia de que não funcionaram. Nós temos aí, inclusive, a recuperação nesse primeiro trimestre do ano e até algum movimento que houve no ano passado. No ano passado nós começamos crescendo 0,1% no primeiro trimestre. Depois foi a 0,3, a 0,4 e no último trimestre a 0,6. Ou seja, a economia foi evoluindo.

Não temos ainda os dados do primeiro trimestre de 2013. Este dado deve sair no dia 29 de maio, na próxima semana.

O indicador de atividade econômica que o Banco Central criou e utiliza — enfim, não temos metas de crescimento, por isso a questão da separação que eu mencionava em relação à inflação não se aplica — apontou um crescimento de 0,72%, mês contra mês em março, o que levou a um crescimento, no primeiro trimestre, deste indicador IBC-BR, de 1,05. Um vírgula zero cinco, analisado, é um crescimento de 4,25. Ou seja, a economia está andando mais rapidamente.

Talvez os investimentos sejam o fator a ser destacado no crescimento do primeiro trimestre. Nós veremos o crescimento do investimento. Depois há uma pergunta a que eu vou me referir, mas nós veremos isso nos dados, nós já estamos vendo os nossos indicadores. Então, sim, essas políticas têm dado resultado e nós as acompanharemos. Nossa projeção para o ano é 3,10. As informações até agora estão corroborando esta projeção.

O Deputado Jesus Rodrigues mencionou Investimento Estrangeiro Direto — IED. O fato é que eu tenho aqui, numa lâmina da apresentação, os valores. Nós vemos aí que são 63 bilhões, lâmina 31. Na lâmina 31, nós vemos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

o valor de 65,3 bilhões em 2012. Estava acumulado em 12 meses. Em março está na faixa de 64, mais de 64 bilhões.

Em 2012, se considerarmos China, Hong Kong, uma área econômica única, o Brasil foi o terceiro maior receptor de investimento estrangeiro direto do mundo. Esse é um valor expressivo. V.Exa. indaga se este volume de investimentos estrangeiro diretos seria suficiente, digamos, para gerar um investimento no País que nós desejamos, enfim? Sessenta e cinco bilhões de dólares são 130 bilhões de reais, a preço de hoje aproximadamente — não é isso?

Quando nós falamos que nossa economia é de mais de 4 trilhões, 4,5 trilhões de reais, nós falamos de um investimento 18% do PIB, nós estamos falando de um investimento da economia brasileira na ordem de 1 trilhão de reais. Eu estou usando números imprecisos só para dar uma ideia de grandeza. Então, nós estamos falando de 130 — é um número expressivo, são 13% — contra um investimento que nós precisamos de 1 trilhão de reais. Aí, nesse investimento, contam as fontes internas.

V.Exa. mencionou as parcerias. Precisamos do setor público também atuando, setor privado. Naturalmente o grande investimento é o investimento do setor privado. Uns 700, 800 bilhões de reais que precisam vir do setor industrial, do setor *agribusiness*, do setor de serviços, enfim, investimento privado. Então é importante, sim.

Assim como o investimento público, as concessões têm capacidade de disseminar seus efeitos sobre a economia como um todo e têm também um caráter pedagógico, o Investimento Estrangeiro Direto também ajuda o investimento global da economia, mas o grosso do investimento é o investimento privado numa economia que investe aí 1 trilhão de reais por ano. Então é importante. Certamente, o investimento privado doméstico é, digamos, a porção maior do investimento da economia.

Com relação à abordagem da imprensa sobre a inflação de alimentos, acho que já mencionei isso. Não é só a inflação de alimentos, é a inflação de serviços também, que tem a ver com a mudança estrutural na economia



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

brasileira. Mas que está vindo de forma gradual para baixo. Isso não tem jeito, é gradual mesmo.

A inflação de alimentos tem essa capacidade de repercutir mais fortemente que outros itens. Não sei se é a questão da ênfase dada, mas o fato é que isso fica mais na cabeça das pessoas. Já estamos fazendo progressos em relação a essa inflação. Como eu disse, a inflação está sob controle e continuará no médio prazo.

É importante dizer que nós não estamos lidando só com a inflação dos próximos 3 meses, essa irá para baixo. Nós temos que consolidar a inflação, entrar no ano que vem com a inflação bem comportada. Temos que entrar em 2015 com a inflação bem comportada. Então, o nosso horizonte é um horizonte mais largo. Obviamente que as sazonalidades vão nos ajudar no curto prazo, e nós vamos aproveitar essa sazonalidade e intensificar esse processo de convergência da inflação. Mas nós estamos olhando sempre um horizonte mais largo. Não é porque a inflação foi muita alta num mês que nós temos um problema de descontrole da inflação. Da mesma forma, não é porque a inflação caiu muito num mês que o processo inflacionário está controlado. Então, nós olhamos um horizonte de 12, 24 meses.

Deputado Cláudio Puty, obrigado pela generosa intervenção em relação à instituição, o Banco Central.

V.Exa. mencionou o problema que várias economias estão enfrentando hoje — a geração de empregos, as políticas necessárias para reativar as economias e os limites dessas políticas — e mencionou essa ideia de superávit ou resultado primário, resultado fiscal ajustado pelo ciclo.

Creio que, como eu mencionei, o Banco Central faz a sua avaliação do nível da política fiscal em relação à retirada de impulsos, ou seja, de onde está o resultado nominal, o resultado em valores correntes do primário ou do nominal em relação ao ciclo econômico. Se a economia está crescendo muito, se as receitas estão muitos fortes, é natural que se faça um resultado fiscal maior do que em tempos em que a encomia desacelera e precisa de alavancas para voltar a seu padrão de crescimento.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Na teoria, faz sentido um ajuste do resultado fiscal em relação ao ciclo econômico. É sempre melhor começar quando a economia está forte, economizando um pouco mais.

Nós levamos em consideração o impacto da política fiscal sobre a economia, dada a posição em que a economia se encontra no ciclo econômico. Isso nós levamos em consideração. Quando fazemos as nossas previsões do ponto de vista teórico, faz sentido o ajuste pelo ciclo.

A questão da operacionalização é sempre complexa. Eu não sou especialista na matéria.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Desculpe-me interrompê-lo, mas há um problema de sinalização de mercado e um problema político. A argumentação do querido Deputado Pestana sinaliza um pouco isso, ou seja, a necessidade de nós trabalharmos com indicadores que inspirem confiança. Essa é uma preocupação da Casa, uma preocupação de todos aqueles que querem o bem do Brasil. E a ideia é um superávit primário deflacionado, ajustado por variações. Na verdade, o mesmo número em momentos diferentes do ciclo significaria coisas distintas. É mais ou menos o que está se fazendo, mas não se está chamando assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Vamos às perguntas do Deputado Pestana, para que nós possamos finalizar.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, Deputado Pestana, vou direto à sua pergunta em relação à instituição estar envolvida com essa ou aquela atividade.

Certamente, do ponto de vista do regulador do sistema financeiro, qualquer atividade que não seja diretamente relacionada à intermediação de recursos financeiros ou à prestação dos serviços financeiros deve ser segregada, apartada, de forma prudente. Certamente nós, a área de supervisão estará olhando isso com bastante critério.

Em relação à questão fiscal, a transparência é importante, é fundamental. Isso tem sido a norma da política fiscal brasileira nos últimos anos. Isso tem que continuar. É importante que assim continue.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Já então finalizando, o Deputado Ângelo menciona a questão do salário mínimo. Certamente isso tem um preço importante: na economia tem algum impacto sobre inflação. O salário mínimo foi ajustado em 14% em 2012 e em 9% em 2013. Certamente esses números têm reflexos.

V.Exa. mencionou que alguns itens são impactados quase que diretamente pelo salário mínimo. Isso obviamente entra na conta do ajuste de preço nesses outros segmentos, e o Banco Central leva isso em consideração nas suas projeções de inflação.

Obviamente o salário mínimo tem outras implicações bastante positivas para a economia, como, por exemplo, a redução do *gap social*. Ele gera um acesso ao consumo, enfim, dá um lastro, e acho que está também na essência da política que, digamos, alçou cerca de 40 milhões de brasileiros ao consumo. Isso tem sido importante nesse período em que o mercado doméstico tem sido uma mola propulsora para a economia brasileira, diferentemente do que ocorre em outras economias que estão tentando reanimar os seus mercados domésticos. Mas isso tem que ser levado em consideração; é peça importante que tem impactos sobre a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Antes de encerrar esta sessão, eu gostaria de agradecer efusivamente a presença dos Parlamentares, com uma participação muito ativa, a presença dos assessores, dos jornalistas presentes e dos nossos convidados. Agradeço a presença dos Presidentes das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, principalmente, agradeço o comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil, e de toda a sua equipe técnica, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

Obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA DA COMISSÃO MISTA DE
PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 28 DE
MAIO DE 2013.**

Às quinze horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e treze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada em atendimento ao *art. 84 da Res. nº 01/2006, alterada pela de nº 3, de 2008*, ambas do Congresso Nacional. Como palestrante, foi convidada a senhora Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Andre Moura, Armando Vergílio, Bohn Gass, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Gorete Pereira, Miguel Corrêa, Nilton Capixaba, Roberto Teixeira, Ruy Carneiro, Sandro Alex, Sebastião Bala Rocha, e Severino Ninho; dos **Senadores Titulares**: Ivo Cassol, Lídice da Mata e Lobão Filho; dos **Deputados Suplentes**: Afonso Florence, Jorge Bittar, José Rocha, Missionário José Olimpio, Osvaldo Reis, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, e Valtenir Pereira; dos **Senadores Suplentes**: Casildo Maldaner e Inácio Arruda; e da Deputada Não Membro Luciana Santos. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aelton Freitas, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Evandro Milhomem, Gonzaga Patriota, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Marçal Filho, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Ricardo Berzoini, Rose de Freitas, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro e os Senadores Titulares Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Walter Pinheiro e Wilder Moraes.

ABERTURA: o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a mesa: Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal e Deputado Danilo Forte, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2014. Em seguida, concedeu a palavra e estipulou o prazo de trinta minutos para a Sra. Miriam Belchior realizar sua apresentação sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado ao Congresso Nacional. Encerrada a apresentação, o Presidente passou a palavra



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

para o Relator do PLDO 2014, Danilo Forte, o qual formulou questões sobre o tema apresentado. Houve réplica por parte da Ministra. Após essa réplica, o Presidente permitiu a participação dos inscritos interessados em fazer indagações acerca do que foi explanado. Manifestaram-se, na seguinte ordem: Senador Eduardo Suplicy, Deputados Efraim Filho, Júlio César, Valtenir Pereira, Severino Ninho, Bohn Gass, Afonso Florence, Raimundo Gomes de Matos e Jorge Bittar. A cada bloco de três parlamentares manifestando-se, a palavra era devolvida à expositora para réplica, até que o último inscrito para debates recebesse sua resposta. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na reunião; em especial à Ministra Miriam Belchior. A reunião foi encerrada às 18h17. Antes, porém o Presidente convocou reunião ordinária para o dia 4/6, terça-feira, às 14h30. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Senador LOBÃO FILHO.**
Presidente.

XX
XXXXXXXXXXXX

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0608/13	DATA: 28/05/2013
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 18h17min	DURAÇÃO: 02h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h59min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES

TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Senhores e Senhoras Senadoras presentes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, declaro iniciada a primeira reunião de audiência pública de 2013 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Sra. Miriam Aparecida Belchior, a quem está já compondo esta Mesa , que prestará esclarecimentos acerca do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Anuncio também a presença da Sra. Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão também compondo esta Mesa.

Anuncio também a presença do Deputado Federal Danilo Forte do PMDB do Ceará, mui digníssimo Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nossa LDO, para 2014.

De acordo com o estabelecido no art. 398, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteada desde que o permita.

Conforme estipulado no mesmo artigo, no inciso X do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpellar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta com a secretaria da Comissão, Dra. Socorro.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Passo a palavra, neste momento, com grande prazer, para a Ministra de Estado do Planejamento, Dr. Miriam Aparecida Belchior.

A SRA. MINISTRA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Boa tarde, Presidente, Senador Lobão Filho.

Mais uma vez, agradeço aqui a oportunidade de vir a esta Comissão apresentar seja a LDO, seja o orçamento... E também para outros debates que vim aqui em várias ocasiões. V.Exa. acaba de assumir a presidência desta Comissão. Desejo-lhe sucesso nessa empreitada.

Queria cumprimentar o Deputado Federal, Danilo Forte, Relator do projeto de lei das diretrizes orçamentárias, meu ex-companheiro de governo, durante o governo do Presidente Lula. Conhecemos-nos já há bastante tempo.

Queria aqui agradecer a presença de cada um dos Senadores, Senadoras, Deputados Federais e Deputadas Federais que prestigiam essa minha presença aqui na CMO. E cumprimentar também a Dra. Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal, meu braço direito para todos os temas relativos ao orçamento; minha equipe do Ministério do Planejamento que aqui se encontra e também os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Eu vou aproveitar essa oportunidade de estar aqui na CMO para fazer uma apresentação, claro, das linhas gerais da lei de diretrizes orçamentárias, mas quero também aproveitar para fazer uma apresentação um pouco de como estamos nesses últimos anos no Brasil, as nossas perspectivas para 2013 que sem dúvida embasam as Diretrizes Orçamentárias de 2014.

Queria começar dizendo que nosso País vive um momento exitoso, um momento especial da nossa história fruto muito da capacidade de o nosso País voltar a pensar o futuro, fruto de uma política econômica que deixou de pensar exclusivamente nas crises, parou de pensar exclusivamente em como superar crises e passou a incorporar a busca do crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais no nosso País.

O Brasil aumentou sua capacidade de se proteger frente a choques externos e conseguimos enfrentar bem esses últimos anos de um contexto internacional bastante difícil e cheio de incertezas.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Como é que nós conseguimos fazer isso? Nós fizemos isso porque nós conseguimos, nesses últimos 10 anos, incorporar novos motores à nossa economia. Se a gente olhar, de maneira clara...

Tem uma planta na frente, é isso? Senador? Parece que tem uma planta na frente da tela, mas...

Acho que agora ficou melhor.

Nesses últimos 10 anos, com essa nossa maior capacidade de enfrentar a situação internacional, nós fomos capazes de desenvolver um novo modelo de desenvolvimento. Esse novo modelo tem, como está mostrado nessa tela, 4 peças, e não apenas uma, que é o que tínhamos em 2000.

Se pegarmos nossa economia em 2000, fundamentalmente era um país que crescia pouco e a nossa economia se centrava fundamentalmente nas exportações. A partir de 2005, se incorpora uma nova peça, um novo motor do nosso crescimento, que é o nosso mercado interno, a força do nosso mercado interno a partir da valorização do salário mínimo, das políticas de transferência de renda, maior formalização do mercado de trabalho, que levaram a esse fortalecimento do nosso mercado interno, que é muito invejado mundo afora, e que trouxe um novo elemento, a capacidade de consumir do brasileiro.

A terceira peça aparece em 2007, quando o Presidente Lula resolve lançar o PAC. Portanto, a peça do investimento como central para o nosso crescimento se incorpora às nossas políticas públicas. Em 2009, se fecha esse ciclo de 4 motores da nossa economia, com o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, que fortalece ainda mais o setor da construção civil, em especial o de produção de habitação para as famílias brasileiras.

Esse novo modelo de desenvolvimento traz esses resultados todos que nós vivemos hoje. Este novo momento não é só uma visão daqui de dentro, mas é uma visão também de quem está fora do nosso País. Não somos só nós brasileiros que achamos isso, mas também o País é percebido como um país de oportunidades.

Levantamento feito entre os COs dos principais, entre 1.330 COs mundiais, perguntados onde têm intenção de investir fora do seu País de



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

origem, dão o Brasil como terceiro maior País onde se pretende investir, depois da China e dos Estados Unidos.

Esse novo modelo foi capaz de fazer uma coisa que nunca aconteceu no País, crescer reduzindo desigualdades. A gente saiu daquela história de “primeiro vamos crescer para depois dividir o bolo”. Nesses últimos 10 anos, o País cresceu dividindo o bolo simultaneamente.

Isso a gente vê nesse *slide*. Obrigada, Presidente. O PIB *per capita* cresceu nesse período 29%; e o Gini, índice que mede a desigualdade social no mundo inteiro se reduziu de forma expressiva, que é a linha verde, e a linha do PIB *per capita*, que é a linha azul, mostrando esse crescimento com o crescimento da renda e com a redução das desigualdades.

Além disso, é importante a gente perceber como o investimento tornou-se um dos nossos grandes motores de crescimento. A gente fala muito a respeito do crescimento oriundo do consumo das famílias, do mercado interno, que, nesse gráfico, está representado pela linha verde. Temos um consistente crescimento, a contribuição do consumo das famílias do mercado interno para o crescimento do País, que é a linha verde que vai permanentemente crescendo.

Até o lançamento do PAC, em 2007, — dá para gente ver a bandeirinha ali — o investimento e o crescimento do consumo das famílias vinham andando mais ou menos juntos. A partir do PAC, há um descolamento. O crescimento do consumo das famílias cresce, mas o crescimento do investimento mais ainda, a não ser em 2009, quando foi natural o retraiimento do setor privado. E isso foi possível a partir dos investimentos do setor público — o PAC, o Minha Casa, Minha Vida, a exploração do pré-sal, os investimentos para a Copa e para a Olimpíada. E, com isso, o investimento tem crescido mais ou menos duas vezes o que tem crescido o PIB. Então, esse é um elemento muito importante. A gente pode ver no próximo *slide* esse crescimento do investimento público de 51%, desde o lançamento do PAC.

A área laranja representa os investimentos diretos da União. A área azul, mais escura embaixo, representa os investimentos de Estados e Municípios a partir de transferências da União, ou seja, recursos da União para Estados e Municípios fazerem investimentos — basicamente o PAC. Em verde, os



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

recursos oriundos de Estados e Municípios, recursos próprios de Estados e Municípios para fazerem investimentos, e a área azul mais acima representa os investimentos das estatais.

Portanto, todo mundo aumentou os seus investimentos e nós conseguimos ter um crescimento de 51% do investimento público, desde o lançamento do PAC. E essa execução se reflete naturalmente no emprego. A linha vermelha aponta o crescimento do emprego no País. Todos sabemos que nós vivemos praticamente em pleno emprego. Temos, claro, que melhorar ainda a qualidade do emprego no País.

Ressalte-se que, desde 2007, desde o lançamento do PAC, enquanto o emprego cresceu em média no Brasil 133,5%, o emprego na área de infraestrutura cresceu 82%, quase três vezes o que cresceu a média geral de emprego no País, indicando bem que isso já é fruto dos investimentos que vêm sendo realizados no País.

Desde 2011, o Governo tem adotado conjuntos de medidas para acelerar o crescimento. Quero aqui destacar dois grandes conjuntos de medidas: um novo arranjo macroeconômico, com redução das taxas de juros, o aumento do crédito e a redução dos *spreads* bancários, com a liderança dos bancos públicos, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES; as desonerações tributárias, que este Congresso Nacional tem analisado com bastante presteza e cuidado, e a manutenção do câmbio em patamares mais competitivos e com menor volatilidade. Isso tudo para criar um ambiente mais propício ao investimento.

E, além disso, a continuidade dos investimentos em infraestrutura com o PAC, com o Minha Casa, Minha Vida, com o programa de investimentos em logística, que a Presidenta Dilma Rousseff lançou durante todo o segundo semestre do ano passado, um programa de parceria com o setor privado para as concessões nas áreas de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, e os novos marcos regulatórios que também têm sido enviados ao Congresso Nacional para apreciação.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Para aumentar a competitividade da nossa economia, garantindo maior investimento e crescimento sustentado, o Governo tem feito desonerações tributárias com foco no investimento e na produção.

Em 2012, tivemos 44,5 bilhões de desonerações: 42% como investimento, ao investimento, 41% para a produção; e 17,5% para os demais.

Neste ano de 2013 serão 72 bilhões e no ano de 2014 a previsão é de 91,5 bilhões de reais de desoneração, parte delas foi votada hoje de manhã pela Câmara dos Deputados.

Com todas essas medidas, a economia já aponta claros sinais de aceleração. O crescimento do segundo semestre de 2012 foi quase do dobro do primeiro semestre de 2012. Essa trajetória está se mantendo em 2013 não só na avaliação do Governo, mas também nas análises dos analistas e consultores do mercado.

Com essa aceleração, que a gente já identifica desde o segundo semestre do ano passado, consideramos que o mercado de trabalho continuará forte, com baixo desemprego, como se vê na curva apresentada. No Brasil, o desemprego é de 5,4; enquanto nos Estados Unidos é em torno de 8%; na zona do euro é em torno de 10%; e na Espanha é de cerca de 25%. Então, é uma situação bastante propícia para todos os brasileiros.

Simultaneamente, além do baixo desemprego, estamos vendo o rendimento real do trabalhador numa trajetória também de crescimento consistente. Isso é fruto da política aprovada pelo Congresso de valorização do salário mínimo e do esforço permanente do Governo de controle da inflação.

Com esses dois movimentos, redução do desemprego e aumento da renda média do trabalhador, temos um forte aumento da massa salarial, outro resultado da ação inclusiva dos Governos Lula e Dilma Rousseff.

Com essa massa salarial crescente e com a redução de juros, cada vez mais no País se amplia o crédito de maneira saudável, com a supervisão muito atenta da autoridade monetária. Por fim, mais emprego, mais renda, mais vendas no comércio.

Aqui é o aumento nos últimos dois meses de 7% para o comércio ampliado e 6,8 para o comércio varejista.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Além disso, o ano de 2013 nos traz outro elemento importante para garantir o crescimento, que é a previsão de uma safra recorde no País, o aumento de 14% em relação a 2012, também, acredito, fruto do apoio importante do Governo através do crédito agrícola. Na próxima semana, nossa Presidenta deve estar anunciando o Plano Safra do agronegócio e da agricultura familiar. De novo, ampliando o crédito para alavancar esse setor importante da nossa economia — e importante também para o controle da inflação.

Falei um pouco do mercado interno. Agora vou falar do investimento. Ao contrário do que alguns insistem em dizer, o PAC tem uma execução bastante elevada. Até o *Contas Abertas* fez matéria dizendo que o PAC está quebrando recorde. Antes tarde...

No PAC 1, quando tínhamos 657 bilhões de reais previstos até 2010, executamos 94,1% desses recursos.

Quero lembrar que esses 94% não são empenhos, são pagamentos realizados.

Além disso, no PAC 2, para quase 1 trilhão de reais previstos, até dezembro do ano passado executamos 48% dos recursos previstos, o que é mais ou menos a metade dos recursos na metade do tempo de execução do PAC até 2014, bastante significativo, especialmente tendo em vista que estamos em um novo ciclo de investimento e uma série de obras estavam ainda em fase de projeto, de licenciamento e licitação.

Como já disse antes, associados ao PAC estão previstos os investimentos do chamado Programa Integrado de Logística — PIL para as concessões no setor privado.

Em 2012, como já disse, a Presidente lançou esse grande plano, ousado plano de infraestrutura no País. E aqui a gente tem a previsão, para cada ano, de execução de investimentos no País. A partir do ano que vem, 43 bilhões; 61, em 2015; 64, em 2016; e assim por diante. Separados, os senhores podem ver no material distribuído, para cada uma das áreas — rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Repetindo anos anteriores, na nossa avaliação o grande motor da economia será o investimento. Estamos mostrando sempre o investimento em verde, bem maior, como eu disse; o dobro do crescimento do PIB; em vermelho ou laranja; e a nossa previsão para esse ano é de um crescimento do investimento de cerca de 6% *versus* 3,5% previstos para o PIB.

Isso é fruto de uma série de medidas, além do investimento público, para alavancar o investimento privado, os regimes especiais de tributação — REIDI, REPORTO, REPETRO —, os instrumentos de financiamento dos investimentos, as debêntures, LCI, CRI e a AGBF, para também garantir e assegurar a realização desse investimento, o que indica, com clareza, a prioridade absoluta que nossa Presidente está dando ao crescimento do investimento no País como um dos principais motores da nossa economia.

Hoje temos vários indicadores de que a economia está se acelerando. A produção industrial cresceu 3,3% no primeiro trimestre de 2013, com ênfase nos bens de capital, que cresceram 9,8% no primeiro trimestre, o que garantirá — acreditamos — crescimento em torno de 3,5% do PIB.

Além disso, o controle da inflação é um compromisso absoluto da Presidente e de toda sua equipe de Governo. Ela é fundamental para a manutenção do crescimento do País e para a preservação das conquistas sociais desse novo modelo de desenvolvimento brasileiro.

Nos últimos 9 anos, a inflação sempre esteve — nunca ultrapassou — o limite, o intervalo definido pelo CMN, Conselho Monetário Nacional. Como já foi bastante debatido, se retirássemos o choque de alimentos ocorrido nos preços durante o ano passado, em vez de uma inflação de seis e um pouco mais, teríamos uma inflação de 4,7, muito próximos do centro da meta. Portanto, essa também é uma avaliação de que a inflação cederá nos próximos meses. De qualquer forma, o Governo está absolutamente atento em relação a essa questão.

Em relação aos elementos relativos à Lei de Diretrizes Orçamentárias, aqui estão apresentados os principais parâmetros estabelecidos no projeto enviado ao Congresso Nacional, com o crescimento do PIB previsto, de 4,5%,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

IPCA também de 4,5%, um salário mínimo de 719 reais e 48 centavos e uma taxa de câmbio de 2 reais e 4 centavos.

A meta de superávit está fixada no projeto de lei, em termos nominais, no valor de 167,4 bilhões de reais, sendo 116,1 do governo central e 51,2 de Estados e Municípios.

Além disso, a lei prevê, como diz aqui a palavra, a possibilidade de abatimento do PAC e de desonerações de tributos num montante de até 77 bilhões, agora no ano de 2013 são 65 bilhões que este Congresso Nacional já aprovou e repete uma normativa que este Congresso está analisando, que é a dispensa de compensar os resultados, a menor, de Estados e Municípios.

Com esses parâmetros e com o superávit previsto, nós vamos manter a solidez fiscal que a gente vem mantendo nesses últimos 10 anos e aqui um dos elementos que expressam essa solidez fiscal é a trajetória declinante da dívida, que é a base de sustentação do nosso crescimento e um compromisso do qual o Governo não abre mão. A gente saiu de 60%, em 2002, com uma previsão para o ano que vem de 30,9% conforme está na LDO.

Além disso, esse compromisso com a solidez fiscal também se expressa nas grandes despesas do Governo. Aqui a despesa com os juros da dívida, também declinante, em função bastante inclusive por causa da nossa solidez fiscal e da redução da taxa de juros, mas também a manutenção, a despesa com pessoal controlada, como a gente pode ver aqui, em percentual do PIB, a despesa de pessoal, uma das maiores que a gente tem, bastante estável.

A despesa previdenciária é também outra grande despesa do Governo, com uma redução cada vez maior do déficit da Previdência, como está aí nessa linha vermelha.

Além disso, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece como prioridades o Plano Brasil sem Miséria, de erradicação da miséria absoluta no País, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e o Programa Minha Casa Minha Vida.

Como estabelece a Constituição, a LDO deve estabelecer em que condições pode ser executado o Orçamento, caso não haja a sua sanção até 31 de dezembro do ano que o antecede.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Aqui, para o Governo, é meramente uma regra que a gente nunca quer usar. Nós sempre preferimos e o Congresso tem trabalhado dessa forma. No ano passado, estava tudo pronto para ser votado ainda em dezembro, antes do recesso, mas houve um problema e não pode ser votado.

Então, para essa regra de antevigência do Orçamento, caso ele não seja sancionado até 31 de dezembro, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê a liberação de 100% das dotações, no caso das despesas obrigatórias, bolsas de estudo, ações de prevenção a desastres, financiamento a estudante, formação de estoque público, aplicação mínima em saúde, investimentos do PAC e investimentos das empresas estatais.

Aqui a gente agrava, em relação a anos anteriores, a aplicação mínima em saúde e aos investimentos do PAC das estatais, porque eu acho que há um consenso na sociedade brasileira da importância dos investimentos em saúde e dos investimentos em infraestrutura.

Por isso, dado esse consenso, nós acreditamos que seria importante, apenas no caso do Orçamento não conseguir ser aprovado até o prazo, que haja essa liberação. Além disso, que as demais despesas de custeio e de investimento possa ser executada em duodécimo.

Além disso, a questão de custo de obras e serviços de engenharia foi regulamentada pelo Executivo por um decreto da nossa Presidenta, no último dia 9 de abril, que para nós é um elemento muito importante para dar estabilidade jurídica, maior garantia jurídica, seja para o setor público seja para as empresas que prestam serviços ao Governo.

A Lei de Diretrizes Orçamentária é anual e por isso está sempre sujeita à mudança, o que gera, do nosso ponto de vista, uma instabilidade que se resolve com uma legislação mais estável, como um decreto da Presidenta.

Outras inovações ainda da LDO é a eliminação de um artigo. É um trabalho que a gente vem fazendo nos últimos anos. A Dra. Célia tem conduzido isso. De fato é dar à LDO a sua função, a sua essência, a sua função precípua que é diretrizes orçamentárias e por isso agora estamos retirando um artigo que está em duplicidade com a lei de acesso à informação, aprovada por esse Congresso, que nos parece mais adequado estar lá na lei



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

de acesso de informação e não na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que também muda todo ano.

Além disso, também, nós incluímos a possibilidade de utilização das dotações do projeto de lei orçamentária para dar início ao processo interno de preparação da licitação dos órgãos. Só com a aprovação do Orçamento é que a licitação iria para rua, mas isso permitiria que os órgãos já se preparassem toda a documentação necessária para que assim que o Orçamento fosse aprovado no ano respectivo, a licitação pudesse ir mais rapidamente para rua, para que pudesse melhorar a agilidade da execução orçamentária federal.

Com isso eu encerro.

Agradeço a presença de todos.

Coloco-me à disposição para quaisquer perguntas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Ministra Miriam Belchior.

Dando prosseguimento a esta audiência pública, eu passo a palavra ao Relator da LDO, Deputado Danilo Fortes.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras e Srs. Senadores, quero parabenizar a Ministra Miriam Belchior, minha companheira de caminhada, desenvolvimentista, que é bom que se saiba, nós passamos um grande período da nossa história no Brasil, no Ministério do Planejamento, a comando dos monetaristas, e isso (*ininteligível*) dificuldade muito grande de uma distância maior ainda do investimento.

A realidade brasileira tem mudado nos últimos 10 anos graças ao Governo do presidente Lula e da Presidenta Dilma que tem dado continuidade a esse programa de investimento.

Mas esta Comissão tem a tarefa exatamente de buscar melhorar todos os projetos de lei da parte orçamentária que aqui adentram neste Congresso Nacional.

É tarefa nossa debatermos, ir à exaustão no debate, buscarmos compreender as demandas, as necessidades do povo brasileiro com relação a



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

esses investimentos e buscar dentro do conteúdo, da capacidade fiscal e financeira do Estado os investimentos necessários exatamente para que a gente alavanque, agilize dê velocidade a esses investimentos tão necessários num País carente de infraestrutura de logística e com grandes demandas de dimensões continentais. Uma diversidade muito grande e que alcançou um patamar de hoje ser reconhecidamente uma economia estável no mundo, a sexta economia o mundo, mas ao mesmo tempo com bolsões de pobrezas que a gente precisa erradicar, que é inclusive o discurso prioritário da Presidente Dilma, a miséria no nosso País.

O nosso País, apesar de todo o crescimento e desenvolvimento, infelizmente ainda tem 15,6 milhões de miseráveis que vivem com menos de 3 reais por dia. E ainda tem as questões climáticas adversas. Inclusive do meu Estado, o Ceará, que impede haja uma equalização no equilíbrio regional do País.

O Nordeste brasileiro tem um terço da população do País e responde por apenas 14% da produção do PIB nacional. E essas desigualdades precisam de investimentos, de uma postura de Governo capaz de induzir essa aproximação de crescimento entre as diversas regiões nacionais.

Então, a gente fez questão, e aqui agradeço a Ministra Miriam Belchior por sua presença, de iniciar esse processo de discussão da LDO exatamente vendo como o Governo preparou essa Lei de Diretrizes Orçamentárias para que ela tenha o berço necessário à preparação a Lei Orçamentária Anual — LOA, de 2014, um ano muito importante dentro desse primeiro ciclo do Governo da Presidenta Dilma e ao mesmo tempo entendendo o momento que nós vivemos.

Existem várias preocupações por todos nós Parlamentares com relação a diversos pontos aqui abordados pela Ministra Miriam Belchior. E era interessante que a gente já buscasse construir um balizamento, um nivelamento, porque há muita cobrança na Casa com relação à execução orçamentária. É inegável que houve um crescimento de investimento no País, é real; é inegável que nós alcançamos um nível de pleno emprego, é real. Mas ao mesmo tempo nós temos obras estruturantes que foram anunciadas à



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Nação e que andam com uma velocidade muito aquém da necessidade do momento e da demanda necessária para que o País continue avançando.

Cito dois exemplos da minha região: a Transnordestina e a transposição do São Francisco.

A Transnordestina no Ceará virou uma lenda, ela está parada há mais de dois anos; e a transposição do São Francisco, dos três trechos, apenas um foi retomado agora no começo do ano com apenas 180 funcionários, um trecho que comporia uma força de trabalho de quase 3 mil homens.

Isso mostra uma preocupação nossa com relação à questão a execução. E como a execução é fundamental dentro de uma previsão orçamentária, era importante a gente procurar saber se também... Nós não podemos avançar na questão do parâmetro de controle do aumento das despesas correntes com relação à cobrança. Se nós temos investimentos, se o Governo assinou o convênio e se há uma execução das obras, nós temos também que cobrar dos gestores essa execução com relação a esse investimento que precisa ser feito.

Outra questão que também nos preocupa muito, e que eu vivi particularmente, a Ministra Miriam, na época, era nossa coordenadora no Conselho do G-PAC, e eu estava na Presidência da Fundação nacional de Saúde, é o famoso restos a pagar. Nós temos um resto a pagar que cada vez mais compete com o Orçamento do ano em exercício. Nós temos um resto a pagar crescente, já se fala em algo em torno de 176 bilhões de reais, e nós temos todos esses programas para serem executados. Então, nós temos necessidade financeira para o ano em curso.

Como é que o Governo está entendendo esse equilíbrio entre o saldo de dívidas, de compromissos assumidos anteriormente e como é que nós vamos conseguir, apesar da do ponto de vista de crescimento da arrecadação, contabilizar essa dívida de investimento com o Orçamento presente?

O terceiro ponto importante também, que está também colocado aqui no nosso dia a dia, é a questão das áreas que são importantes para o País, mas que não está no abrigo do guarda-chuva do PAC nem do programa Brasil sem Miséria. São dois grandes programas importantes. Nós apoiamos a todo momento, inclusive me orgulho muito de ter participado da elaboração do G-



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

PAC na época da FUNASA, mas nós temos áreas do País hoje, o País que quer ser o maior produtor de alimentos do mundo, e nós não temos o PAC da agricultura. Então, é uma força importante na economia nacional, porque segurou e tem segurado a nossa bolsa de comércio internacional, que é exatamente na agricultura que o País tem conseguido equilibrar essa balança comercial.

Outro ponto importante, muito próximo a nós, e agora com esses grandes eventos que o Brasil faz parte — Copa do Mundo, Olímpiadas, Jornada Mundial da Juventude, o nosso Ministério do Turismo também não é abrigado por uma política de PAC. E aí o Orçamento, inclusive, foi o que teve o maior contingenciamento, no Orçamento de 2013. Isso tem gerado muitos questionamentos na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional com relação como é que nós poderemos avançar no que diz respeito ao turismo internacional, inclusive hoje a balança comercial do turismo é muito desfavorável ao Brasil e a gente precisa alavancar esses investimentos.

E como a gente poderia fazer também esse debate para inclusão de outros setores que precisam ser também aquinhoadas com a política de investimento mais próxima dos programas centrais do Governo e com maior disponibilidade orçamentária?

Outra questão que nos diz respeito e que também está sendo colocada é a questão desse decreto com relação à planilha de preço. Há um questionamento jurídico, que a Ministra Miriam tem essa preocupação, que é dar estabilidade ao processo de execução as obras, mas nós temos vivido aqui um questionamento muito grande se esse decreto precisa ser transformado em projeto de lei para ter força de lei, porque na abrangência de decreto ele não pode ir além do Poder Executivo, não podendo interagir com as execuções, seja a nível de Legislativo e seja a nível de Judiciário, e também podendo ampliar ou não os questionamentos, principalmente com os normativos legais, porque aí um projeto de lei tem uma força superior a um decreto presidencial.

A gente precisa equalizar juridicamente essa questão até para dar um conforto maior a essa execução como também V.Exa. apresentou.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E por último, eu não poderia me negar a fazer esse questionamento, porque há minutos, antes de V.Exa. chegar a esta Comissão, ela quase se transformou numa Faixa de Gaza, porque hoje a discussão aqui quentíssima é a questão do orçamento impositivo para as emendas parlamentares. É um debate que vai permear todo este ano da execução orçamentária de 2013, com a perspectiva de 2014. É um compromisso com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves de colocar em votação. E a Câmara dos Deputados quer ter um entendimento também de como o Governo baliza, entende, como é que a gente pode avançar ou não, inclusive porque do ponto de vista político há também uma defesa importante, que é o que vai dar autonomia inclusive à Casa no que diz respeito à própria tramitação de matéria, porque nós muitas vezes somos achincalhados em véspera de votação importante, como se aqui fosse casa de negócio, de moeda de troca, de balcão. Enfim, dá um papel pejorativo a um poder tão importante da Nação, que é o Poder Legislativo, que precisa ter autonomia, para poder ter uma harmonização maior com os outros Poderes, Executivo e Judiciário, no mesmo nível de tratamento e de respeito.

E a questão da negociação com relação à liberação de emendas sempre macula a imagem do Poder Legislativo com relação a isso.

Então, seriam esses os questionamentos que a gente está fazendo. Temos a perspectiva de ampliar esse debate. Inclusive a gente já está discutindo com o Presidente da Comissão e com a Comissão um cronograma de audiências públicas em outros Estados, em outras regiões para enriquecer ainda mais os debate e vamos cumprir o cronograma, se Deus quiser. Até o recesso nós vamos estar com esse projeto de lei de diretrizes orçamentária votado inclusive no Congresso Nacional.

Obrigada, a Ministra Miriam Belchior pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Danilo Forte, Relator da LDO.

Com o beneplácito deste plenário eu sugeriria que nós encaminhássemos esta audiência pública da seguinte forma: a Ministra responde diretamente ao Relator, devido à importância do trabalho dele, logo



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

após passaremos a ordem dos inscritos. Eu faria blocos de três para Ministra poder responder e podermos dar vazão a esse número de inscritos que nós temos aqui.

Então, com o apoio do Plenário eu passaria a palavra agora a Ministra Miriam Belchior.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, qual a ordem dos inscrito, se V.Exa. puder esclarecer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Sim.

Senador Eduardo Suplicy, Deputado Efraim Filho, Deputado Júlio Cesar, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Severino Ninho, Deputado Bohn Gass, Deputado Afonso Florence, Deputado José Rocha, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Com a palavra a Ministra Miriam Belchior.

A SRA. MINSITRA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Obrigada, Presidente. Meu caro Deputado Danilo Forte, acredito que temos muitos pontos em comum e o senhor citou aqui a preocupação em relação ao andamento de obras importantes para o Nordeste brasileiro. Uma porque tem... As duas representam importante investimento do Governo Federal para reduzir a distância do Nordeste, como o senhor falou, em relação ao País.

Felizmente, nesses últimos 10 anos, o Nordeste tem crescido mais do que o Brasil. E isso trouxe uma inversão nos fluxos tracionais que nós vimos nas nossas infâncias, o senhor lá no Nordeste e eu lá em São Paulo, que era a saída do nordestino para o Sul Maravilha. Agora é o contrário, os nordestinos estão saindo do Sul Maravilha e voltando para o maravilhoso Nordeste.

Quero que a sua preocupação com essas duas obras, que elas têm esse foco eminentemente de desenvolvimento regional, e, no caso do São Francisco, também de levar a água a 12 milhões de brasileiros que têm difícil acesso à água, nós, o Ministro Fernando Bezerra já esteve aqui dando esses esclarecimentos, nós tivemos durante o ano passado um momento de



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

transição. Tivemos que relATAR um conjunto grande de remanescentes de obras. Hoje nós já temos 3.500 trabalhadores nos dois eixos, até julho ultrapassaremos 5 mil trabalhadores. E, já em 2014, teremos água chegando em uma parte do Canal Norte e em uma parte do Canal Leste. E durante o ano de 2015 isso deve se complementar, juntamente com as várias outras obras que serão complementares ao eixo de São Francisco para levar para dentro de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará a água que será transposta.

Da mesma maneira a Transnordestina. O Governador Cid Gomes avançou bastante as desapropriações em todo o trecho do Ceará. E nós esperamos que as negociações que a Transnordestina já está fazendo com as construtoras resultem em um início rápido de obras, que poderá ser feito de maneira mais ágil exatamente porque o Governador Cid Gomes, a quem coube a responsabilidade de fazer os processos de desapropriação com recursos federais, a gente tenha um caminho livre para execução da obra sem dificuldades.

Em relação ao RAP, queria dizer que 70% do nosso RAP é de investimento, não de custeio. Acredito que isso dá bem uma noção de por que a gente tem tanto RAP. Por que começo aumentar o RAP? Porque aumentaram os investimentos públicos no País, que tem uma característica plurianual. Então, acredito que esse é o fato mais importante.

E o senhor sabe que todo dia 30 de junho a gente diz que faz uma limpeza no RAP. Exatamente para retirar aquelas dotações que não precisam mais ficar reservadas para a execução que estava inicialmente prevista.

No que se refere ao investimento, esse RAP será mantido, porque é exatamente para garantir a realização dessas obras. Só para pegar o caso do São Francisco, nós temos certamente mais do que 1 bilhão de RAP para essa obra, exatamente para garantir o andamento mais célere que ela terá durante o ano de 2013 e durante o ano de 2014.

Com relação a outras prioridades...

(Intervenção fora do microfone.)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A SRA. MINISTRA MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Desculpe-me,

Restos a Pagar. Peço desculpas, Senador. Como o Deputado também tratou de RAP, eu entrei aqui no automático. Obrigada, Senador.

O Relator também colocou aqui alguns outros temas que são importantes. E eu queria dizer ao senhor que nós cravamos na LDO as principais prioridades. Não quer dizer que essas são as únicas prioridades da nossa Presidenta. Mas, quando a gente põe uma lista muito grande significa que você não tem prioridades de fato. E essas (*falha na gravação*) os investimentos do PAC e do Minha Casa, Minha Vida. E todas as ações, investimentos e custeio, relacionadas ao Brasil Sem Miséria são as grandes prioridades da nossa Presidenta.

No entanto, peço para o senhor aguardar um pouco até a semana que vem, com o Plano Safra virão uma série de outras medidas, exatamente para alavancar ainda mais o setor da agricultura no País. Especialmente o relacionado à armazenagem dos grãos, dos produtos, enfim, em todo País, que nos parece um elemento muito importante.

Agora quero lembrar que quando gente melhora as nossas rodovias, quando a gente começa a implantar ferrovia e mexe nos portos, certamente também estamos ajudando o setor da agricultura no País. Isso nos permitirá produzir e exportar esses produtos de maneira mais competitiva ainda do que fazemos hoje.

Então, solicito esperar até semana que vem, acho que uma parte das suas preocupações será respondida pelos planos que a Presidenta anuncia na próxima semana.

Da mesma maneira em relação ao turismo. Nós acabamos de fechar com o turismo um montante muito grande de recursos, quase 700 milhões, mas bastante focados, para centros de convenção em todo o País. Exatamente para alavancar as oportunidades que o senhor colocou aqui de investimentos para turismo de negócios e para trazer turistas do exterior. E também para as convenções nacionais aí. São quase 700 milhões de reais voltados para outros grandes eventos que se realizam no Brasil.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O País já andou muito, não estou lembrando a posição, mas estávamos lá embaixo na organização de eventos internacionais, e crescemos exponencialmente nos últimos anos. Acredito que um dos fatores, é claro, é a visão que se tem do Brasil hoje no mundo e também pelo fato de termos uma equipe no Ministério do Turismo, na EMBRATUR, voltada exclusivamente para garantir condições de atração desse tipo de evento.

Em relação ao decreto de custos, primeiro acho que o senhor entendeu bem o espirito de que nós tenhamos transformado isso em um decreto, que é da estabilidade à regra. A LDO pode mudar todo ano e isso gera uma instabilidade para quem se relaciona com o Governo. Nós temos o entendimento de que o decreto é suficiente.

Quero lembrar que, inclusive, no caso do Judiciário é uma resolução do CNJ que estabelece isso. Digamos assim, é o equivalente a um decreto da Presidenta. Então, nós temos clareza disso. A redação do decreto é praticamente idêntica ao que estava na LDO deste ano. Mas podemos discutir se vale a pena e o que vale a pena transformar em lei, mas não por dentro da LDO, por essa questão de ela ser anual.

Por fim, o tema mais *caliente*, que é a questão do Orçamento impositivo. Eu queria dizer aos senhores que hoje a maior parte do Orçamento já é impositiva. Nós temos 88,4% do Orçamento já vinculado. Ou seja, nós temos uma parte bastante pequena, 11% do Orçamento, que é discricionário. Esse eu acho que é um dado importante a gente colocar na discussão.

Nós do Governo temos uma avaliação de que, pelo menos a área jurídica do Governo, poderia haver problemas de constitucionalidade em uma proposta de alteração da Constituição. Acho que esse é um debate que está começando, foi criada uma Comissão específica para isso pelo Presidente da Câmara. E acho que isso precisa ser debatido, mais do que tudo, de maneira serena, e não em uma Faixa de Gaza, como o senhor disse aqui, de maneira serena. E é importante saber que isso não se restringe aqui ao nível federal. É uma regra que valeria também para Estados e Municípios. E uma questão que nos preocupa de maneira especial é, para um Orçamento que já tem 88% de, digamos assim, vinculações



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O ideal é, para um Orçamento que já tem 88% de, digamos assim, vinculações, gerar um engessamento ainda maior do Orçamento e que não se permitam ajustes em momentos em que os ajustes são necessários.

Então, eu acho que este é o bom debate que gostaríamos de fazer, quando somos chamados a nos posicionar sobre esse tema, como o senhor fez agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra.

Dando início aos inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Presidente, Senador Lobão Filho; Senhor orador, Deputado Danilo Forte; querida Ministra Miriam Belchior, do Orçamento, Planejamento e Gestão; Sra. Célia Corrêa, Secretária do Orçamento.

Ministra Miriam Belchior, há exatamente 10 anos, V.Exa., na Casa Civil, como uma das principais Assessoras do Presidente Lula, teve um papel fundamental ao fazer parte do grupo de trabalho interministerial, que envolvia diversos Ministérios, entre os quais, o hoje de Desenvolvimento Social. Estavam lá Ana Fonseca, o Ministro José Graziano da Silva e toda a equipe.

Algumas vezes, dialoguei com V.Exa. a respeito do que estava para acontecer. Naquele semestre, fevereiro ou março, o Presidente Lula lançou o Fome Zero, com o Cartão Alimentação. Mas a partir da reflexão que fez aquele grupo de trabalho, da qual V.Exa. participou, houve a decisão de unificar e racionalizar programas de transferência de renda, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o próprio Cartão Alimentação e para, gradualmente, também incluir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - o PET.

Em outubro de 2003, houve a decisão da criação do Bolsa Família, então por medida provisória. Em dezembro de 2003, 3,5 milhões de famílias estavam já inscritas. E isso teve uma evolução notável. Considero V.Exa. como uma das responsáveis pela decisão sábia acontecida.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

E a evolução daquilo que V.Exa. nos mostra, a compatibilidade do crescimento do PIB, do PIB *per capita* e a diminuição da pobreza extrema, acompanhados da diminuição do coeficiente Gini de desigualdade... Sugiro que coloque os números certos, porque, na verdade, em 2001, em vez de 0,56, estava em 0,594; 2002, 5,0587; em 2012, o último disponível, 0,519. O importante, graças ao trabalhos de V.Exa. e de toda a equipe da Presidenta Dilma, ano a ano, todos os anos, é que diminuiu o coeficiente Gini e com uma tendência muito positiva.

E se, ao final dos anos 90, nós éramos com mais de 0,60, 0,601, um dos três mais desiguais do mundo, hoje, melhoramos muito. Mas ainda somos o 16º mais desigual, portanto, temos muito o que caminhar.

V.Exa. acompanhou, portanto, de perto quando o Presidente Lula sancionou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o programa Bolsa Família, com resultados tão significativos.

Às vezes, surge um problema, como na semana passada, que preocupou muitos, mas se nota quão importante é, inclusive, para aquelas milhares de famílias que acorreram à Caixa Econômica Federal, nas mais diversas sedes e caixas automáticos, para ver quão importante para elas esse programa, para as mães, sobretudo, para muitas chefes de família. A elas normalmente é que se atribui a titularidade do Cartão Bolsa Família.

É importante notar que, assim como os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, também o Renda Mínima, Social e Educação e demais foram aprovados por todos os partidos, nos anos 90, nesta Casa, e também o programa Bolsa Família, ao ser transformado de medida provisória em lei, foi aprovado por todos os partidos. Então, há um consenso importante. O Presidente Lobão Filho há de registrar esse aspecto.

Mas V.Exa. também sabe que, às vésperas daquela data, em 08 de janeiro de 2004, o Presidente Lula sancionou, com a recomendação do então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que lhe disse: “*Como é para ser instituído por etapas, é factível, pode sancionar*”. E o Presidente Lula sancionou a lei que instituiu a renda básica de cidadania, que um dia poderá e deverá acontecer pela lei em nosso País.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Quero lhe dizer que, ainda na última segunda-feira, estive na Secretaria da Receita Federal, no Ministério da Fazenda, em São Paulo, onde, por organização da Escola Superior de Administração Fazendária, para cerca de 400 servidores da Receita Federal e professoras e professores da rede pública municipal e estadual de São Paulo, o Profº Paul Singer fez uma palestra na primeira parte da manhã sobre a economia solidária. E eu cheguei lá para, em seguida, fazer uma palestra sobre o que é a renda básica de cidadania, que V.Exa. conhece.

O Profº Paul Singer, brilhantemente, deu uma aula maravilhosa — foi aplaudido de pé — sobre toda a evolução de como o Governo Lula, o Governo da Presidenta Dilma têm dado apoio à economia solidária, às cooperativas que se formam por toda a parte. Mas ele fez uma referência à importância dos programas de transferência de renda, do Bolsa Família, e da perspectiva da renda básica de cidadania. A certa altura, ele citou: *"Eu até gostaria de ter feito, de ser parte da Comissão que vai pensar em como se fará a implementação da renda básica de cidadania, qual seja, uma possível transição do programa Bolsa Família para o direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de participarmos todos da riqueza de nossa Nação, através de uma renda que, na medida do possível, um dia, com o progresso da Nação, será suficiente para as necessidades vitais de cada um".*

Eu quero lhe fazer uma sugestão. Se V.Exa. achar adequado, que possa propor à Presidenta Dilma, quem sabe, inclusive, com a participação do Profº Paulo Singer, de pessoas como a Sra. Célia Corrêa e outros. V.Exa. saberá muito bem. Com pessoas que poderão pensar e, quem sabe, seja formada uma Comissão para que, no prazo previsível pela Ministra de Orçamento, Planejamento e Gestão, se possa pensar nessa meta. É a sugestão que eu formulo.

E a cumprimento por esse resultado tão belo, para o qual V.Exa. contribuiu tão significativamente. E eu sou testemunha de perto das decisões e das reflexões que foram efetivadas à época, inclusive, muito interagi com Patrus Ananias, com Ana Fonseca, sobre tudo isso que hoje é apresentado



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

como um passo tão significativo e exemplo do Brasil para outras nações, que olham o Brasil como um farol onde muito se tem de aprender.

Parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho) - Obrigado, Senador Suplicy.

Eu pediria a gentileza dos meus colegas — apesar do nosso desejo intrínseco de interagir com essa importante Ministra, ainda temos 10 Parlamentares inscritos — para que pudessem se ater ao que o Regimento prediz — até 5 minutos —, para que todos possam ter oportunidade de fazer suas indagações à Ministra.

Peço também à Ministra, gentilmente, que seja sucinta em suas respostas.

Passo a palavra ao Deputado Efraim Filho, para que possa fazer suas indagações.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, atendendo ao vosso apelo, procurarei me cingir ao tempo regimental de 5 minutos, especialmente após o segundo palestrante do dia, o nosso querido Senador Eduardo Suplicy, ter feio aqui uma brava exposição de todos os argumento que S.Exa. queria expor, mas às 4h24 pretendo cumprir.

Ministra, com muito prazer, recebemos aqui V.Exa. Eu vou procurar me cingir a um argumento de ordem política, um argumento de ordem técnica e ao final farei um apelo a V.Sa.

Primeiramente, sobre o RAP, sou autor de um requerimento de audiência pública aqui, que trata dos restos a pagar. Acho que a presença de V.Exa. aqui pode inclusive fazer com que esse requerimento seja prejudicado, caso as respostas venham abrandar as nossas dúvidas, que são principalmente quanto aos restos a pagar, especialmente nos investimentos, não processados, que foram conveniados, contratados e não estão processados, simplificando a linguagem, são aqueles que ainda não entraram em execução. Normalmente, porque não houve a primeira medição e principalmente porque estão empacados na Caixa Econômica, fruto da dificuldade na análise de projetos, licenças ambientais ou temas referentes à posse de áreas. Então, se a decisão do Ministério for pela prorrogação desses



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

recursos não processados e com a prorrogação do Decreto nº 93.872, de 1986, que é exatamente o tema da audiência pública... De repente, se a palavra da Sra. Ministra, for benevolente e atender as expectativas da Casa, tornará esse requerimento prejudicado por ser desnecessário.

O segundo argumento, Sra. Ministra, é de ordem técnica. A nossa maior dúvida — e vou me fulcrar no que é realmente crucial — é a respeito da LDO: a questão dos expurgos da meta de superávit primário versus austeridade fiscal, quando o Governo se desobriga do cumprimento da meta de superávit primário para o setor público consolidado, não financeiro, tornando a sua compensação uma mera faculdade, ou seja, o Governo já trata a sua meta como sendo só uma mera faculdade. Eu acho que isso é muito difícil. Quando temos uma meta que pede que os Estados e os Municípios tenham também a obrigação de atingir o superávit primário, e o Governo Federal, caso não seja atingida essa meta, tem a obrigação de compensá-los, como está acontecendo este ano, fica realmente uma faculdade como se dissesse se der, deu, se não der, nós não temos o que fazer, infelizmente, a responsabilidade fiscal não foi cumprida. Então, eu acredito — e isso foi tema de debate nesta Comissão — que é uma das modificações extremamente nocivas para o conceito de responsabilidade fiscal. Ela tem um fundamento: garantir a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. As desonerações tributárias hoje podem ser abatidas da meta do Governo Federal, enquanto Estados e Municípios são compelidos a cumprir a meta cheia, mesmo com as desonerações sendo promovidas pelo próprio Governo Federal. E todos sabemos que impactam a receita dos Estados e Municípios.

Então, realmente, gostaríamos de ter a posição de V.Exa. sobre essa modificação na LDO, que, ao nosso entender, transforma a meta em uma mera faculdade, o que não se coaduna com os princípios de responsabilidade fiscal que imaginamos que o nosso Brasil deva prosseguir.

Por último, Ministra, tendo feito esse argumento político e esse argumento técnico, permita-me fazer um apelo. Eu vi V.Exa. falando sobre a questão da transposição. Sou paraibano, então, tenho extremo interesse na obra. Esperamos que a meta, hoje, já alavancada para 2015 possa ser



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

cumprida. Vivemos a seca mais rigorosa dos últimos 50 anos, e o destino foi cruel em demonstrar quão importante é a conclusão dessa obra. Dentro dela apenas um detalhe: parece-me que os novos lotes excluíram o Exército de poder ter algum desses espaços. E o Exército foi um dos primeiros a terminar os primeiros lotes antigos. Então, foram licitados 16 lotes na transposição, nenhum deles do Exército, e a informação que tivemos do Grupamento de Engenharia do Exército é de que eles vão passar o ano 2014 absolutamente parados e ociosos, sem terem o que fazer, e poderiam estar prestando um grande serviço à Nação, colaborando com a conclusão da transposição do Rio São Francisco.

O último apelo é quanto à Transnordestina. Lá na nossa terra tem um ditado muito popular que diz que “pirão sendo pouco, o de casa primeiro”. Mas não é esse o caso. A Transnordestina tem importância extrema na competitividade da região e ela exclui a Paraíba. Ela ultrapassa praticamente todos os Estados da Federação e margeia a Paraíba fora das suas divisas. Nós não temos 1 centímetro da transposição dentro do nosso Estado. Tem várias propostas que nós já levamos em audiências públicas no Senado e aqui de um eixo que iria do Porto de Cabedelo até o eixo de Pernambuco, cortando basicamente João Pessoa e Campina Grande, que são os dois grandes centros.

O apelo que faço é esse. É o que já existe no projeto. Já foi emenda minha em medidas provisórias, que logicamente não era o tema adequado, mas foi mais uma ação política, para não excluir, Sra. Ministra, a Paraíba da Transposição, porque nós temos avançado muito, a Fiat está chegando lá na divisa e isso seria importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Efraim Filho. V.Exa. foi quase econômico, foram 6 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Porque quando começou em 4 min 24 seg, já ia com 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Passo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, Professor Júlio Cesar.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, Sra. Ministra, Sr.

Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu acompanho tudo do Brasil e gosto de comparar. O que eu faço nesta Casa é comparar, para avaliar o nível de exclusão de uns e inclusão de outros, privilégio de uns e exclusão de outros.

Sra. Ministra, V.Exa. falou que o Nordeste tem crescido. Realmente tem crescido, mas a renda *per capita* não cresce. Sra. Ministra, há 70 anos, o (*ininteligível*) aferiu a renda *per capita*... Aliás, foi aferida a renda *per capita* do Brasil. Tem um estudo do (*ininteligível*) do Banco do Nordeste que diz que há 71 anos o Nordeste tinha 47% da renda *per capita* brasileira, hoje é 47%. E digo a V.Exa.: se não fossem os programas sociais de transferência de renda, seria 42%. Isso é benéfico. E por que às vezes a gente cresce e a renda não cresce? Porque nós somos de uma região pobre em que o número de membros por família é maior do nas regiões ricas. Eu concordo com a senhora que tem ano que cresce. Mas com esta seca, Ministra, a senhora vai ver o efeito do crescimento do Nordeste. Vai ter um efeito negativo muito grande nesse crescimento acima da média nacional.

Ministra, eu acompanho também todas essas transferências constitucionais. Em 1988, o IPI representava 50% do Imposto de Renda. Em 1994, o IPI representou 68%, e foi caindo. Eu estou retroagindo para não achar que é culpa de um Governo. É uma culpa histórica. É da União. Então, a senhora sabe que, em 2011, chegou a 17% e no último decênio que os Prefeitos receberam chegou a 10%? E por que isso acontece? Porque a União só tem 42% desse imposto, e ele é regulatório. Em sendo regulatório, todos os incentivos recaem em cima do IPI.

Ora, a senhora não imagina o prejuízo dos Estados, se o IPI fosse mantido no percentual lá da época da Constituição, o que representariam essas transferências. Eram muito mais significativas do que elas representam hoje.

E agora, Ministro, em tudo quanto é desoneração, quem paga a conta é a União, os Estados e os Municípios porque recai em cima dos impostos compartilhados, na sua maioria, com algumas exceções. Eu faço exceção. O que acontece agora?



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

A desoneração da tarifa de energia elétrica, Ministro, foi uma coisa importante para o consumidor feita por um ente federado e paga pelos três. Os Estados dividem o ICMS com os Municípios. Existem Estados que vão perder mais de 1 bilhão este ano, como o Estado do Paraná, por exemplo. Mais de 1 bilhão!

Em relação à dívida dos Estados, Ministro, esse PLP 238 é a coisa mais importante dos Estados brasileiros. E não é para os Estados pobres, não. É para os Estados ricos porque os pobres conseguiram pagar. Com exceção de Alagoas, na maioria os pobres pagaram porque tiraram empréstimo com encargo menor, como o meu Estado, o Piauí, para pagar uma dívida com encargo maior.

Ora, a proposta de substituir pelo IPCA mais 4 limitada à taxa SELIC é a coisa mais racional que poderia ser feita neste País para aliviar exatamente o tanto quanto eles pagam e tiram do seu orçamento de investimento. Em relação à LDO, o Governo se protege. Tira o PAC e o Brasil Sem Miséria do superávit primário, mas não tira os Estados e Municípios. É 1% do PIB, o que vai dar 50 bilhões mais ou menos. O PIB vai chegar em torno de 5. Cinquenta bi. Imagina o quanto eles vão sofrer.

Dê-me mais um minutinho, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Concedido mais um minuto, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu estou medindo também. Já passou.

Ministra, a senhora falou e está aqui no relatório da senhora que o PAC I investiu, executou, até dezembro de 2010, 657,4 bilhões no Brasil. Eu não quero desconfiar nem subestimar a informação da senhora, mas, se fosse possível, Ministra, eu gostaria de ter um relatório de execução ano por ano, Estado por Estado, com a origem desse recurso para tirarmos algumas dúvidas que temos em nossas cabeças em relação ao montante executado, avaliando os números do Brasil.

Por fim, Ministra, o problema do orçamento impositivo — a senhora falou que é quase todo impositivo — sempre foi assim. O problema são os



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

investimentos e, principalmente, aquilo que nós, do Congresso, colocamos no orçamento dentro de uma previsão legal, dentro de uma reestimativa de receita, em que sempre o que é contingenciado e disponibilizado é exatamente a parte que o Congresso Nacional acresce no orçamento.

Eu diria outras coisas, mas vou respeitar o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Júlio Cesar, que ultrapassou só 1 minuto também. Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra à Ministra Miriam Belchior para que possa responder ao primeiro bloco de três Parlamentares. Com a palavra a Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Presidente.

Primeiro quero agradecer ao Senador Suplicy pela minha recomendação a respeito do trabalho desenvolvido. Com certeza, Senador, está entre as coisas que eu mais me orgulhei de ter feito nesses últimos 10 anos no Governo Federal, apesar de a minha participação ter sido limitada ao período de elaboração da proposta de junção dos programas de transferência de renda, junto com a Ana Fonseca, a Tereza Campello e muitos outros que o senhor já citou aqui.

Para ser bem rápida, como me solicitou o Presidente, em relação aos números aqui que o senhor disse que há alguns ajustes. O pessoal aqui me diz que esses números estão assim porque há um ajuste porque nós não tínhamos na PNAD, até 2004, a região Norte. Então foi feito um ajuste geral porque senão a gente compararia banana com laranja, sem a região Norte. Depois a PNAD passou a considerar região Norte. Mas eu vou pedir para verificar, de qualquer maneira, os números, como o senhor está me falando, mas há esse ajuste metodológico para poder comparar os diversos anos.

Eu me lembro bem... Na verdade, eu ainda estava na assessoria direta do Presidente Lula, eu só fui para a Casa Civil em 2014. Eu me lembro bem quando o Presidente Lula e o ex-Ministro José Dirceu me pediram para explicar o que nós estávamos pensando para o Bolsa Família — que não se chamava assim à época — e como isso se comunicaria com a renda básica de cidadania.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Como o senhor disse, naquela época era um passo importante a ser dado, e ele só se consolidou durante esses 10 anos. Eu acredito que as medidas que a nossa Presidenta Dilma Rousseff adotou, a partir do trabalho da Tereza Campello com o Brasil Carinhoso, são mais um passo nessa direção que o senhor coloca, exatamente por garantir a todo mundo uma renda mínima. Ainda com corte, é o possível neste momento, mas certamente já podemos começar. Como a Presidenta diz, é só o começo. Nós estamos começando um novo momento a partir dessa erradicação da extrema miséria.

Eu acredito que, da mesma maneira que conseguimos fazer o Bolsa Família, garantiremos essa renda mínima para um outro conjunto de famílias, especialmente as que têm crianças. Nós estamos indo na direção e na progressão prevista no seu projeto de lei que foi aprovado por este Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula.

Acho que nós estamos nessa linha. Certamente levo para o Governo a sugestão de criação de um grupo de trabalho a respeito de como pensamos os próximos passos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado.

Meus parabéns!

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Senador.

Deputado Efraim Filho, da Paraíba, que tem um monte de obras na vertente litorânea, que tem não só um número de obras importantes contra a seca, mas também pelo desenvolvimento do Estado, juntamente com o resto do Nordeste, em relação aos restos a pagar, ao RAP, eu estou supondo que o senhor está especialmente falando das transferências voluntárias em geral, especialmente das emendas parlamentares.

Quero lembrar que nós estabelecemos uma nova regra que dá, no mínimo, 1 ano e meio para uma obra ter o primeiro desembolso, o que nos parece um tempo até grande demais, mas um tempo que é realista para um executor, seja um Estado, seja um Município, possa executar um convênio com o Governo Federal.

Fizemos junto com isso uma nova portaria que rege as transferências voluntárias em que garantimos até determinado limite a antecipação do recurso



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

na conta exatamente para equacionar outro problema apontado pelos Parlamentares e pelas associações de Municípios ao Governo Federal. Ao fazermos essa nova regulamentação equacionamos outro problema, que é o fluxo de recursos, para não termos obras paralisadas e para não haver problema de prestação de contas para os executores, Prefeitos ou Governadores de Estado.

Podemos discutir outros detalhes, mas eu diria ao senhor que nós temos uma regulação muito melhorada a partir de 2011, que garante o período de 1 ano e meio e muda a regra de execução para garantir que o recurso de fato flua para quem tem que executar essas obras. Parece-nos que isso está funcionando de maneira adequada. É uma regra clara para todo mundo, e não vislumbro, até este momento, razão para a gente mudar essa regra, que nos parece ter amadurecido bem em relação ao momento anterior, que, sim, tinha, digamos, uma instabilidade maior do que a que a gente tem hoje em função dessas mudanças que fizemos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Ministra, o fato superveniente foram as eleições municipais, que realmente deixaram as administrações, algumas até com descontinuidade. Alguns Prefeitos só vieram tomar pé de muitas obras agora. Então, seria esse o argumento que nós traríamos ao conhecimento...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - É certo. Mas vamos lembrar que só as emendas de 2011 que “caíram” agora em junho, para dizer o nosso jargão mais direto aqui... Algumas foram, inclusive, no meio de 2011, o que dá, na verdade, 2 anos. Uma parte, que foi feita no final do ano, teria pelo menos 1 ano e meio. Podemos, como eu disse, aqui discutir, mas nós estamos achando que nós fizemos uma mudança que era importante, e ela tem funcionado bem nesses últimos anos.

Em relação à questão do abatimento do superávit, primeiro, nós estabelecemos o superávit no mesmo percentual do PIB, que é 3,1. O que nós temos é uma margem, que é a margem de abatimento, que pode ser, agora, ou de investimento, através do PAC, ou de desonerações. Dependendo de como vai a economia, o Governo usa ou não essa possibilidade de abatimento. Nós



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

tivemos vários anos com essa possibilidade de abatimento e não usamos essa possibilidade de abatimento. Então, não nos parece... Pelo contrário. Até, o Presidente do Banco Central esteve nessa Comissão. O próprio Banco Central calcula essas possibilidades. Se não forem cumpridos os 3,1, se houver o abatimento, continua sendo cumprido o superávit. Mas, com o abatimento, mesmo assim, nós continuaríamos reduzindo a nossa dívida. Ou seja, a preocupação com a solidez fiscal não está afastada, em nenhum momento, das intenções do Governo.

Em relação a Estados e Municípios... Acho que o senhor falou também sobre isso...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É. A justificativa sobre a mudança referente aos Estados e Municípios.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Nós achamos que nós precisamos ter coerência na nossa política fiscal. Da mesma maneira que nós damos aos Estados, por exemplo, o PROINVEST, que está permitindo não lembro quanto na Paraíba... Mas, certamente, são centenas de milhões de reais. Eu não sei se chega ao bilhão. Eu não me lembro aqui agora quanto é o PROINVEST da Paraíba. Mas, para que o Estado possa usar isso, é necessário ter a possibilidade desse abatimento, porque senão também eles não poderiam executar. Ficariam amarrados para a execução desses investimentos. Aqui, o nosso foco é centrar no investimento ou na desoneração, o que é fundamental para aumentar a nossa competitividade, melhorar o ambiente de negócios e aumentar o crescimento do País.

Em relação à participação do Exército nas obras públicas, Deputado, eu acho que o Exército nos deu, especialmente no início do PAC — talvez até um pouquinho antes, quando estávamos começando a pensar que nós precisávamos fazer investimentos em infraestrutura no País... Foi central. Os batalhões do Exército foram muito importantes. Começaram na BR-101 na Paraíba, que já está toda duplicada. Foi extremamente importante. A gente continua trabalhando com o Exército em uma série de obras. O que nós estamos é fazendo um ajuste para que isso se dê de maneira equilibrada também no tamanho das pernas, do que os nossos batalhões do Exército têm



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

condição de fazer. Então, a despeito de não estar na continuidade das obras do São Francisco, o Exército continua fazendo parte do nosso leque de opções para garantir as obras que precisamos realizar.

Com relação à sua última questão, que é um ramal da Transnordestina passando pela Paraíba, o senhor sabe: nós temos um pacote de obras públicas do PAC. A Presidenta lançou um primeiro lote de 10 mil quilômetros de ferrovias — aqueles que foram considerados os mais estruturantes para o País. Eu tenho certeza de que nós não vamos parar por aí. Durante esse segundo semestre, esses leilões começarão a ir para a rua — tanto de rodovias e de ferrovias, quanto de portos

Eu tenho certeza de que nós não vamos parar por aí. Durante o segundo semestre esses leilões começaram a ser lançados: rodovias, ferrovias e portos. Acredito que o leilão dos portos possa sair até antes disso. Talvez num segundo lote a gente possa pensar em ramais complementares. Entre eles, certamente vamos analisar o caso da Paraíba e a sua importância estratégica regional, especialmente.

O Deputado Júlio Cesar centrou sua fala em comparações de renda, transferência de receita, impacto das desonerações.

Eu acho, Deputado, que nós precisamos pensar no País como um todo. E, para pensar nisso, nós precisamos estar juntos. E os senhores sabem aqui a dificuldade de se discutir reforma tributária. Há discussão aqui sobre o ICMS, sobre a dívida. Essas são discussões complementares, não são fáceis. Mais do que eu, os senhores sabem muito bem isso, porque vivem aqui esse clima acalorado de discussões, especialmente das discussões federativas. Mas acho que está no momento de o Brasil enfrentar essas questões.

Demos um salto muito grande nesses últimos 10 anos, com conquistas importantes de solidez fiscal, de melhor situação social do nosso povo, conseguimos melhorar muito a vida no Nordeste, não tudo o que a região precisa, mas o País precisa dar um novo salto. Além desse salto, nós precisamos dar outro. E, para isso, o Brasil precisará enfrentar questões importantes como essas que o senhor colocou aqui — e parte delas está em discussão aqui no Congresso Nacional.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O senhor falou a respeito da LDO, se os Estados têm ou não o que fazer. Eu já respondi um pouco aqui. Quer dizer, nós precisamos garantir que os Estados façam também a sua parte em prol do crescimento econômico, fazendo os investimentos que a população de cada Estado precisa. Então, para nós não há problema em fazer essa alteração para garantir que os Estados também possam contribuir para o crescimento do País.

Em relação à execução do PAC, eu queria dizer ao senhor que nós fazemos relatório de 4 em 4 meses. Há um relatório físico e um relatório disponibilizado no Internet. Normalmente, nós mandamos a todos os Parlamentares um exemplar desses relatórios, mas, de qualquer maneira, reenviarei ao senhor o Relatório Final do PAC I. No dia 7 a gente deve fazer o próximo balanço do PAC. Eu mandarei ao senhor esse relatório atualizado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Ministra.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Valtenir Pereira.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, Sr. Deputado Danilo Forte, Relator, Sra. Ministra Miriam Belchior, Secretária de Orçamento, Célia Corrêa, Parlamentares, primeiramente, quero fazer aqui uma explanação.

A Ministra disse que 87% do Orçamento já é impositivo. Claro. Existe FPE, FMP, dívida pública, servidores, custeio da máquina. Nossas emendas não significam nem 2% desse Orçamento e são muito importantes para nós. Eu vou dar um exemplo. Eu destinei 150 mil reais para que fosse feita uma adequação na Feira de Alta Floresta — e fiz isso em alto e bom som, em 2009. Coloquei no Orçamento no final de 2009 para 2010. Em 2010, de 12 milhões, só liberaram 5 milhões. Esses 150 mil não foram liberados. Quer dizer, eu fiquei como mentiroso lá na minha cidade, lá na cidade de Alta Floresta, porque, em alto e bom som, eu fiz o compromisso, coloquei a emenda, mas não adianta eu levar lá o papel e dizer: *"Eu botei, não é culpa minha"*. *"Não! O Deputado Valtenir promete e não cumpre."*

Então, isso é muito ruim para a classe política como um todo, não só para os Parlamentares. Por isso, o orçamento impositivo é de fundamental importância.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Não vejo nenhuma razão em declarar o orçamento impositivo como inconstitucional, porque trata-se de uma emenda constitucional que não fere a forma federativa, não tira o voto direto, secreto e universal, não fere os direitos fundamentais do cidadão e nem fere a separação dos Poderes. Então, nós estamos absolutamente tranquilos com relação à constitucionalidade da proposta de emenda à Constituição.

Sobre a questão da antivigência do Orçamento, há várias ações aqui que acho importantes — caso o Orçamento, como aconteceu no ano passado, não seja aprovado a tempo e modo, até 22 de dezembro, sendo prorrogado para fevereiro ou março — como despesas obrigatórias, bolsa de estudo, ações de prevenção a desastres, financiamento a estudantes, formação de estoque público, aplicação mínima em saúde.

Sobre os investimentos do PAC e investimentos em empresas estatais, nesse caso, se ficar liberado, quer dizer praticamente 80% do Orçamento... Nem será preciso aprovar o Orçamento para 2014. Nós precisamos avaliar com muito carinho esses dois itens.

Em relação à Defensoria, eu queria parabenizar a Ministra. Há 40 novos defensores. Nós estivemos lá em reunião, e a senhora firmou o compromisso. Já estão sendo chamados 40 defensores. Aproveito a oportunidade para informar que o Ministro José Eduardo Cardozo mandou expediente pedindo para se chegar a 140. Esta aí para a senhora dar uma analisada com carinho.

Para finalizar, Ministro, quero passar em mãos a V.Exa. aqui um CD. Eu estive na gleba Suiá Missu, lá no Posto da Mata, onde houve a desintrusão. Pegaram famílias humildes, famílias carentes, e praticamente os jogaram na beira da estrada. E as Prefeituras, cinco Prefeituras, não estão tendo condições de atender às demandas dessas famílias. São famílias que estão nos barracões de igrejas, em centros comunitários, debaixo de lonas. Famílias que estavam há 20 anos, 30 anos, produzindo, mas de uma hora para outra tiveram que abandonar tudo, tiveram suas casas destruídas. Levei uma equipe lá para fazer esse levantamento, ouvir essas famílias.

A minha estratégia com este CD é fazer um requerimento para convocar três Ministros: a Ministra Tereza Campello, a Ministra Maria do Rosário, dos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Direitos Humanos, e o Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário. Para quê? Para que eles possam ir até lá ver a penúria dessas famílias, os problemas que estão enfrentando.

Uma senhora de mais de 70 anos — e a senhora vai poder observar aqui — chega até a se ajoelhar. Uma cena muito chocante, porque ela estava trabalhando, plantando, tirando o seu sustento. De repente, tiraram-na de lá. Chegaram a assentá-la em outro local, mas nesse lugar, na época das chuvas, tudo fica inundado. O seu barraco é invadido pelas águas, fica úmido, etc. Não deram a ela condições para retomar sua vida.

Então, gostaria de passar este CD às mãos de V.Exa. Peço ao Presidente que determine à Assessoria da Mesa a entrega deste CD à Ministra.

Eu gostaria, Ministra, como encaminhamento dessa questão da Suiá Missu, assim como naquela oportunidade em que eu falei com a senhora sobre a questão das hidrelétricas, que a senhora pudesse definir alguém da sua equipe para a gente começar esse diálogo dentro do Governo, para resolver essas questões com esses Prefeitos.

Então, essa é a minha participação. Agradeço a oportunidade, mesmo tendo exacerbado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Valtenir Pereira. V.Exa. não exacerbou o tempo, foi rígido aos 5 minutos concedidos.

Passo a palavra ao Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, inegavelmente, o Governo tem conseguido resultados muito bons na criação de empregos, na inclusão social, na redução das taxas de juros, muito embora recentemente tenha aumentado a Taxa SELIC, até na infraestrutura tem conseguido avanços.

A senhora citou aqui medidas para acelerar o crescimento. Entre elas, redução da taxa de juros, desonerações, redução do *spread* bancário, manutenção do câmbio em patamar mais competitivo, e por aí vai.

Eu sei que o Ministério do Planejamento não tem muito a ver com a educação, mas sem educação não se planeja. Primeiro, é preciso educar o



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

povo para que ele saiba planejar. E o Brasil não tem sido muito competente nessa área. Nós somos um País que está abaixo de países da América do Sul na quantidade de mestres, de doutores, de pessoas com segundo grau.

Há uma falta de vocação para ser professor. Isso vem sendo dito no País, enfim. Há também quem diga — e eu concordo — que não temos conseguido um crescimento melhor por falta de mão de obra qualificada. Ouvi notícia de que o Brasil precisa de 100 mil caminhoneiros e não há caminhoneiros para suprirem essas vagas.

Então, vendo aqui essa explanação de V.Exa., só ouvi falar de educação aqui duas vezes. Na parte final, que fala da antivigência do Orçamento, que fala em bolsa de estudo e financiamento ao estudante. Então, aqui passamos alguns meses debatendo o PNE, tentando aprová-lo. E foram aprovados os 10% do PIB para a educação. A Câmara aprovou, está no Senado, e eu não tenho visto muito empenho das Lideranças — e até políticas — para que a educação tenha esses recursos.

Então, eu gostaria de saber a opinião da senhora sobre esse tema e ver como o Governo pretende enfrentar esse grave problema da educação. O aprendizado em Matemática é uma calamidade; em Português, chega a 23% apenas dos que deveriam aprender o conteúdo da Língua. Essa é uma parte da minha indagação.

Em segundo lugar, faço aqui uma pergunta sobre o endividamento médio das famílias, que atingiu nível extraordinário de 44%. Ainda assim, diante desse quadro preocupante, o Governo se coloca favorável à política de expansão do crédito. Esse é o caminho mais perigoso, a nosso ver, para garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional, pois vem, comprovadamente, pressionando o nível de inflação e vive o risco constante de inadimplência, que aumentará ainda mais mediante a necessidade de elevação da taxa de juros básica, atitude que o Banco Central já acenou como caminho a ser trilhado.

Diante desse quadro, é certo que haverá frustração na arrecadação fiscal, e, consequentemente, trará desequilíbrio e provável não atingimento da meta de superávit primário, acarretando aumento do custo da dívida pública.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

De todo exposto, assim sendo, como é que o Governo pretende manter os níveis de investimentos anunciados? O Governo não deveria estar incentivando a poupança e tomando medidas mais austeras para o incremento da poupança interna?

São essas as minhas colocações, a primeira voltada para a questão da educação, também lembrando que a desoneração deu resultados em anos anteriores, mas não vem conseguindo dar os mesmos resultados nos anos próximos. Isso vem penalizando os Municípios, os Estados, porque perdem receita, os Prefeitos e os Governadores não conseguem investir naquilo que deveriam investir. Com isso, o País deixa de crescer porque sem investimento, a nível de Prefeitos e Governadores, o Governo Federal também perde o PIB, deixa de crescer como deveria crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Severino Ninho. Passo a palavra agora ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Obrigado, Presidente, Senador Lobão Filho; colega Deputado Danilo Forte, nosso Relator; Ministra, é um prazer enormevê-la aqui. É a primeira vez que participo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e fico feliz aqui por isso. Saudações também à Célia, que a Secretaria da Comissão.

Primeiro, quero fazer um registro que acho importante — aliás, foi feito muitas vezes, mas quero sublinhá-lo. A gente sempre escutava que era necessário que o Brasil crescesse e que, num dia, estando ele forte e crescido em sua economia faria distribuição de renda. Então, dissociava aquela ideia de crescer e num momento forte faria distribuição de renda.

Acho que a ideia fracassou e ficou exitosa a proposta trabalhada desde o ano do Presidente Lula; em seguida, agora, com a Presidenta Dilma, é necessário fazer a economia crescer, mas, enquanto ela cresce, precisa ser desconcentrada com programas de distribuição de renda.

Eu acredito que hoje o resultado do Brasil que cresce, do Brasil que tem emprego, do Brasil que cresce descentralizadamente das regiões, do País que tira as pessoas da extrema pobreza, inclusive incomoda alguns. O êxito do



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

programa Bolsa Família, neste período em que estamos nos aproximando de eleições, deixa as pessoas meio assustadas. É preciso desconstituir o programa Bolsa Família.

O Bolsa Família superou as expectativas. São mais de 24 milhões de pessoas que saíram da extrema miséria. Quatorze milhões de famílias brasileiras recebem o Bolsa Família. E diferente do que alguns que têm preconceito contra pobres pensam e dizem que o programa ajudaria, mas também manteria as pessoas na pobreza, o Governo “linkou” todos os programas, o Brasil Carinhoso, o Brasil Alfabetizado, os programas do PRONATEC, os programas da Saúde e da Educação fazendo a nossa felicidade aconteça não apenas quando entregamos às pessoas um cartão, mas quando as pessoas entregam esse cartão de volta. Aí reside a verdadeira felicidade quem faz gestão pública.

Eu quero sublinhar esse aspecto como bastante exitoso e que nos dá condições de podermos apresentar o Brasil do jeito que está hoje.

Em segundo lugar, eu quero refletir sobre o programa que o Governo lançou, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em mais de 4.800 mil Municípios no País com menos de 50 mil habitantes, e que distribui motoniveladoras, retroescavadeiras e caminhões-caçamba.

Ouvi muitos Prefeitos, Ministra, dizer que durante seus 4 ou 8 anos de governo não conseguira comprar uma “amarelinha” — é assim que o povo chama a tal “patrola”. Mas hoje o Governo está entregando essas máquinas sem pedir contrapartida.

O segredo desse programa, além de haver o recurso, é que as máquinas foram compradas da indústria nacional.

Eu quero sugerir que, e aqui vai uma reflexão positiva, o Governo ouse ainda mais na sua relação com os Municípios e com os Estados. O Governo poderia fazer compras para consórcios. O Governo poderia fazer compras... Poderia permitir aos Município se adequarem aos editais lançados. Uma “patrola” comprada individualmente custa mais de 600 mil, essas saíram por 380 mil.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Então poderíamos estudar sobre essa possibilidade. Acho que o Planejamento é o lugar certo para fazer com que mais compras como essas sejam feitas, permitindo aos Municípios adquirirem equipamentos que os estruturem, ajudando a população naquilo que precisa, como no caso de estradas, que são tão necessárias no interior. E isso, ao mesmo tempo, irá aquecer ainda mais a indústria nacional. Portanto esse tema é importante.

Que possamos criar consórcios como, por exemplo, consórcio dos Municípios para usinas de asfalto. Hoje o custo do quilômetro do asfalto é mais que o dobro do que seria se os Municípios o comprassem de forma consorciada, financiada ou com disposição do Orçamento para a área. Então sugiro que nos aprofundemos mais nesse ponto, levando em consideração o êxito do programa.

Terceiro, o tal do “orçamento impositivo” que nós tanto falamos aqui. O problema é que nós não fomos eleitos para fazer orçamento. Quem foi eleito pelo povo brasileiro foi o Executivo, o Prefeito. O Vereador vai impor ao Prefeito um orçamento? É disso que estamos falando. Não estamos tratando aqui apenas do Orçamento da União, mas também dos Estados. Vários Deputados e Senadores aqui foram Perfeitos. V.Exas. querem agora que os Vereadores façam indicações orçamentárias, e que isso seja impositivo?

Eu acredito que essa não é a melhor democracia. Na República, nós temos o Executivo com essa função republicana e constitucional. O Parlamento, obviamente, vai avaliar, vai votar, mas isso é função do Executivo. E se isso serve como moeda de troca e fica, pejorativamente, colocado aos Parlamentares? Acredito que Parlamento é o grande responsável por essa pecha, quando ele, por exemplo, não vota, porque espera que determinada emenda seja liberada. Não dá pra jogar a culpa apenas para o Executivo. O Parlamentar também tem responsabilidade.

Portanto, como temos essa porcentagem já definida constitucionalmente, nós poderíamos e deveríamos avançar não no que se refere às emendas individuais, mas aos programas. Imaginem, eu vou fazer uma emenda para colocar uma “patrola” em um Município. Feliz daquele Município que me elegeu. O seu território, que é um voto distrital, ganhou uma



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

“patrola”. O Governo está fornecendo “patrolas” para 4.800 mil Municípios.

Olhem a diferença!

Então eu tenho que estar feliz por esses 4.800 mil Municípios e não porque eu garanti uma ponte ou uma emenda para um único lugar. É muito pequeno isso. Esse é o debate que nós temos que fazer.

Quero dizer, com toda a tranquilidade, que temos que dialogar com o Governo pela execução, acho que isso é correto, mas temos que cuidar para não colocar previsões orçamentárias porque são previsões de receita, e como vamos fazer execução orçamentária fechada, é previsão de receita. Isso que é o Orçamento: uma previsão. Não posso fixar uma aplicação da despesa se não tenho uma previsão da receita.

Acho que temos que conversar bastante sobre esse tema, na Casa há comissões que estão debatendo isso, mas quero com isso manifestar minha opinião sobre esse ponto.

E por último, para não extrapolar meus cinco minutinhos. Já extrapolei. Posso ter mais trinta segundinhos?

Ouço muitos Prefeitos dizerem “*Não, mas o Governo fez desoneração, com o chapéu alheio, está prejudicando os Municípios e tal.*” O Governo fez essa desoneração para não ter empresas fechando no Município, para não ter filas de desempregados nas Prefeituras. É verdade, passa a ter um pouco menos de receita, mas não tem uma fila de desempregados na Prefeitura.

Era isso que acontecia em outras épocas. Fui Deputado Estadual por 14 anos e acompanhei várias situações em outros Governos em que os Municípios estavam quebrados, não tinha essa desoneração, e o Fundo dos Municípios não funcionava. Hoje tem desoneração, mas tem emprego, tem vida nos Municípios.

Temos que cuidar um pouco desse tema, me parece que é um argumento importante para defendermos, porque senão os Municípios acham que estão fazendo doação com o chapéu alheio, o que não é verdade, é um projeto de País que temos que debater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Passo a palavra a Ministra Miriam Belchior para que possa responder a esse bloco de Parlamentares.

Com a palavra a Ministra.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigado, Senador. Começo pelas observações do nosso querido Deputado Valtenir Pereira, do Mato Grosso.

Primeiro, vou pela ordem porque é onde terminou com o Deputado Bohn Gass, na questão do orçamento impositivo.

Nós temos uma avaliação que fere uma das cláusulas pétreas da Constituição, que é a separação de poderes. Mas essa, repito, é uma discussão, tem uma comissão, vão ser chamadas pessoas para debater, mas a nossa avaliação jurídica é essa.

Segundo, que eu acho mais importante, o que temos tentado fazer, Deputado Severinho Ninho, nesses últimos anos, é trabalhar de maneira mais equilibrada essa questão das emendas.

Mantivemos basicamente o mesmo patamar de empenho, aumentamos o patamar de pagamento das emendas, porque houve um tempo em que as emendas eram empenhadas e o nível de pagamento era baixíssimo. Nós mudamos as regras de repasse de recursos aos conveniados, ou seja, tem uma mudança, do meu ponto de vista, qualitativa importante no que se refere às emendas parlamentares. Acho que isso precisa ser visto no âmbito dessa discussão a respeito do orçamento impositivo, seja ele total, seja impositivo apenas para as emendas parlamentares.

Precisamos ver isso também em perspectiva com o Congresso Nacional. E só um dado que acho importante também todo mundo conhecer: só as emendas individuais, no limite cada Parlamentar, propostas aumentaram de 2002 para cá quatro vezes o que aumentou a receita administrada pelo Governo Federal. Esse é um elemento importante. Precisamos conversar a respeito dessa evolução das emendas individuais *versus* o aumento da receita.

Em relação à inteligência, que o senhor colocou, o que eu acho importante conversarmos aqui? Primeiro, é interesse do Governo, e suponho que seja do Congresso Nacional, aprovar o Orçamento antes de o novo ano



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

iniciar. E o Governo tem trabalhado. Trabalhei com o Relator, Senador Jucá, de maneira muito próxima. A Comissão de Orçamento no ano passado funcionou muito bem, estava tudo prontinho para votar. Digamos que foi um fato extracongresso que acabou provocando a não possibilidade de votação do Orçamento antes do recesso parlamentar do fim do ano.

Então, ante vigência é só para essas ocasiões. E é do interesse do Governo ter o Orçamento aprovado.

E eu queria dizer aos senhores o seguinte: todo lugar que eu ouço ou leio é demonizando o custeio e a importância do investimento. E aí, na hora de definir a ante vigência do Orçamento, eu garanto custeio e não garanto investimento. Parece-me uma incongruência. Se todo o mundo acha que o investimento que é importante, que custeio é desperdício, eu tenho restrições a essa visão, ressalvas, como diz o Deputado.

Eu acho que o Bolsa Família, na lógica orçamentária, é custeio. Estou longe de achar que ele é um desperdício. Outra coisa é o custeio administrativo, que a gente precisa cuidar e segurar o máximo que pode.

Então, se todo o mundo acha que o importante é o investimento, por que não há regra para execução do investimento, se o orçamento não for aprovado? Parece-me que é um equívoco. Todo o mundo acha que o investimento é o importante, só que ele não pode ser executado. Eu gostaria que isso fizesse parte do debate aqui da Comissão a esse respeito.

Quero lhe afiançar que eu, como Ministra do Planejamento, a Secretária Célia e a Presidenta da República temos o máximo interesse que o Orçamento seja votado por este Congresso e executado a partir dessa votação. Não temos nenhuma prática de postergar a votação do Orçamento; pelo contrário, queremos a votação do Orçamento.

Eu cumpri meu compromisso com todos os Parlamentares, inclusive além do que estava previsto no Orçamento. A gente conseguiu! Então, vamos por parte. Vamos cumprir o meu compromisso aqui e a gente analisa novas demandas adiante.

Em relação à região onde houve desintrusão, vou levar, o senhor já me deu aqui, o Ministro Gilberto acompanhou esse processo pessoalmente e acho



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

que foi lá mais do que uma vez na região. Vou, então, fazer chegar às mãos desses Ministros que o senhor citou inclusive esse material.

O Deputado Severino Ninho, de Pernambuco, em relação à educação... Se não me engano, o Ministro Aloizio Mercadante esteve aqui recentemente debatendo essa questão. A questão da educação, para nossa Presidenta, é uma questão chave, o salto que o País precisa dar passa pela educação, é outra unanimidade que a gente não precisa se aprofundar, pelas razões que ela é tão estratégica. Agora, acho que esse Governo tem feito medidas importantes no que se refere a isso. Primeiro, revinculou, em 2010, os recursos da educação, uma conquista importante. Tínhamos uma DRU que atingia os recursos da educação e isso foi revinculado, digamos assim. Temos uma regra de 18% das receitas dos impostos para educação. Em 2011, a Presidenta Dilma executou 19,4% e, em 2012, 25,6%. Portanto, quase 40% a mais do que a regra constitucional determina. Então, acho que isso dá bem a importância que o Governo da Presidenta Dilma dá a esse tema.

O senhor sabe que esses 10%, claro, não são só federais e nem só públicos, mas, como disse o Ministro Mercadante, equivale a duas CPMFs. Não estamos no momento de aumentar a carga tributária. Todo o nosso esforço é de reduzir a carga tributária para garantir a competitividade do País.

Então, eu acredito que precisamos... A Presidenta mandou para cá uma proposta para vincular esses recursos aos *royalties* de petróleo, que nos parece a fonte possível e não nova de recursos para garantir esse recursos para a educação. Então, eu acredito que a posição do Governo está clara a respeito da importância desse tema e de como garantir recursos para que isso possa acontecer.

Outro ponto é uma avaliação mais global que V.Exa. faz a respeito do crédito, enfim das medidas adotadas na economia.

Temos convicção do que estamos fazendo. Entendemos que devemos desonerar sim. Acreditamos que precisamos garantir o crédito para as famílias, mas especialmente para o investimento. O nosso crédito habitacional, por exemplo, cresceu espetacularmente nesses últimos 1º anos, mas está muito abaixo de qualquer nível internacional.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Com a renda crescente e com os juros caindo para um patamar muito mais próximo dos níveis internacionais, o crédito se torna seguro. Temos um sistema bancário muito mais sólido do que vimos nesses últimos anos pelo mundo afora.

Portanto, os níveis de inadimplência estão bastante instáveis. Então, isso não nos preocupa. Acreditamos que essa é uma alavanca importante para o nosso desenvolvimento, tanto para o crédito individual, quanto, mais especialmente, para o crédito para investimento para o País seguir crescendo.

Até a poupança mais tradicional tem batido recordes de depósitos meses, exatamente alavancando a poupança do País, bem mais a individual.

Nós temos convicção da importância das desonerações. Como disse aqui o Sr. Deputado Bohn Gass, temos de ter aqui uma visão de País em que todos precisam participar dessa visão de País e fazer essa discussão federativa, que considero muito importante pela forma como conseguimos dar os passos que o País precisa com o maior equilíbrio possível entre os 3 entes federados.

Sr. Deputado Bohn Gass, agradeço a V.Exa. as observações a respeito das conquistas dos últimos 10 anos, inclusive as suas observações em relação ao orçamento impositivo e as desonerações e dizer que sua proposta de analisarmos outras possibilidades é o que estamos fazendo. Vemos nisso uma oportunidade importante de alavancar especialmente os pequenos municípios. Sei que essa é uma decisão soberana do Congresso, mas acho que seria um retrocesso se voltássemos atrás na decisão de restringir a criação de novos municípios. Uma parte substancial deles sem receita suficiente. A criação de novos municípios não vai ajudar nessa situação.

Desculpem-me o parêntese, mas sinto-me na obrigação de falar a esse respeito.

Estamos todos aqui. V.Exa. tem razão. Foi uma medida bastante importante essa de fornecer equipamentos aos municípios, especialmente os menores. Isso junta vários aspectos: ajuda o município; garante melhor manutenção das estradas vicinais, a maior parte das vezes para fazer a distribuição da produção e, ao mesmo tempo, alavancando a indústria nacional.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Boa parte daqueles número que mencionei dos bens de capital têm a ver com essas encomendas do governo que fizemos durante o ano passado que estão mostrando seu resultado neste momento.

Nesse sentido, o Sr. Olavo, da SAF, que lida exatamente com isso. Inclusive, brincamos dizendo que ele é o “Presidente do Sindicato dos Prefeitos” trouxe para nós a proposta das usinas de asfalto. Então, estamos analisando outras iniciativas no caso da área da seca no Nordeste. Além dos 3 equipamentos que V.Exa. abordou. Estamos colocando outros equipamentos para permitir pequenas barragens, para que os prefeitos mesmo possam executar esse tipo de intervenção para ajudar a enfrentarmos a situação de seca. Muita obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado, Sra. Ministra.

No último bloco, passo a palavra ao Sr. Deputado Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente Lobão, Sra. Ministra Míriam, Relator da LDO Deputado Danilo Forte, Secretária Célia. Rapidamente alguns dos temas que eu pretendia tratar, obviamente já foram tratados, mas gostaria de registrar que não foi exatamente uma Faixa de Gaza. Foi uma disputa política com recursos ao Regimento da nossa parte e, parcialmente, uma derrota que pretendemos reverter num futuro próximo.

Conseguimos aprovar o relatório do Deputado Berzoini, retirando a obrigação legal do Governo Federal de assumir a parte dos Estados e Municípios com relação ao cumprimento superávit fiscal entendemos o superávit primário, entendemos que isso é fundamental. Inclusive, V.Exa. já visitou o tema agora, trazendo mais argumentos a favor da posição.

E, com relação às emendas Parlamentares impositivas, na forma da emenda apresentadas pelo Deputado e ex-Governador, Esperidião Amin, ela se refere a emendas aprovadas no Congresso. Então, estão ali contidas as emendas individuais, as emendas de Comissão, as emendas de bancada, num Orçamento que é autorizativo como um todo e que depende da frustração ou do incremento da realização da receita prevista.

Então, estamos falando de alguns bilhões e que, da nossa parte, é um debate que precisa ser visitado com alternativas, porque obviamente é do conhecimento de V.Exa. que aqui na Câmara e no Senado ele tem encontrado bastante audiência. E uma alternativa aprovada sem a mediação pode trazer imprecisões ainda mais graves. Esse é o fato.

Nós da bancada do PT temos tomado a posição de muita cautela neste ponto. Aqui, hoje, como foi notório, jogamos para não dar *quorum*, abrimos pedido de verificação de *quorum*. Perdemos, dentro das regras democráticas desta Comissão Mista, mas vamos continuar a fazer esse debate.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Ministra, com relação aos outros temas, como eu disse, V.Exa. já tratou de quase todos eles, mas gostaria de visitá-los, talvez, sob outra ótica.

A partir do primeiro PPA do Presidente Lula, apresentamos ao País, inclusive, num primeiro momento, com bastante, digamos assim, expectativa do que seria essa experiência nova de um governo democrático e popular, de coalizão para governar, fizemos um preparo participativo e apontamos a concertação do Estado e um novo modelo de desenvolvimento.

Continuamos a trabalhar, digamos assim, com o tripé clássico da economia, temos flexibilizado com responsabilidade fiscal, controlando a inflação, mas garantindo o desenvolvimento e a distribuição de renda e uma alteração da matriz proprietária, trazendo a economia solidária. Boa lembrança fez o Senador Suplicy. E hoje nós temos uma performance das cooperativas em todas as áreas, das cooperativas de crédito, das cooperativas de produção, das agroindústrias, que é uma perspectiva alvissareira de um outro modelo também de distribuição de renda, para além da transferência de renda. E o Brasil Sem Miséria e o Brasil Carinhoso são de importância fundamental.

Então, trouxemos o planejamento para o centro do debate nacional e, aí, a minha provocação para ouvir sua formulação é: ponto um. Recentemente, encontramos o Estado de outro tamanho, com outras atribuições, outra natureza, e recuperamos o papel do Estado em muitas instâncias. É óbvio, isso depende da situação macroeconômica mundial, da situação macroeconômica nacional, da correlação de forças políticas da sociedade. Mas o fato é que retomamos o investimento na educação, recuperamos carreiras, ampliamos a presença do Estado em algumas áreas para garantir inclusive, com gastos, é verdade, incremento de custeio, porque há investimento em infraestrutura que demanda novo custeio, há serviços públicos demandam novos custeos, custeos na área social, inclusive. Acho que esse debate sobre custeio e investimento é também um debate importante na linha do novo modelo de desenvolvimento.

A minha pergunta vai na área da gestão. Recentemente vimos a Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, com grande repercussão na imprensa, dizer que o Governo Federal não inovou nada na experiência petista,



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

quando, na nossa ótica, é o inverso. É o Estado mínimo, a redução do tamanho do Estado com as chamadas carreiras típicas do Estado, que contribuiu com a estagnação econômica e com o aumento da pobreza. Então, aquele modelo do choque de gestão, do Estado mínimo, é um modelo derrotado. Entretanto, nós não temos tido a repercussão na imprensa, digamos, das inovações em carreira, em estrutura de Estado, da inovação do modelo de gestão da experiência do Presidente Governo Lula e da Presidenta Dilma. Gostaria de ouvir a sua reflexão sobre isso.

O segundo ponto sobre o qual gostaria de ouvir também a reflexão de V.Exa. diz respeito à política de conteúdo local. Nós encontramos um FINAME e o incrementamos. De alguma forma, encontramos o conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, e o incrementamos, abrimos já com sucesso evidente na área do PAC. Eu vivenciei a dificuldade, com sua liderança, ali nas máquinas do MDA, e foi necessária uma medida provisória, porque perdemos no Judiciário. Quer dizer, não é fácil construir uma política de desenvolvimento para o País; em um País democrático, obviamente, em muitas circunstâncias, o regramento não contribui. Por isso, a importância daquela medida provisória trazendo para as obras do PAC a política de controle. A verdade é que temos distintos instrumentos.

O controle local da cadeia de petróleo e gás é prerrogativa exclusiva da ANP, que trabalha com o conceito de valor total do bloco licitado. No Brasil Maior, incluímos a política como incentivo fiscal, na medida em que as empresas montadoras incorporem novas tecnologias. No PAC também...

Sim, a minha provocação é: será que não está bem próxima a demanda de que nós tenhamos critérios mais sobre coordenação centralizada no Governo Federal da política nacional de conteúdo local, inclusive, para podermos distribuir na área da microeletrônica, da eletrônica, da engenharia, e não trabalhar apenas com valores totais de processos licitatórios, mas também identificando áreas setorizadas que são estratégicas para o desenvolvimento do País?

São essas minhas perguntas e minha intervenção.

Muito obrigado.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Obrigado, Deputado Florence.

Passo a palavra agora ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, Senadores, nobre Relator, caro colega conterrâneo no nosso Ceará, Danilo, nossa Ministra Miriam, é importante a presença da Ministra na Comissão para nós elucidarmos algumas dúvidas, esclarecermos alguns posicionamentos, termos clareza do que está acontecendo no nosso País e do que o Parlamento pode aperfeiçoar.

É claro que essa peça orçamentária, a partir da LDO, por prerrogativa regimental, nós temos condições de aprimorá-la. Mas nos causam algumas preocupações. Primeiro, é comum, no plenário, dizer que não há inflação, que os alimentos não estão subindo. E há também o mesmo discurso de que houve a desoneração da cesta básica. Quer dizer, vai para um caminho e entra em outro.

V.Exa. apresentou o controle da inflação. Muito bem, por controle da inflação subentende-se que não está havendo inflação, que está sob controle. E nos causa surpresa no gráfico apresentado do IPCA, que tem os dados oficiais: o IPCA, 6.49 e o IPCA, sem o choque de alimento, 4.7. Se a minha matemática não estiver correta, nem aqui as estatísticas, 40% representam alimentos. Então, é uma inflação altíssima. Alguma coisa está acontecendo no gráfico ou realmente a população está começando a não ter acesso aos alimentos.

E abro um parêntese rápido: é importante até já se falar em reajuste do Bolsa Família. E abrindo também um parêntese rápido, nós temos de analisar essa questão do Bolsa Famíli.

Isso, porque, na sexta-feira, eu ia de Fortaleza para Maranguape, minha cidade, e o carro forte levava dinheiro para as agências da Caixa Econômica. Como, se foi uma coisa surpresa, como, rapidamente, os bancos tiveram milhões e milhões de reais para atender a população? Como, na minha Maranguape, a casa lotérica estava recebendo dinheiro para pagar o Programa Bolsa Família, se não havia nada previsto? Alguma coisa está errada, além dos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

aviões no ar, está havendo alguma coisa. E a contradição do Presidente da Caixa Econômica de dizer que não, que não sei o quê, e agora reconhecer que foi um erro. E o mais grave é o Governo dizer que é coisa da oposição.

Então, vamos entrar com uma PFC na Comissão de Fiscalização e Controle para derrubar esse discurso de que o negócio do Bolsa Família é a oposição.

Hoje, se eu for à Caixa e quiser tirar 5 mil reais, 10 mil reais, tenho de fazer uma previsão. Como as agências lotéricas, as agências da Caixa... Que previsão foi essa que ninguém chegou lá e não tinha dinheiro, estava o dinheiro todo lá, em 12 Estados? Então, é um assunto que não é desta audiência, mas fica ressaltado nesta observação.

Então, primeiro, questão da inflação. Segundo, é claro que nós precisamos aperfeiçoar, avançar e inovar. E a Ministra apresenta que as inovações, o aperfeiçoamento da LDO elimina alguns artigos de duplicidade e Lei de Acesso à Informação. Quanto mais informações, melhor para a democracia, para o processo democrático, para quem quer saber as informações. Por que simplificar as informações? Então, é o aperfeiçoamento que o Deputado Danilo vai colocar aqui, para nós discutirmos por que diminuir Lei de Acesso à Informação com simplificação.

A mesma coisa é esse decreto que regulamenta os valores de referência dos custos globais da obra. Ora, o próprio Governo diz que é o discurso global da obra por decreto. Então, é como se eu fosse normatizar a minha fiscalização. Eu acho que isso seria matéria de projeto de lei complementar para nós estabelecermos esse parâmetro. Quer dizer, o Governo diz que vai construir um estádio por valor "x", por tanto. Muito bem, então, o próprio Governo está dando uma planilha que o próprio Governo está normatizando por decreto. Então, é uma observação da apresentação de V.Exa. da qual precisaríamos de um esclarecimento.

Agora, o Deputado Danilo, o nobre Senador e nós integrantes da Comissão, nunca antes, vamos ter um Orçamento bem simplificado: é só aprovarmos o art. 52. Não vamos ficar aqui sábado, de madrugada adentro, não nos vamos estressar no debate. Vamos aprovar o art. 52, e está



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

dispensada praticamente a Comissão. Por que? Porque 88% está aqui. Desculpem o termo, o resto é resto.

Então, se nós aprovarmos o 52, queria fazer esta nossa observação, nós acabamos. As meninas não vão ficar aqui de madrugada, emenda, destaque, essa fila grande aqui, porque é solicitado que efetivamente, se não aprovarmos o Orçamento, ele possa ser utilizado, como se essa fosse uma prática do Governo, pela edição das medidas provisórias, de executar aquilo que não foi autorizado e executado.

A MP 598, de 2012, dos 65 bilhões que foram editados na MP, aprovados porque não foi aprovado no Orçamento, houve um pígio desempenho de 6% e, mais ainda, 1% pago. Então, não se justifica dizer: não, se não aprovarmos o Orçamento, nós precisamos para investir, porque a execução oficial aqui demonstra que o discurso pode ser, mas a realidade é outra.

A mesma coisa, nós precisamos, o Deputado Danilo e a Comissão precisam analisar, sobre toda essa movimentação de edição de medida provisória dos restos a pagar, sem estar especificada a demonstração da utilização, como também a classificação nas despesas do PAC. Isso porque observamos que há para nós da Comissão como também um termo de movimentação e acompanhamento financeiro, todos esses restos a pagar são feitos, são escritos e reclassificados sem ter o devido amparo nos programas.

Então, o nobre Deputado Danilo, como Relator, vai ter e vamos tentar pactuar. E não se pode justificar nada nesta Casa de que a Oposição que não quer votar, pois o Governo tem mais de 400 Parlamentares da base. Assim como, neste momento, parabenizamos o Governo, que, após dez anos, reconheceu que é necessário fazer as concessões de infraestrutura. Foram 10 anos para poder o Governo oficializar as privatizações. Muda o nome: privatização. Os celulares foram tão criticada naquela época do Fernando Henrique, mas se formos contar os celulares aqui, eu tenho dois, outro tem três, outro tem quatro, outro tem cinco. Mas nós passamos 10 anos por gargalo.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Hoje, não, hoje chega uma lâmina, está aqui, programa de concessões de infraestrutura: tantos bilhões em 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. Dez anos. O gargalo hoje da nossa infraestrutura na CNI, na CNA, nos Municípios, é a falta desse reconhecimento, de dar à mão à palmatória, desculpem o termo, de que as PPPs são fundamentais para o desenvolvimento do País.

Por último, Sr. Presidente, teríamos muitos mais outros assuntos, mas o Deputado Danilo tem já uma vivência de Parlamento e, apesar de ser um novo Parlamentar, mas tem uma vivência política no nosso Estado. Precisamos ter clareza do municipalismo. Fui Prefeito, tenho lá as bases no Município, discordo do nosso amigo, Deputado Bonh Gas, esse grande Parlamentar, de que as coisas no Município não estão essas coisas todas. Nós estamos desonerando 44 bilhões.

A nossa Ministra diz o seguinte: desoneramos 44 bilhões. É como se todos batessem palmas. Mas os 44 bilhões estão levando os Municípios a não cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão fazendo os Municípios não cumprirem sua folha de pagamento. Esses 44 bilhões estão gerando caos nos Municípios, e não existe nenhuma Lei Kandir como antigamente, pelo menos, como pessoa aproximadamente. Ou esse Presidente Lula até ainda contemporizou, tal, junto com a CNM, mas não poderemos jamais ficar todo o tempo com essa cortesia com o chapéu alheio, para que possamos normatizar.

E, em termos de Nordeste, é claro que as perfuratrizes, as motoniveladoras, as pás mecânicas, as cassambas são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado, 10 minutos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Mas, o que nós precisamos, nobre Senador, são de perfuratrizes, para buscarmos água no subsolo.

Então, fazemos um apelo aqui mais uma vez, de que vamos fazer um programa urgente para fortalecer os órgãos do Nordeste, o DNOCS, e tal, e fazê-los liberarem perfuratrizes para nós buscarmos essas águas no subsolo, para garantirmos a sobrevivência não só do rebanho, mas do nosso povo nordestino.

Então, eram essas nossas observações.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Muito obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Passo, finalmente, a palavra para encerrar o número de inscritos ao Deputado Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sra. Ministra, meu caro amigo, Deputado Danilo Forte, nosso Relator da LDO, quero inicialmente, elogiar com absoluta sinceridade a exposição da Ministra Miriam Belchior, porque ela nos permitiu ter um panorama da trajetória e da sociedade brasileiras durante esta última década, esses últimos 10 anos.

De fato, houve algo extraordinário na economia brasileira, houve crescimento e, simultaneamente ao crescimento, distribuição de renda do ponto de vista social e do ponto de vista regional também. O Brasil todo cresceu, mas o Nordeste cresceu mais do que a média brasileira. E isso faz a diferença. E não cresceu só com o Bolsa Família, cresceu com investimentos em infraestrutura, investimentos em atividades industriais, ou seja, cresceu com qualidade no seu processo de desenvolvimento.

Isso faz com que a Nação brasileira seja admirada não só pelos brasileiros, que estão mais orgulhosos, que elevaram sua autoestima — acho que isso é muito importante, pois o povo brasileiro anda de cabeça erguida, com orgulho de ser brasileiro — e faz com que o Brasil seja respeitado também internacionalmente. Como mostrou nossa Ministra, o Brasil está entre os países prioritários para investimentos dos grandes grupos internacionais.

Isso não é por acaso; muito trabalho, mas muita compreensão da natureza do nosso povo e de suas necessidades, que é o que marca a trajetória de um Governo de natureza popular e democrática em nosso País.

Isso permitiu que nós crescêssemos, mas sem nos descuidar dos aspectos fundamentais da economia. Ou seja, não há uma visão populista desse problema; há uma visão popular, sim, há uma visão de buscar mais igualdade, de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Mas é uma visão também de buscar estruturar o crescimento de tal maneira que ele se dê de forma sustentada e que esse processo de distribuição de renda seja contínuo.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Enfim, está a inflação que tentou subir, mas o Governo está atento a isso. O Banco Central está atento ao seu papel também como regulador do sistema financeiro, mas também, com desempenho importante na política monetária, exerceu e continua exercendo seu papel.

E tenho convicção de que, os dados têm mostrado, a inflação está novamente declinando, a componente dos alimentos efetivamente também declinando, o preço dos serviços, que é um dos fatores da inflação, também declinando. E o impacto da elevação do dólar em relação ao real, também já assimilado pela economia; ou, na verdade, foi a desvalorização real diante do dólar, o real passando a 2 reais. O dólar em torno disso melhora a nossa capacidade de exportar, enfim, se constituindo certo obstáculo a importações, o que também favorece a nossa economia.

Eu só chamo a atenção, Ministra, para o fato de que temos que estar muito vigilantes para essas mudanças estruturais que ocorrem no mundo. A China começou vendendo quinquilharias pelo mundo a preço de banana, hoje vende produtos com alto valor agregado, com tecnologia incorporada. Isso tem impacto no nosso parque industrial.

Por isso mesmo, essa questão que V.Exa. enfatizou do investimento maciço em educação, do investimento em formação técnica, do investimento em pesquisa e desenvolvimento... O empresário brasileiro não tem tradição de investir em tecnologia e inovação. Essa cultura tem que ser construída.

Hoje a ciência está na universidade, nos centros de pesquisa. Ela tem que permear mais, envolver o nosso sistema produtivo, para que a nossa indústria tenha produtividade e capacidade de competição, até porque os salários reais estão crescendo e a forma de se continuar competitivo é melhorando a produtividade, verdadeiramente, não é arrochando salários, como querem os conservadores.

Então, eu chamo a atenção para a importância disso. E chamo a atenção para um elemento que me é muito caro. Quando falamos de infraestrutura, falamos de logística, falamos de energia, mas tendemos um pouco a deixar de lado telecomunicações.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Eu considero que banda larga é um dos desafios para que o Brasil ingresse verdadeiramente na sociedade do século XXI. Para isso, vamos precisar mexer nos atuais contratos de concessão, que não preveem a banda larga, são contratos para serviço de voz, feitos em 1998 e assinados mesmo no ano 2000.

Vamos precisar mudar isso, criar obrigações e colocar recursos públicos — eu tenho convicção —, para que levemos banda larga não apenas... Hoje o Brasil tem 100 milhões de acessos em banda larga — é um dos países que se destaca no mundo —, mas a qualidade do nosso serviço, a velocidade, enfim, a confiabilidade das nossas redes ainda deixa muito a desejar. Os usuários que o digam.

Se queremos levar computação em nuvem, levar serviço de saúde a distância, educação a distância, enfim, vamos precisar levar fibras óticas ou à casa das pessoas ou muito perto da casa das pessoas. Para isso, vamos precisar mesmo do Plano Nacional de Banda Larga II, como está sendo trabalhado, mas com muita qualidade.

Por fim, eu gostaria só de um pequeno comentário seu sobre algo que me atormenta há muito tempo — eu estive lá na ponta, executando —, o aumento da burocracia e da superposição dos organismos de controle. Eu sei que não é uma questão apenas do Poder Executivo, mas esse é um problema que assola a vida deste País. Muitas das reclamações de Parlamentares se dão por conta disso.

Quando vai analisar um investimento em infraestrutura urbana, o menino que trabalha na Caixa Econômica Federal treme, porque ele é ameaçado o tempo inclusive de ser multado. Costumam dizer: “É o meu CPF que está em jogo”. É o que dizem os meninos, porque há um clima de terror.

Na universidade, o Prof. Pinguelli, está travando uma verdadeira batalha campal contra a CGU por conta de uma visão excessiva ortodoxa. E digo: aqueles que querem fazer o malfeito continuam querendo e continuam a praticar. Não é o exagero nos mecanismos de controle que vai assegurar que tenhamos mais ética, digamos assim, na execução pública.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Eu acho que temos que tratar desse tema com muito rigor — no Executivo, no Legislativo — e criar um marco regulatório mais leve sobre esses temas dos controles internos e externos de nossas instituições.

Por fim mesmo, eu quero falar um pouco sobre esse tema das emendas, o tema da Faixa de Gaza, que se disse, sugerir apenas um caminho conceitual para tentarmos construir um acordo.

Eu conversava com o nosso Senador Lobão Filho aqui antes de começar a sessão. O Parlamentar tem um lado nacional, o que o Deputado Bohn Gass diz, e tem um lado meio distrital também. Sim, nossos Parlamentares estão andando pelos Municípios e sabendo quais são as demandas da população e dos prefeitos também.

(Não identificado) - Principalmente dos pequenos Municípios.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Isso, que não têm acesso ao Governo Federal.

Eles são, sim, mediadores dessas demandas e podem ajudar a organizar. O que eu penso? Que nós deveríamos destinar, tal como no orçamento participativo, que V.Exa. conhece bem, Ministra, um percentual do investimento. Veja bem, não estou falando da despesa vinculada, estou falando do percentual do investimento, o gasto discricionário do Governo Federal. Estabeleceríamos um percentual desse investimento.

O Governo tem interesse em ampliar cada vez mais o investimento, quanto mais ele ampliar, mais também o percentual, o montante de recursos para serem distribuídos pelos Parlamentares.

Dois: ter um anexo que poderia vir na LDO, na própria Lei Orçamentária, que diga quais são os programas e ações que seriam objeto de alocação desses recursos dos Parlamentares. *"Ah, eu quero colocar uma creche, uma educação infantil, que é uma questão estratégica, no Município de Cabrobó"*, como diz o Walter Pinheiro, lá, na Bahia, ou no Município de Varre-Sai, do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro. Programa Saúde da Família, alguns investimentos de turismo, temas relativos à infraestrutura urbana como um todo, saneamento, que poderiam ser elencados, que fazem parte das ações



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

estratégicas do Governo poderiam ser elencados para que os Parlamentares criteriosamente alocassem recursos nesses programas.

E sim, por fim diríamos o seguinte: para não trabalhar com o conceito, porque eu acho que o conceito de Orçamento impositivo ou ele é todo impositivo, como o Orçamento americano, aí se vai dizer como é que ele é executado e em que condições que ele não será executado também, há todo um conceito... O nosso é autorizativo, o americano é impositivo, embora a diferença entre os dois não seja tão rigorosa. Porque quando se diz que é impositivo, é impositivo mas não muito, porque, evidentemente, o Presidente, o Executivo tem a sua flexibilidade para não executar diante da não realização da receita prevista, de uma situação inesperada, como um ato de terrorismo, o que quer que seja, enfim. O Executivo tem de ter flexibilidade para poder executar o Orçamento, mesmo quando ele é impositivo. Ou mesmo quando, enfim, não se conseguiu licenciamento ambiental para fazer tal projeto. E agora? Sou obrigado a executar, apesar de haver uma restrição dessa natureza? Enfim. Então, essas coisas têm que ser previstas.

Eu preveria, sim, uma ideia sobre o contingenciamento. Diria que com essas regras, um percentual do investimento, um rol de programas e ações, em que os Parlamentares colocariam seus investimentos...E, por fim, diria o seguinte: o contingenciamento seguirá a média do contingenciamento do Governo, de tal maneira que se possa garantir também que haja uma execução, na média, das emendas individuais, semelhante ao que foi executado por todo o investimento, talvez na média do contingenciamento do investimento. Enfim, isso aí a gente teria que discutir o como fazer. Mas a gente definiria alguma regra de contingenciamento e descontingenciamento que seria... Com isso eu acho que a gente trabalharia pelos dois lados, quer dizer, o lado do Executivo...Estou colocando só conceitos, e não regras já perfeitamente definidas para a gente refletir, porque eu acho que se a gente coloca a emenda lá, isso vai gerar um... Sem uma discussão, sem um diálogo com o Executivo, isso vai gerar problema lá na frente para a gente.

(Não identificado) - É isso o que nós estamos falando (*ininteligível*)



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Deputado Bittar, agradeço-lhe. A liberalidade com o tempo foi em função da paciência de V. Exa. em ser o último indagante.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lobão Filho) - Não, está perdoado.

E só para regular aqui o tema com a Ministra, eu gostaria de expor a ela o fato que ocorreu antes desta audiência pública. Houve aqui a discussão e a votação do relatório do Deputado Berzoini; não houve grande discussão. E aí, nós entramos numa discussão com um destaque, uma emenda do Deputado Esperidião Amin. Essa emenda afirmava, em linhas gerais, que as emendas parlamentares só poderiam ser contingenciadas pela média do que o Governo contingenciou as outras verbas orçamentárias. Então, não haveria mais aquela situação de contingenciar 10% do Orçamento federal e 90% das emendas parlamentares. Teria que ser a mesma média. Foi aprovada na Câmara pelo bloco de Parlamentares aqui presentes, foi aprovada, e perdeu no bloco do Senado por pouco, em função, inclusive, da pouca frequência dos Senadores aqui. Acredito que se houvesse mais Senadores, provavelmente teria sido aprovada também.

Eu, particularmente, acredito que esse tema deve ser, realmente, mais aprofundado na Comissão que foi criada para discutir esse tema. Mas eu passaria à nossa querida Ministra o ânimo presente no Congresso Nacional como um todo. E ficou muito patente aqui o que alguns de nossos Deputados chamaram de Faixa de Gaza, porque o clima, realmente, ficou acirrado hoje de manhã, aqui, em relação a esse tema. É um tema presente (*risos*). É um tema presente (*risos*), e o Governo deve olhar com muito bons olhos esse tema, porque eu acho que, realmente, chegou a hora da discussão, de ser resolver esse assunto.

Então, passo a palavra à Ministra, para que possa concluir sua exposição respondendo às indagações, agradecendo a presença aqui do Deputado João Arruda, da Deputada Fátima Bezerra, do Deputado Luciano Castro e da Deputada Luciana Santos, que se fazem presentes ao final desta audiência. Muito obrigado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passo a palavra à Ministra do Planejamento.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Presidente.

Começo aqui conversando como meu companheiro de Governo, no início do Governo da Presidenta Dilma, o Deputado Afonso Florence, com quem tivemos momentos muitos produtivos de trabalho, ele no MDA, eu, no Ministério do Planejamento, não é? Eu queria aqui me centrar, depois eu faço um fala geral sobre o Orçamento impositivo, que está nas várias falas, que eu acho que é mais tranquilo para mim.

Eu acho que são duas questões que o senhor coloca aqui. A primeira é a questão da gestão, não é? Eu acredito que quem fez o Bolsa Família, quem acabou com filas no atendimento do INSS, para pegar só dois exemplo, não precisa ficar na defensiva para dizer se fez ou não mudanças de gestão efetivas. A diferença é que a gente faz mudanças de gestão não olhando só o aspecto fiscal; a gente faz mudança de gestão para melhorar o desempenho do Estado brasileiro para o cidadão, seja em parceria com o setor privado, seja diretamente pelo setor público. Então, eu acho que essa é a diferença fundamental. Eu tive a oportunidade de dar uma entrevista a esse respeito aqui para o jornal *Valor*, que saiu num caderno na última sexta-feira, que eu acho que reflete muito do que o Governo já fez e do que o Governo está fazendo nessa área. A Presidenta Dilma criou a Câmara de Gestão, com a participação do Governo e de experientes executivos da iniciativa privada. Estamos fazendo, debruçando-nos sobre uma série de processos de prestação de serviços ao cidadão e às empresas, para simplificar a sua relação com o Governo Federal, e prestar serviços mais eficientes, não exigir do cidadão e das empresas aquilo que o Governo já tem. Estamos fazendo uma série de medidas de redução de custos administrativos, aqueles que, do nosso ponto de vista, precisam ser reduzidos, é um projeto conduzido, inclusive, pela Dra. Ceres, Esplanada Sustentável, para a redução desses custos administrativos. Fizemos um trabalho já grande na folha de pagamento, onde identificamos uma série de problemas, estabelecemos novos mecanismos de rastrear eventuais fraudes, reduzimos o número de entradas manuais, automatizando para evitar problemas. Enfim, um conjunto de medidas para reduzir custos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

administrativos. Nós reduzimos, — deixem-me até pegar aqui, para não falar errado o número — passagens e diárias, o valor executado em 2012 foi 40% menor do que 2010... O de 2011 foi 40% menor do que o de 2010, valores reais. E, em 2012, ainda 30% menor do que em 2010. Isso mostra... Estamos equipando os Ministérios com estações de videoconferência, porque uma série de coisas podem ser resolvidas dessa maneira, enfim, tomando as medidas necessárias. Mas essa economia está sendo gerada para ampliar serviços para a população brasileira.

E um terceiro eixo, que é o nosso eixo de governança, de fortalecer os sistemas de planejamento estratégico, e a identificação de processos internos dos Ministérios que precisam ser melhorados para melhorar os serviços, e processos que já são exemplares para serem adotados por outras instituições do Governo Federal. Por exemplo, o processo eletrônico, que já temos na Previdência e na Fazenda, que pode ser estendido para todos os outros Ministérios que não são tão parrudos quando esses dois Ministérios para desenvolver essas ferramentas. Então por que não levar esses instrumentos? Ou o exemplo, uma das questões mais importantes que estamos estruturando, que é uma central de compras federal para as compras de uso comum. Ou seja, esse Governo tem, sim, essa preocupação.

Eu agradeço muito a oportunidade de apresentar, mesmo que muito rapidamente, iniciativas que estamos fazendo nessa área.

A segunda questão que V.Exa. também levantou é um outro ponto extremamente importante para o País: o do conteúdo local. Acho que isso faz parte da nossa política de desenvolvimento. Ela começou no primeiro mês do Presidente Lula, digamos assim, com a criação do conteúdo local na cadeia petroquímica, que viabilizou esse número grande de estaleiros que estão sendo instalados no nosso País. Parte importante dos Parlamentares aqui tem um estaleiro novo ou, pelo menos, um estaleiro ampliado. O Brasil voltou a ser um dos maiores produtores de navios do mundo, e isso é fruto dessa política de conteúdo local, pensada, inclusive, como de desenvolvimento regional, com instalação nas regiões menos desenvolvidas do País.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Essa é uma questão importante. A gente vem avançando nesses últimos 10 anos a esse respeito, e isso não está criado por portaria, mas há, dentro do programa Brasil Maior, um grupo sobre a questão do conteúdo local para a gente poder dar novos passos, para avançar em direções como essas que V.Exa. apontou aqui neste momento.

Deputado Raimundo Gomes de Matos, lá do Ceará, em relação às questões da LDO e da simplificação de informações, eu não sei se eu não me fiz entender ou — não me lembro — se V.Exa. já havia chegado quando eu fiz a apresentação, mas aqui se trata de nós termos uma lei permanente, que é a LAI, e a LDO, que muda todo ano. Parece-me que o Congresso já votou isso. Enquanto não havia a LAI, havia justificativa, do nosso ponto de vista, de estar na LDO. A partir do momento em que a gente tem a Lei de Acesso à Informação, não nos parece mais necessário manter isso na LDO, porque, digamos, ela estava fora da essência da LDO, mas, pela necessidade de informações, era colocada ali.

Do nosso ponto de vista, não há nenhuma subtração ao direito da informação. Pelo contrário, porque ele está garantido pela LAI, e o Governo Federal tem dado exemplo para todos os outros órgãos do Poder Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário de boa aplicação desse tema.

No ano de entrada em vigor da LAI, o Governo Federal apresentou um relatório que mostra que nós temos trabalhado de maneira bastante positiva, não só respondendo, mas disponibilizando a informação para que as pessoas não precisem nem nos solicita-la. Ela está lá disponível, e o meu Ministério, que é, se não me engano, o segundo ou terceiro em responder perguntas, disponibilizou um número grande de informações, a começar pela remuneração dos servidores, com a apresentação do nome, bem como a situação de chamada de concurso, enfim, todas aquelas informações que, como apareceram muito, nós disponibilizamos de maneira permanente na Internet para garantir a transparência das ações de Governo.

Em relação ao decreto de custo de obra, nós temos entendimento de que pode ser por decreto. Não há nenhum problema para os órgãos de controle fazerem os controles a respeito disso. E, como eu disse aqui, nos



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

parece que isso dá maior estabilidade às regras do que uma lei que muda todo ano, como é o caso da LDO. É claro que podemos discutir, como também o Relator colocou aqui no início, sobre isso ser aprovado em uma outra lei e não na LDO.

Quanto à questão do orçamento, da antivigência, eu já disse aqui: o interesse do Governo é de que ele seja aprovado lá na semana... A gente quer ganhar de presente de Natal a aprovação do Orçamento pelo Congresso. Quero dizer-lhe que V.Exa. tem o meu compromisso de construir as condições para que isso aconteça de maneira que a gente não precise usar as regras de antivigência.

O senhor citou aqui mais três ou quatro questões as quais eu queria me referir. A primeira delas é relativa à questão da inflação. O gráfico que foi apresentado mostra a inflação que de fato aconteceu, mas é importante entender por que ela aconteceu, se é fruto da nossa própria economia ou se por acaso ela tem um componente externo. Isso é importante para entender a lógica do comportamento dos preços. E, neste caso, houve um choque externo, de alimentos, que, se não tivesse havido, ou seja, olhando a nossa economia, simplificando muito as coisas, nós estaríamos praticamente dentro do centro da meta. Agora, o que acho que é importante dizer é que a própria inflação no atacado de alimentos já está caindo há alguns meses, o IPCA-15 deste mês já refletiu isso no varejo, e todos os analistas, não só os do Governo, estão apontando para uma queda da inflação durante o ano de 2013 e também durante o ano de 2014.

Em relação à discussão sobre a desoneração, é uma discussão para mais do que uma resposta de alguns minutos, a questão do chapéu alheio e tudo mais, quero aqui me remeter de novo ao Deputado Bohn Gass. Nós estamos em um momento de discutir o nosso País. Discutir a competitividade do Brasil não é uma responsabilidade única do Governo Federal, é uma responsabilidade coletiva, e as Transferências Constitucionais e Legais, apesar de todas as desonerações que fizemos nesses últimos dois anos, permaneceram no mesmo patamar. Então não houve redução, mesmo com



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

essa concentração de desonerações, as Transferências Constitucionais e Legais mantiveram a mesma participação em relação ao PIB.

Em relação ao seu cumprimento, em relação às concessões, quero dizer que, primeiro, já foram feitas concessões durante o período do Governo Lula. E quero aqui fazer uma distinção, que do meu ponto de vista é importante, entre privatização e concessões. Não vou ensinar o padre-nosso ao vigário, mas é muito diferente vender um apartamento e alugar um apartamento. O que nós estamos fazendo é alugar um apartamento, e não vender o patrimônio. E, mais ainda, estamos fazendo isso com garantia de execução de investimentos novos nessas concessões e com modicidade tarifária, que são do nosso ponto de vista condições essenciais para fazer, digamos assim, de maneira melhor para o País, processos de parceria com o setor privado. E quero lembrar que PPP foi criada no mandato do Presidente Lula em 2004.

Por fim, em relação ao senhor, eu queria dizer que o Governo da Presidenta Dilma, mais do que isso, a própria Presidenta Dilma se antecipou de maneira bastante firme em relação às medidas a adotar para o enfrentamento da seca no Nordeste, que se equipara, no mínimo, às piores secas que o Nordeste já viveu. Eu sou paulista, mas todos os nordestinos me dizem isso. Ela já, em reunião lá em Sergipe, dos Governadores do Nordeste, antes de os Governadores virem com as demandas, ela já foi com um conjunto de medidas para discutir com os Governadores.

Nós já temos, entre o ano passado e este ano, 9 bilhões de reais para as diferentes medidas, todas elas emergenciais, seja carro-pipa, seja perfuratriz, seja cisterna, seja o Garantia Safra e o Bolsa Estiagem, enfim, seja a linha de crédito emergencial para as empresas diretamente afetadas pela seca.

A despeito disso tudo, ontem recebi o nosso Relator da LDO, Danilo Forte, lá no meu gabinete no Ministério, e ele dizia do que ele lembra que acontecia com seca e o momento de hoje. Se nós não tivéssemos essa rede social que foi criada nesses últimos 10 anos, as circunstâncias seriam muito mais difíceis.

As perfuratrizes já foram encomendadas. Perfuratrizes não são uma coisa que eu pego na prateleira do supermercado, são encomendas. O



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Governo já fez essas encomendas para disponibilizá-las para os Estados — não me lembro para o Ceará quantas são. Dada a gravidade da seca, adicionamos recursos para contratação de serviços, ou seja, para não termos que esperar as novas máquinas serem produzidas e poderem ter atuação imediata.

Essas são medidas de curto prazo que nós precisamos fazer agora, mas nós estamos fazendo também aquilo que pode de fato dar a garantia hídrica necessária para o Nordeste com obras estruturantes. São mais de 20 bilhões de reais em grandes obras estruturantes. No seu Estado, nós temos o Cinturão das Águas, a Barragem de Lontras, entre muitas outras, além do São Francisco, a Vertente Litorânea da Paraíba, o Canal do Sertão Alagoano, enfim, um conjunto de obras estruturantes fundamentais para que cada vez menos uma coisa que acontecerá, o problema da seca e a convivência com o semiárido, seja feita de uma maneira menos dolorosa para todos os nordestinos.

Querido Deputado Jorge Bittar, que conheço de longa data — por isso é tão difícil chamá-lo de senhor —, eu acho que há questões que me parecem absolutamente relevantes. O que eu posso lhe dizer sobre o primeiro bloco, a sintonia com as mudanças do mundo, é que essa é uma preocupação permanente da nossa Presidenta. Ela coloca esses desafios para toda equipe de maneira bastante forte e nos provoca a apontar saídas. Ela estuda muito e lê bastante para construir, ela mesma, essas medidas que precisam ser adotadas.

No que se refere a telecomunicações, você tem razão. Essa questão não tem, dentro do PAC, a relevância que talvez mereça, mas a nossa Presidenta encomendou ao Ministro Paulo Bernardo uma proposta nessa direção, inclusive uma discussão sobre os novos contratos de concessão, como isso será feito, como garantiremos os investimentos do País nessa área. Assim como a educação é fundamental, se nós não tivermos avanços significativos na área de telecomunicações, também ficaremos para trás, não daremos os saltos necessários.



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

Por fim, agradeço, assim como o fiz ao Deputado Florence, a questão dos órgãos de controle. Eu acho que o Brasil está atualizando uma série de legislações. O Congresso acabou de aprovar a medida provisória em relação aos portos. Nós fizemos uma importantíssima atualização, no meu ponto de vista, da Lei de Licitações. Eu sei que foi criada, no Senado, uma Comissão para discutir a Lei nº 8.666, que está completando 20 anos.

Então, o RDC é um enorme avanço nessa direção. Eu acho que nós precisamos nos debruçar, sim, sobre a forma de fazer os controles, e não só sobre os órgãos de controle.

(Não identificado.) - O marco regulatório...

A SRA. MIRIAM APARECIDA BELCHIOR - Exatamente. Eu acho que nós estamos no momento. Avançou muito, no caso, a relação do TCU com o Governo. Acredito que ainda existe uma ou outra dificuldade, mas houve avanços significativos. Entretanto, também precisamos fazer disso um balanço e construir um novo patamar de funcionamento, sob pena de o País não conseguir fazer obras importantes que precisam ser realizadas e tudo mais.

Acredito que essa foi uma discussão importante aqui na CMO. Na COI, a Comissão que analisa as obras, houve uma discussão acalorada, mas bastante importante sobre os limites do que é paralisar uma obra; do que é mais caro: paralisar uma obra ou tocar e continuar olhando os problemas que ela tem. Esse é um debate que o Governo tem o maior interesse de construir.

Por fim, só para fechar, destaco a questão que o Senador Lobão e os demais Senadores colocaram sobre o orçamento impositivo. Eu acho que é importante, primeiro, cautela. Acredito que aqui foram apresentados vários argumentos a favor e contra essa medida. Mais do que tudo é importante discutir, com bastante cuidado e sem pressão, não para postergar a decisão. Mas não podemos tomar a decisão de afogadilho porque é uma PEC, quer dizer, voltar atrás não é uma coisa simples de se fazer. Eu acho que qualquer emenda à Constituição, a despeito de acharmos que é inconstitucional, precisa ser feita de maneira pensada e com calma.

Eu queria fazer minhas as palavras do Senador Lobão, a despeito de não ser uma especialista em Parlamento — e desculpem-me opinar a respeito



**CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.**

— , mas acho que cabe a discussão de qual é o espaço para se fazer a discussão: se a CMO, ou a se a Comissão Especial. A LDO é o espaço de legislar a respeito desse assunto.

Fica aqui essa reflexão a partir da observação do Senador Lobão. Os senhores não tenham dúvida de que o Governo tem absoluta clareza de como esse tema está sendo pautado no Congresso de maneira importante. Isso está absolutamente claro para o Governo, mas nós consideramos que seria importante uma discussão tranquila, mesmo que com ênfase, para debater todos os pontos favoráveis e contrários à adoção de qualquer que seja a opção que este Congresso adotar.

Queria aqui, de novo, agradecer à Mesa desta Comissão, especialmente ao Presidente Lobão e todos os Parlamentares que estiveram aqui do início ao fim, a participação nesta audiência. Posso vir antes, mas estarei de volta, com certeza, para entrega do Orçamento em 30 de agosto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobão Filho) - Obrigado à Ministra Miriam Belchior.

Esta Comissão quer agradecer a esta brilhante técnica que segura, com mão de ferro, o Orçamento do Brasil, engenheira formada na Politécnica. O Governo deve, com certeza, muito do seu sucesso ao rigor que V.Exa. apresenta ao Orçamento.

Eu quero já marcar para a terça-feira, às 14h30min, a próxima reunião ordinária desta Comissão, inclusive com apresentação do relatório preliminar da LDO.

Tendo dito isso, encerro esta sessão.

Obrigado a todos.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN**, cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de horas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.
Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com
Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRACA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 286 páginas
(OS: 14518/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

